

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA DAILZA DA CONCEIÇÃO FAGUNDES

**SABER MÉDICO E PODER: AS RELAÇÕES ENTRE ARNALDO DE
VILANOVA E A COROA ARAGONESA (SÉCULOS XIII-XIV)**

GOIÂNIA

2014

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☐ Dissertação ☒ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Maria Dailza da Conceição Fagundes		
E-mail:	dailzafagundes@yahoo.com.br		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? ☐ Sim ☒ Não			
Vínculo empregatício do autor	Universidade Estadual de Goiás		
Agência de fomento:	CAPES	Sigla:	
País:	Brasil	UF:GO	CNPJ:
Título:	Saber médico e poder: as relações entre Arnaldo de Vilanova e a Coroa aragonesa (séculos XIII-XIV)		
Palavras-chave: Dietética, Saber médico, Saúde do rei, Arnaldo de Vilanova			
Título em outra língua:	Medical knowledge and power: the relations among Arnau de Vilanova and the Aragonese Crown (13th to 14th century)		
Palavras-chave em outra língua: Dietetics, Medical knowledge, Kings'Health, Arnau de Vilanova.			
Área de concentração:	Culturas, Fronteiras e Identidades		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	11/12/2014		
Programa de Pós-Graduação:	História		
Orientador (a):	Dulce Oliveira Amarante dos Santos		
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do (a) autor (a)

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²Do mesmo modo, existe um grupo que se dedica a editar as suas obras religiosas, na coleção intitulada *Arnaldi*

MARIA DAILZA DA CONCEIÇÃO FAGUNDES

**SABER MÉDICO E PODER: AS RELAÇÕES ENTRE ARNALDO DE VILANOVA E
A COROA ARAGONESA (SÉCULOS XIII-XIV)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título Doutor em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos.

GOIÂNIA

2014

MARIA DAILZA DA CONCEIÇÃO FAGUNDES

**SABER MÉDICO E PODER: AS RELAÇÕES ENTRE ARNALDO DE VILANOVA E
A COROA ARAGONESA (SÉCULOS XIII-XIV)**

Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Doutor em História. Aprovada em ___/12/2014, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof^a. Dr^a. Dulce Oliveira Amarante dos Santos (UFG)
Presidente da Banca

Prof^a. Dr^a. Adriana Vidotte (UFG)
Membro

Prof^a. Dr^a. Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG)
Membro

Prof^a. Dr^a. Maria Eurydice de Barros Ribeiro (UnB)
Membro

Prof^a. Dr^a. Terezinha Oliveira (UEM)
Membro

Prof^a. Dr^a. Renata Cristina de Sousa Nascimento (UFG)
Suplente

Prof^a. Dr^a. Susani Silveira Lemos França (UNESP/Franca)
Suplente

Ficha catalográfica elaborada
Automaticamente com os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

da Conceição Fagundes, Maria Dailza
SABER MÉDICO E PODER: AS RELAÇÕES ENTRE ARNALDO
DE VILANOVA E A COROA ARAGONESA (SÉCULOS XIII-
XIV) [manuscrito] / Maria Dailza da Conceição Fagundes. – 2014.
CCI, 204 f.

Orientador: Prof. Dulce Oliveira Amarante dos Santos.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia,
2014.
Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, mapas, tabelas.

1. Dietética 2. Saber médico 3. Saúde do rei 4. Arnaldo de Vilanova
I. Título

A minha mãe, Maria da Conceição, a quem devo o meu caráter e os meus princípios. Seus ensinamentos fazem parte do meu ser e estarão comigo sempre. Obrigada por quem eu sou e por todas as coisas que não sou. Obrigada por acreditar em todos os meus sonhos. Dedico todas as minhas conquistas à senhora, mãe.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora doutora Dulce Oliveira Amarante dos Santos, agradeço o incentivo, o apoio e a disponibilidade com que orientou este trabalho e pela oportunidade de ter acesso a arquivos e bibliotecas com acervos fundamentais para a escrita da tese. Agradeço pelos ensinamentos, o convívio e a amizade nesses treze anos dedicados ao estudo da Medicina medieval.

Ao professor doutor Pedro Gil-Sotres, da Universidade de Navarra, em Pamplona, na Espanha, especialista em Medicina medieval e em Arnaldo de Vilanova, grata por sanar minhas dúvidas, pelas discussões dos objetivos deste trabalho, pelas indicações de leituras e pelos preciosos apontamentos que iluminaram os caminhos dessa pesquisa.

À professora doutora Ana Teresa Marques Gonçalves e à professora doutora Maria Eurydice de Barro Ribeiro, pela leitura atenta no exame de qualificação e pelas sugestões e críticas que contribuíram para este trabalho.

À professora doutora Terezinha Oliveira, à professora doutora Adriana Vidotte e à professora doutora Armênia Maria de Souza, por suas contribuições em minha trajetória acadêmica.

À querida Márcia Queiróz Calil, da Biblioteca da Universidade Federal de Goiás, pela atenção e pelo auxílio no acesso a artigos necessários para a pesquisa.

À professora Adriana Aparecida Silva, da Universidade Estadual de Goiás, pela elaboração dos mapas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Ao longo dessa caminhada, marcada por momentos de alegria e ansiedade, encontrei alento e suporte emocional nos meus familiares e amigos.

Agradeço à minha mãe, Maria da Conceição, por ser sempre o meu porto seguro compreender minhas constantes ausências.

Ao Vítor Karlinski de Barcellos, esposo, companheiro e amigo, por partilhar minha vida, pelo apoio e, sobretudo, pela paciência nos momentos de estresse dessa jornada.

Ao meu irmão, Ailton Fagundes, pelos incentivos e por acreditar na realização deste trabalho.

À querida Cleusa Teixeira de Sousa, amiga e irmã, pelo carinho, por me ouvir nos momentos em que mais necessitei e pelas palavras de incentivo e apoio que foram fundamentais em tempos difíceis.

À Lidiane Alves de Sousa, pela amizade, força e disponibilidade em todos os momentos.

Aos meus colegas, amigos e amigas, da UEG. Particularmente, meus sinceros agradecimentos a Elizabeth Maria de Fátima Borges e Itelvides José de Moraes, pelos seis anos de convívio e amizade na Unidade de Goiás.

Aos meus amigos e colegas medievalistas, Dianina Rabelo, André Aciole e Mariana Romero.

Ao venerável e sábio mestre Arnaldo de Vilanova, nosso dileto conselheiro, médico e amigo. Nosso espírito deleitou-se e sobreveio a nossas afeições uma abundante alegria, quando soubemos de seu retorno a estas terras. E desejo fervorosamente que sua presença esteja conosco, tanto por esses motivos quanto porque o sentimos necessário e útil à cura e à conservação de nossa saúde.

Jaime II de Aragão (1305)

RESUMO

Esta tese tem como proposta analisar as relações entre o saber médico e o poder, por intermédio da trajetória de Arnaldo de Vilanova (1240 – 1311) e de sua atuação médica nos cuidados com a saúde do rei Jaime II de Aragão (1291 – 1327) e com a de sua família e como embaixador da corte aragonesa. Ele foi exemplo de físico, mestre e intelectual do período. Trata-se, portanto, de personagem que não somente acompanhou de perto as transformações pelas quais passava a sociedade, como também influenciou sua época por meio de escritos médicos e religiosos. Reuniu-se um *corpus* documental variado, composto por: obras médicas arnaldianas, a correspondência oficial da Coroa de Aragão, seu testamento (1305), o inventário (1312) de livros e de bens de sua biblioteca pessoal e um livro de culinária coevo. Discute-se o processo de construção de sua autoridade como intelectual, nos anos dedicados ao ensino na Faculdade de Medicina, em Montpellier, os quais lhe concederam a valorização profissional e privilégios, o que permitiu que ele circulasse pelas cortes régias e pontifícias no exercício da Medicina. Além de fornecer o acervo de um físico e mestre, o inventário de sua biblioteca permite-nos identificar as matrizes antigas e árabes da dietética arnaldiana: Hipócrates, Galeno, Razis e Avicena. Destarte, Arnaldo de Vilanova compôs o *Regimen* para a conservação da saúde do rei, buscando adequar os saberes dessas *auctoritates* com a individualidade de seu paciente. Nesse escrito, os preceitos preventivos e terapêuticos destinados aos cuidados com a enfermidade crônica do monarca centram-se na dieta alimentar, com orientações não somente acerca dos alimentos que ele poderia consumir, mas também do modo de prepará-los. Seu outro escrito dietético, o *Regimen Castra Sequentium*, ligado à Medicina preventiva militar, é destinado à saúde do rei e de seu exército que, no verão de 1309, sitiou a cidade muçulmana de Almeria, na cruzada aragonesa contra o reino nazari de Granada.

Palavras-chave: Dietética, Saber médico, Saúde do rei, Arnaldo de Vilanova.

ABSTRACT

This thesis proposes an analysis of the relations among medical knowledge and power via Arnau de Vilanova (1240 – 1311) path and his medical performance taking care of king James II of Aragon's (1291 – 1327) health and of his family's as well as his role as an aragonese court Ambassador. He was an example of physician, master and intellectual of the period. Therefore, he was a character that did not only follow closely the transformations by which society was passing through, but influenced his time by his medical and religious writings. It was brought together a diversified documentary *corpus* composed by: medical works written by Arnau de Vilanova, the official Aragon Crown correspondence, his testament (1305), the inventory (1312) of books and goods from his personal library and a contemporary culinary book. It is debated the process of construction of his authority as an intellectual, in the years dedicated to teaching at the Medicine Faculty in Montpellier, which granted him the professional appreciation and privileges, that allowed him to circulate around the Royal and Pontifical Court while exercising medicine. Besides offering a collection of a physician and a master, the inventory of his library allow us to identify the ancient and Arabian matrices of the Arnau de Vilanova dietetics: Hippocrates, Galen, Rhazes and Avicenna. Thus, Arnau de Vilanova composed the *Regimen* to the conservation of the king's health, seeking to adapt these *auctoritates'* knowledge with the individuality of his patient. On this writing the preventive and therapeutic precepts destined to heal the monarch's chronic diseases center itself on a diet, with orientations not only concerning the food that he could consume, but also how to prepare them. His other dietetic writing, the *Regimen Castra Sequentium*, connected with military preventive medicine, it's destined to the kings' and its army health, which, on 1309's summer, besieged the Muslim city of Almeria on the Aragonese crusade opposite to nazari kingdom of Granada.

Keywords: Dietetics, Medical Knowledge, Kings' Health, Arnau de Vilanova.

LISTA DE SIGLAS

ACA	Arquivo da Coroa de Aragão (Barcelona)
AVI	Arnaldo de Vilanova. <i>Inventário</i>
AVMP	Arnaldo de Vilanova. <i>Medicationis Parabole</i>
AVRSRA	Arnaldo de Vilanova. <i>Regimen Sanitatis ad Regem Aragonum</i>
AVRCS	Arnaldo de Vilanova. <i>Regimen Castra Sequentium</i>
AVT	Arnaldo de Vilanova. <i>Testamento</i>
AVTEC	Arnaldo de Vilanova. <i>Tractatus de Esu Carnium</i>
AVTIM	Arnaldo de Vilanova. <i>Tractatus de Intentione Medicorum</i>
AVLGM	Averroes. <i>El libro de las generalidades de la medicina</i>
AVICM	Avicena. <i>The Canon of Medicine</i>
AVOMO	Arnaldi de Villanova <i>Opera Medica Omnia</i>
AVOTHO	Arnaldi de Villanova <i>Opera Theologica Omnia</i>
BCUM	Bulas. Cartulário Universidade de Montpellier
CDHCC	Cartas. <i>Documents per l' Historia de la Cultura Catalana Mig-eval</i>
CJA	Cartas. <i>Jaime II de Aragão: su vida familiar</i>
CAA	Cartas. <i>Acta Aragonensia</i>
CDA	Cartas. <i>Documentos Almeria</i>
CDFL	Cartas. <i>Documentos Físicos em Lérida</i>
CRDAC	Cartas. <i>Regesta de Documents Arnaldians Coneguts</i>
GALST	Galeno. <i>The Sanitate Tuenda</i>
HIPSD	Hipócrates. <i>Sobre a dieta</i>
HA	Hipócrates. <i>Aforismos</i>
HRA	Hipócrates. <i>Regimen Acutorum</i>
HTH	Hipócrates. <i>Tratado sobre as hemorróidas</i>
JLF	Jaime I. <i>Livro dos Feitos</i>
LC	<i>Libre del Coch</i>
LSS	<i>Libro de Sent Soví</i>
MTCH	Maimônides. <i>Tratado sobre a Cura de Hemorróidas</i>
PHTP	Pedro Hispano. <i>Thesaurus Pauperum</i>
PTRS	Prólogo tradução <i>Regimen Sanitatis</i>
VERM	Vergécio. <i>Epistoma rei militaris</i>

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Viagens por interesses médicos I (1297 – 1302).....	49
MAPA 2 – Viagens por interesses médicos II (1303 – 1311)	50
MAPA 3 – Viagens por interesses religiosos (1299 – 1310)	52
MAPA 4 – Viagens por interesses diplomáticos (1293 – 1309).....	63
MAPA 5 – Campanha de Almeria (1309 – 1310).....	151

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Alimentação observando a doença do rei	113
QUADRO 2 – Remédios para os diversos tipos de excrescências das hemorróidas.....	118
QUADRO 3 – Dieta alimentar para o rei.....	123
QUADRO 4 – Profissionais da saúde que participaram do Cerco à Almeria	164

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – ARNALDO DE VILANOVA: AS RELAÇÕES ENTRE O SABER MÉDICO E O PODER	25
1.1 A atuação arnaldiana na Universidade de Montpellier	26
1.2 Medicina e diplomacia: a circulação de Arnaldo de Vilanova	46
1.2.1 a corte aragonesa.....	47
1.2.2 a cúria pontifícia.....	59
CAPÍTULO 2 – A CONSERVAÇÃO DA SAÚDE DO REI JAIME II	67
2.1 As <i>auctoritates</i> antigas e medievais na dietética arnaldidana.....	69
2.2 A saúde do rei Jaime II.....	86
2.2.1 O ar e a moradia régia.....	90
2.2.2 A vida emocional do rei.....	96
2.2.3 Outros hábitos salutare.....	100
CAPÍTULO 3 – A ALIMENTAÇÃO E OS CUIDADOS COM A ENFERMIDADE CRÔNICA DO REI.....	104
3.1 As hemorróidas.....	107
3.1.1 Prevenção alimentar e terapêuticas.....	112
3.2 Alimentação e dietética do rei	120
3.2.1 Arte médica e culinária régia.....	130
CAPÍTULO 4 – A SAÚDE DO REI E O SEU EXÉRCITO EM TEMPOS DE GUERRA	143
4.1 Jaime II e o cerco à cidade muçulmana de Almeria	144
4.2 Atuação dos profissionais de saúde em tempo de guerra	159
4.3 Cuidados com a saúde de D. Jaime II e seus guerreiros.....	175
CONCLUSÃO.....	184
FONTES IMPRESSAS	192
REFERÊNCIAS	197
ANEXOS.....	203

INTRODUÇÃO

Minha trajetória de pesquisadora iniciou-se na graduação (1999 – 2002), quando tive a oportunidade de ser bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPQ/UFG), integrando o projeto: *Caminhos cruzados: magia e ciência nos reinos ibéricos de Leão, Castela e Portugal (século XIII)*. No mestrado (2004 – 2006), dei continuidade à pesquisa com a análise da obra *Líber de conservanda sanitate*, de Pedro Hispano (?1210-1277), com o objetivo de identificar as teorias médicas vigentes e o papel social desempenhado pelos físicos oriundos das universidades.

Desde 2001, integro o grupo de pesquisa pioneiro sobre a Medicina ibérica medieval, coordenado pela professora Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos, cujos resultados figuram em publicações e em dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

Esta tese insere-se na História Social da Medicina e situa-se na linha de pesquisa *História, memória e imaginários sociais*, do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. A proposta é analisar as relações entre o saber médico universitário e o poder por intermédio da trajetória acadêmica e política do físico Arnaldo de Vilanova (1240-1311) no reino de Aragão. Ele foi exemplo de físico, mestre e intelectual do período. Trata-se, portanto, de personagem que não somente acompanhou de perto as transformações pelas quais passava a sociedade, como também influenciou sua época por meio de escritos médicos e religiosos. Assim, o recorte temporal desta pesquisa é o período entre 1260 e 1311, que abrange a época em que Arnaldo de Vilanova, no exercício da Medicina e da diplomacia, circulou pelos centros de poder e de saber latinos europeus, ou seja, a Universidade de Montpellier e as cortes aragonesa e pontifícia.

Entre os pesquisadores que versaram sobre Arnaldo de Vilanova e suas obras médicas, destacam-se quatro nomes consagrados: Luis García-Ballester (1936-2000), da Universidade

de Granada, Juan A. Paniagua (1920 -2010), da Universidade de Navarra, Michael R. McVaugh, do Departamento de História da Universidade da Carolina do Norte, e Pedro Gil-Sotres, do Departamento de Humanidades Biomédicas da Universidade de Navarra. A partir de 1975, esses estudiosos realizaram a edição de suas obras médicas que integram a coleção *Arnaldo de Villanova opera medica omnia* (AVOMO)². Esse trabalho foi financiado pela Fundació Noguera, em colaboração com a Universidade de Barcelona.

No Brasil, os estudos históricos sobre Arnaldo de Vilanova tiveram como pesquisa pioneira a tese de doutorado do professor Nachman Falbel (USP – 1977), intitulada *Arnaldo de Vilanova, sua doutrina reformista e sua concepção escatológica* e focada no acervo espiritual do autor. Em 1992, Maria Aparecida Pileggi Perassollo defendeu, na mesma universidade, a dissertação de mestrado *Fragments do universo cultural valenciano na montagem da obra alquímica de Arnaldo de Vilanova*, sobre os textos ligados à alquimia. Quanto aos estudos sobre o Arnaldo médico, foi defendida, na UFG, em 2011, a dissertação de mestrado de Karla Nobre de Souza, *Regimen sanitatis Salernitanum: Medicina, alimentação e prevenção de enfermidades (séculos XII e XIV)*, em que analisa um dos regimentos de saúde de Salerno, na versão atribuída ao físico catalão.

Nosso *corpus* documental principal é composto por textos arnaldianos que evidenciam suas relações com o monarca Jaime II de Aragão. Nesse grupo, incluem-se suas obras médicas: o *Regimen sanitatis ad regem Aragonum* [*Regimento de saúde para o rei de Aragão*] (1308), o *Regimen castra sequentium*, conhecido como *Regimento de Almeria* (1310), o *Tractatus de intentione medicorum* [*Tratado de intenções médicas*] (?1290), o *Tractatus de esu carniū* [*Tratado sobre o uso da carne*] (1305), *Medicationis parabole* [*Parábolas de Medicação*] (1300); a correspondência oficial da Coroa de Aragão, do período

²Do mesmo modo, existe um grupo que se dedica a editar as suas obras religiosas, na coleção intitulada *Arnaldi de Villanova opera theologica omnia* (AVOTHO), que é um trabalho realizado pelo Institut d'Estudis Catalans e Facultat de Teologia de Catalunya, de Barcelona, e pela *Scuola Superiore di Studi Medievali e Francescani*, de Roma.

de 1281 a 1311, endereçada a Arnaldo e ao próprio rei, bem como o seu testamento e o inventário de sua biblioteca.

Para a composição desse *corpus* documental, em abril de 2012, realizei viagem de estudos para a Espanha, onde inventariei fontes e bibliografia sobre Arnaldo de Vilanova na *Biblioteca de Ciencias* e na *Biblioteca de Humanidades*, da Universidade de Navarra, em Pamplona, e igualmente no *Arquivo da Coroa de Aragão*, em Barcelona. Além disso, participei dos seminários com o professor Dr. Pedro Gil-Sotres (Universidade de Navarra), um dos maiores especialistas em Medicina medieval e no autor em exame.

Assim, dentre os escritos médicos arnaldianos, selecionamos dois regimentos de saúde escritos para o rei Jaime II (1291 – 1327) em diferentes momentos e a seu pedido. O primeiro, *Regimen sanitatis ad regem Aragonum* (1308), composto por prescrições de medidas dietéticas, e o *Regimen castra sequentium* (1310). Esse gênero da literatura médica medieval, composto a partir do século XIII, no contexto da Medicina universitária, destinava-se a um determinado indivíduo, geralmente reis, papas e imperadores, propondo a manutenção da saúde e a prevenção de enfermidades.

O primeiro *Regimen*, composto entre 1305 e 1308, é um dos melhores exemplos desse gênero literário, já que possui todos os elementos característicos desse tipo de escrito médico que remonta à Antiguidade. Além disso, o físico catalão conseguiu sintetizar o saber teórico fornecido pelo galenismo medieval em preceitos práticos e numa linguagem mais acessível do que em outras de suas obras.

Escrita originalmente em latim, essa obra foi traduzida entre os séculos XIV e XV para o catalão e o hebraico. São conservadas três versões da tradução catalã — realizada pelo cirurgião régio Berenguer Sarriera —, preservadas na Biblioteca Apostólica, no Vaticano, na Biblioteca Nacional, em Madri, e na Biblioteca Catalunha, em Barcelona. Há oito manuscritos com a versão hebraica de tal regimento. Em 1606, foi publicada, em Barcelona, a tradução

para o espanhol, realizada pelo jurista Jerónimo de Mondragón de Zaragoza, em que foram eliminados trechos e o capítulo que discute especificamente a doença de Jaime II. A propagação manuscrita³ dessa obra arnaldiana, ao longo dos séculos XIV e XV, comprova a sua circulação (PANIAGUA, 1980, p. 16-17; PANIAGUA e GARCIA-BALLESTER, 1996, p. 877 – 879).

O segundo *Regimen*⁴, escrito em latim e menor em tamanho, ao contrário dos demais regimentos direcionados a um indivíduo específico, destinava-se não somente aos cuidados com a saúde do monarca, mas também com a de todos os seus guerreiros que, desde o verão de 1309, sitiavam a cidade muçulmana de Almeria no processo de reconquista contra o reino muçulmano nazari de Granada.

Michael R. McVaugh (1992, p. 203) admite a hipótese de o regimento ter sido composto provavelmente no início de janeiro de 1310, quando Arnaldo de Vilanova, consciente da necessidade de defender-se das críticas de seus inimigos e preocupado com a sua recepção pelo rei, partiu da Sicília para encontrar-se com Jaime II no cerco de Almeria. Entretanto, o gênero do texto *Regimen* pressupõe que talvez tenha sido escrito antes do evento, uma vez que foi a pedido do rei.

Outras obras médicas arnaldianas são: o *Tractatus de intentione medicorum* (?1290), destinado a seus alunos em Montpellier; o *Tractatus de esu carniun* (1305), que trata sobre a

³Há sessenta e dois manuscritos latinos completos com os dezoito capítulos do *Regimen sanitatis ad regem Aragonum*: um manuscrito em Barcelona; três em Basileia; dois em Berlim; um em Cambridge; um em Edimburgo; três em Erfurt; um em Erlangen; um em Kalveston; um em Graz; um em Klagenfurt; quatro em Leipzig; três em Londres; dois em Madri; um em Metz; três em Milão; três em Munique; um em Nova York; um em Oviedo; dois em Oxford; oito em Paris; dois em Filadélfia; um no Porto; um em Salamanca; um em Valência; seis no Vaticano; um em Veneza; dois em Viena e um em Wuzburg.

⁴Há três manuscritos desse regimento, datados do final do século XV. O manuscrito S (Vaticano, Palácio Lat. 1180) integra uma coleção de meados do século XV de mais de uma dúzia de obras atribuídas a Arnaldo de Vilanova, cuja autoria de praticamente todas se acredita ser autenticamente arnaldiana. O manuscrito C (Munique, CLM 456) é uma miscelânea médica copiada por Hartmann Schedel (1440 – 1514) contendo oito obras arroladas a Arnaldo (apenas cinco têm alguma probabilidade de serem arnaldianas). O manuscrito K (Cracóvia, Biblioteca Jagell 566) é uma coleção do século XV, composta por textos astronômicos ou astrológicos, em cujo final há o *Regimen de Almeria*. Na coleção AVOMO, utiliza-se o manuscrito S, que se encontra no Vaticano, pois é a versão que contém o menor número de erros. Essa versão do *Regimen de Almeria*, editada por Michael R. McVaugh, é a que se utiliza nessa pesquisa.

abstinência de carne na alimentação, inclusive para os doentes, praticada pelos religiosos cartuxos; *Medicationis parabole* (1300), que é uma obra do gênero aforístico, composta por breves sentenças médicas.

A seleção das cartas da correspondência oficial da Coroa de Aragão seguiu os seguintes critérios: foram escritas por Jaime II e endereçadas a Arnaldo de Vilanova; as do físico catalão para Jaime II ou para os sumos pontífices Bonifácio VIII (1294 – 1303) e Clemente V (1305 – 1314); as de Jaime II a seus conselheiros ou ao seu irmão Frederico III (1291 – 1337), da Sicília; as que demonstram a preocupação de Jaime II com a saúde do seu reino e com a de sua família e as que contratam profissionais de saúde para participarem do cerco à cidade de Almeria. As missivas conservam uma estrutura uniforme: título; saudação; exposição do assunto; disposição e data.

A correspondência oficial, formada por missivas em latim e em catalão, mostra a transição de uma escrita da chancelaria régia do latim para a língua vernácula: o catalão. Essa documentação integra a *Cancilleria real*, que contém as cartas reais de Jaime II (nº 201 – 2600) e encontra-se no Arquivo da Coroa de Aragão (ACA), em Barcelona, criado⁵, em 1318, pelo próprio monarca que ordenou a cópia de todos os documentos em séries temáticas de registros. Além dos documentos administrativos, constam as contas dos tesoureiros, processos, relações de embaixadores, contratos de casamentos de suas filhas e as cartas familiares recebidas.

Além dos documentos acima, acrescentamos outro conjunto de fontes: o testamento e o inventário de bens e de objetos pessoais de Arnaldo de Vilanova. O primeiro foi outorgado em Barcelona, em 20 de julho de 1305, estipulando o destino de seus bens. Já o segundo data de 9 de fevereiro de 1312, quando seu executor testamentário, Ramon Conesa, fez seu inventário do qual faz parte a lista de livros de sua biblioteca pessoal, roupas e objetos

⁵Quando de sua fundação, em 1318, foi instalado ocupando duas câmaras do Palácio Real, em Barcelona. Os arquivos reais permaneceram nesses locais até 1770, mas, devido às rachaduras nas paredes, foram transferidos temporariamente para o Palácio do Supremo Tribunal. A instalação atual foi inaugurada em 1993.

(instrumentos médicos, medicamentos, mapas, bolsas, botas, moedas, etc). Ambos foram editados por Roque Chabas que, em 1896, publicou o testamento no *Boletim Real Academia de Historia* e, em 1903, o inventário na *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*. Utilizaram-se também obras de dois cronistas aragoneses: a *Crônica*, de Ramón Mutaner (1265 – 1336) e *Anales del reyno de Aragón*, de Jerónimo Zurita (1512 - 1580).

Emprega-se também dois tratados culinários, o *Libro de Sent Soví*, de autoria anônima, da primeira metade do século XIV, portanto, contemporâneo a Arnaldo de Vilanova e o *Libre del Coch* (século XV), atribuído ao cozinheiro real mestre Robert. A proposta da análise é averiguar a influência no modo de preparar os alimentos presentes no *Regimen* com as receitas catalães presentes nesses livros de cozinha e a interferência do físico no ofício do cozinheiro.

Nessa perspectiva, para analisar as relações entre Arnaldo de Vilanova e Jaime II (1291-1327), realizaram-se algumas problematizações que orientam esta tese. Como o saber médico possibilitou a valorização da profissão e o prestígio dos físicos? Qual o papel da Faculdade de Medicina de Montpellier, pertencente ao reino de Aragão, na construção de sua autoridade como intelectual? De que maneira o conhecimento acadêmico contribuiu para que homens de saber, como o físico catalão, atuassem em esferas que extrapolavam sua formação? Como o saber médico universitário interferiu na política régia de saúde do reino? Como o saber médico preventivo intervia no cotidiano do rei? Quais os preceitos de uma Medicina militar foram prescritos para Jaime II durante o cerco à cidade mulçumana de Almeria?

Os conceitos médicos primordiais desse trabalho são: dietética, saúde, enfermidade, compleição e saber. Na tradição médica grega, representada pelos escritos hipocráticos e galênicos, o conceito de higiene ou dietética relacionava-se à conservação da saúde e a prevenção de enfermidades e abarcava um conjunto de fatores ligados ao homem desde a sua constituição até elementos externos. Portanto, extrapolava os cuidados com a dieta alimentar,

pois envolvia o entorno do paciente, incluindo até o seu modo de vida. Assim, a conservação da saúde manteve-se na Antiguidade e na Idade Média como caráter de higiene privada, isto é, voltada à prevenção individual, geralmente para pessoas da elite. No caso desta pesquisa, são obras destinadas a orientar o monarca Jaime II a manter sua saúde e prevenir as complicações de sua enfermidade crônica, as hemorroidas.

Para o físico catalão, a saúde é a disposição natural no corpo humano e a doença é algo que impede o corpo de realizar as ações naturais. Desta feita, a saúde, compreendida como o principal objetivo da Medicina, não poderia ser alcançada senão pelo duplo trabalho: conservar e curar. Essas concepções arnaldianas relacionam-se à definição de Galeno (século II d. C.), que compreendia a doença como algo contra a natureza. Nesse sentido, o físico deveria atentar para que, acerca das coisas que são recebidas no seu interior, o corpo humano pode transformar ou agir e, em outras situações, sofrer ou ser alterado (PANIAGUA, 1994, p. 77).

Essas concepções de saúde e doença — conceitos-chave ligados à teoria e à prática médica no medievo — advêm das principais teorias médicas antigas que concederam a fundamentação teórica para a Medicina nesse período. A doutrina hipocrática sintetizada por Galeno concebia a saúde como harmonia ou equilíbrio ideal dos humores no corpo humano (sangue, bÍlis amarela, bÍlis negra e fleuma), das qualidades (quente, fria, seca e úmida). E a enfermidade era compreendida como o resultado do desequilíbrio humoral.

No *Regimen*, a conservação da saúde manteve-se voltada à prevenção individual do monarca, ou seja, à compleição (em latim, *complexio*; em grego, *krasis*), que engloba a constituição física, a disposição do espírito e os temperamentos dos indivíduos. Essa segunda *coisa natural* é composta pelos quatro elementos constituintes do universo (terra, água, ar e fogo), pelos humores (sangue, bÍlis amarela, bÍlis negra e fleuma) e pela mistura das qualidades (quente, seca, fria e úmida). Nessa perspectiva, era essencial conhecer-se a

compleição individual para, depois, efetuarem-se as devidas prescrições dietéticas (SANTOS e FAGUNDES, 2010, p. 337).

A Medicina universitária medieval agrega um conjunto de saberes inspirados nas matrizes antigas e árabes, cujo domínio, por parte dos intelectuais formados nessas instituições, como Arnaldo de Vilanova, concedia-lhes competências não somente para o exercício do ofício médico, mas também para outras atividades ligadas principalmente ao poder régio. Ao demonstrar sua eficiência no campo da preservação da saúde ou a forma de recuperá-la quando perdida, o saber médico acadêmico despertava o interesse régio pela saúde do reino. Assim, no ambiente intelectual ligado às universidades, monarcas como Jaime II preocupavam-se não apenas com o exercício da Medicina em seu reino, mas também com a contratação de profissionais com formação acadêmica para atender a si e a família real.

O embasamento teórico das obras médicas arnaldianas utilizadas nesta pesquisa é o galenismo árabe medieval, ou seja, o conjunto de teorias e doutrinas inspiradas nos escritos galênicos que foram estruturadas pelos filósofos e médicos árabes e sintetizadas, sobretudo, nas teorias das *coisas naturais*, *não naturais* e *contra a natureza*, ou seja, as enfermidades. Elas forneceram a resposta ideal não somente para compreender-se o problema da saúde, mas as ferramentas para preservá-la.

Por *coisas naturais* compreende-se algo interno ao corpo humano. Logo, esse conceito relaciona-se à fisiologia, ou seja, trata das funções orgânicas e dos processos vitais do corpo. Essa teoria engloba os quatro elementos que constituem o universo (terra, água, ar e fogo); as compleições; os humores (sangue, bÍlis amarela, bÍlis negra e fleuma); as partes sólidas do corpo (cérebro, coração, fÍgado, etc); as operações (funções desempenhadas em cada parte sólida do corpo); e as faculdades que contribuÍam para a realização das funções biológicas (formação, crescimento, locomoção, nutrição). Já as *coisas não naturais* são compreendidas como algo exterior à natureza do corpo humano, contudo, essenciais para o seu

funcionamento. A estrutura do *Regimen sanitatis ad regem Aragonum* contemplava essa teoria galênica: o ar e o meio ambiente; os alimentos e as bebidas; o exercício e o repouso; a retenção e a expulsão; o sono e a vigília e as paixões da alma. (JACQUART, 1995, p.178; SOTRES, 1995, p. 263; GARCIA – BALLESTER, 2002, p.105 - 107).

Físicos medievais, como Arnaldo de Vilanova, encontraram nessas teorias galênicas a resposta para a fronteira entre a saúde e a doença. O *Regimen castra sequentium* é um escrito direcionado aos cuidados de um público maior e em momentos de viagem, de cerco a cidades e de batalhas. Portanto, somente alguns desses elementos aparecem no escrito analisado.

A tese foi estruturada, pois, em quatro capítulos, tendo como fio condutor as relações entre o físico Arnaldo de Vilanova e Jaime II. No capítulo 1, intitulado *Arnaldo de Vilanova: as relações entre o saber médico e o poder*, a proposta é compreender sua trajetória intelectual e suas relações com a Universidade de Montpellier, com a corte aragonesa e com a cúria pontifícia. Assim, busca-se analisar sua circulação por esses centros de saber, identificando sua atuação, a valorização profissional e os privilégios adquiridos no exercício da Medicina.

O segundo capítulo, *A conservação da saúde do rei Jaime II*, é feito a partir de uma dupla perspectiva: identificar as matrizes dietéticas antigas e árabes arnaldianas que forneceram embasamento teórico para a compreensão dos preceitos destinados à saúde de Jaime II e analisar a relação existente entre os conselhos dietéticos presentes no *Regimen sanitatis ad regem Aragonum* com as qualidades peculiares do monarca, como sua compleição e o ambiente de vivência.

No terceiro capítulo, *A alimentação e os cuidados com a enfermidade crônica do rei*, a proposta é discutir a relação entre alimentação, dietética e terapêutica nos regimentos de saúde. Dessa maneira, inicialmente, intenta-se compreender a doença hemorroidas na literatura médica e no *Regimen*. Em seguida, o foco é identificarem-se os preceitos

alimentares recomendados de acordo com a compleição do rei. Nota-se uma aproximação entre a Medicina e a arte culinária, pois Arnaldo de Vilanova ressalta a importância da habilidade de preparar os alimentos. Consequentemente, a proposta é analisar esses conselhos, comparando-os com algumas receitas dos tratados culinários catalães, como o *Libro de Sentí Soví* (século XIV) e o *Libre del Coch* (século XV).

No último capítulo, *A saúde do rei e a de seu exército em tempo de guerra*, a perspectiva centrou-se em orientações preventivas para a campanha militar do cerco a Almeria. Primeiramente, busca-se entender as relações entre Arnaldo de Vilanova e o rei Jaime II no contexto dessa cruzada aragonesa. Além disso, trata-se da participação de profissionais de saúde no cerco a Almeria e do cotidiano médico nos campos de batalha. Enfim, dedicamo-nos a analisar os preceitos preventivos da Medicina militar arnaldiana presentes no *Regimen castra sequentium*.

CAPÍTULO 1

ARNALDO DE VILANOVA: AS RELAÇÕES ENTRE O SABER MÉDICO E O PODER

Mestre Arnaldo de Vilanova, oriundo de nossas terras, por outro lado, amigo de longa data, familiar, conselheiro e nosso médico.

Jaime II de Aragão

Arnaldo de Vilanova foi um intelectual que viveu na fronteira entre as três culturas ibéricas medievais: a cristã, a judaica e a moura. Isso se justifica porque ele nasceu em Valência, quando da conquista da cidade pelo rei Jaime I (1208 – 1276). Nesse período, a população muçulmana, em sua cidade natal, era superior à cristã, daí seu conhecimento do árabe desde a infância, além do domínio da língua latina e do catalão. Depois, ele estudou em Montpellier, outra cidade marcada pela convivência entre os povos dessas três culturas. Entre 1281 e 1285, durante a sua estadia em Barcelona, como físico do rei Pedro III (1276 – 1285), quando da ausência do monarca e de sua família que se encontravam na Sicília, dedicou-se à tradução, para o latim, de alguns textos árabes de Medicina⁶. Nesse mesmo período, estudou hebraico na escola dominicana⁷ com o mestre dominicano catalão Raimundo Martí (1220-1284) (PANIAGUA, 1994, p. 53 - 55).

Ele exerceu diferentes atividades: físico, tradutor, mestre universitário, alquimista e embaixador. Mas sua trajetória como homem de saber liga-se à condição de físico e mestre na Escola de Medicina de Montpellier, pois foi tal profissão que lhe concedeu prestígio social e respeito intelectual junto a reis e papas e possibilitou-lhe circular por importantes centros de saber e poder de sua época.

⁶Por volta de 1282, Arnaldo concluiu sua tradução — do árabe para o latim — do tratado galênico *De rigore*. Ele traduziu também o *De viribus cordis*, de Avicena.

⁷A escola de línguas orientais dos dominicanos foi uma das primeiras e mais importantes do século XIII. Ela visava à preparação dos quadros missionários cristãos no conhecimento das línguas faladas entre os povos para onde eram enviados.

1.1 A atuação arnaldiana na Universidade de Montpellier

As relações de Arnaldo de Vilanova com a Faculdade de Medicina de Montpellier remontam ao período em que ele cursou Medicina nos anos de 1260. Posteriormente, sua ligação com tal instituição foi como mestre, *magister medicinae*, e produtor de textos de escolástica médica, como, por exemplo, seus comentários, além de outras obras. Além disso, em 1309, influenciou e interferiu na estruturação do currículo do curso de Medicina.

Montpellier, cidade localizada ao sul da atual França, na Via Tolosense, uma das rotas do caminho de Santiago de Compostela, contava com a presença constante de peregrinos⁸. Desde o início do século XIII, pertencia à Coroa de Aragão e vivenciava uma rápida expansão comercial. Em 1204, com o casamento de Maria (1180 – 1213), filha de Guilherme VIII de Montpellier, com Pedro I (1178 – 1213), rei de Aragão e conde de Barcelona, os descendentes desse matrimônio ocuparam o senhorio de Montpellier até ser transmitido para o rei da França, que o comprou em 1348. Após a morte do rei Jaime I (1208 – 1276), o Conquistador, seu filho e herdeiro, Pedro III (1276 - 1285), recebeu os territórios peninsulares da Coroa de Aragão e o seu outro filho, Jaime III, herdou Maiorca, Sardenha e o senhorio de Montpellier. Essa relação implicou um contato dos governantes aragoneses com a Faculdade de Medicina da cidade. No entanto, mesmo estando ligada à Coroa de Aragão, Montpellier manteve sua independência política. (CIFUENTES I COMAMALA, 2004, p. 274-275; MATILA, 2006, p. 29).

A posição geográfica dessa cidade, próxima ao Mar Mediterrâneo, ligava-a à influência comercial e cultural greco-latina e árabe. Assim, além do benefício do exercício e do progresso da profissão médica necessária em uma rota de peregrinação, havia a proximidade de um porto, Lattes, — que estava sob o controle da cidade e onde se

⁸A passagem de peregrinos contribuiu para o desenvolvimento da Medicina na cidade, tornando o local um campo de experimentação: alguns eram enfermos que procuravam a cura no final da peregrinação e outros estavam doentes devido às dificuldades do caminho.

desenvolvia uma intensa atividade comercial, já que, por permissão papal, Montpellier podia comercializar com os infiéis —, o que favorecia os contatos e a influência mútua com outros povos mediterrânicos. A população da cidade era formada por cristãos, judeus e árabes (GARCIA-BALLESTER, 1982, p. 16; DE LA ROSA CUBO, 2000, p. 49).

A Faculdade de Medicina, em Montpellier, começou a consolidar-se como centro de ensino médico durante o primeiro terço do século XIII. Nesse período, o ensino e a produção da literatura médica⁹ caracterizava-se pela assimilação das tradições salernitanas expressadas por via do conteúdo da *Articella*, introduzida por Cardinalis¹⁰ que, em 1240, atuava como mestre em Medicina nessa instituição. Esse manual apresentava um conjunto de textos que integrava as *auctoritates* antigas e árabes, contendo, assim, diversas doutrinas que o aluno deveria estudar, tais como: *Das urinas*, de Teófilo Protospatario (século V ou VI d. C.), *De pulsibus*, de Filareto, *Tegni*, de Galeno (século II d. C.), *Aphorisms*, *Prognostics* e *Regimen acutorum*, de Hipócrates (século V a. C), o *Isagoge*, de Johannitius (810-877); compêndios de autores árabes medievais, como o *Canon de Medicina*, de Avicena (980-1037), o *Líber ad almansorem*, de Razis (850-923) e o *Colliget*, de Averróis (1126-1198).

Em meados de 1260, Arnaldo de Vilanova completou o curso de Artes e, depois, obteve o título de mestre em Medicina. Na mesma época, ele estudou Teologia por seis meses no convento dominicano da cidade (fundado em 1220). Por volta de 1289, iniciou sua atuação como mestre na Escola de Medicina, quando o papa Nicolau IV (1288-1292), por intermédio da bula *Quia sapientia*, de 26 de outubro de 1289, criou o *Studium generale*, de Montpellier, com as faculdades de Artes e Direito, além de Medicina.

Nicolau, bispo, servo dos servos de Deus, aos nossos queridos filhos médicos e estudantes de todas as ordens (tipos), presente e futuro, com sede em Montpellier, a diocese Maguelone, saúde e bênção apostólica. [...] Como, portanto, a famosa e

⁹Henry de Winchester, mestre e chanceler nos anos de 1239–1240, foi um dos primeiros produtores da literatura médica desse período. Ele compôs um comentário a *Isagoge*, de Johannitius.

¹⁰No período em que atuou como mestre em Montpellier, Cardinalis produziu comentários sobre o *Isagoge*, de Johannitius, *Aphorisms*, *Prognostics* e *Regimen acutorum*, de Hipócrates, *De pulsibus*, de Filareto, e a *Tegni*, de Galeno.

ilustre cidade de Montpellier vai servir maravilhosamente ao estudo, acreditamos que é útil para o interesse público que haja homens lá que cultivem a sabedoria, e que possam dar, de acordo com o seu tempo, frutos que vão agradar ao Deus das Ciências. É por isso que nós damos, pela autoridade do presente documento, a ereção na referida cidade de uma universidade onde os mestres terão o direito de ensinar e, os alunos, de aprender livremente, seguindo o curso de qualquer faculdade regularmente estabelecida¹¹ (BCUM, p. 210 - 211).

Na época em que se iniciam as relações entre Arnaldo de Vilanova e o monarca Jaime II, já haviam decorrido três séculos do início das atividades médicas¹² em Montpellier. Funcionava nessa cidade uma Escola de Medicina cujo registro mais antigo é de 1180, quando o conde Guillherme VII, senhor de Montpellier, favoreceu o intercâmbio cultural ao publicar um edito permitindo, independente da religião e da procedência do mestre, a livre licença para lecionar e exercer a Medicina na cidade. Havia um grande número de judeus¹³ que passaram a atuar no ensino na Escola de Medicina, desde 1147, quando o exército almoadá atacou a Península Ibérica. No início, os mestres e seus alunos reuniam-se ao redor da Igreja de São Firmino e, só mais tarde, o curso foi transferido para o mosteiro Beneditino, ao lado da Catedral de São Pierre. Os primeiros estatutos datam de 1220, por meio do decreto do cardeal Conrad de Urach, legado do papa Honório III (1216 – 1227), que reconheceu oficialmente a escola já existente. A partir desse momento, ela ficou sob a proteção do bispo de Maguelone, autoridade que devia ser reconhecida pelos mestres e alunos (SANTI, 1987, p. 94; DE LA ROSA CUBO, 2000, p. 49-50; GUARDO, 2003, p. 17).

¹¹*Nicolaus episcopus, servus servorum Dei, dilectis filiis doctoribus et scholaribus universis, apud Montempesulanum, Magalonensis dioceses, commorantibus, tam presentibus quam futuris, salutem et Apostolicam benedictionem. [...] Cum autem locus Montispesulani, celebris plurimum et famosus, aptus valde pro studio, consideratis diligenter ejus conditionibus, dinoscatur, nos, utilitati publice quamplurimum expedire credentes, ut in loco ipso cultores sapientie inserantur, fructum desideratum, largiente scientiarum Domino, in tempore producturi, auctoritate presentium indulgemus, ut in dicto loco sit deinceps Studium generale, in quo magistri doceant et scolares libere studeant et audiant in quavis licita Facultate.*

¹²O primeiro testemunho é de Anselmo de Havelberg que, em 1137, descreveu, em sua obra, *Vida de Adalberto*, a Medicina exercida nessa cidade.

¹³Nesse momento, formou-se uma comunidade cultural com a participação de judeus, como Abrham bar Hivva al Bargeloni, Abrham Ezra de Tudela e Juda bem Saul.

Arnaldo de Vilanova não apenas estudou medicina em Montpellier, mas atuou nessa instituição enquanto mestre. Era, portanto, um intelectual¹⁴, ou seja, um homem de ofício cuja função era o estudo e o ensino das artes liberais. Ele reconhecia a ligação existente entre a ciência e o ensino. Assim, ser um intelectual na Idade Média requeria tanto a formação acadêmica quanto a atuação como mestre nas universidades¹⁵.

O intelectual medieval estava ligado ao espaço urbano, pois era nas cidades que se encontravam os centros de saber. Além disso, eram também os locais para sua atuação profissional. O sistema universitário fornecia a possibilidade do acesso ao poder que, normalmente, era alcançado via nascimento ou riqueza. Assim, as universidades forneciam aos seus alunos o conhecimento necessário para exercer uma profissão, possibilitando-lhes o desembaraço social para que se tornassem também, politicamente úteis, permitindo-lhes adquirir condições materiais e prestígio. Graças à formação universitária podiam ocupar importantes cargos na sociedade, atuando como secretários letrados, juristas, médicos, mestres, trabalhando para governantes e o alto clero (VERGER, 1999, p.34; LE GOFF, 2003, p. 87-89).

Os textos que lhes são atribuídos constitui um vasto *corpus* que transita pela Medicina, Teologia, Astrologia e Alquimia. Seus escritos médicos podem ser classificados em teóricos¹⁶, regimentos de saúde¹⁷, comentários, monografias médicas¹⁸, aforismos¹⁹, farmácia

¹⁴ Jacques Le Goff, em 1957, publicou “Os intelectuais na Idade Média”, uma das obras pioneiras na discussão a respeito do termo intelectual.

¹⁵ Atuação tanto no ensino quanto no enriquecimento do saber médico com sua produção intelectual.

¹⁶ Do conjunto de obras teóricas a ele atribuídas, temos: o *Speculum Medicinae*, *Tractatus de intentione medicorum*, *De humido radicale*, *De considerationibus operis medicine*. Expõem o conhecimento da própria saúde, a compreensão das causas da doença e o estudo da anatomia, da fisiologia e da patologia.

¹⁷ Já os seus regimentos de saúde, além dos compostos para a preservação da saúde do monarca Jaime II e para a prevenção de enfermidades (*Regimen castra sequentium* e *Regimen sanitatis ad regem Aragonum*), temos o *De regimen sanitatis salernitano* e *De conservanda juventute et retardanda senectute* (dedicado ao rei Roberto II de Nápoles).

¹⁸ Dentre as várias monografias médicas, temos: *Compendium regimenti acutorum* (inspirada no tratado hipocrático sobre a dieta nas afecções agudas); *De modo preparandi cibos et potus infirmorum in egritudine acuta* (uma relação de alimentos agradáveis e de fácil digestão indicados a enfermos febris); *Regulae generales de febribus*; *Tractatus de phlebotomia*; *Tractatus de sterelitate, tam ex parte viri quam ex parte mulieris* (que discute os problemas clínicos da concepção); *Epistola de amore heroico* (composto em resposta a um amigo de

teórica e prática²⁰. Além disso, são lhe atribuídas obras teológicas²¹ e outras ligadas à magia, à astrologia e à alquimia²².

Como resultado de sua atividade docente, há um conjunto de obras da escolástica²³ médica a ele atribuído: *Tractatus de intentione medicorum*, um comentário de *Malitia complexionis diverse, de Galeno*, *Tractatus de consideratione operis medicine*, *Alphorismi de gradibus*, *De humido radicali*, *Expositio super vita brevis*, *De parte operativa* e *Medicationis parabole*.

Arnaldo de Vilanova faleceu em 06 de setembro de 1311 quando a embarcação em que viajava naufragou, próximo à Gênova. Após a sua morte, Ramon Conesa²⁴, seu amigo e executor testamentário, cuidou de seu patrimônio material ao ordenar o inventário de seus bens móveis (livros, roupas e objetos) em Valência. Nessa listagem, constam dados a respeito de sua biblioteca particular que era composta de mais de duzentas obras. Essa

Cerbeña que lhe consultou sobre as alterações psicofísicas produzidas pelo amor); *Tractatus contra calculum* (obra escrita para o papa Bonifácio VIII) e *Tractatus de esu carni*.

¹⁹ Outros escritos enquadram-se no gênero aforístico, o qual condensa a doutrina em breves sentenças que pudessem ser facilmente lembradas: *Medicationis parabole*; *Aphorismi particulares*, etc.

²⁰ Trata-se de obras voltadas para os medicamentos simples e compostos, discutindo os tipos de plantas medicinais e produtos farmacêuticos: *Aphorismi de gradibus*; *Epistola de dosi tyriacalim*, *De antidotarium*; *Tractatus de venenis*; *libellus de arte cognoscendi venena*; *Líber de vinis*; *Tractatus de aquis medicinalibus* e *De conferentibus et nocentibus principalibus membris nostri*.

²¹ Ele escreveu várias obras de cunho religioso e apologético, tais como: *De improbatione maleficiorum* (1288); *Tractatus de tempore adventus Antichristi* (1288); Comentário al livro *De semine scripturarum*, atribuído a Joaquim de Fiori (1292); *Allocutio super tetragrammaton* (1292); *Tractatus de cymbalis ecclesiae* (1301); *Philosophia catholica et divina* (1302); *Antídoto contra el veneno vertido por frei Martin de Ateca* (1305); *Tratado sobre la caridad* (1308); *Alphabetum catholicorum ad inclitum Dominum regem Aragonum pro filiis erudiendis in elementis catholicae fidei* e *Tractatus de Prudentia catholicorum scolarium* (Tratados didáticos compostos entre 1295 e 1297 a pedido do monarca Jaime II de Aragão).

²² Compôs também obras ligadas à magia, à astrologia e à alquimia: *De improbatione maleficiorum*; *De sigilis y expositiones visionum*. E escritos ligados à alquimia: *Flos forum*; *Epistola super alchimia ad regem neapolitanum*; *Rosarium philosophorum*; etc. Seus escritos ligados a essas ciências foram proibidos pela Inquisição várias vezes e incluídos no Index, promulgado pelo papa Urbano VIII, em 1632.

²³ O conhecimento de Arnaldo de Vilanova era escolástico. Tanto no período em que foi aluno quanto no que atuou como mestre em Montpellier, o método de ensino era a escolástica, caracterizada pelo ensino oral, uso exclusivo do latim, pautada nas autoridades antigas e árabes. Além disso, no ensino de medicina, por exemplo, o método escolástico envolvia quatro momentos: primeiro, a *lectio* (a leitura de um texto); depois, a *quaestio* (a colocação de um problema); em terceiro, a *disputatio* (a discussão e o debate em torno da questão), que constitui o ponto alto de todo o método; por último, a *determinatio* (a solução do problema com a intervenção intelectual do mestre).

²⁴ Capelão episcopal da Catedral de Valência.

quantidade de escritos competia com as de certas catedrais, como a de Vic²⁵ e a de Barcelona, e era superior a de muitos nobres. Poucos possuíam mais de 100 códices em seus acervos que, em sua maioria, constituíam-se de 20 a 70 títulos. Além da quantidade, a qualidade das obras revela a bagagem cultural de um intelectual dos finais do século XIII. Os homens de saber eram detentores de bibliotecas compostas por diversos gêneros, como, por exemplo, compêndios, manuais e comentários médicos, que eram suas ferramentas de trabalho, contudo, não se limitavam apenas ao domínio de sua atividade profissional ou às disciplinas aprendidas e ensinadas na universidade. Havia também obras teológicas e outras de seus interesses pessoais (SANTI, 1987, p. 86; BECEIRO PITA, 2007, p. 346; 497).

No inventário, não aparece o valor das obras, mas, em algumas, constam a dimensão e a cor da encadernação, normalmente vermelha e verde. Há informações sobre a linguagem dos escritos que eram redigidos em latim, grego, árabe, hebraico, romance e siciliano. O material mais comum era o papiro e a encadernação era em couro. Mais da metade do seu acervo corresponde a obras médicas²⁶ e religiosas²⁷. De sua autoria, temos os seguintes títulos religiosos: o *Tratado de caridade*, em catalão; *Alphabetum catholicorum ad inclitum dominum regem Aragonum pro filiis erudiendis in elementis catholicae fidei*²⁸ e *Tractatus de prudentia catholicorum scholarium*, em latim, mais três livros sobre Teologia não especificados; discurso sobre a questão católica apresentada para ao monarca Jaime II, aos

²⁵A Catedral de São Pedro de Vic, do século XI, localiza-se na cidade espanhola de Vic, que fica a 68 quilômetros de Barcelona.

²⁶O *corpus* médico presente em sua biblioteca é analisado no capítulo 2 (página 67).

²⁷Aos textos médicos, somam-se os escritos sobre Teologia e aqueles que denotam a sua preocupação com questões religiosas. Alguns se referem à Sagrada Escritura: duas Bíblias (uma grande e outra de mão); vários manuscritos do Novo Testamento; saltérios, um livro sobre considerações bíblicas; comentário ao Cântico dos Cânticos; parábolas de Salomão; explicação da Bíblia. Outros escritos: *Summa de confessionibus et casibus*, de Ramón de Penyafort; as *Sentenças*, de Pedro Lombardo; dois exemplares do *De trinitate*, umdo *De consolatione* e *Glosas*, de Boécio; *Pugio fidei*, de Raimundo Martí; *Suma*, de São Tomás de Aquino; um tratado que inicia com *Benjamin adolescentibus*, de Ricardo de São Vítor; *Opiniones hereticorum contra catholicum*; um caderno de questões católicas; Regra de São Francisco; *Itinerário da mente para Deus*, de São Boaventura; um tratado sobre os limites da pobreza; obras ligadas ao pensamento escatológico, de Joaquim de Fiori: o *Liber concordie Joachim* e *epístola Joachim*. Havia também dois saltérios e seis livros, em grego, um saltério, uma Bíblia e um livro, em hebraico, e quatro livros em árabe.

²⁸Essa obra é identificada no inventário pelo *incipit*: “Volume da obra do mestre em catalão com *Es tu fidelis*”

bispos e cidadãos de Barcelona; e duas cópias desse discurso. Há também muitas sem a especificação do título ou do tema e outras sobre Astrologia, Música, Cálculo e pedras.

Essas obras de cunho teológico são mencionadas também em seu testamento, feito em Barcelona, em 20 de julho de 1305. Semelhantes livros foram doados para o mosteiro Scala Dei, localizado em Tarragona, a primeira comunidade cartuxa da Espanha, que chegou à Catalunha em 1194.

Em nome do nosso senhor Jesus Cristo. Eu, mestre Arnaldo de Vilanova, receando ser ridicularizado pela falácia do presente século por causa da brevíssima duração desta vida e da incerteza do seu término, enquanto estou na posse desta vida, manifesto-me e, pela misericórdia de Deus, ordeno o meu testamento [...] Também desejo e ordeno que todos os meus livros de Teologia sejam colocados no depósito no mosteiro *Scala Dei* da ordem cartuxa na Catalunha; e que Bernardo Oliverii, Andreas Ferrandi e Pedro de Vilanova, meus sobrinhos/descendentes, possam utilizá-los em sua vida desde que, evidentemente, residam no monastério, cada um sob o hábito da honestidade; e que eles dediquem-se ao estudo das sagradas escrituras e ao divino ofício²⁹ (AVT, p. 87 - 89).

Arnaldo de Vilanova dedicou ao prior e aos monges cartuxos o seu escrito *Tractatus de mysterio cimbalarum* (1301). Já o *Tractatus de esu carniū* (1305) foi composto para defendê-los em relação às críticas recebidas pela prática de abstinência de carne tanto pelos sãos quanto pelos doentes. Nesta obra, o físico afirma que esse alimento não é essencial para o restabelecimento da saúde, o que contrariava outros médicos, outras regras e costumeiros monásticos do período (PANIAGUA, 1994, p. 393-394).

Nessa época, assistiu-se, em Montpellier, ao aumento do conhecimento de mais trinta e cinco obras de Galeno, que versam sobre fisiologia, patologia, clínica e terapêutica, muitas delas traduzidas para o latim no século XII. Igualmente, houve a incorporação do *Canon*, de Avicena e das obras de outros médicos árabes, como Razis, Alkindi e Averroes. E os homens de saber que estavam em contato com eles passaram a reconsiderar velhas questões e a expor

²⁹*In nomine domini nostri Jhesu Christi. Ego Magister Arnaldus de Vilanova, timens irrideri per fallaciam seculi presentis propter vite bails brevissimam durationem et incertitudinem sui termini, dam compos existo per dei misericordiam mentis mee ordino testamentum meum [...] Item volo et ordino quod omnes libri mei in theologia ponantur in deposito in monasterio scala dei ordinis carthusie in Catalonia; et quod bernardus oliverii et Andreas ferrandi et Petrus de Villanova nepos meus possint eis uti in vita sua, sic scilicet quod in monasterio resideant sub quoque habitu honestatis, et studio sacre scripture vaccent ae divino officio.*

reflexões audaciosas e soluções que objetivavam ampliar os horizontes intelectuais e a prática, tanto da comunidade acadêmica quanto da comunidade médica sujeita à sua influência direta ou indireta (GARCIA-BALLESTER, 1982, p. 100 – 105).

Assim, coube a Arnaldo de Vilanova o papel central na mudança do currículo médico da faculdade. Em 1309, empenhou-se nessa reforma como medida de fortalecimento da disciplina acadêmica e do poder dos professores. Ocorreu, então, a intervenção do papa Clemente V (1305 - 1314) com a promulgação, em 6 de setembro de 1309, em Avinhão, da bula *Ad pascendum oves*. Ressalta-se o importante papel da Faculdade de Medicina dessa cidade na busca pela saúde e na cura dos corpos humanos. Toda a discussão presente na introdução do documento alude à valorização do ensino universitário, considerado um rio pelo sumo pontífice, ou seja, fonte de sabedoria³⁰.

Busquemos para beber os rios e também as águas transportadores de doçura; como na fartura, a bebida das mesmas águas surge a partir delas com alegria, assim como das fontes do Salvador, e absorvem a riqueza das ciências. [...] Porém, para a louvável Faculdade de Medicina e especialistas, desejamos agregar os filhos no seio da Madre Igreja; e agregados em mais ampla honra, antecipar os interesses, com o que a mais frequente prática para salvar os corpos dos mesmos da mortalidade humana, isso é comprovado como necessário e útil³¹ (BCUM, p. 219 - 220).

Destarte, seguindo conselhos do mestre Arnaldo de Vilanova e de seus médicos e capelães Guilherme de Brixia e João de Alesto, o papa fixou os autores e as obras³² a serem utilizados no ensino em Montpellier. Alguns desses escritos foram objetos de comentários arnaldianos.

³⁰Essa imagem ou representação das universidades como um rio foi utilizada também pelo papa João XXI (1276-1277), na bula *Flumem aquae vivae*, datada de 28 de abril de 1277. O próprio título da bula pode ser considerado como um elogio à Universidade de Paris, comparada por Pedro Hispano a um rio de água viva, ou seja, rio de saber. Além disso, ao relembrar o período em que foi estudante nessa instituição, afirma que dedicou-se ao estudo de várias ciências e permaneceu por muitos anos junto ao curso do rio.

³¹*Rivos eciam aquas dulcedinis proferentes ad potandum illas, perquirimus, ut in saturitate potus aquarum ipsarum variam ex eis cum gaudio, sicut de fontibus Salvatoris, scienciarum hauriant ubertatem. Sed in Facultate laudabili Medicine et peritiores in sinum matris Ecclesie agregare filios cupimus, et agregatos amploris honoris favoribus prevenire, quo frequencius mortalitatis humane corporibus ipsorum exercitium salutare, neccessarium et utile comprabatur.*

³²Os estatutos de 1340 e 1488 acrescentam mais detalhes sobre os cursos, obras e autores citados.

os comentários medicinais de Galeno, os “*De complexionibus*”, “*De malicia complexionis diverse*”, “*De simplici Medicina*”, “*De morbo et accidenti*”, “*De erisi et criticis diebus*”, “*De ingenio sanitatis*” e também os de Avicena ou, no lugar deste, ter os livros de Razis, Constantino e Isaac, e deste modo sejam tidos pelo tempo de promoção; e além de dois comentados e um não comentado, evidentemente de Tegni, e dos *Pronosticorum* ou dos *Aphorismorum*, de Hipócrates, ler até cinco partículas/pequenas partes dos próprios; e o Regimento, de Johannes, ou *Febrium*, do próprio Isaac, ou *Antidotarium* ou os livros “*De morbo et accidenti*” e “*De ingenio sanitatis*”, ler até oito pequenas partes dele; e, para as questões que devem ser feitas a eles mesmos por qualquer um de vós, das leituras públicas nas escolas da mesma faculdade, que respondam ao menos uma vez, repetindo as considerações delas e resolvendo os problemas juntamente³³ (BCUM, p. 220).

O sumo pontífice regulamentou, assim, o currículo médico da Faculdade de Medicina de Montpellier, com base nas obras de *auctoritates* antigas e árabes. Os requisitos para os candidatos ao título de grau de bacharel em Medicina eram o conhecimento dos tratados galênicos (*De complexionibus*, *De malicia complexionis diverse*, *De simplici medicina*, *De morbo et accidenti*, *De crisi et de criticis diebus*, *De ingenio sanitatis e Tegni*), bem como, *Prognostics*, *Aphorisms* e *De regimine acutorum*, de Hipócrates. Além disso, deveriam conhecer os livros de Avicena, Razis, Isaac (*Regimento de Johannes ou Febrium*).

Essa reforma inseriu-se no movimento intelectual que, além de despertar a curiosidade e o interesse científico entre os físicos, ampliou horizontes ao possibilitar novas interpretações de textos e conceitos já conhecidos, permitindo, assim, a precisão no processo de diagnóstico e fornecendo soluções para os problemas enfrentados no dia a dia. Desse modo, o exercício da Medicina foi apoiado e legitimado pelo poder civil e pelo sistema medieval de organização profissional: o sistema universitário.

Nesse contexto, a saúde passou a ser vista como algo positivo à comunidade e, portanto, deveria ser protegida e incentivada. Ao mesmo tempo, preservá-la tornou-se uma obrigação moral do poder público: seja exercido pelo poder real, seja pelo municipal. A

³³ *Medicinales scilicet commentatos et Galieni De complexionibus, De malicia complexionis diverse, De simplici Medicina, De morbo et accidenti, De erisi et criticis diebus, De ingenio sanitatis, et Avicenne, vel, ejus loco, Rasis ae Constantini y Isaac libros habre, hujusmodi promocionis tempore, tecantur, et insuper duos comentatos et unum non comentatum, videlicet februm, do próprio Isaac, ou Antidotarium ou os livros “De morbo et accidenti” e “De ingenio sanitatis”, libros, quoad ejus octo particulas, legere, et ad questions faciendas eisdem per quemlibet vestrum, legentium publice in scolis facultatis ejusdem, ad minus semel respondeant ipsarum repetendo rationes et nodos communiter solvendo.*

autoridade política atribuía ao médico ou ao cirurgião, que tinha sido treinado na arte médica³⁴, um importante papel para a melhor saúde do reino ou da cidade. Em face disso, ela não apenas defendeu a ação do médico, mas também ampliou a demanda por saúde, tão necessária entre a população civil do Mediterrâneo europeu a partir do século XIV (GARCIA-BALLESTER, 1993, p. 43; 2004, p. 549).

A eficiência do saber médico universitário acabou por angariar o apoio dos governantes à sua promoção. Jaime II interessava-se por assuntos ligados à Medicina, por isso, sempre procurava adquirir obras médicas. Essa foi também a sua preocupação no momento em que assumiu o papel principal na fundação da Universidade de Lérida. Ademais, assim como outros monarcas de sua época, optou pelo saber médico acadêmico ao contratar físicos procedentes, sobretudo, da Faculdade de Medicina de Montpellier para cuidarem de sua saúde e de sua família.

Nesse sentido, a fim de ter acesso a obras ligadas à medicina, orientou o oficial de justiça de Barcelona, Bertrando Burgueti, sobre os procedimentos para a tradução de algumas obras de Medicina do árabe para o catalão:

Pelo fato de que fazemos escrever e traduzir por Vital Benvenist, judeu, do idioma árabe para a língua romana uns livros de Medicina que nos são muito necessários, vos informamos e determinamos que, a partir da data das presentes em diante, dareis e entregareis a Vital dois soldados barcelonenses por dia enquanto ele traduzir os livros, onde ele estiver, sendo que o mesmo Vital ou Guillelmo Lull vos trará, todo mês, os cadernos desses livros a serem traduzidos. Também queremos que ao supracitado Vital acima entregueis as roupas que lhe competem e que lhe concedemos graciosamente. Ainda é nossa vontade e determinamos que lhe forneçais papiro apropriado para o trabalho na quantidade necessária para esse trabalho. Uma vez que o trouxer, acolheis dele o alvará das coisas que, pela razão exposta, apresentareis para quitação³⁵ (Carta Régia, 02/03/1296, CDHCC, p. 12 -15; 20).

³⁴ Para os gregos antigos, a medicina podia ser compreendida como *tecné* (arte) correspondendo assim, a um ofício técnico, uma profissão que envolve habilidades científicas e manuais como os tratamentos e as cirurgias realizadas por profissionais como os cirurgiões. Por outro lado, era considerada também uma *scientia* (ciência), pois abarca a racionalidade, a observação, a explicação causal, hipóteses.

³⁵ Em carta de Jaime II, escrita em Saragoça, consta: *Cum per Vitalem Benvenist de Porta, judeum, scribi et translatare faciamus quosdam libros medicinales de arábico in romana língua nobis valde necessários, dicimus et mandamus vobis quatenus a die date presencium in antea detis et solvatis dicto Vitali duos sólidos barchinonenses qualibet die et dum ipse translataverit libros predictos, ubicumque fuerit, ipso Vitale tradente vobis Guillelmo Lulli quaternos quos de libris predictis singulis mensibus duxerit translatare. Volumus etiam quod dicto Vitale dietis et tradatis vestes ipsi competentes quas sibi de gracia duximus concedendas in super*

O idioma árabe era o principal meio de transmissão do saber médico e muitos judeus eram os principais tradutores de obras desse idioma para as línguas romanas. Por esse motivo, em 1296, o monarca preocupou-se em contratar os serviços de tradutor do judeu de Saragoça, Vital Benvenist. Ele estipulou não apenas o pagamento diário no valor de dois soldos, mas determinou também a distribuição de material, como o papiro, para a feitura do trabalho que deveria ser entregue todo mês pelo próprio tradutor ou por Guilhelmo Lull. No final da missiva, consta que um documento similar foi enviado também ao tradutor judeu.

Havia na Península Ibérica, assim como em outros lugares do mundo latino, a circulação da literatura médica em árabe, tanto de *auctoritates* antigas como árabes. O interesse por semelhantes escritos não foi monopólio somente das universidades, mas igualmente dos monarcas que almejavam tê-los em suas bibliotecas, emprestá-los a seus médicos ou, ainda, presenteá-los com tais obras. Assim sendo, afora as traduções, Jaime II encomendava cópias de escritos de autoridades árabes como Avicena.

A todos e a cada um dos estimados e fiéis oficiais aos quais as presentes chegarem, etc. Pelo fato de que, para uma revisão de livros de Medicina, Guillelmo Guauberto de Beziers, mestre de Medicina no *Studium*, de Lérida, necessita de alguns livros de Medicina em árabe que estão na posse de alguns judeus de nossa terra, para que os exemplares que estão naquele *Studium* sejam revisados, e nós queremos que sejam tomados em empréstimo para essa finalidade; [...] O mestre mesmo, então, restituirá aos judeus os livros arábicos depois do uso, assim como foi informado³⁶ (Carta Régia, 10/09/1302, CDHCC, p. 13-14).

volumus et vobis mandamus quod detis eidem papirum pro opere ipso aptum in quantitate sibi necessaria pro opere antedicto. Quibus sibi traditis recipiatis ab eo albaranum de hiis que ratione predicta duxeritis exolvenda.
³⁶*Dilectis et fidelibus suis universis et singulis officialibus ad quos presentes pervenerint etc. cum magister Guillelmus Guauberti de Bitterris legens in medicina in studio Ilerdensi as opus correccionis librorum medicinalium habeat necessario quosdam libros arábicos medicinales quos aliqui judei terre nostre habent, ut posset inde facere corrigi, pecias que sunt in dicto studio Ilerdense et nos ipsas velimus ex causa premissa comodari eidem, idcirco vobis dicimus et mandamus quatenus libros medicinales in arábico scriptos quos prefatus magister vobis dixit esse penes aliquem sive aliquos judeos terre nostre, faciatis tradi et acomodari sibi per ipsos judeos donec eos translari fecerit vel eis usus fuerit ad corrigendum libros prefatos, ipso tamen magistro restituente ipsis judeis memoratos libros arábicos cum eis fuerit usus, sub forma superius expressata.*

Nesse sentido, atendendo ao pedido do mestre de Lérida, Guilherme de Béziers³⁷, que desejava revisar alguns livros da universidade, Jaime II enviou oficiais para conseguirem alguns exemplares de Medicina em árabe pertencentes a judeus que viviam no reino. O interesse por obras de Avicena aparece em algumas cartas em diferentes momentos de seu reinado. Em 1303, ele autorizou o tesoureiro régio Pedro Boyl a entregar ao cirurgião Berenguer Sarriera³⁸ dinheiro para a compra de um livro de Avicena. Era uma concessão cedida pelo rei para auxiliar esse profissional de saúde no exercício do ofício cirúrgico³⁹. Seis anos depois, em outra missiva, o monarca orientou o escrivão régio Bernardo de Aversone sobre os procedimentos para a compra de um livro de Medicina desse médico árabe⁴⁰ (Cartas Régias, 03/07/1303; 12/06/1309, CDHCC, p.15, 20).

Outra preocupação de Jaime II foi a fundação de um centro de saber em Lérida, localizada perto de Barcelona, cidade onde a corte instalava-se por mais tempo. Esse investimento explica-se pelo interesse régio em assuntos ligados ao saber, mas também pelo contexto de seu reino que, no momento, era marcado pela escassez de médicos com formação acadêmica. Em 1293, dois anos após assumir o trono, um dos seus anseios era conseguir um físico que atendesse a família real permanentemente⁴¹. Em abril desse mesmo ano, escreveu ao seu antigo médico na Sícilia, Giovanni Rayner, convidando-o a mudar-se para Aragão com a família e prometendo-lhe, além do salário de 3.000 soldos, residência em Barcelona ou

³⁷ Nasceu na cidade de Béziers, no reino francês, e, por volta de 1290, estudou Medicina em Montpellier. Provavelmente, foi aluno de Arnaldo de Vilanova. Entre 1301 e 1305, atuou no reino de Aragão como mestre na Universidade de Lérida e como físico e embaixador do rei Jaime II.

³⁸ Berenguer Sarriera ocupou o cargo de cirurgião régio atendendo Jaime II e sua família de 1298 a 1310.

³⁹ Na carta, escrita em Montalbá, em 3 de julho de 1303, consta: *Fideli thesaurario suo Pedro Boyl salutem etc. dicimus et mandamus vobis quatenus de pecúnia curie nostre est vel erit penes vos tribuatis fideli cirúrgico nostro Berengario Çariera ducentos sólidos barchinonenses quos pro emendo quodam libro vocato Avicenam ad sui ei de gracia duximus concedendos. Et facta solucione recuperetis presentem literam cum apocha de soluto.*

⁴⁰ Na missiva, composta em Barcelona, Jaime II solicita: *Fideli scriptori suo Bernardo de Aversone salutem et graciam. Mandamus vobis quatenus de pecúnia jurium sigillorum nostrorum que tenetis, solvatis fideli físico nostro magistro Martino, ducentos sólidos barchinone quos in acurrimento precii pro quo emit quendam librum de física vocatum Evincenna graciose sibi duximus concedendos.*

⁴¹ Os reis da Coroa de Aragão contavam com um físico atendendo a família real. Arnaldo de Vilanova ocupou esse cargo durante os reinados de Pedro III e Afonso III. Já o monarca Jaime II, durante mais de 10 anos, não conseguiu um médico com formação universitária para viver na corte permanentemente cuidando da saúde da família real.

Valência. Após novos pedidos, Rayner foi a Aragão, todavia, permaneceu somente seis meses. Outras tentativas do monarca foram direcionadas a físicos parisienses, como Guillaume de Toulouse. Estes, contudo, não ficaram em Aragão. Somente a partir de 1305 é que ele pôde contar com dois físicos na corte, Martí de Calça Roja e Joan Amell⁴², que ocuparam o cargo até sua morte, em 1327 (MCVAUGH, 1993, p. 4 – 5).

Essa difícil tarefa de conseguir médicos com formação universitária explica a iniciativa do rei em construir, no território aragonês, um centro de saber. Em 1300, portanto, o monarca fundou uma universidade⁴³, em Lérida. A escolha dessa cidade aconteceu, mormente, devido à sua posição geográfica. Ela localizava-se na região central do reino, por conseguinte, seria um lugar de fácil acesso às principais cidades de Aragão. A criação dessa instituição só se tornou possível devido às negociações diplomáticas e ao apoio do papa Bonifácio VIII (1294-1303), que concedeu a Jaime II a permissão para instituir um *Studium generale* no lugar de sua preferência dentro do seu território:

[...] dirigimos nossas incumbências pelas quais as virtudes de quaisquer ciências que são honradas para os homens, sejam criados estudos junto a nós, principalmente para que nossos fiéis e súditos não se dirijam às nações estrangeiras para aprender, nem em outras das próprias regiões seja preciso mendigar. Portanto, com o santíssimo pai em Cristo e senhor dos senhores, papa Bonifácio VIII, por especial privilégio isto tenha ordenado a nós desejosos, concedeu a nós que, em outra cidade ou local de nossa terra, podemos fundar ou organizar o importante estudo geral, e que o mesmo estudo, depois que fosse organizado por nós, a ele contemplaria inteiramente com as mesmas graças, privilégios e indulgências que foram concedidos pela Sede Apostólica ao estudo de Tolosa, de modo que, no próprio privilégio, mais plenamente seja mantido: nós, pela zelosa obra e por mais certo plano sobre a escolha do lugar no qual o próprio estudo possa ser organizado mais apropriadamente, para a cidade de Lérida conduzimos⁴⁴ [...] (Carta Régia, 01/09/1300, CDHCC, p. 14 - 15).

⁴² Foram médicos permanentes da Coroa de Aragão e exerceram seu ofício cuidado da saúde da família real de 1305 até a morte do monarca Jaime II, em 1327.

⁴³ A universidade possuía um estatuto com alguns regulamentos que deveriam ser adotados pelos dirigentes da instituição. O estatuto foi redigido e aprovado pelo rei de Aragão, Jaime II, juntamente com alguns membros da Igreja Católica quase simultaneamente à criação da universidade.

⁴⁴ [...] *ad id precipue curas nostras dirigimus per quod viris eisdem scientiarum quarumlibet honestarum apud nos alimenta condantur ut nec potissime nostros fideles et súbditos pro investigandis scientiis naciones peregrinas expetere nec in alienis ipsos oporteat regionibus mendicare. cum igitur sanctissimus in Christo pater ac dominus dominus Bonifacius papa octavus per speciale privilegium nobis hoc sitientibus duxerit concedendum ut in aliqua civitate vel loco terre nostre insigni fundare vel ordinare possemus studium generale, et quod idem studium postquam per nos existeret ordinatum eisdem graciis, privilegiis et indulgenciis gauderet omnino que a Sede Apostolica Tholosano studio sunt concesse, prout in ipso privilegio plenius continentur: nos*

Em Saragoça, o monarca de Aragão escreveu às autoridades de Lérida comunicando-as de que, após a permissão do sumo pontífice, seria fundado, na cidade, o Centro de Saber de Ensino Geral⁴⁵, com os cursos de Direito, Medicina, Filosofia, Artes e outras ciências. Na missiva, o rei define a quem caberia a responsabilidade de efetuar o pagamento dos salários anuais dos mestres que, de livre e espontânea vontade, aceitassem lecionar na instituição e, também, que o salário prometido a eles, por meio das cartas, seria pago sem a ocorrência de nenhuma diminuição em seu valor. O pagamento dos mestres era de responsabilidade do município⁴⁶ e cabia à Igreja Católica o fornecimento dos soldos: uma espécie de contribuição, de bonificação que eles recebiam como complemento do salário. Para tanto, o município e o corpo eclesiástico dividiam o encargo de administrar a universidade⁴⁷ (Carta Régia, 05/09/1300, CDHCC, p. 25).

Antes, os aragoneses, normalmente, estudavam em instituições de ensino superior, como a Faculdade de Medicina de Montpellier. Contudo, a longa distância dificultava o acesso dos jovens oriundos de Aragão. Aliás, o monarca Jaime II ansiava por ter físicos com formação universitária próximos a Barcelona e a Valência para atenderem a família real quando fosse necessário. Com a criação do *Studium generale*, em Lérida, o reino aragonês não ficou tão dependente dos ensinamentos de grau superior de outros reinos. O curso de

habito diligenti tractatu et consilio pleniori supere leccione loci quo posset comodius idem studium ordinari, ad civitatem Llerde velut hortum fertilitatis conclusum ac fontem deliciarum signatum, qui quase quoddam intermedium terrarum ac regnorum nostrorum existit, oculos nostre considerationis super hoc vigiles duximus dirigendos [...]

⁴⁵Os governantes dessa cidade eram responsáveis pela direção da universidade. O rei nomeava alguns funcionários, e a Igreja Católica supervisionava o funcionamento dela. Os mestres e doutores também podiam ser nomeados pelo município e, além de receberem um salário fixo, também tinham o direito de cobrar uma quantia que era uma espécie de complemento do salário que equivalia a cinco salários barceloneses. A duração do curso era de apenas três anos.

⁴⁶Para não atrasar os pagamentos, Jaime II estipulava também que, caso necessário, as autoridades de Lérida deveriam conseguir empréstimos de cidades vizinhas e, depois, cobrar impostos de seus cidadãos para pagar o soldo.

⁴⁷*Discretis viris universis doctoribus et magistris ad quos presentes pervenerint etc. cum nuper in civitate mostra llerdensi in utroque jure, medicina, filosofia et artibus ac scienciis quibuscumque, tam auctoritate apostólica quam mostra studium generale duxerimus ordinandu, et cives civitatis ejusdem intendentes idem prosequi studium favoribus oportunis ordinaverint doctoribus et magistris ibidem legentibus dare certum salarium anuatim ut ad veniendum et legendum ibidem libencius invitentur [...]*

Medicina dessa instituição iniciou-se no mês de novembro de 1300, quando chegaram à cidade mestres e doutores, oriundos de outros reinos, com o compromisso de, nela, lecionar. Porém, esse entusiasmo teve uma breve duração, já que, no ano seguinte, os representantes da cidade não estavam conseguindo efetuar o pagamento dos salários devido a uma instabilidade econômica e os professores pediram que a instituição fosse transferida para outro lugar (GAVÍN, 1995, p. 206; BLANCO, 1999, p.83; GOODOY, 2011, p.58).

Preocupado em garantir exclusividade e, igualmente, uma forma de fortalecer a instituição recém-criada, o rei escreveu a seu magistrado de Barcelona⁴⁸ informando-o deque sancionara uma lei ordenando a proibição do ensino de Direito, Medicina, Filosofia, Artes e outras ciências em qualquer outra localidade do reino de Aragão⁴⁹ e, nesse sentido, pediu para divulgá-la na cidade.

Recentemente, na cidade de Lérida, tanto pela autoridade apostólica nesta região concedida a nós quanto pela nossa própria autoridade, ordenamos organizar o estudo geral do Direito, da Medicina, da Filosofia, e quaisquer outras artes e ciências; e, para que o mesmo estudo mais avance em seu crescimento, decidimos firmemente e estritamente para que, em outro lugar da nossa terra ou do nosso domínio, não habite ou permaneça alguém que deseje lecionar ou ensinar o Direito, a Medicina ou a Filosofia, exceto no estudo de Lérida, e que alguém não presuma aprender pela causa de qualquer lição sob pena de mil moedas de ouro que os transgressores incorrem, ordenamos no mesmo fato, por isto a vós dizemos e mandamos que, na cidade de Barcelona, em vilas e locais importantes sob a jurisdição confiada a vós, que vós constituís e mandeis este édito/ordem e disposição nossa solenemente ser publicado; e para que contra a nossa mencionada proibição não seja desrespeitada por alguém de qualquer preponderância, mérito, condição, lei ou posição, cuideis *arcius* de impedir, se confieis em nossa gratidão ou amor⁵⁰ (Carta Régia, 050/9/1300, CDHCC, p. 25 - 26).

⁴⁸Não consta o nome do magistrado.

⁴⁹Nota-se que o monarca do reino de Aragão, Jaime II, pretendia, de certa forma, “monopolizar” o ensino universitário. Ele almejava, ante toda a abrangência de seu território, que apenas a cidade de Lérida possuísse um centro de saber de estudo geral. Esse monopólio perduraria até o ano de 1350, durante o reinado de Pedro IV (1319 - 1387).

⁵⁰*Cum nuper in civitate Ilerde generale studium in utroque jure, medicina, philosophia et aliis quibuslibet artibus et scienciis, tam auctoritate apostolica nobis in hac parte concessa quam nostra duxerimus ordinandum, et ut idem studium magis proficiat incrementum, statuerimus firmiter et disctricte ne in aliquo loco terre aut dominacionis nostre habite vel habende preterquam in studio Ilerdensi, aliquis audeat jura, medicinam vel philosophiam legere seu docere, neve quis a quocumque leccionis causa presumat audire sub pena mille morabatinorum quam transgressores incure volumus ipso facto, idcirco vobis dicimus et mandamus quatenus incivitate Barchinone, villis et locis insignibus infra jurisdictionem vobis comissam constitutis, faciatis hoc edictumet ordinationem nostram sollempniter publicari [...]*

Em defesa da proibição de outros *Studium generale* no reino, foi negado também a qualquer mestre, professor ou doutor que ensinasse sobre as referidas disciplinas, que residisse em outra localidade do reino, a não ser nesta cidade. O indivíduo que desrespeitasse essa ordem estaria sujeito a uma punição que correspondia ao pagamento de uma multa no valor de mil moedas de ouro.

Outra medida adotada pelo monarca atendendo aos pedidos dos alunos de Lérida foi a contratação de um funcionário para solucionar os problemas relacionados aos estudantes. Para tanto, ele escreveu a Pere de Ciraria, contratando-o para cuidar dos serviços e negócios atinentes aos alunos, atribuindo-lhe, por exemplo, a tarefa de conseguir-lhes moradia⁵¹ (Carta Régia, 06/08/1301, CDHCC, p. 26 – 27).

Além disso, a preocupação do monarca com a difusão do saber visava tanto à formação de estudantes de seu reino, quanto a ter-se um grupo de profissionais de saúde próximo das moradias régias. A falta de médicos em caráter permanente o levava a interferir nas aulas de Lérida, de sorte que convidava os mestres a deslocarem-se à cidade onde a corte encontrava-se para cuidarem da saúde do rei e da de sua família.

Desta feita, em 1302, Jaime II solicitou ao médico e mestre da Universidade de Lérida, Guilherme de Béziers, que comparecesse, em Valência, para cuidar da saúde da rainha D. Branca (1283 – 1310) e da sua, comunicando que contava com a sua presença, desde que não causasse grandes transtornos ao ensino. Ofereceu ainda o meio de transporte e o que o físico considerasse necessário para realizar a viagem.

⁵¹*Noverint universi et cetera quod cum nos jacobus etc. ad preces et suplicationem universitatis scolarium in studio genteali civitatis Ilerde studencium provederimus quod cum P. de Ciraria de domo nostra resideas in civitati Ilerde pro dandis hospiciis dictis scolabibus et pro quibusdam aliis negociis et serviciis ipsis scolariis faciendis, idcirco concedimus et damus tibi quamdiu fueris inpredictis, iiii denarios jacce qualibet die, quo tibi assignamus habendos et percipiendos qualibet die super proventibus et esdevenimentis et aliis juribus officii vicarie et curie Ilerde ultra illos. Iii. Denarios jacce, quos iam ex concessione nostra percipis in eisdem. Mandantes per presentes vicario et curie Ilerde presenti et qui pro tempore fuerit, quod det et solvat tibi qualibet die quamdiu fueris in serviciis et negociis scolarium predictorum ultra dictos. Viii. Denarios quos iam habes et percipis ut superius continetur.*

Ao seu dileto mestre Guilherme de Béziers, médico que ensina Medicina no Estúdio geral de Lérida, etc. A favor da preservação da nossa saúde e da saúde da ilustre senhora Branca, rainha de Aragão e nossa caríssima consorte, determinamos que vós estejais presente em nossa cúria; assim, a vós afetuosamente rogamos que venhas pois até a nossa presença, vistos os presentes; se isto, contudo, puderes fazer comodamente sem grande detrimento do estudo; então agradecerás muito a nossa vontade⁵² (Carta Régia, 02/01/1302, CDFL, p. 9).

No ano seguinte, o rei solicitou novamente a presença do médico em Tortosa ou onde a família real estivesse para atender a rainha, a qual estava muito doente. E insistiu na presença imediata do físico devido à gravidade da doença⁵³ (Carta Régia, 23/10/1303, CDFL, p.11-12).

Essas medidas causavam inquietação tanto no corpo docente quanto nos poderes municipais e eclesiásticos, que expressavam ao monarca suas preocupações e solicitavam a volta imediata do médico ou a contratação temporária de outro professor para dar continuidade às lições.

O respeito e o prestígio adquiridos por causa da sua autoridade intelectual e do seu conhecimento e atuação no campo da Medicina permitiram aos físicos atuarem não somente na área da saúde, mas também na esfera política, trabalhando como embaixadores dos monarcas. Desta feita, Jaime II interferia no ensino em Lérida, solicitando aos mestres como Béziers o trabalho também na área diplomática, de maneira que se deslocavam a outros locais, como Montpellier, para representarem seus interesses. Mesmo estando ausente da Universidade de Lérida, o monarca avisou que o salário dele como mestre deveria ser pago inteiramente. Por isso, esse físico recebia o pagamento referente às atividades docentes em

⁵²*Dilecto suo magistro Guillelmo de Biterris phisico legenti in medicina in generali studio llerdensi etc. Cum pro preservatione nostre salutis et illustris domine Blanche regine Aragonie Karissime consortis nostre vos in curis nostra affectemus adesse. Ideo vos affectuose rogamus quatenus ad presentiam nostram visis presentibus veniatis, si hoc tamen commode facere poteritis sine magno detrimento studii supradicti; ex hoc autem nostre complacebitis plurimum voluntati.*

⁵³*Cum ratione infirmitatis illustris regine Aragonie consortis nostre et discrassie que nostro noviter corpori supervenit vos necessarium habeamus, et propterea velimus vos omnino habere presentem. [...] ad nos apud Dertusam vel ubicumque fuerimus veniatis, et hoc non differatis aliqua ratione cum periculum posset esse in mora.*

Lérida e, também, 1.500 soldos anuais e outros privilégios⁵⁴ do rei de Aragão (Carta Régia, 23/10/1306, CDFL, p. 16).

Em março de 1304, momento em que Arnaldo de Vilanova achava-se na cúria pontifícia resolvendo questões pessoais, o mestre Béziers ainda estava em Montpellier. Por esse motivo, o rei de Aragão escreveu-lhe para avisar que estava em Valência e, devido à complicação de sua doença, necessitava de cuidados médicos. Consequentemente, em sua falta, solicitou a presença de outro professor de Lérida e, portanto, pediu-lhe que escrevesse ao mestre e médico Jaime informando-o sobre a enfermidade. E, mesmo Béziers estando longe de Aragão, em Montpellier, atendendo aos assuntos do próprio monarca, deveria retornar imediatamente ao reino⁵⁵ (Carta Régia, 11/03/1304, CDFL, p.14).

Em seguida, escreveu ao mestre Jaime, comunicando-o de que, por intermédio de Béziers, o físico já conhecia o histórico da saúde do rei, consequentemente, seus serviços eram solicitados em Valência. Requer ainda sua presença imediatamente devido à gravidade da saúde do monarca⁵⁶ (Carta Régia, 18/03/1304, CDFL, p.14).

Nesse mesmo ano, ao retornar para Lérida, Béizers não pôde comparecer à corte por causa de problemas de saúde. No ano seguinte, mesmo não estando mais em terras aragonesas, em uma carta⁵⁷ composta na cidade francesa de Béziers, ele explicou o motivo da

⁵⁴ Além do salário pago pelos serviços e favores prestados à família real e também rendas de Bell-Lloc (próximo a Lérida), no valor de 2.000 soldos. Sempre que necessitava ausentar-se do reino de Aragão, seja por motivos particulares ou a serviço de Jaime II, ele recebia salvo-conduto e trânsito seguro para si, para a família e aos seus bens.

⁵⁵ *Fideli phisico nostro magistro Guillelmo de Biterris etc. Scire vos volumus nos recidivisse in infirmitate qua Valencie ut scitis detinebamur propter quod volumus ac vobis expresse dicimus et mandamus quatenus medicum illum llerdensem de quo nobiscum ibidem locuti fuistis, statim receptis presentibus, omni mora et dilatione reiectis, ubicumque fuerimus, transmittere curetis omnino, ipsumque de infirmitate plenarie certificetis, vos vero pro hiis pro quibus accessurus estis pro nobis apud Montempessulanum celeriter accedatis et deinde sine mora aliqua ad nos redire curetis*

⁵⁶ *Jacobus etc. fideli suo magistro Jacobo fisico llerde salutem etc. Cum nos audito de sciencia sufficientia et experientia vestra vos ad servicia nostra et persone nostre specialiter in sanitate deo propitio conservanda velimus et ordinaverimus habere presentem, ideo vos rogamus ac vobis dicimus et mandamus quatenus visis presentibus ad nos ubicumque fuerimus continuo veniatis. Et quia dilecto fisico nostro magistro Guillelmo de Biterris doctori in medicina quedam circa hunc comissimus pro parte nostra vobis oretenus exponenda suis propterea relatibus indubitanter credatis ac ea effectui mancipetis.*

⁵⁷ [...] *Guillelmus Gausberti de Biterris minimus magistrorum in medicina eius humilis servitor et in omnibus subiectus se totum cum humili recommendatione. Illustrissime domine noveritis et percerto quod postquam recessi*

ausência no verão anterior. Afirmou ainda que, a partir de então, estaria sempre disponível para atendê-los. No final da carta, avisou que recomendara ao melhor boticário de Montpellier a confecção de um medicamento para a rainha, que sofria de problemas com a saúde estomacal. Trata-se de um eletuário denominado *diazinziberos magno* prescrito para auxiliar no conforto da digestão. Esse composto era uma espécie de condimentado com açúcar, gengibre e várias especiarias⁵⁸ e sua receita consta na obra *Antidotario*⁵⁹, atribuída a Arnaldo (Carta Régia, 18/3/1304; 10/11/1305, CDFL, p.14 - 16).

Jaime II teve dez filhos, frutos do casamento com D. Branca, realizado em 1295: o primogênito, D. Jaime, nasceu em Valência (setembro de 1296), D. Maria (Valência, abril de 1297), Alfonso (Nápoles, maio de 1299), Constança (Valência, abril de 1300), Isabel (maio de 1301), Branca (Valência, março de 1302), Juan (dezembro de 1302), Pedro (1305 ou 1306), Ramón Berenguer (Valência, 31 de agosto de 1308) e Violante (Barcelona, 11 de outubro de 1310). Os cuidados com os filhos do monarca eram realizados por pessoas de sua confiança. Assim, durante a infância, os infantes permaneciam aos cuidados do mordomo da rainha, Vidal de Vilanova de Valência, que era auxiliado por Ot de Montcada de Catalunha, e Pedro de Ayerbe de Aragão. A esposa do último, Dona Violante da Grécia, ficou responsável pela infanta Violante e Leonor⁶⁰, neta de Maria de Molina de Castela, prometida para o primogênito de

a vobis et a domina regina fui quibusdam occultis passionibus iam affictus, quare nec vos nec dominam reginam in estate preterita potui visitare, unde super hoc vestra bonitas me habeat excusatum; set firmiter clementissime domine quamdiu deus concedet vobis vitam et domine regine, intendo singulis estatibus vos videre et de arte mea servire nobilibus et aliis gentibus regni vestri, cum propter multos honores et bona plurima que vestri misericordia recepi et recipio incessanter me vestre regali magestati sentiam obligatum. [...] Domine, per confortatione stomachi vestri feci fieri meliori apothecario Montpessullani optimum dyazinzinbero quo audacter poteris uti ad confortationem digestionis.

⁵⁸A receita utilizava gengibre branco, galanga, cravos, cinamomo, cariofilada, noz-moscada, cardomomo, pinhões limpos molhados em vinho branco, pistaches limpos e zedoária. Outra forma de preparar o eletuário visando o fortalecimento do estômago era fazer uma infusão com vinho branco, cravo, noz-moscada, galanga, pimenta e açúcar.

⁵⁹O *Antidotário*, obra atribuída a Arnaldo de Vilanova e escrita provavelmente entre 1304 e 1305, é um tratado de farmacologia com influências árabes e salernitana.

⁶⁰D. Leonor, primogênita de Fernando IV de Castela e D. Constanza de Portugal, nasceu em 1309. Foi prometida em matrimônio ao infante D. Jaime, primogênito de Jaime II de Aragão. Em 1312, aos três anos, foi viver no reino aragonês junto com a infanta Violante até completar a idade para celebrar as bodas e consumir o casamento. No entanto, em 1319, o infante renunciou ao direito ao trono, recusou o casamento e decidiu seguir a

Jaime II. Em Valência, a imperatriz Constança, esposa de Juan Dukas Vatatzes, junto com a dama do palácio, Saurina Beziers, cuidou das infantas Constança⁶¹ e Isabel. A priora do Mosteiro de Sijena responsabilizou-se pela educação das infantas Maria⁶², Branca, Isabel e Violante (MARTÍNEZ FERNANDO, 1948, p. 27-30; MCVAUGH, 1986, p. 16).

Esses profissionais trocavam correspondência com o rei e com a rainha informando-os das necessidades dos infantes. Desse modo, em 1307, Dona Saurina de Beziers escreveu ao monarca comunicando-o dos problemas de saúde da infanta Constança que se encontrava no Castelo de Villena⁶³. Em resposta, enquanto a rainha escreveu ao físico Guilherme de Valência, solicitando-lhe cuidados médicos durante todo o verão⁶⁴, Jaime II avisou a dama de companhia sobre os procedimentos para a contratação de um profissional da saúde para cuidar da filha (Carta Régia, 16/06/1307, CJA, p.50).

Jacobus, etc. À nobre e estimada Dona Saurina de Beziers, etc. Tendo recebido a vossa carta e entendido integralmente o que nela estava expresso, e dando apoio ao vosso propósito, em resposta comunicamos o que nós e a Senhora Rainha escrevemos ao mestre Guillelmo, médico de Valência, para que ele vá pessoalmente ao Castelo de Villena para cuidar da saúde de nossa ínclita filha Dona Constância. Isso conforme aquilo que, por meio de carta que vos envia a Senhora Rainha, vereis estar expresso com mais clareza⁶⁵ (Carta Régia, 16/06/1307, CJA, p. 50).

vida religiosa. Suas decisões geraram uma situação delicada entre os dois reinos, e a infanta D. Leonor, neta de Maria de Molina, foi devolvida para Castela.

⁶¹A infanta Constança (1300 – 1327) casou-se com o nobre castelhano Juan Manuel de Castela (príncipe de Villena).

⁶²A infanta Maria (1297 – 1347) casou-se com Pedro de Castela (1290 – 1319), filho da rainha Maria de Molina.

⁶³O Castelo de Villena está localizado no município de Villena, na província do Alicante (Espanha).

⁶⁴Na carta, composta em Huesca, em 16 de junho de 1307, a rainha D. Branca solicita: *Ao seu fiel mestre Guillelmo, médico que mora em Valência, etc. Sendo que nós e a ilustre Senhora Branca, rainha de Aragão, nossa caríssima consorte, temos tomado providências para que permaneçais e estejais a nosso serviço no castelo de Villena para os cuidados com a saúde da ínclita senhora infanta Constância, nossa filha, durante o atual verão, consoante ainda a Rainha vos notifica por meio de uma carta específica a respeito de tudo isso, por esta razão vos comunicamos e rogamos que chegueis no citado castelo e lá permanecéis dedicando-vos a cuidar da saúde da infanta com solicitude e empenho, de tal maneira que possais ainda conseguir ser merecedor de uma recompensa real.*

⁶⁵O monarca Jaime II, também em Huesca, escreveu para a dama de companhia Dona Saurina: *Iacobus, etc. Nobili et dilecte dompne saurine de Biterris, etc. Recepta littera vestra et que continebantur in ea plenarie in [tellecta] vestrum pro inde propositum comendantes, vobis respondendo significamus quod scribimus nos et domina regina magistro Guillelmo, físico valencie, ut apud castrum de Billena, pro conservacione salutis inclite filie nostre dompne Constancie, personaliter accedat prout inde per litteram quam vobis dirigit dicta domina Regina clarius videbetis contineri.*

1.2 Medicina e diplomacia: a circulação de Arnaldo de Vilanova

No Ocidente medieval, ocorria o movimento de pessoas de diversas condições e impulsionado pelos motivos mais variados⁶⁶. Comerciantes, peregrinos, bispos, reis e juízes circulavam constantemente por estradas e trilhas e, até mesmo, os santos ou seus ossos deslocavam-se de um lugar a outro. Determinados grupos de homens medievais, independente das condições das estradas e de transporte, movimentavam-se continuamente e enfrentavam provações e dificuldades nesses deslocamentos. A via fluvial era uma das mais utilizadas. Muitos viajavam por terra, no lombo de animais ou em carroças (LE GOFF, 2005, p. 129 – 131; GARCIA FITZ, 2009, p. 135).

Arnaldo de Vilanova era um dos intelectuais presentes na corte de Jaime II, onde exerceu duas atividades: a de físico do rei e de sua família e a de embaixador da Coroa de Aragão em missões diplomáticas fora do reino. Seu itinerário (ver anexo 1), elaborado a partir da Correspondência Oficial da Coroa de Aragão, inicia-se no ano de 1291 — começo do reinado de Jaime II e momento em que o físico catalão já se encontrava na Escola de Medicina, em Montpellier — e finaliza-se em 1311, ano de seu falecimento. Esse itinerário fornece elementos para compreenderem-se as viagens do físico catalão como intelectual por vários centros de saber e cortes régias e pontifícias de diferentes regiões do mundo latino europeu (Península Ibérica, França e Itália). Os elementos selecionados são as datas e os locais onde ele esteve, além de um breve resumo da sua ligação com o lugar. Com base na análise dessas viagens, pode-se averiguar sua circulação, considerando-se os distintos objetivos para tais deslocamentos: cuidar da saúde de autoridades importantes em sua

⁶⁶As jornadas ocorriam por diferentes interesses. Os monarcas, com as suas cortes itinerantes, percorriam o seu reino, parando por um período de tempo nas cidades mais importantes. Os mercadores iam-se de feira em feira para venderem seus produtos e, os cavaleiros, para participarem de campanhas militares. Os senhores trilhavam os seus domínios para administrarem a justiça, cuidarem das rendas e caçarem. Os prelados deslocavam-se pelas dioceses em visita às suas igrejas. Os peregrinos viajavam para lugares santos, como Jerusalém, Roma ou Santiago de Compostela.

época, exercendo funções diplomáticas do reino de Aragão, ou difundir suas ideias teológicas.

1.2.1 A corte aragonesa

Ao venerável, prudente e distinto mestre Arnaldo de Vilanova, amigo, familiar, conselheiro e nosso estimado médico, de muitas maneiras nos prestou serviços benévolos e gratos.

Jaime II de Aragão

As relações de Arnaldo de Vilanova com os monarcas de Aragão, Pedro III (1276 – 1285), Afonso III (1285 – 1291) e Jaime II (1291 – 1327) inserem-se num contexto europeu em que as normas de conduta dos médicos foram apoiadas e legitimadas pelo poder civil e pelo sistema universitário.

Nesse ambiente, ele teve contato com outros nomes destacados da época, como o cronista Ramón Mutaner (1265 – 1336), autor do escrito *Crônica*, dedicado aos príncipes de Aragão e que sintetiza os acontecimentos do reino entre 1208 e 1328. Conviveu também com o maiorquino Raimundo Lúlio⁶⁷ (1232 – 1316), que vivia na corte de Jaime II de Maiorca, de maneira que, a partir de 1275, dedicou-se às questões de cunho teológico, preocupando-se, sobretudo, com a retomada da Terra Santa, o que influenciou o monarca aragonês no seu projeto de cruzada contra o reino de Granada⁶⁸. Nesse meio conviveu também com profissionais de saúde, como o seu sobrinho Ermengol Blasi e os físicos Giovanni Rayner, Guilherme de Béziers, (que permaneceram por um breve período), Martí de Calça Roja, João Amell (que ocuparam o cargo permanentemente até a morte do rei) (MONTALVO, 2006, p. 122- 129).

⁶⁷Raimundo Lúlio nasceu na ilha de Maiorca, em 1232. Pertencia a uma família de comerciantes originários de Barcelona, que ganhou casas em Palma de Maiorca por participar da expedição de Jaime I, a qual conquistou a ilha em 1229. Ele escreveu mais de duzentas obras. Em seu projeto de união da cristandade numa cruzada para converter os infiéis, defendia a criação de escolas de línguas orientais, como o colégio em Miramar. Atendendo ao seu pedido, em 16 outubro de 1276, o sumo pontífice João XXI (1276-1277) promulgou a bula *Laudanda tuorum progenitorum*, autorizando o rei de Aragão (Jaime I, o Conquistador) a estabelecer, na ilha de Maiorca, um mosteiro, onde frades menores poderiam estudar em árabe.

⁶⁸Essa empreitada do monarca aragonês é trabalhada no capítulo 4.

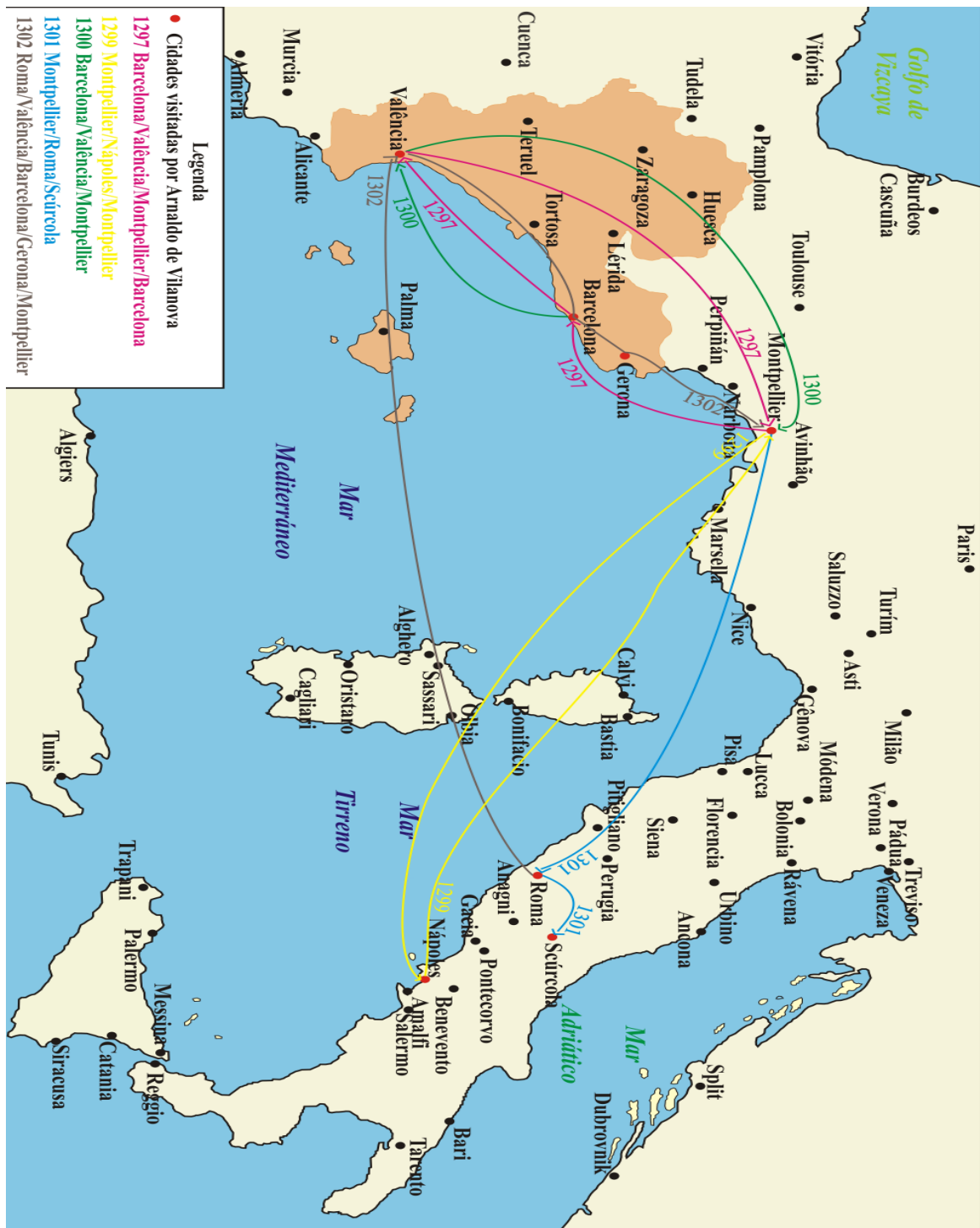
O contato de Arnaldo de Vilanova com o infante Jaime sucedeu no período em que ele ocupou o cargo de físico pessoal do rei Pedro III, de 1281 a 1285, em Barcelona. Provavelmente, antes de assumir essa função, exerceu a Medicina em Valência. Durante trinta anos, de 1281 a 1311, manteve relação pessoal e profissional com a dinastia da Coroa de Aragão (Casa de Barcelona), prestando serviço médico e diplomático ao rei Pedro III, o Grande, e aos seus filhos: Alfonso III, o Liberal, Jaime II, o Justo, e Frederico III, o Simples. Nos últimos vinte anos de sua vida, Arnaldo, além de médico, ocupou cada vez mais o papel de embaixador, conselheiro e guia espiritual dos reis aragoneses. Por conseguinte, atendendo à solicitação régia, compôs, em 1297, dois livros de catecismo para a educação dos infantes na fé católica: *Alphabetum catholicorum ad inclitum dominum regem Aragonum pro filiis erudiendis in elementis catholicae fidei* e *Tractatus de prudentia catholicorum scholarium*.

Em primeiro lugar, a presença do físico catalão na corte aragonesa relacionava-se ao exercício da Medicina nos cuidados da saúde da família real. No seu itinerário das viagens (ver anexo 1) e nos mapas (1 e 2), verifica-se a sua circulação mormente pelas cidades de Barcelona e Valência. A atuação como mestre na Universidade, em Montpellier, impedia-o de atender regularmente à família real como físico permanente, mas, sempre que solicitado, viajava para servir ao rei Jaime II. Mesmo assim, não raro, o monarca oferecia-lhe o cargo de principal físico da corte.

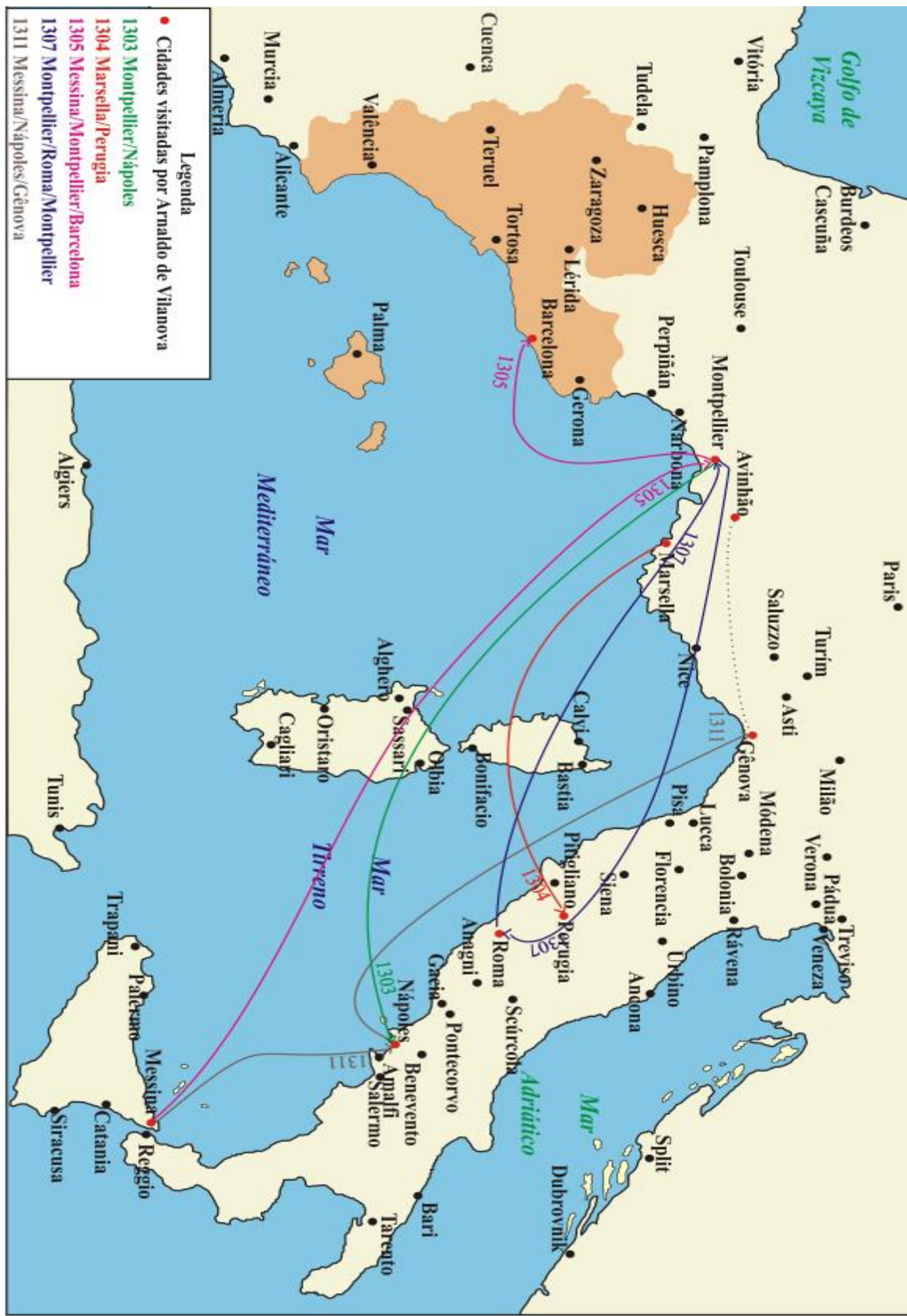
O primeiro registro de viagem para atender ao rei encontra-se na carta de abril de 1293, quando o monarca estava em Barcelona (desde 7 de março). A partir de 1297, as viagens para essa cidade ou Valência foram mais constantes em função da necessidade de acompanhar os partos da rainha D. Branca em quatro momentos: 1297 (infanta Maria), 1299 (infante Alfonso), 1300 (infanta Constança), 1302 (infante Juan). A exceção foi em 1299, quando Jaime II e a rainha encontravam-se em Nápoles e o físico catalão deslocou-se de Montpellier para essa cidade onde permaneceu durante algumas semanas para acompanhar o

nascimento do infante Alfonso (ver mapa 1). E, em 1303, retornou para tratar do sogro do monarca de Aragão, rei Carlos II (1285-1309) de Nápoles (ver mapa 2) (Cartas Régias, CRDAC, p. 268, 272; ESTAL, 2009, p. 78-80).

Mapa 1 – Viagens por interesses médicos I (1297 – 1302)



Mapa 2 - Viagens por interesses médicos II (1303 – 1311)

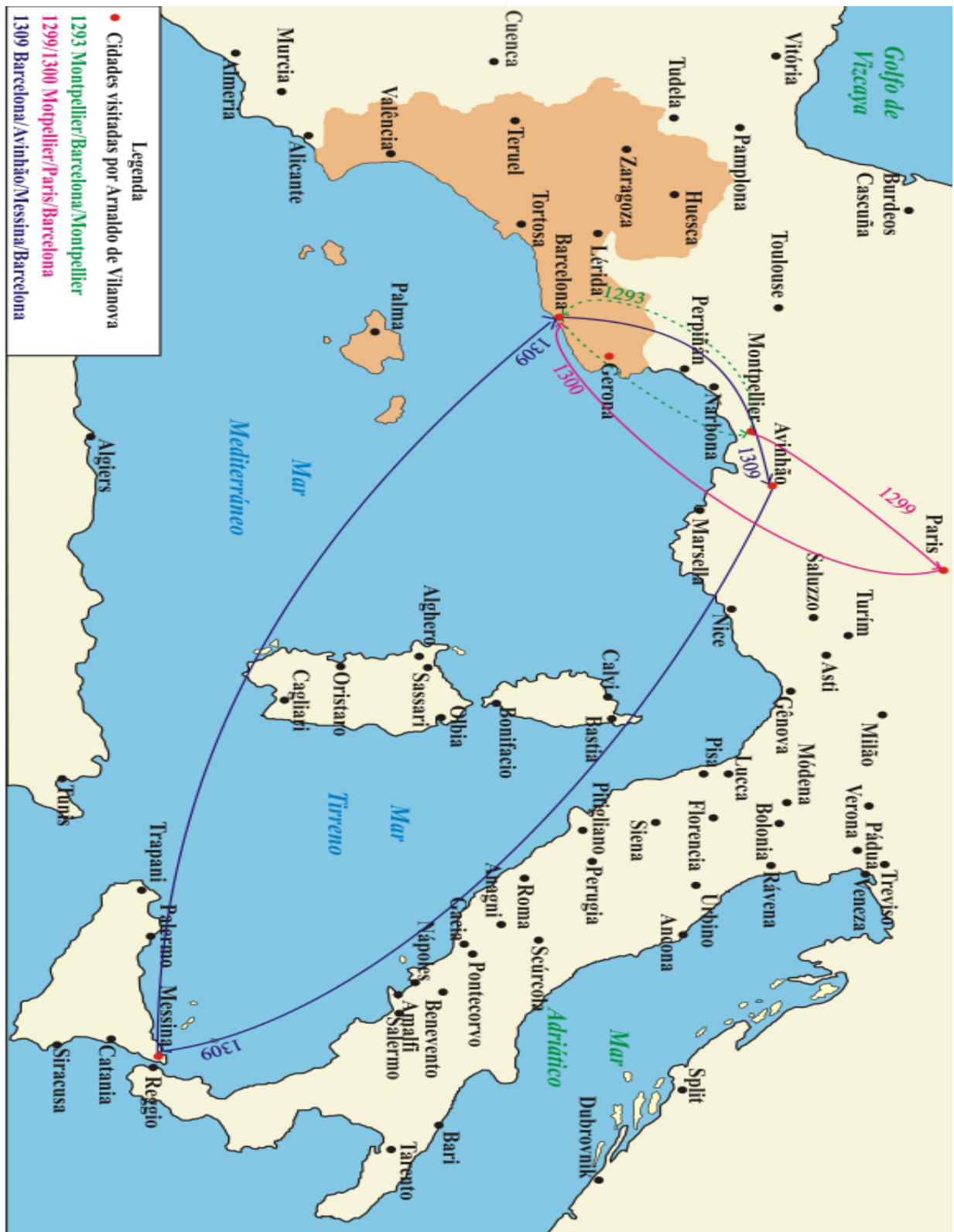


Outro campo de atuação arnaldiana foi na esfera política como conselheiro e embaixador dos monarcas de Aragão. Assim, realizou várias viagens em missões diplomáticas (ver mapa 3). Em 1299, esteve em Paris representando Jaime II, na negociação com o rei Felipe IV, o Belo (1285-1314), em busca da resolução de alguns problemas fronteiriços.

O entendimento dessa questão relaciona-se com a expansão mediterrânica da Coroa de Aragão a qual, em 1282, durante o reinado de Pedro III, o Grande, incorporou o reino da Sicília, passando a exercer o controle mercantil no mar Mediterrâneo ocidental e a promover a abertura ao comércio catalão dos mercados e das rotas do mar oriental. Essa conquista gerou a oposição do papado e da França, que defendiam o retorno do reino ao domínio de Nápoles, governada pelo rei Carlos II de Nápoles (1285-1309). Em consequência disso, o monarca aragonês foi excomungado e despojado de seus bens. Nesse contexto, em novembro de 1283, aproveitando-se da interdição papal contra o rei Pedro III, as tropas francesas ocuparam o Vale de Arán, pertencente ao reino aragonês. Recuperar essas terras passou a ser uma das preocupações de Jaime II ao assumir o trono, em 1291. Por isso, enviou o físico catalão à corte francesa em busca de uma solução. No entanto o desfecho só ocorreu em 26 de abril de 1213, quando o rei francês devolveu a região para Aragão (MONTALVO, 2006, p. 216 – 217).

Em 1300, ele retornou a Paris novamente como embaixador aragonês. A viagem tinha como objetivo solucionar a crise relacionada ao infante Afonso de la Cerda, sobrinho de Felipe, o Belo, legítimo herdeiro de Castela que, desde 1277, vivia refugiado em Aragão, pois Sancho IV (1284 – 1295) havia usurpado o trono (ver mapa 3).

Mapa 3 – Viagens como embaixador (1293 – 1309)



O conflito relaciona-se à disputa pelo trono de Castela entre os descendentes de Afonso X⁶⁹. Em 1296, após a morte de Sancho IV (1284 – 1295), Jaime II de Aragão, com a justificativa de defender os direitos dinásticos de Afonso de la Cerda, invadiu a região de Múrcia e Alicante, pertencentes a Castela. Assim, quase trinta anos depois do início do conflito, o problema não tinha sido solucionado. É nesse contexto que Arnaldo de Vilanova, em 1300, viajou para Paris exercendo o papel diplomático e representando os interesses do rei aragonês procurando resolver a crise entre os dois reinos. A paz só aconteceu em 1303, quando celebrou-se um acordo matrimonial entre a filha de Jaime II, Constança, e o filho de Maria de Molina, Juan Manuel⁷⁰.

A partir de 1308, mesmo mantendo o vínculo com a universidade, passou a desempenhar cada vez mais o papel de agente e embaixador da Coroa aragonesa na cúria pontifícia. Em 1309, na corte pontifícia de Avinhão, Arnaldo representou os interesses de Jaime II e sua atuação foi fundamental para o monarca obter apoio financeiro e o título de cruzada para a campanha militar de conquista do reino muçulmano de Granada (ver mapa 3).

É difícil conhecer o cotidiano das viagens de Arnaldo de Vilanova, as etapas e as dificuldades enfrentadas no desempenho de sua função como médico ou representante do rei de Aragão. Seus deslocamentos eram normalmente realizados por via marítima, mais rápida, de maneira que, quando os ventos estavam favoráveis, um navio podia atingir 300 quilômetros em vinte e quatro horas.

Contudo, a despeito de o físico catalão não ter participado da viagem da embaixada do rei Jaime II, em 1295, de Barcelona a Anagni, a análise dos seus itinerários fornece-nos um panorama dos deslocamentos entre o reino de Aragão e a corte pontifícia. Essa viagem

⁶⁹Em 1275, com a morte de seu primogênito, Fernando de la Cerda, por direito, o trono pertencia ao seu neto (o infante de la Cerda). No entanto, seu filho Sancho reivindicou o trono, iniciando um conflito envolvendo não apenas os súditos castelhanos, mas também o reino da França, pois os netos de Afonso X eram sobrinhos de Felipe, o Belo. Numa tentativa de fuga malsucedida, os infantes ficaram presos no reino de Aragão, na época governado por Pedro III (1276 – 1285).

⁷⁰O casamento foi realizado em 1311.

relaciona-se com O *Tratado de Anagni* (1295), que se constitui no conjunto de acordos entre a França, Nápoles e Roma, para solucionar o impasse atinente à Sicília. Com a morte do rei Pedro III, em 1285, seus territórios (Aragão, Catalunha, Valência e o reino de Maiorca) passaram ao seu primogênito, Alfonso III, e o reino da Sicília ficou com Jaime, o seu segundo filho. Em 1291, com a morte do rei, Jaime II assumiu a Coroa de Aragão e intensificou os acordos diplomáticos para acabar com o conflito, enviando, em 1295, sua embaixada visando solucionar tais querelas. O acordo estabelecido pelo *Tratado de Anagni* determinava o casamento⁷¹ de Jaime II com Branca de Anjou (1283 – 1310), filha de Carlos II (1285-1309) de Nápoles; a paz entre a França e Aragão; a doação da Sicília ao papado e a suspensão das condenações pontifícias. Os sicilianos não aceitaram o acordo e coroaram, como rei da ilha, Frederico de Aragão (1291 – 1337), que ali vivia desde 1283, quando chegara com a família real aragonesa, sua mãe, D. Constança, e seus irmãos Jaime II e D. Violante. O impasse somente foi deslindado com a Paz de Caltabellota, em 1302, a qual estabeleceu o trono da Sicília como um ramo da monarquia aragonesa (MATILLA, 2006, p. 37- 40).

A análise dessa viagem permite-nos compreender como eram os deslocamentos de Aragão até a corte pontifícia. A embaixada contava, no total, com quarentas pessoas. Os quatro embaixadores aragoneses, Guillem Durfort, Gilabert de Cruilles, Pere de la Costa e Guillem Galvany, pertenciam ao grupo de altos funcionários da cúria real e já tinham participado de outras embaixadas enviadas a Navarra, Inglaterra, Provença e à corte pontifícia. Afora isso, cada um dos representantes levou seus servidores pessoais. Como meio de transporte, utilizaram uma galera e uma barca armada para a proteção, num total de 185 pessoas, incluindo 30 balesteiros para a defesa. O percurso de Barcelona até Civitavecchia, na Itália, foi realizado no período de 19 de março a 26 de abril de 1305. Navegavam durante o

⁷¹Para atender essa determinação do tratado, houve o rompimento do acordo matrimonial firmado, em 1291, com a infanta Isabel, filha de Maria de Molina (1260-1321) e do rei Sancho IV (1284 - 1295) de Castela.

dia e dormiam à noite, em terra, em albergues nos portos⁷². A segunda parte da viagem de Civitavecchia até Anagni foi realizada por via terrestre com a compra ou o aluguel de cavalos (CONDE Y DELGADO DE MOLINA, 2011, p. 9-37).

O conhecimento adquirido pelo físico no ensino universitário e também sua experiência no exercício da Medicina outorgaram-lhe competência, autoridade e, conseqüentemente, a confiança do paciente que lhe pagava para cuidar de sua saúde. Sob tal aspecto, a análise das relações de Jaime II com Arnaldo de Vilanova demonstra sua preocupação não só com o pagamento de honorários, mas também em conceder privilégios e presentes.

Logo, como fruto de seu trabalho servindo a Coroa de Aragão, como médico, conselheiro e embaixador, recebeu, em troca, privilégios e bens. O rei Pedro III (1276-1285) ofereceu-lhe os direitos sobre o Castelo de Ollers e 2000 soldos anuais, com a condição de viver na cidade de Barcelona a serviço da família real⁷³.

Nós Pedro, pela graça de Deus, rei de Aragão, por causa dos muitos serviços que de vós, Mestre Arnaldo de Vilanova, recebemos, concedemos a vós, de nossos rendimentos em Barcelona, dois mil soldos, para que sejam tidos e possuídos cada ano de vossa vida, e enquanto providenciamos para vós a herdade que junto pedis, pois com vossa esposa e família⁷⁴ façais aí também residência e tenhais vosso domicílio⁷⁵ (Carta Régia, 01/09/1281, CAA, p. 872)

Com a morte do monarca Pedro III, Afonso III (1285 – 1291) assumiu o trono de Aragão. Nesse período, Arnaldo de Vilanova continuou ocupando o cargo de médico da

⁷²No território aragonês: Blanes, Sant Feliu de Guíxols, Cadaqués. No reino francês: Marselha, Ilha de Santa Margarida, Mônaco. No território italiano: Savona, Gênova, Portovenere, Civitavecchia.

⁷³Constam três documentos que aludem à sua atuação na corte durante o reinado de Pedro. O primeiro, datado de 18 de agosto de 1281, tem como foco a obrigatoriedade do físico, no papel de médico de câmara, de residir em Barcelona e o salário de 2.000 soldos anuais. O outro documento é de 1285 e trata das rendas que Arnaldo passou a receber em Tarragona. Por último, ainda nesse ano, foi lhe outorgado o direito às rendas do Castelo de Ollers.

⁷⁴No período em que viveu em Montpellier como estudante de Medicina, Arnaldo de Vilanova casou-se com Agnes Blasi, pertencente a uma família de comerciante na cidade. Desse relacionamento, nasceu, por volta de 1276, na cidade de Valência, Maria, sua única filha.

⁷⁵O primeiro documento da corte de Pedro III que menciona o físico catalão é datado de 1º de setembro de 1281: *Nos Petrus Dei gracia rex Aragonum. Propter multa servicia, que a vobis magistro Arnaldo de Villanova recepimus, [...] damus et concedimus vobis duo millia sol. Barch. habendos et percipiendos singulis annis vite vestre in redditibus nostris Barchinonensibus, donec vobis de hereditate provideremus competenti, ita quod cum uxore et familia vestra faciatis ibidem residenciam et vestrum domicilium teneatis; [...]*

corte, mas não foi obrigado a viver em Barcelona, podendo mudar-se para Valência e manter a pensão de 2.000 soldos. Nessa cidade, comprou terras, edificou uma casa, permutou suas rendas da Catalunha por outras valencianas e fez doações ao convento dominicano de sua cidade natal. Em documento, o monarca reafirmou o direito concedido pelo pai:

Que todos tenham conhecimento que nós, infante Alfonso etc., pelo dito documento de doação e concessão pelo mencionado senhor rei e pai nosso feito a vós, dileto médico do senhor rei e nosso mestre Arnaldo de Vilanova, de toda parte e de todo direito e domínio tanto que o senhor rei tem, e para ele concede no Castelo de Ollers, que está em Concha de Barberano [...] Por isso, pelos serviços prestados e de certo reconhecimento, nomeamos, concedemos e aprovamos a vós, dito mestre Arnaldo e aos vossos, toda a mencionada doação e concessão⁷⁶ (Carta Régia, 05/05/1285, CDHCC, p.5).

Percebe-se um acúmulo de bens ligados a sua atuação como médico. Em 1297, como pagamento pelos serviços prestados, Arnaldo recebeu de Jaime II 1.000 soldos, um cavalo para a viagem de retorno a Montpellier e salvo-conduto. Já no ano de 1300, foram lhe pagos 1.544 soldos. Em dezembro de 1303, 400 soldos. Foi presenteado também com um copo de prata, peles e um cavalo que custou 600 soldos ao tesouro real. Ao escudeiro de Arnaldo, Bartolomé Oliver, foram pagos 60 soldos; a um familiar de Arnaldo que representava o físico, o rei mandou pagar 190 soldos como indenização pela perda de um cavalo que morreu durante a viagem à corte, o qual se encontrava em Zaragoza (CRDAC, p. 266 - 267).

Em seu inventário do patrimônio material, além da lista de livros e códices, há dois mapas, tecidos⁷⁷, alguns de linho e seda, e outros sem especificação, camisas romanas de seda que ele ganhou de presente de um sumo pontífice⁷⁸, capas e couro e um cinto, quatro botas,

⁷⁶Em 1285, em Barcelona, o monarca Afonso III determinou: *Noverint universi quod nos infans Alfonsus etc. vico instrumento donacionis et concessionis per dictum dominum regem patrem nostrum facte vobis dilecto físico domini regis et nostro magistro Arnaldo de Villanova de tota parte et totó jure ac domínio quam et quod dominus rex habet et eidem competit in castro de Ollers, quod est in Concha de Barberano [...] Idcirco grátis et ex certa sciencia laudamus, concedimus et approbamus vobis dicto magistro Arnaldo et vestris, totam dictam donacionem et concessionem.*

⁷⁷Peça inteira de *samit* de cor verde; outra de *cameliot* negro.

⁷⁸Não se especifica qual papa presenteou o físico catalão: Bonifácio VIII, Bento XI ou Clemente V.

bolsas, dois couros de veado ou cabrito, cinto de couro, várias toalhas, camisas e calças de linho. Há também papéis com figuras árabes, cartas e várias folhas em papiro, dois instrumentos do hospital e remédios, tais como: uma caixa com quatro pílulas negras, bolsa de couro, outra com uma onça de *dambra* (*âmbar*), sacola de noz-moscada (dez onças), uma onça de *cadermonii* (cardamomo) em um saco negro e um tonel de cogumelos *pinatell*. Em relação às moedas, ele menciona a existência de um cofre com 4 mil torneses (turões), bolsa com 432 *reforzatos* de prata e um recibo, 4 pequenos denários, uma caixa dourada com pedras preciosas e pérolas, um reservatório de ouro e um crucifixo em marfim (AVI, p. 192 - 202).

Em retribuição aos serviços prestados por Arnaldo, Jaime II concedeu ao seu médico plena posse de propriedades, rendas, honrarias e privilégios em Valência:

Nós Jaime etc, gratos aos serviços com prazer fornecidos por vós, nosso dileto mestre Arnaldo de Vilanova, e que não cessais de prestar a cada dia, por isso, pela consideração dos mesmos serviços desinteressados, a vós concedemos e damos a permissão e plena posse, que podeis por autoridade própria, as casas, rendas, honrarias e outras possessões que tiverdes e possuírdes na localidade e território de Valência, dar ou em última vontade renunciar ou delegar às igrejas e locais religiosos para culto divino, isto para vós e também por especial graça somos indulgentes. Enviamos o direito pela nossa presente carta, por meio de nosso procurador do reino de Valência, e pelo portador da cidade de Valência, e não pelos universais e singulares oficiais do mesmo reino e território, que tenham a nossa predita graça e concessão firme, e respeitem e façam respeitar de modo inviolável e não se oponham nem permitam alguém se opor por outra razão⁷⁹ (Carta Régia, 8/4/1302,CDHCC, p. 27-28).

O físico catalão recebeu também uma gabela de sal em Burriana⁸⁰, ficando responsável pela sua administração a partir de 1300. Existem algumas cartas do rei aragonês e, igualmente, da rainha D. Branca resolvendo questões atinentes a esse benefício concedido.

⁷⁹*Nos Jacobus etc. grata et accepta servicia per vos dilectum nostrum magistrum Arnaldum de Vilanova gratanter exhibita, et que exhibere cotidie non cessatis, idcirco ipsorum gratuitorum serviciorum intuitu vobis licenciam ac plenum posse concedimus atque damus, quod possitis auctoritate própria domos, censualia, honores aliasque possessiones quas habetis et possidetis in civitate et território Valencie, donare seu in ultima voluntate dimittere seu legare ecclesiis et locis religiosis ad divinum cultum, hoc vobis et especial gracia indulgentes. Mandantes per presentem cartam mostram procuratori nostro regni Valencie, justicie et baiulo civitatis Valencie, nec non universis et singulis officialibus eiusdem regni et civitatis, quod predictam gratiam et concessionem mostram firmam habeant et observent et faciant inviolabiliter observare et non contraveniant nec aliquem contravenire permitant aliqua racione.*

⁸⁰ Burriana localiza-se no município da comunidade Valenciana (Espanha) e fica a 53 quilômetros da cidade de Valência.

Esse privilégio foi constantemente renovado. Em 1302, por intermédio de outra missiva, o monarca Jaime II concedeu plena licença ao seu médico para a venda do direito à exploração da gabela por quatro anos. Posteriormente, D. Branca renovou essa autorização, estendendo o período por toda a vida dele⁸¹ (Carta Régia, 14/12/1308, CDHCC, p. 50).

Nós, Jaime etc., concedemos e damos plena licença a vós, venerável e dileto conselheiro nosso, mestre Arnaldo de Vilanova, que aquele *violarium* do imposto de sal de Burriana que tens pela nossa doação e concessão, e que manténs e também governas, podeis por vós ou por vosso procurador vender por quatro anos continuamente a qualquer um ou a todos a que tendes vontade, e por qualquer preço [...] ⁸² (Carta Régia, 6/4/1302, CDHCC, p. 28).

Além de informar-nos sobre o destino do seu patrimônio acumulado com o exercício da Medicina, o testamento de Arnaldo de Vilanova fornece também mais dados sobre sua vida pessoal. Uma das primeiras preocupações do físico catalão é com a escolha do local em que deveria ser enterrado. A sua vontade é a de que sua sepultura seja em qualquer paróquia em que venha a falecer⁸³. Ele manifestou o desejo de que todos os seus bens, imóveis e móveis, em Montpellier, fossem destinados ao usufruto em vida de sua esposa, Agnes Blasi⁸⁴. E, se antes de morrer, ela não dispusesse dos bens a favor dos necessitados, o físico catalão

⁸¹Já a rainha D. Branca, seis anos após o monarca conceder esse privilégio a Arnaldo de Vilanova, em carta datada de 14 de dezembro de 1308, renovou o direito dos impostos do sal durante toda a sua vida. *Nos Blanca etc. atuentes grata et accepta servitia per vos fidelem scriptorem nostrum Jacobum de Plano nobis exhibita, concedimus vobis de assenso et voluntate illustrissimi domini regis Aragonum viri nostri karissimi quod de illa quantitate quam magister Arnaldus de Villanova dilectus phisicus et consiliarius percipiebat ad violarium super redditibus et juribus gabelle salis burriane, cui violario idem magister Arnaldus seu procurator eius pro eoanunciavit et restituit, habeatis et percipiatis anno quolibet totó tempore vite vestre, super dictis redditibus et juribus gabelle salis predictae de Burriana, quadringentos sólidos regalium \Valencie. mandantes per presentem cartam mostram baiulo nostro generali regni Valencie et qui pro tempore fuerit quod dictos .cccc. solidos regalium, det et solvat vobis vel cui volueritis loco vestri vel dari et solvi faciat de predictis redditibus et juribus quolibet anno totó tempore vite vestre ut superius continetur.*

⁸²Nos Jacobus etc concedimus et licenciam plenam damus vobis venerabili et dilecto consiliário nostro magistro Arnaldo de Villanova quod illud violarium gabelle salis de Burriana quod ex donacione et concessione mostra habetis et recipitis ac etiam ministratis, possitis per vos vel per procuratorem vestrum vendere ad .iiii. anos continue sequentes cuicumque seu quibuscumque volueritis et quocumque precio.

⁸³*Et in primis eligo sepulturam meam in quecumque parrochia contingerit me obire, voleas et ordinans quod de funeralibus plenissime satisfiat illis qui mee sepulture tain obsequia fecerint quam neccessaria ministraverint.*

⁸⁴O seu casamento com o físico catalão aconteceu no período em que ele encontrava-se em Montpellier, onde cursou Medicina. Agnes pertencia à família dos Blasi, comerciantes da cidade. Os seus sobrinhos, Joan e Ermengol Blasi, seguiram os passos do físico catalão e dedicaram-se ao exercício da Medicina.

estipulava que fossem distribuídos entre “viúvas, órfãos, pupilos e outras pessoas miseráveis e indigentes que vivem honestamente⁸⁵” (AVT, p.88).

Já os seus bens e direitos de impostos da cidade de Valência foram destinados à sua filha Maria, religiosa no mosteiro de Santa Maria Madalena, nesta cidade. E, após a morte de sua herdeira, ele ordenou que os bens fossem vendidos e, o lucro, distribuído entre os miseráveis, desde “que uma quarta parte fosse destinada aos prisioneiros, pois foi desse modo que o senhor Jesus deu tudo a mim⁸⁶” (AVT, p. 89).

1.2.2 A cúria pontifícia

Só encontrei um catalão que faz o bem: é o mestre Arnaldo de Vilanova, que me fez um selo de ouro e uma faixa que levo continuamente, que me livram do mal de pedra e de outras dores e que me devolveram a vida.

Sumo Pontífice Bonifácio VIII

O físico catalão realizou viagens às cidades italianas onde a cúria estava instalada. Da mesma forma que a realeza medieval, o papado foi itinerante com a mudança da residência papal. Nos últimos anos de sua vida, ele deslocou-se para a cidade francesa de Avinhão, local escolhido como sede da cúria após o cisma do Ocidente. Esses deslocamentos justificam-se pela necessidade de atendimento médico dos papas Bonifácio VIII (1294 – 1303), Bento XI (1303 - 1304) e Clemente V (1305 - 1314) (ver mapas 1 e 2). Outro motivo relevante foi sua atuação diplomática representando os interesses da Coroa aragonesa (ver mapa 3).

⁸⁵*Item volo et ordiuo quod omnia bolla mea tain immobilia quam mobilia, que habeo in monte pessulano, teneat et possideat domina Agnes uxor mea in tota vite sua, et in morte possit ad sui arbitrium ordinare de illis pro anima utriusque . Si timen ipsa non ordinaret, volo quod distribuatur in monte pessulano per viduas et orfanos et pupillos et alias personas miserabiles honeste viventes et inopes.*

⁸⁶*Item volo et ordino quod dum vixerit Maria filia mea., provideatur el de necessariis suis ad plenum de proventibus censualiuni meorum, quos habeo in civitate vol in territorio Valentie. Et in eo quod in presenti ordinatione dicte filie mee dimitto et in aliis bonis, que eidem filie rnee sive monasterio dominarum Sancte Marie Magdalene Valeñatie quem intravit pro ea et nomine suo de bonis meis dedi et obtuli, instituo ipsam filiam meam nunch heredem . Residuum vero predictorum proventuum distribuatur per moniales illas quas premet inopia vol egestas in monasterio ubi fuerit dicta filia mea. Post cujus obitucn volo et ordiuo quod ceusualia predicta vendantur per dictos manumissores meos vol per aliquem eorum ut predicitur, et per eum distribuatur per personas miserabiles, descriptas superius, cum ceteris bonis residuis ; quorum Lamen quarta pars volo quod ponatur in captivis redimendis, ita quod sic dominus jhesus christus omnia michi dedit. Ita volo et instituo quod heres sit mens et q uod ad sui gloriam hereditas predicio modo administretur.*

Desde 1292, Bento Gaetani, o futuro papa Bonifácio VIII, já padecia de frequentes acessos de cólica renal. Ele recorreu a vários médicos que, no entanto, não conseguiram curá-lo. Um deles foi Anselmo de Bergamo que, em 1301, por prescrever tratamento ineficaz, perdeu os benefícios concedidos seis anos antes pelo papa. Na primeira viagem (ver mapa 1), partindo de Montpellier, Arnaldo de Vilanova permaneceu, alguns meses do ano de 1301, em Roma, onde iniciou o tratamento da enfermidade do papa Bonifácio VIII. Na terapia da cólica renal, além da prescrição de medicamentos, Arnaldo aplicou um selo de ouro na zona lombar para receber boas influências astrais. Dentro da cosmovisão medieval, não era estranho o uso desse procedimento terapêutico. Trata-se de um remédio baseado na doutrina das forças específicas de certos minerais (pedras preciosas ou metais nobres) que encerram em si a eficácia dos corpos celestes com virtudes curativas. Por possuírem uma natureza estranha ao organismo humano, eram utilizados na parte externa do corpo como abrasivos, cauterizantes e secantes⁸⁷ (PANIAGUA, 1994, p. 417).

O sumo pontífice ficou satisfeito com os cuidados médicos de Arnaldo de Vilanova e solicitou-lhe a escrita de uma obra específica direcionada à prevenção e à terapêutica do mal que o afligia. Para compor esse opúsculo, dirigiu-se ao castelo papal de Scurcola (ver mapa 1), onde permaneceu por alguns meses. Essa obra em latim denominou-se *Tractatus contra calculum*, com dedicatória ao sumo pontífice e dividida em sete capítulos⁸⁸.

Outra motivação dessa ida à cúria foi o pedido de intervenção papal em seu processo inquisitorial instalado pelos mestres parisienses (ver mapa 4). Na trajetória arnaldiana, esse

⁸⁷ Arnaldo de Vilanova, em várias receitas de sua obra, *Antidotário*, utiliza ingredientes de origem mineral: cobre, esmeralda, ferro, lápis-lazúli, mercúrio, ouro, prata, sal, âmbar, etc.

⁸⁸ No primeiro, discute-se o sentido da Medicina no marco da criação. No segundo, adverte-se o médico sobre a importância de procurar a colaboração da força curativa da natureza. O terceiro é dedicado às normas de ética profissional, com conselhos sobre a honestidade e a capacitação na prática médica, a lealdade com o paciente e a prudência na administração da terapêutica. A segunda parte da obra, composta pelos últimos quatro capítulos, é de caráter mais urológico e dedicada aos cuidados com o cálculo renal. No capítulo quatro, discute-se a enfermidade, define-se a doença, explicam-se as causas, distinguem-se cálculo renal e cálculo vesicular e descrevem-se os sinais da doença. Os três últimos capítulos são dedicados às medidas terapêuticas e higiênicas destinadas aos cuidados e tratamentos do paciente.

momento foi de ruptura, porque passou a se interessar por questões religiosas⁸⁹ que disputavam o seu tempo que antes eram dedicadas a suas outras atividades como médico, mestre e embaixador de Jaime II. Uma das hipóteses dessa mudança repentina pode ter sido a convivência, na corte aragonesa e em Montpellier, com Raimundo Lúlio, inclusive consta em seu inventário uma obra⁹⁰ desse maiorquino.

Assim, dois anos antes, em 1299, ao atuar como emissário de Jaime II na corte de Filipe, o Belo, além de representar os interesses do monarca de Aragão (ver mapa 3), apresentou aos teólogos da Faculdade de Paris sua obra *Tractatus de tempore advento Antichristi*, que foi considerada herética. Apesar do prestígio e da proteção como emissário de Jaime II, foi preso na noite de 18 de dezembro por incluir suas ideias teológicas e visões proféticas no conteúdo de uma conferência política. Foi liberado no dia seguinte graças à intervenção do rei da França, Felipe IV, o Belo, regressando a Barcelona em janeiro de 1300 (Ver mapa 1, 3 e 4). Contudo, o processo contra ele permaneceu em curso. No verão deste mesmo ano, Arnaldo de Vilanova achava-se novamente em Paris, representando a coroa de Aragão, onde escreveu um opúsculo de defesa contra as acusações dos doutores parisienses. Em 12 de outubro, apresentou, no palácio episcopal, um protesto contra a condenação que sofrera anteriormente. Em 1301, durante sua estadia em Roma (Ver mapa 4), o sumo pontífice aconselhou-o a dedicar-se à Medicina e não à Teologia⁹¹ (FALBEL, 1977, P. 58; PANIAGUA, 1994, p. 6-7; ZIEGLER, 1998, p.24-25; GIRALT, 2003, p. 44).

⁸⁹Em seus escritos religiosos, prevaleciam seus pensamentos sobre o fim do mundo, a vinda do Anticristo e suas críticas aos membros da Igreja. No *Tratado sobre a caridade* (1308), condenada pela inquisição em 1316, Arnaldo de Vilanova tece uma crítica à atitude superficial do clero e defende a caridade como a virtude mais necessária à salvação da alma, pois, em sua concepção, o homem pode possuir muitos bens, mas não alcançará a salvação tampouco a graça da vida eterna se não tiver essa virtude. Em sua interpretação, os membros da Igreja tinham mais amor às coisas temporais, buscando facilmente o prazer e a utilidade para eles mesmos e para os seus, em lugar de ocuparem-se do que pertence a Deus.

⁹⁰No item 366 do inventário, consta que, na biblioteca de Arnaldo de Vilanova, havia uma obra de Raimundo Lúlio. Não se apresenta o título, mas cita-se com o insípito: *Quesivit amator a bonitate*.

⁹¹No entanto, Arnaldo de Vilanova não desistiu de expor suas ideias. Em 1302, compôs o *De mysterio cymbalorum*, contendo as suas principais concepções religiosas e enviou cópia para os reis Felipe IV da França e Jaime II de Aragão. No ano seguinte, enviou o opúsculo *Philosophia catholica et divina* ao papa e publicou a obra *Apologia contra as astúcias e perversidades dos pseudoteólogos e religiosos*.

Com êxito na terapêutica, Arnaldo tornou-se médico do sumo pontífice até 1302 e conseguiu um abrandamento na condenação de suas doutrinas teológicas. Para Bonifácio VIII, o erro do físico catalão foi não lhe ter apresentado sua obra antes de discuti-la com os teólogos parisienses. Houve troca de correspondência entre os dois a respeito dessas ideias religiosas arnaldianas, além do próprio tratado *Philosophia catholica et divina*. Em uma das missivas, explica o teor e a inspiração para a composição de sua obra e, ao mesmo tempo, expõe argumentos para a defesa de suas ideias⁹² (Carta Régia, 29/08/1302, CDHCC, p. 29-31).

A despeito da orientação de Bonifácio VIII, Arnaldo de Vilanova prosseguiu viajando e defendendo suas ideias religiosas em múltiplas localidades (ver mapa 4). Para tanto, em 1302, apresentou suas concepções para dominicanos⁹³, em Girona, e, em 1303, discutiu suas ideias no sínodo em Lérida. Em Marselha, em 1304, apresentou o opúsculo *Gladius jugunlas thomatistas*⁹⁴. Nesse mesmo ano, durante o verão, expôs seus pensamentos em Perugia, onde estava a corte pontifícia de Bento XI. Consequentemente, foi preso e só o liberaram graças à intervenção do monarca de Aragão.

⁹²Arnaldo de Vilanova informa na carta que recebeu uma revelação divina ao passear por uma capela: a preocupação com os homens perniciosos que destroem a cidade. Ele finaliza a missiva retomando as perseguições que têm sofrido por parte dos teólogos parisienses e também do reino aragonês. Em sua concepção, esses religiosos não são somente seus inimigos, mas também do papa, pois estão impedindo de divulgar as mensagens de reforma da Igreja: *O Altíssimo me introduziu para teu obséquio, para que tu recebestes de minha fidelidade e fragilidade os documentos da garantia. E, se talvez me pedisses a tentativa de dizer, duas coisas consideras: primeira, evidentemente, que a ti são escritas, de toda parte saibam a verdade evangélica; segundo, ou pela arte divina ou pelas circunstâncias minhas sejam convenientes, que para esse ministério fui o escolhido. Com efeito, tua sabedoria não ignora queaquele que oculta seus segredos dos sábios e prudentes e os revela aos mesquinhos, coisas espantosas e grandes realizam. Pois ainda que eu seja parente, em todo caso sou ínfimo entre os católicos para o estado, por outro lado, como médico, sou observador de fezes, é evidente a mim ir sem o vil ofício. [...] Na verdade, porque não soubestes a favor das coisas firmes, que em todos os caminhos além dos montes, os teus inimigos preparam armadilhas para me matar, estou com angústia na alma e o corpo enfraquecido, espero os remédios da tranquilidade ou por tua virtude ou por meu trabalho, do mesmo modo, o portador dos presentes fatos explicará. Porém, o Altíssimo de sua Igreja te conserve incólume por plenos anos.*

⁹³ Arnaldo de Vilanova teve problemas com os dominicanos do reino de Aragão, entre eles, o inquisidor de Valência, Guilherme de Cotliure que proibiu suas obras. Em relação aos mendicantes, o físico catalão tinha mais proximidade com os franciscanos. No inventário de bens de sua biblioteca consta a regra de São Francisco e a obra *Itinerário da mente para Deus* do mestre franciscano São Boaventura (1221 – 1274). Além disso, encontra-se também o escrito *Liber concordie* de Joaquim de Fiori (1135 - 1202) que influenciou os espirituais franciscanos e despertou o interesse de Arnaldo de Vilanova.

⁹⁴Arnaldo de Vilanova considerava que, na Península Ibérica e no sul da França, a Teologia tomista, sobretudo as ideias do Aquinate presentes na *Suma Teológica*, tinha mais seguidores do que a Bíblia.

Acerca da sua detenção na cúria pontifícia, Jaime II, em 23 de agosto de 1304, na cidade de Saragoça, enviou-lhe carta⁹⁵ com notícias do envio de correspondência em sua defesa aos cardeais romanos solicitando-lhes prestar apoio e auxílio a ele:

Em todos os casos, até nosso ouvido chegou que o memorável mestre Arnaldo de Vilanova de outra ocasião foi detido na Cúria Romana, mas posteriormente liberado; por conseguinte, pedimos a vós que tenhais o dito mestre Arnaldo de Vilanova recomendado em vossa graça, e nestas coisas que a honestidade tenha perdido ou tenha testemunhado e acrescentado em quanta coisa, o vosso auxílio, conselho e apoio exponha a ele, com o intuito de nossa honra e com intervenção destas prestes. Por outro lado, sobrevenha este agradecimento com muitas afeições⁹⁶ (Carta Régia, 23/08/1304, CDHCC, p. 38).

Nesse momento de perseguição religiosa, seu prestígio médico consolidado fez com que prestasse assistência também ao pontífice Bento XI, em Roma, em 1304. Após sua morte, o conclave, que durou 11 meses, realizou-se em Perúgia. O Colégio Cardinalício estava dividido em dois partidos — um favorável à França e, outro, à Itália. A fim de escapar das duas facções, escolheu-se um papa estranho ao meio. Destarte, em 5 de junho de 1305, o amigo de Arnaldo de Vilanova, o arcebispo de Bordéus, Bertrand de Got, foi eleito mesmo sem ter chegado ao colégio de cardeais, adotando o nome de Clemente V (1305 – 1314). Nos três primeiros anos de seu pontificado, permaneceu na cidade de Roma, para onde Arnaldo de Vilanova dirigiu-se para cuidar de sua saúde (1307) (ver mapa 2). Em 1305, o físico catalão viajou para Barcelona onde apresentou suas ideias religiosas a D. Jaime II, à corte e aos bispos (ver mapa 4).

A partir de 1309, ocorreu o cisma de Avinhão, que resultou na mudança da sede

⁹⁵Em uma missiva, composta em Saragoça, em 23 de agosto de 1304, o monarca comunica ao seu médico: *Ao mestre e amigo Arnaldo de Vilanova, familiar, conselheiro e nosso estimado médico, saudação, etc. De qualquer modo nós não pudemos ignorar-vos, tendo ouvido a respeito de vossa detenção na Cúria romana; enviamos imediatamente um mensageiro idôneo para a dita Cúria por esta razão para transmitir; mas na verdade, como o rumor sobre a vossa libertação nos chegou, desistimos a respeito deles; de fato, a favor de certos negócios nossos, enviamos cartas aos reverendos, padres e senhores cardiais para recomendar-lhes que a vós prestem auxílio e apoio, com o intuito de nossa honra e com a intervenção de nossos pedidos.*

⁹⁶*Cumque ad nostrum pervenit auditum, memoratum magistrum Arnaldum ex aliquo casu in Romana Curia fuisse detentum sed posmodum liberatum, ragamus propterea paternitatem vestram, quatenus dictum magistrum Arnaldum teneatis in vestri gracia commendatum, et in hiis quibus pecierit aut indiquerit in quantum honestas accesserit, vestrum auxilium, consilium et favorem exhibeatis eidem, honoris nostri intuitu ac horum precaminum interventu.*

pontifícia para essa cidade da França meridional. Setenta anos foi o tempo de permanência no reino francês (1309 – 1376). Esse deslocamento da sede papal da Itália para a França relaciona-se com os conflitos entre Felipe IV, o Belo, rei da França, e o papa Bonifácio VIII, o que culminou com a morte desse último. O novo papa tentou o apoio da Inglaterra, mas falhou nessa iniciativa e caiu na dependência da França (WOLLPERT, 1985, p. 106 – 107).

Em 1309, participou do Concílio em Avinhão, representando o monarca Jaime II e ao mesmo tempo expondo suas concepções sobre o final dos tempos (ver mapa 3 e 4). A última viagem para prestar serviços médicos ao sumo pontífice ocorreu em 6 de setembro de 1311, quando Arnaldo de Vilanova faleceu durante o percurso devido ao naufrágio da embarcação em que viajava (ver mapa 2). O reconhecimento de seu saber médico ultrapassou os limites de sua vida, assim, o sumo pontífice Clemente V, em 15 de março de 1312, escreveu uma carta dirigida a todos os eclesiásticos do clero secular e regular⁹⁷ do reino aragonês exigindo a entrega de um livro de Medicina que o físico compusera para ele:

Que se avise a todos de suas dioceses, e os habitantes das cidades, quaisquer que sejam sua posição, que [...] sob pena de excomunhão, seja enviado o livro muito útil, prometido um dia a Clemente por seu médico Arnaldo de Vilanova. [...] Há muito tempo, o mestre Arnaldo de Vilanova, clérigo da diocese de Valência, nosso médico, como ainda vivesse, mais depois que nos tornamos próximos para o auge do cargo apostólico, nos disse oralmente ter compilado o seu muito útil livro sobre a prática da Medicina, o qual, para nós, frequentemente prometeu dar e também deu a palavra, para nós desde então, à medida que pôde, para transferir de domínio o próprio livro⁹⁸ (Carta Régia, 15/03/1312, CDHCC, p.56).

Enfim, como homem de saber, ocupou cargos importantes ligados a grandes autoridades de sua época. Primeiramente, a sua formação médica, graças ao estudo na

⁹⁷ Clero secular: abades, priores, decanos, reitores, arqui-diáconos, arquipresbíteros, párocos. Clero regular: ordem dos cistercienses, dos cluniacenses, dos cartuxos, de São Bento, Agostinho, dos franciscanos e dos dominicanos.

⁹⁸ *Moneant omnes suarum dioecesium, et civitatum incolae, cuiuscumque sint dignitatis, ut sive per latorem praesentium Bernardum Oliverii, sive per alium, sub excommunicationis poena mittant librum valde utilem, Clementi a suo medico quondam Arnaldo de Vilanova, promissum [...] Dudum quondam magister Arnaldus de Villanova Valentine, physicus noster, dum adhuc viveret, pluries postquam assumpti fuimus ad culmen apostolicae dignitatis, nobis dixit oretenus se valde utilem librum super medicine practica compilasse, quem nobis frequenter dare promisit et etiam verbo dedit, in nos ex tunc in quantum potuit, eiusdem libri dominium trasferendo. .*

Faculdade de Medicina, em Montpellier, permitiu-lhe deter o conhecimento e, conseqüentemente, o reconhecimento ante a sociedade. Foi a atuação como médico que possibilitou ao intelectual Arnaldo de Vilanova tornar-se físico da família real em Aragão e, posteriormente, assumir o papel de mestre na instituição onde, antes, havia estudado. Assim, mesmo sendo *magister medicinae*, estava em frequente circulação por vários centros de saber e de poder de sua época, cuidando da saúde de reis e de sumo pontífices, atuando como embaixador do reino de Aragão e difundindo suas concepções atinentes ao fim do mundo e à importância da reforma da sociedade.

CAPÍTULO 2

A CONSERVAÇÃO DA SAÚDE DO REI JAIME II

A intenção da Medicina é, evidentemente, a conservação da disposição natural do corpo humano — que é chamada de saúde ou de temperamento natural [...]. A preservação da saúde deve-se efetuar com duplo trabalho: emprego de coisas que a conservam e a remoção dos estragos quando ela for abandonada.

Arnaldo de Vilanova

Para a compreensão da proposta de conservação da saúde do rei Jaime II, elaborada por Arnaldo de Vilanova, foi necessário rastrear as matrizes de seu pensamento médico dietético. Nesse processo de investigação das *auctoritates* antigas e medievais do ensino universitário do final do século XIII e início do XIV, é essencial a análise da biblioteca pessoal⁹⁹ do autor, inventariada cinco meses após a sua morte, que ocorreu em 6 de setembro de 1311. Os títulos revelam aspectos do ensino universitário e, ao mesmo tempo, as leituras de um intelectual da época interessado na Medicina e nas questões religiosas.

As matrizes antigas constituem-se primeiramente nas obras médicas¹⁰⁰ do grego Hipócrates (460-370 a.C.), nascido na Ilha de Cós e considerado o pai da Medicina. Essa autoridade antiga está presente em seu acervo com a seguinte obra: *Regimen acutorum* [um tratado terapêutico sobre a dieta nas enfermidades agudas]. Constam também trinte e sete folhas com comentários a esse escrito, sem menção da autoria, e um longo comentário de Jacob Albi, denominado *Super expositione regimenti acutorum*, de Hipócrates. Outra referência hipocrática é o seu *Aforismo*, presente no comentário galênico *Commentum galieni s librum amphorismorum Ypocratis* e em dois textos escolásticos de Arnaldo de Vilanova: *Expositio primi alforismi Ypocratis* e *Expositio super isto aphorismo Ypocratis*.

⁹⁹Em algumas obras listadas no inventário, não é especificada a autoria: um livro de Física natural, outro sobre as diferenças das febres, um tratado de Medicina, outro sobre as simplicidades da Medicina, uma dieta, cinco cadernos de Medicina, um livro com considerações sobre as diversas virtudes.

¹⁰⁰Os escritos atribuídos a ele e a seus discípulos constituem-se no *Corpus hippocraticum*.

Boa parte das teorias médicas hipocráticas foi apropriada e transmitida por Galeno (130 – 200 d. C.) de Pérgamo, cidade da Ásia Menor. Em 163 a.C., ele foi para Roma, onde se tornou o médico do imperador Marco Aurélio. Foi físico e cirurgião dos gladiadores, supervisionando suas dietas e tratando de seus ferimentos. Os títulos de escritos galênicos que integram a lista de livros da biblioteca arnaldiana são: *De experientiis*, *De interioribus* [*De locis affectis*], *De oculis*, *De differentiis februm*, *Passionarius*, *De secretis nature*, *De simplicibus medicinis*, mais seu Comentário ao livro hipocrático acima citado.

Além das obras antigas, inserem-se, igualmente, escritos de físicos seus contemporâneos: *A chirurgia* (1267), de Teodorico Borgognoni¹⁰¹; *Lilium medicinae* (1305), de Bernardo Gordonio¹⁰²; *Thesaurus pauperum*, de Pedro Hispano¹⁰³, *Libellus de urinis*, de Egídio¹⁰⁴. Já de sua autoria, identificam-se os seguintes textos: *Speculum medicine*, *Tractatus de intentione medicorum*, *Tractatus institutione medicorum*.

Há outros escritos arnaldianos identificados não pelo título, mas pelo *incipit*¹⁰⁵, embora alguns especifiquem o seu nome como autor. Três exemplos são: o *Regimen castra sequentium*, descrito como um livrinho em papiro que se inicia com *Exercitus nom debet, et*

¹⁰¹Teodorico Borgognoni (1205 - 1298) foi frade dominicano, nomeado penitenciário papal pelo sumo pontífice Inocêncio IV, e, em 1266, bispo de Cérvia. No entanto, dedicou a maior parte de sua carreira ao ensino de Medicina e cirurgia em Bolonha.

¹⁰²Bernardo de Górdônio (1258-1318), mestre na Faculdade de Medicina de Montpellier, entre 1285 a 1308, no mesmo período que Arnaldo de Vilanova. Autor de várias obras: *De regime acutorum morborum* (1294) e o *Tractatus de reductione geomancie ad orbem* (1295), *Liber pronosticorum* (1295), *De dece ingeniis curandorum morderum* (1299), *Tractatus de gradibus* (1303) e o seu escrito mais reconhecido, o *Lilio da Medicina* (1305), um compêndio da arte de diagnosticar e curar várias enfermidades.

¹⁰³Pedro Hispano (?1210 – 1277), natural de Lisboa, esteve na corte do rei Frederico II, da Sicília, imperador do Sacro Império Germânico e rei de Jerusalém, e foi mestre na Escola de Medicina na Universidade de Siena (1245 – 1250), na Itália. A partir de 1260, é encontrado na cúria pontifícia, ocupando a função de *archiater*, ou seja, chefe dos físicos da cúria papal, dedicando-se à saúde dos sumos pontífices, como Gregório X (1271 – 1276) e Adriano V (de 11 de julho a 18 de agosto de 1276).¹⁰³ Assim, pode-se afirmar que a Medicina colocou-o em contato com os mais altos dignitários eclesiásticos e levou-o a ocupar o cargo de cardeal. O seu percurso religioso conclui-se na sua ascensão ao solo pontifício, sendo coroado papa em 20 de setembro de 1276, na Catedral de São Lourenço de Viterbo (Itália) e adotando o nome de João XXI. Faleceu em 20 de maio de 1277, em decorrência dos ferimentos causados pelo desabamento do teto de sua biblioteca particular no Palácio de Viterbo.

¹⁰⁴O francês Egídio Corboliensis (? – 1220) estudou Medicina em Salerno, na segunda metade do século XII, e foi mestre em Montpellier e em Paris.

¹⁰⁵No inventário, constam 42 obras identificadas pelo *incipit*. Algumas, mesmo de títulos não identificados, têm a autoria esclarecida: Arnaldo de Vilanova (7), Raimundo Llulio (1) e São Tomás de Aquino (1).

est ibi parum scriptum; o *Regimen sanitatis*, feito para o rei de Aragão e que começa com *Prima pars; medicationis parabole* com o incipit *Omnis medela* (AVT, p. 189 – 203).

2.1 As *auctoritates* antigas e medievais na dietética arnaldiana

Em seu acervo, Arnaldo de Vilanova possuía não apenas a obra *Regimen acutorum*, de Hipócrates, mas também comentários seus e de outros físicos sobre ela. Graças a seu interesse por esse escrito, compôs o *Compendium regimenti acutorum* — um breve escrito em que expõe cinco considerações médicas inspiradas na obra hipocrática: a primeira, direcionada às contradições da Medicina e, as outras, sobre os estados da virtude vital nas doenças agudas e a valorização de medicamentos digestivos e evacuativos. O *Regimen Acutorum*, escrito de cunho terapêutico e utilizado no ensino médico universitário, influenciou a formação dos físicos, pois era um dos escritos que integravam a *Articella* da Escola de Medicina de Salerno. A partir de passagens dessa obra, os estudantes discutiam ações terapêuticas e fisiológicas (PANIAGUA, 1994, p. 61; SOTRES, 1996, p. 482 – 483).

Esse escrito, mencionado por Arnaldo em sua obra *Tractatus de esu carniū*¹⁰⁶ (1305), orienta também o físico na composição de uma dieta, recomendando não prescrever um regime de vida distinto daquele com o qual o paciente está habituado. Por exemplo, os que não estão acostumados a comer pela manhã, se o fazem, sofrem com o estômago inchado, sonolência e mal-estar. Destarte, mesmo sendo uma obra destinada ao tratamento de certas enfermidades, nela, identifica-se a contribuição para a higiene, pois se estabelece o uso da dieta alimentar como medida principal no processo de cura, mormente de febres, apostemas e das enfermidades do peito. Essa preocupação dietética e, ao mesmo tempo, terapêutica é evidente no regimento de saúde composto para o rei Jaime II, no qual prevalecem orientações alimentares para evitarem-se as complicações de sua doença.

¹⁰⁶ Nesse escrito, ao discutir as diferenças entre alimentos e remédios, Arnaldo e Vilanova menciona o *Regimento das doenças agudas*, do “ilustríssimo Hipócrates” e o “primeiro dos médicos”.

Entre os escritos hipocráticos que versam sobre a dietética, embora não conste no inventário de sua biblioteca pessoal, na obra *Sobre a dieta*¹⁰⁷, composta por volta do ano 400 a. C., encontram-se as raízes do conceito de higiene, principalmente a defesa da prevenção da enfermidade antes que ela apareça. Os preceitos dietéticos versam sobre os cuidados com a alimentação, bebidas e os exercícios físicos, considerados necessários para a conservação da saúde¹⁰⁸. Busca-se, outrossim, conhecer o modo de vida do paciente antes de prescrevê-lo¹⁰⁹.

Sua entrada no mundo latino ocidental foi tardia. Contudo, embora o livro não conste em sua biblioteca, tampouco no novo *curriculum* (1309) de Montpellier, os físicos conheceram os preceitos dietéticos nele apresentados de forma indireta, via Galeno, que a ele refere-se na obra *De alimentorum facultatibus* (HIPSB, Livro I, p.21 - 22).

Além da presença de uma cópia do *Aforismo*, de Hipócrates, na sua biblioteca pessoal, existem dois comentários escolásticos sobre essa obra. O primeiro é o *Expositio primi alforismi Ypocratis* e o segundo é *Expositio super isto alforismi Ypocratis*. Nesses escritos, ele não discute a doutrina presente em toda a obra, pois o foco da análise é somente o 1º e o 34º aforismos. No início da formação do físico, esses textos eram fundamentais, porque condensavam os preceitos do exercício da Medicina. No *Expositio super isto aphorismo Ypocratsi*, ele comenta o trigésimo quarto aforismo: “Nas doenças, os que têm uma moléstia em correspondência com sua natureza, sua constituição, sua idade e a estação do ano, correm

¹⁰⁷Essa obra, estruturada em quatro livros, é o ápice da Medicina dietética no período clássico. Ela esboça, no Livro I, a concepção geral da natureza humana e, no segundo, discute a influência do meio ambiente sobre a saúde do homem. No Livro III, expõe o regimento de acordo com as estações do ano e, também, os tratamentos para enfermidades causadas pelo desequilíbrio entre os alimentos e os exercícios. Por fim, o último Livro trata da análise dos sonhos como medida que serve para identificar possíveis distúrbios corporais.

¹⁰⁸Nesse escrito, Hipócrates afirma que, caso não se seguisse adequadamente o que era exposto na dieta, a consequência seria a perda da saúde, necessitando-se, então, usarem-se medicamentos que nem sempre teriam como resultado o restabelecimento. Por isso, ele salienta a necessidade de tomar precauções antes de adquirirem-se as doenças. Mas, antes da composição de uma dieta, além das regras supracitadas, era preciso que o físico conhecesse a natureza e a idade do paciente, sua adequação às estações do ano, as variações dos ventos e a situação do local em que vivia. Ele expõe uma série de elementos que o médico deveria conhecer antes de criar a dieta ou o regime de vida para seu paciente, inclusive levar em consideração as qualidades frias, úmidas, secas e quentes dos alimentos.

¹⁰⁹Tais conselhos, apresentados no mundo latino graças aos textos galênicos, tornaram-se normas a serem prescritas, tanto na Medicina antiga quanto na medieval.

menos perigo do que aqueles em que nenhuma relação dessa natureza é encontrada” (HA, p.50). Essa doutrina é essencial ao prescrever o regimento de saúde para o monarca de Aragão, pois ressalta-se que, na presença de uma enfermidade, cabe ao físico observar se esta corresponde à natureza, à constituição, à idade do paciente e à estação do ano. Em sua concepção, é menos grave a doença cujas qualidades predominantes coincidem com a compleição do enfermo. Provavelmente, esse comentário é o descrito no inventário com o incipit *In morbis*.

A maior parte dos textos escolásticos presentes em seu acervo refere-se ao primeiro aforismo: “a vida é curta, a arte é longa, a ocasião fugaz, a experiência enganadora, o julgamento difícil. É preciso que se faça não apenas o que convém, mas também com que o doente, os assistentes e as coisas exteriores concorram para isso” (HA, p. 29). No comentário a esse texto médico, Arnaldo de Vilanova fornece a lista mais longa de histórias de casos embasados, direta ou indiretamente, em sua própria experiência médica ou na de profissionais intimamente ligados a ele. O conjunto de elementos incluídos na relação médico-paciente, que define a atividade do físico e seu comportamento como profissional, foi retomado também por Arnaldo em outros de seus escritos, tais como: *Tractatus contra calculum*, *Medicationis parabole*, *Repetitio super canone vita brevis* e *Speculum medicinae*.

Outra obra em que Arnaldo comenta um o primeiro aforismo de Hipócrates é o *Repetitio super canone vita brevis*. Ele assevera que o médico deveria preocupar-se com os atos pessoais do paciente, orientando-o a seguir os preceitos dietéticos e terapêuticos, e jamais, por inexperiência, imprudência ou negligência, deveria causar-lhe dano¹¹⁰ — é

¹¹⁰No prólogo do seu receituário *Tesouro dos pobres*, Pedro Hispano também exorta vários conselhos sobre a conduta que se espera de um bom médico. Primeiramente, enfatiza que o leitor de sua obra não deve desprezar aquilo que, de desconhecido, ler, ou seja, não deve menosprezar o tratamento apresentado somente porque não conhece os medicamentos prescritos. No entanto, ressalta que, antes de aplicar os medicamentos, é necessário que o físico conheça três coisas: a enfermidade, a natureza e a compleição do doente. Portanto, reforça a importância de o físico dedicar-se realmente à sua profissão, conhecendo as teorias médicas, os ensinamentos das principais autoridades e, sobretudo, conhecendo a compleição e o modo de vida de seu paciente para que o diagnóstico fosse preciso e, assim, evitar a morte do paciente.

imprescindível investigar a natureza da doença e ser cauteloso ao medicar. Nesse processo, deve averiguar o que ele fazia antes da visita médica e examinar os sintomas, para, assim, coletar informações e poder estabelecer o diagnóstico com precisão. Influenciado pelo ambiente de vivência em cidades ligadas ao comércio marítimo e baseando-se em uma analogia apresentada por Hipócrates e Galeno, o físico catalão estabelece, no escrito *Repetitio super canone vita brevis*, uma comparação entre o ofício médico e a navegação. Do mesmo modo que o marinheiro altera a direção da embarcação de acordo com as mudanças dos ventos, o médico deve modificar o curso do tratamento conforme as circunstâncias e o conhecimento da arte de curar acumulado graças aos estudos e às experiências cotidianas. Igualmente, como nenhum tratamento é totalmente previsível, o físico deve sempre alterar o seu regime de escolha ou de medicamentos, segundo o estado da doença ou a condição evolutiva do paciente. Portanto, Arnaldo aconselhou seus alunos a seguirem esses conselhos, o que confirmaria que estavam preservando sua autoridade médica e também se protegendo contra seus pacientes (MCVAUGH, 1993, p. 167 – 169; PANIAGUA, 1994, p. 88).

Voltando a seu acervo, encontramos outro comentário de autoria galênica a respeito desse primeiro aforismo hipocrático: *Commentum galieni super librum amphorismorum Ypocratis*. A preocupação médica em obter a confiança e a obediência do enfermo retomava o comentário que Galeno fez ao primeiro aforismo de Hipócrates, segundo o qual o médico, para exercer sua profissão, necessitava não apenas fazer todos os procedimentos corretos, mas deveria conseguir também a obediência de seu paciente, que não podia jamais ir contra seus comandos. Esse conselho era familiar a Arnaldo de Vilanova, que compôs uma exposição a esse escrito galênico. Para tanto, o físico, que desejava evidenciar a eficácia que a Medicina universitária fornecera-lhe, devia submeter-se a uma série de normas ou procedimentos. O físico preocupava-se com o estado emocional do paciente que poderia interferir no tratamento, determinando se a saúde melhoraria ou não. Um dos elementos que permitem que o doente

auxilie o médico no combate da enfermidade é a confiança mútua que deve existir entre eles. Sem essa segurança, a eficácia da ação curativa seria muito prejudicada, pois havia a necessidade de confiar nos preceitos indicados e, assim, colaborar com o empenho terapêutico. Ainda seguindo a Medicina hipocrática, valorizava-se a ideia da amizade entre o médico e o paciente para estabelecer-se a confiabilidade entre ambos (LAIN ENTRALGO, 1961, p. 28; GARCIA-BALLESTER, 1993, p. 44).

Esse foi o caso da amizade estabelecida entre Jaime II e Arnaldo de Vilanova. O rei confiava em seus conselhos, pois, além de procurar seguir, na prática, o regime dietético por ele proposto, em momentos de complicação de sua doença crônica, mesmo tendo outros profissionais cuidando de sua saúde, sentia mais segurança se ele estivesse presente. Foi o que aconteceu em 1305, durante um quadro complicado da enfermidade do rei, em que o físico real Ermengol Blasi, receoso de atendê-lo, solicitou a presença do seu tio que se encontrava em Marselha (França), após retornar de uma estadia na corte de Frederico III. Nas palavras do monarca, em carta endereçada ao físico catalão, observam-se a alegria, o respeito e a confiança depositada num profissional médico que, há mais de vinte anos, acompanhava-o e cuidava de sua saúde e da família real.

Nosso espírito muito se agradou e sobreveio a nossas afeições uma abundante alegria, quando soubemos de vosso retorno a estas terras, e desejo fervorosamente que vossa presença estivesse conosco. Pois tanto por estes motivos quanto porque vos sentimos necessário e vemo-vos útil para a cura e a conservação de nossa saúde, quanto o nosso dileto médico e amigo, o mestre Ermengol Blasi, diz que não quer proceder estas coisas sem a vossa presença, para que possa observar e conservar corretamente as condições e procedimentos dirá cura e conservação de nossa saúde¹¹¹ (Carta Régia, 07/04/1305, CAA, p. 872-873).

Com base nos ensinamentos hipocráticos e na experiência da prática médica, o mestre Arnaldo de Vilanova ensinava aos seus alunos a importância de manterem o controle das

¹¹¹*Multum placuit affectibus nostris animusque noster leticiam affluenter assumpsit, quando scivimus reditum vestrum ad partes istas desideramusque fervencius presenciam vestram nobiscum adesse. Igitur tam ex hiis quam eciam quia vos pro cura et conservacione salutis nostre sentimus necessarium et utilem expectamos, cum dilectus phisicus et familiaris noster magister Ermengaudus Blasii quoad presens dicit se nolle absque vobis procedere ad ea, que condiciones et modos dicte cure et conservacionis nostre salutis possunt respicere et servare.*

ações de seus pacientes desde a fase inicial, ou seja, o diagnóstico. Esse é momento em que o médico tem de provar a sua própria experiência, visto que são cobrados pelo doente uma explicação sobre a sua enfermidade e a execução dos procedimentos em busca da cura. Na obra *Contra calculum*, ao explicar seu ofício ao papa Bonifácio VIII, ele afirma a necessidade de manter o controle sobre seus pacientes e, ao mesmo tempo, exercer o seu ofício com responsabilidade. Apresenta elementos da ética médica que o físico deveria seguir: agir com cuidado para não ferir por meio de seu descuido ou pela falta de habilidade, nem matar usando truques engenhosos e insensatos, pois utilizar porções letais para fins ilícitos seria considerado um assassinato; não usar a lanceta para o tratamento de feridas que possam ser curadas com aplicações leves; prescrever com cautela o uso de medicamentos, evitando utilizar novos remédios e novidades que possam ser perigosas. Se, pela análise dos sintomas, o físico ainda fosse incapaz de identificar a doença, em caso de dúvida, deveria consultar um colega, ou, se não houvesse ninguém por perto, encorajar o paciente a recorrer a uma segunda opinião. Enquanto isso, precisava continuar a estudar o caso, assegurando aos amigos ou familiares do enfermo que o objetivo dessa ação era eliminar todas as incertezas antes de revelar seu diagnóstico e prescrever medicamentos (BORGES, 1956, p. 26-27).

Influenciado pelo gênero aforístico utilizado por Hipócrates e pelos árabes, como Razis e Maimônides, Arnaldo de Vilanova também compôs uma obra na qual condensou a doutrina em breves sentenças que poderiam ser lembradas facilmente. Trata-se de *Medicationis parabole* ou *Amphorismi de ingenio sanitatis*, composto por 339 aforismos¹¹² e que é listado em seu inventário com o incipit *Omnis medela*¹¹³. Ao comentar várias parábolas e aforismos médicos, destaca diversos elementos relacionados ao modo de atuação e à ética médica. Ele relata, por exemplo, que “Convém ao médico ser eficaz no trabalho, e não

¹¹²Esses aforismos estão divididos em oito doutrinas. As três primeiras são introdutórias e discutem como preparar o ânimo do médico, escolher os meios mais adequados de atuação e o modo de proceder na convalescência e nas recaídas.

¹¹³O primeiro aforismo dessa obra começa com: *Omnis medela procedit a Summo Bono*.

tagarela, pois as enfermidades não são repelidas pelas palavras, mas pelas virtudes dos alimentos e/ou medicamentos¹¹⁴”. Espera-se que, além do domínio da arte de curar e, também, de manter a saúde, siga certos valores e princípios, como a fidelidade e a prudência. Nota-se uma junção de preceitos médicos e morais no modo de conduta do físico. Por isso, Arnaldo de Vilanova afirma que o médico fiel é reconhecido quanto mais rápido socorrer o enfermo, investigando os sintomas e esforçando-se para combater a doença. Ademais, o físico prudente deve preocupar-se primeiramente, em receitar alimentos medicinais e somente se a saúde não puder ser restituída por esse processo é que ele deveria recorrer ao uso de medicamentos, pois “o médico moderado e sábio nunca se precipitará para os remédios senão por força da necessidade”¹¹⁵. Outra preocupação de caráter ético é a crítica que ele faz aos profissionais que exerciam a Medicina pensando somente no lucro, uma vez que, em sua concepção, aquele que aprende, não para ter conhecimento, mas para ganhar dinheiro, torna-se um filho abortado da faculdade que o acolheu¹¹⁶ (AVMP, p. 29, 33, 36).

A segunda matriz antiga é Galeno que enriqueceu a concepção de higiene, graças à síntese que realiza entre as ideias hipocráticas e as da ciência helenística. Sua doutrina dietética foi incorporada por Arnaldo de Vilanova em seu regimento de saúde para o rei Jaime II. No período entre 1289 e 1300, no ambiente universitário em Montpellier, o físico catalão compôs a maior parte de seus comentários às novas obras de Galeno, que passaram a integrar o mundo acadêmico nessa época graças às traduções para o latim, realizadas no século XII. Até essa data, esse gênero da literatura médica tinha como foco as obras presentes na *Articella salernitana*, detentora de apenas um escrito galênico: o *Tegni*. Posteriormente, em 1309, esses novos escritos galênicos integraram o novo *curriculum* da Faculdade de Medicina. Seu

¹¹⁴ *Convenit esse medicum efficacem in opere, no loquacem, quia morbi, non vocibus, imo rerum essentis aut viribus expelluntur.*

¹¹⁵ *Modestus et sapiens medicus nunquam properabit ad farmacias nesi cogente necessitate; cum etiam debilia quibus corpus non indiget sint nociva.*

¹¹⁶ *Qui non ut sapiat sed ut lucretur addiscit, in facultate quam eligit efficitur abortivus.*

interesse por essas obras de Galeno é revelado nos vários títulos presentes em sua biblioteca pessoal.

Entre 1292 e 1295, escreveu o *Commentum supra tractatus galieni de malicia complexionis diverse*, citando mais de uma vez que é uma obra destinada aos estudantes de Medicina e evocando-lhes a importância de valorizarem a experiência, a *practica medica*. A obra galênica fornecia o conhecimento para o físico regular a sua atuação e a administração de medicamentos, bem como a doutrina sobre o método curativo. Seu interesse por esse escrito deve-se também ao conceito de compleição patológica ou enfermidade, que surge devido à alteração do equilíbrio das qualidades elementares (quente, fria, seca e úmida) presentes nos humores e em todas as partes do corpo. Essa teoria converteu-se no vínculo básico que uniu o componente doutrinal (fisiológico e farmacológico) com a prática médica (GARCIA-BALLESTER e SÁNCHEZ SALOR, 1985, p. 25 – 33; PANIAGUA, 1994, p. 35-36).

Em um de seus escritos dietéticos, *De sanitate tuenda*¹¹⁷, Galeno expõe que nenhum corpo mortal está ileso de alguns processos naturais, alguns fatais e outros passíveis de prevenção. Para ele, se nosso corpo estivesse completamente livre de doenças, não precisaríamos da arte de prevenção da saúde (higiene) e da cura das enfermidades (terapêutica). No entanto, como o corpo humano está sujeito a muitas doenças, é preciso estabelecer-se uma arte que proporcione o conhecimento de suas lesões para sermos capazes de lidar com elas.

Galeno inicia a obra classificando e conceituando as duas subdivisões da Medicina: a preventiva e a curativa.

¹¹⁷ Esse escrito foi traduzido do grego ao árabe, no século IX, em Bagdá, juntamente com várias obras galênicas. No século XIII, foi traduzida por Burgúndio de Pisa, para o latim, com o título *Custodia sanitatis*. No início do século seguinte, Niccolo de Reggio traduziu-a e dedicou-a ao rei Roberto I da Sicília (1277-1343). Esta retoma a totalidade da obra de Galeno. Outros físicos, como Arnaldo de Vilanova, a ela referem-se como *De regimine sanitatis*. A obra é estruturada em seis livros: Livro I (A arte de preservar a saúde), Livro II (Exercício e massagem), Livro III (Banhos e fadiga), Livro IV (Formas e tratamentos para a fadiga), Livro V (Diagnósticos, tratamentos e prevenção para várias doenças) e Livro VI (A profilaxia de condições patológicas).

Considerando que a ciência que se preocupa com o corpo humano é uma, as suas principais subdivisões são duas: uma delas é chamada de higiene, a outra é a terapêutica, diferindo nas suas respectivas funções, a primeira é a causa de manutenção e a última serve para modificar o estado do corpo. Mas, uma vez que, tanto na importância quanto no tempo, a saúde antecede a doença, devemos considerar, em primeiro lugar, como a saúde pode ser preservada e, em seguida, como se pode melhor curar as doenças (GALST, Livro I, capítulo I, p. 5).

Há referência à obra galênica *De sanitate tuenda*, em seu *Tractatus de intentione medicorum*. Essa classificação galênica é retomada por Arnaldo de Vilanova que, no primeiro tratado de seu escrito, ao apresentar o objetivo da Medicina, discussão que considera essencial para o saber médico, traz sua concepção de saúde relacionada à Medicina preventiva e apresenta dois possíveis caminhos ligados à conservação da saúde ou ao seu restabelecimento: o uso de elementos para manter o corpo saudável (dietética) e, caso esteja doente, deve-se recorrer a medidas para recuperar a saúde (terapêutica)¹¹⁸ (AVTIM, p. 100).

Ao definir o objetivo da Medicina, o físico catalão apresenta também a concepção de saúde que se relaciona à manutenção da disposição natural no corpo humano. Tal concepção era corrente no período — por exemplo, nos escritos dietéticos de Averróis¹¹⁹ e Maimônides¹²⁰ — e, portanto, muito semelhante¹²¹ à de Pedro Hispano, físico português que,

¹¹⁸ *Iam nos alibi dixisse recolimus quod intentio artificis medicine ad unicum finem principalem ordinatur, tantummodo videlicet ad custodiam dispositionis naturalis (que sanitas vel temperamentum naturale vocatur) in humano corpore, precipue et in partibus eius [...] Redit autem quod dictum est ad hoc quod custodia sanitatis vel eius acquisitio duplici labore operandi fit, videlicet convenienter applicando conservantia quando sanitas invenitur in corpore, et convenienter removendo corrumpentia quando amittitur et contraria dispositio introducitur; aliter non perfecte custodiretur vel acquireretur corpori sanitas.*

¹¹⁹ O médico árabe Abu l-Walid Muhammad Ibn Rusd, conhecido como Averróis, na discussão no início do *Livro sobre a conservação da saúde*, afirma que conservar a saúde, o objetivo mais importante da Medicina, pressupõe dois quesitos: compreender como conservá-la e como impedir o aparecimento de doenças nos corpos sãos. Para ele, as coisas que prejudicam a compleição e, conseqüentemente, o funcionamento do corpo humano são: alteração do ar, prática de exercícios inadequados, trabalhos difíceis de executar, coisas que afetam a alma, como a ira e o medo, e o excesso de comida e de bebida.

¹²⁰ O médico judeu Maimônides, no segundo capítulo de seu *Regimento de saúde*, considera que a Medicina envolve três caminhos ligados à saúde: o primeiro e principal é cuidar de pessoas saudáveis para que não percam a saúde; o segundo é o tratamento dos enfermos, pensar e realizar um plano para restabelecer-se a saúde. Além desses, ressalta ainda, seguindo Galeno, a necessidade de cuidar-se das pessoas que não estão totalmente sãs e nem doentes, como os anciões.

¹²¹ No prólogo do seu regimento de saúde, *Liber de conservanda sanitate*, Pedro Hispano define a saúde como uma disposição que conserva o que é natural no homem. Do mesmo modo, Pedro Hispano relata, no prólogo, presente no primeiro opúsculo do *Livro sobre a conservação da saúde* que, desde o nascimento até a morte, o corpo humano está sujeito a mudanças — algumas previsíveis e, outras, nem sempre desejáveis, como as enfermidades. Dessa maneira, já que o corpo humano era considerado suscetível de corrupção, podendo alterar a harmonia dos humores responsável pela saúde, era necessário seguirem-se algumas regras para se mantê-la. Essa

assim como Arnaldo, teve como cenário de atuação as cortes régia e pontifícia e os centros de saber europeus do século XIII.

Na *De sanitate tuenda*, as teorias galênicas não estão sistematizadas. Foi por intermédio dos autores árabes que grande parte das concepções dietéticas galênicas chegou ao Ocidente, porque, além de traduzirem e organizarem, eles também estruturaram essa doutrina em três modalidades: *coisas naturais*, *coisas não naturais* e *coisas contra a natureza*. As *coisas naturais*¹²² são compreendidas como algo interno à natureza¹²³ do corpo humano e necessário ao seu funcionamento. Arnaldo de Vilanova as incorpora no *Regimen sanitatis*, mas elas aparecem dispersas ao longo do texto: a princípio, nos momentos em que remete à compleição do monarca com os temperamentos e qualidades predominantes; em outros, refere-se aos humores e também às partes sólidas do corpo, como o coração.

As *coisas não naturais*¹²⁴ são elementos externos que permanecem em torno do homem, portanto, não fazem parte de sua natureza interna. Cabia ao médico conhecê-las para que pudesse indicar aos seus pacientes os preceitos para conservarem a saúde e para restabelecê-la quando o equilíbrio humoral desaparecesse.

Arnaldo de Vilanova discute nos sete primeiros capítulos do *Regimen*: 1. O ar e o ambiente; 2. Exercício; 3. Banho; 4. Considerações sobre a alimentação; 5. O sono e a vigília; 6. Acidentes da alma; 7. Alimentos e bebidas. Em seguida, aborda exclusivamente os alimentos e as bebidas: 8. Pão; 9. Legumes; 10. Frutas; 11. Odores; 12. Raízes; 13. Animais;

preocupação em seguir determinados conselhos tem sua explicação nas próprias palavras de Pedro Hispano, que considera mais útil prevenir as doenças do que, uma vez contraídas, procurar combatê-las.

¹²²As *coisas naturais* são: Os quatro elementos (terra, água, ar e fogo); as compleições; os humores (sangue, bÍlis amarela, bÍlis negra e fleuma); as partes sólidas do corpo (órgãos) as operações; e as faculdades.

¹²³Essa preocupação com a natureza do corpo humano tem sua raiz na Medicina antiga. Para os gregos antigos, a palavra *physis*, raiz grega da palavra físico, era compreendida como a natureza (interna e externa) comum entre os seres. É essa noção de *physis* (natureza) que os médicos medievais utilizaram, pensando sempre na correspondência entre o corpo e a natureza (interna e externa) do paciente. Desse modo, o homem, como parte da natureza, não poderia ser compreendido sem ela. Ela é a essência do homem e está vinculada à sua constituição, cabendo-lhe a responsabilidade de gerar, de fazer nascer e de viver do ser humano.

¹²⁴O *Regimen* é estruturado com base nessa teoria que foi organizada no galenismo árabe medieval em seis categorias: o ar e o meio ambiente; os alimentos e as bebidas; o exercício e o repouso; a retenção e a expulsão; o sono e a vigília e as paixões da alma.

14. Ovos e leite; 15. Peixes; 16. Sabores e temperos; 17. Bebidas. Por fim, o último capítulo é dedicado às *coisas contra a natureza*¹²⁵ (*contra natura*), ou seja, à doença crônica do rei: as hemorróidas e seus tratamentos.

No *Regimen*, ao discutir cada *coisa não natural*, Arnaldo de Vilanova traz, em alguns momentos, preceitos gerais e, em outros, aqueles direcionados especificamente à compleição de Jaime II. Antes de analisar suas orientações a respeito da saúde do rei, é necessário compreender as indicações de cunho usual a respeito dos elementos externos ao corpo humano. Logo, como outros físicos de sua época, ele começa o *Regimen* discutindo a primeira *coisa não natural*, o ar e o meio ambiente e sua influência sobre o homem. Ele compreendia a palavra "ar" não apenas como o elemento simples, mas como a atmosfera que nos cerca.

A primeira consideração para a conservação da saúde diz respeito à escolha do ar. De entre todas as coisas que, de modo necessário, estão em relação com o corpo humano, não há nenhuma que o transforme tanto como o ar, pois, entrando pela boca e nariz, através da respiração, chega com suas qualidades ao coração pelas artérias e é misturado aos espíritos do corpo, possibilitando a realização das ações vitais¹²⁶ (AVRSRA, p. 419).

Seguindo a tradição galênica¹²⁷, o médico árabe Hunain ibn Ishaq, conhecido como Joahnitius (século XI), acrescentou, em seu escrito *Ysagoge*, a sétima *coisa natural*, o pneuma ou espíritos: primeiro, o natural, que tem sua origem no fígado; segundo, o vital, originado no coração; e terceiro, o físico, localizado no cérebro. O primeiro expande-se do fígado a todo o corpo por meio das veias. O segundo parte do coração a todo o corpo por via das artérias. O espírito físico parte do cérebro a todo o corpo por intermédio dos nervos (GARCIA – BALLESTER, 1972, p. 145-146; SANTOS e FAGUNDES, 2006, p.337).

¹²⁵ Esse termo refere-se às enfermidades, que, no galenismo medieval, são definidas como essencialmente contrárias à saúde, porquanto alteram a própria natureza.

¹²⁶ *Prima pars vel consideracio sanitatis conservande pertinet aeris eleccioni. Nam inter ea que necessario approximant humano corpori nichil est quod inmutet forcius ipsum quam quod per os et nares ad cor et ad arterias inspirando pervenit cum qualitibus suis, et per omnes arterias inmiscetur spiritibus corporis, per quos omnes acciones vite corporalis perficiunt.*

¹²⁷ Para Galeno, nos pulmões, o ar inspirado sofre uma transformação substancial, semelhante à experimentada pelo alimento no fígado. O produto resultante alcança o coração e as artérias deixam escapar o pneuma (espírito) vital.

Trata-se de um elemento que está no corpo humano e na respiração e que pode ser alterado, em substância, isto é, corrompido, além do aumento ou da diminuição de algumas das qualidades intrínsecas. No seu entendimento, a atmosfera absolutamente pura e a palavra "ar" podem ser usadas como sinônimos.

A importância do ar para o corpo humano relaciona-se com o coração, fonte da vida, e com os espíritos vitais, responsáveis pelo funcionamento do corpo. A primeira *coisa não natural* associa-se ao calor inato, situado no coração, considerado um motor responsável pelos vários fenômenos vitais. Era o princípio vital do homem, considerado uma chama que não pode queimar se não existe ar, de sorte que esse elemento é o que impede a extinção do calor natural. O ar inspirado entrava no coração, resfriava-o e evitava que sua humidade enfraquecesse. Assim, toda a modificação da qualidade desse elemento influenciava diretamente o coração e, conseqüentemente, o organismo inteiro (SOTRES, 1995, p. 267).

Para Arnaldo de Vilanova, a terceira *coisa não natural*, os exercícios e o repouso, precede a segunda, porque ele acreditava que a prática física tem como principal benefício facilitar a digestão¹²⁸. Por isso, recomendava-se que os exercícios fossem praticados antes das refeições, devendo alterná-los com o repouso,

Porque excita o calor natural, pelo qual deve ser realizada a digestão da comida [...]; o outro motivo é porque separa e prepara a expulsão dos fluidos do corpo, dos quais residentes pela natureza dos membros não pode completar suas ações, e de fato diminuem o calor natural e impedem as passagens, pelas quais deve atravessar o alimento. Donde que a natureza do corpo permanece impedida até que os fluidos excedentes da comida sejam completamente expulsos¹²⁹ (AVRSRA, p. 426).

¹²⁸ Hipócrates no Livro I de sua obra *Sobre a dieta* afirma que o principal benefício da prática de exercícios relacionava-se à digestão, graças à sua ligação com o calor natural, o que permitia a expulsão dos humores, exercendo uma ação benéfica sobre o estômago. A relação entre alimentos, bebidas e exercícios é a base da dietética hipocrática, pois a prática de atividades físicas produz um gasto do que é acumulado e os alimentos e bebidas restauram o que se perdeu. Dessa maneira, mesmo os dois possuindo influências opostas entre si, complementam-se visando à saúde, portanto, é necessário conhecer detalhadamente as qualidades de cada um.

¹²⁹ *Post considerationem aeris ideo consideracio sequitur exercicii, quoniam naturaliter debet refeccionem precedere propter duo, quorum unum est quia calorem excitat naturalem per quem est cib digestio celebranda; aliud est quia superfluitates corporis resolvit et preparat expulsionem, quibus in corpore manentibus natura membrorum nequit suas perficere acciones, et enim calorem naturalem obtundunt et meatus impediunt per quos debet alimentum transire. Unde natura corporis impedita manet donec superfluitates cibi preteriti fuerint exclude perfecte.*

Com a prática de atividades físicas, o calor natural¹³⁰, a raiz da vida, move-se do centro para a periferia do corpo, consumindo as umidades responsáveis pelo surgimento de várias enfermidades. Assim, os exercícios exercem uma ação fisiológica que possui íntima relação com o calor natural e o seu desaparecimento significava a morte. Eles deveriam ser feitos com moderação e seguindo-se alguns cuidados: a digestão deveria estar terminada e, o corpo, ter eliminado o excedente do que foi digerido. Quando praticados moderadamente, tais atividades eram classificadas como benéficas. Todavia, se exercidos de forma intensa ou durante muito tempo, eram tidas como prejudiciais à saúde. E, quando a fadiga começa, o exercício deve ser interrompido, seguindo-se o princípio antigo da moderação.

No capítulo quatro, Arnaldo de Vilanova discute a segunda *coisa não natural* — a alimentação e a bebida — após apresentar as regras sobre os exercícios (terceira *coisa não natural*). Ele explana que a atividade física esvazia o corpo e, conseqüentemente, provoca o apetite, demonstrando que a natureza necessita de alimento. Compreende-se, dessa maneira, a necessidade de relação entre a alimentação e os exercícios, pois os dois complementam-se em busca do equilíbrio dos elementos que compõem o corpo humano (AVRSRA, p. 429).

A dieta alimentar é a preocupação central dos regimentos de saúde. Na obra analisada, os alimentos são apresentados consoante os benefícios e, também, os problemas que poderiam causar ao funcionamento do estômago e, conseqüentemente, à saúde. Prescrevem-se vários tipos de alimentos, especificando-se como deveriam ser utilizados — quantidade e qualidade dos produtos —, tendo em vista a compleição do monarca¹³¹.

¹³⁰Pedro Hispano, no *Livro sobre a Conservação da Saúde* afirma que o físico deve saber, de acordo com as autoridades médicas, que, no regime de saúde daqueles que vivem bem e tranquilamente, o exercício deve anteceder a alimentação, de maneira a não impedir o calor natural. Com efeito, no exercício, o calor natural move-se do centro para a periferia, excita-se em todo o corpo e junta-se ao já adquirido. O calor consome as umidades e excessos, pelos quais se originam muitas doenças. E, uma vez consumidas as umidades, ele torna-se mais intenso para digerir os alimentos, sendo que o corpo e os órgãos fortificam-se.

¹³¹A discussão sobre a segunda *coisa não natural*, os alimentos e as bebidas, é realizada no capítulo 3.

Após o consumo de alimentos, é conveniente repousar e dormir, o que justifica a necessidade da quarta *coisa não natural* — o sono e a vigília — ser seguida após a refeição, pois,

Após a alimentação, convém, por ordem natural, repousar e dormir, pois a comida é retomada para que seja digerida, e ao ser digerida, é convertida na substância dos membros. Na verdade, a digestão da comida também ocorre, sobretudo no estômago, onde é recebida com totalidade de sua deformidade aos membros para que nenhum seja preenchido, senão o calor natural pelo qual a digestão é executada quanto possível é reunido perto do local da digestão¹³² (AVRSRA, p. 431).

Para Arnaldo de Vilanova, o sono era definido como o acalmamento das forças cognitivas. Por via do descanso dos sentidos, era possível eliminar-se o cansaço do corpo e estimularem-se as capacidades intelectuais. Na dietética medieval, a explicação para o sono era a de que o calor inato retira-se em direção aos membros internos, o que provoca uma diminuição dos pensamentos presentes no cérebro, acarretando a interrupção das funções dos sentidos e das funções motoras. Isso determina uma quietude, ou seja, a sonolência que precede o sono. Ao mesmo tempo, o calor aumenta ao nível dos órgãos de digestão (SOTRES, 1995, p. 273).

No regimento composto para Jaime II, não há uma parte específica para discutir-se a quinta *coisa não natural*: a evacuação e a retenção. Essa discussão, entretanto, aparece em vários momentos da obra, como, por exemplo, ao discutir, no terceiro capítulo, o banho e a lavagem da cabeça. Também denominada inanição, a evacuação pode ser natural ou artificial¹³³ e compreende a eliminação de qualquer uma das coisas que se expõem do corpo:

¹³²*Post refeccionem, naturali ordine quiescere convenit atque dormire. Cibus enim ad hoc recipitur ut digeratur, et digestus convertatur in membrorum substanciam. Digestio vero cibi et máxime in stomacho ubi recipitur cum totalitate sue difformitatis ad membra nequit compleri, nisi calor naturalis per quem digestio celebratur quantum possibile est coadunetur circa locum digestionis.*

¹³³No que concerne à higiene dos resíduos, sabe-se que o corpo elimina tudo o que é supérfluo, como os restos da digestão. Os humores são eliminados e, nesse caso, são prescritos alguns procedimentos para auxiliar-se o organismo nessa expulsão. Além das evacuações naturais, recomendavam-se também outros recursos que auxiliassem o corpo a eliminar as substâncias prejudiciais à saúde. Essa é uma prática recorrente na Medicina desde a Antiguidade. Para eliminar algum humor do corpo por vias artificiais, recomendava-se o uso dos seguintes evacuantes: laxantes, vômito, flebotomia [procedimento para extrair do organismo humano os humores alterados contidos no sangue], ventosas [pequeno recipiente de vidro, com capacidade de 80 a 100 g, no qual, por aquecimento, rarefaz-se o ar e aplica-se sobre a pele para retirar-se o sangue], sanguessugas e cauterios [instrumentos para cauterizar, ou seja, queimar o tecido ou o local a fim de proporcionar-se um estancamento].

o suor, as fezes, a urina, o esperma, o sangue, as lágrimas, a secreção nasal, a cera dos ouvidos.

A fim de que o corpo permaneça saudável, é necessário que se eliminem os restos das três digestões. O momento mais recomendado para realizar-se a limpeza de tudo o que o organismo deve expulsar é o início da manhã. Semelhante discussão encontra-se no final das recomendações sobre o sono. Por isso, nos regimentos, recomenda-se que as pessoas façam a higiene diária com o objetivo de eliminarem do corpo esses resíduos, eliminando as fezes e esvaziando a bexiga. Ao acordarem, as pessoas deveriam se dedicar a alguns cuidados com a limpeza corporal e a higiene pessoal¹³⁴ (AVRSRA, p. 435).

Para o físico catalão, além de todos esses cuidados, era necessário observar a influência da sexta *coisa não natural*, as paixões ou acidentes da alma, na vida do paciente. Em sua concepção e na de outros físicos do período, as emoções modificam ou alteram o corpo, podendo prejudicar (por exemplo, a ira e a tristeza) ou beneficiar (a alegria) a saúde. Por esse motivo, recomenda afastar-se de todas as paixões nocivas.

Além das *auctoritates* antigas, Arnaldo apoiou-se igualmente em autores árabes, sobretudo nos textos dos médicos e filósofos Abu Bakr Muhammad ibn Zakariyya al-Razi (865 – 926), denominado Razis pelos autores latinos, e Allah Ibn Sina, conhecido como Avicena (980 – 1037). O contato com os escritos desses autores ocorreu inicialmente quando estudou Medicina em Montpellier. Nesse período, o ensino nessa instituição era feito com base na *Articella*, que, entre outras obras, contava com partes do *Al almonsorem*, de Razis, e do *Canonde* Avicena. O reconhecimento da importância desses escritos para a Medicina é assinalado em seu texto *Tractatus de intentione medicorum* (1290), na qual enuncia que sua obra é um pequeno livro sobre as intenções da Medicina, composto por vários excertos de

Assim, a evacuação terapêutica era um dos elementos que os físicos deveriam considerar para a prevenção de doenças.

¹³⁴ Pedro Hispano, no *Livro sobre a Conservação da Saúde*, recomenda lavar as mãos, o rosto, a boca e “pentear a cabeça e limpar os dentes pela manhã, esfregando-os”. Além disso, aconselha também “cortar as unhas depois do banho”.

textos de autores, como Galeno e alguns árabes, entre os quais Razis¹³⁵. Posteriormente, essa valorização é retomada no novo *curriculum* de Montpellier, em 1309, graças à intervenção de Arnaldo de Vilanova que defendeu a presença desses escritos no ensino de Medicina.

O Livro IV da obra *Al almansorem*¹³⁶, de Razis, de caráter prático, é constituído por trinta e dois capítulos dedicados à higiene retomando a doutrina galênica. Nessa parte, ele expõe que a conservação da saúde, seguindo Galeno, acontece devido à boa medida do movimento e do repouso, do alimento e da bebida, do sono e da vigília e, também, da adequada eliminação das imundices das casas e de outros lugares onde o homem habita, do temperamento moderado e das emoções convenientes (SOTRES, 1996, p. 505 – 507).

Outro autor árabe foi o físico e filósofo árabe Avicena (980 – 1037), cujas concepções de higiene tiveram grande ascendência sobre os regimentos de saúde na Idade Média. Para ele, a higiene e a terapêutica caminham lado a lado, pois são práticas complementares. A primeira ensina como cuidar do corpo para ter-se uma boa saúde; a segunda consagra-se aos cuidados com o corpo doente. Em sua obra, *Canon*¹³⁷, afirma que “a Medicina é a ciência pela qual aprendemos os vários estados do corpo humano: a saúde; a doença; o meio pelo qual a saúde é suscetível de ser perdida e, quando se perde, é suscetível de ser restaurada” (AVCM, p. 25).

¹³⁵ Nessa obra, o físico catalão tece elogios a Razis, considerado homem notável em investigação, resoluto em sua obra, prudente em seu julgamento e de comprovada experiência.

¹³⁶ Razis foi médico pessoal do príncipe Abu Salih al-Mansur ibn Ishaq e a ele dedicou a sua obra *Jitab al-Mansuri (Livro de Medicina para Al-Mansur)*, a qual foi estruturada em dez livros. No primeiro, discutem-se anatomia e fisiologia e, no segundo, os elementos. O terceiro é dedicado aos alimentos e medicamentos (cereais, bebidas, água, vinho, cerveja, hidromel, carnes e formas de cozinhá-las, leite, ovos, peixes, verduras e frutas). O Livro IV trata da higiene (exercício, sono, evacuação [sangria, purga, coito e banho], do ar e do ambiente em volta do paciente, sinais que mostram a presença da doença, os acidentes da alma, os costumes). Essa obra foi traduzida para o latim por Gerardo de Cremona, em Toledo, antes de 1170.

¹³⁷ Para a medicina, um de seus principais legados foi o Cânon, uma enciclopédia médica em que ele procurou conciliar as doutrinas de Hipócrates e Galeno com os postulados de Aristóteles. É um tratado que foi considerado da mais alta autoridade durante séculos. Está dividido em cinco livros. O primeiro trata da anatomia, da fisiologia e da patologia. No segundo, descrevem-se, por ordem alfabética, os medicamentos simples. No terceiro, estudam-se as doenças segundo a região do corpo. O quarto trata das doenças gerais que afetam, ao mesmo tempo, várias partes do corpo, como as febres ou a varíola. O quinto Livro, chamado *Antidotário*, ocupa-se do estudo dos medicamentos compostos. Nesta obra, a higiene é explicada levando-se em consideração os diversos pontos de vista, como a idade do indivíduo (infância, idade adulta, velhice), as estações do ano e as situações particulares, como as viagens.

Para Avicena, as considerações essenciais da arte de preservar a saúde consistem em manter o equilíbrio entre vários elementos: a estabilidade dos temperamentos; a seleção dos artigos de comida e bebida; evacuação; manutenção da pureza do ar respirado; proteção contra contingências estranhas; moderação em relação aos movimentos do corpo e os movimentos da mente, aos quais podem ser incluídos o sono e a vigília (AVCM, p. 362).

Mas, antes da composição de uma dieta, além das normas acima, era preciso que o físico conhecesse a constituição do paciente, sua natureza e a idade, identificasse as partes que compõem o corpo humano e distinguisse os elementos predominantes, a adequação às estações do ano, as variações dos ventos, a situação do local em que vivia, inclusive as qualidades frias, úmidas, secas e quentes dos alimentos. Tais conselhos eram regras a serem seguidas tanto na Medicina antiga quanto na medieval, ressaltando-se que, somente conhecendo-os e identificando as qualidades e as propriedades dos alimentos, era possível compor uma dieta visando à preservação da saúde. Mas nem todos os regimentos de saúde continham essas características particulares do paciente.

Nesse contexto, quando se compara o *Regimen sanitatis* de Arnaldo de Vilanova com outros escritos que também versam sobre a preservação da saúde, nota-se que ambos seguem o pensamento médico de sua época, ou seja, o galenismo árabe. A principal diferença reside na preocupação central da obra com a pessoa física do destinatário. Os regimentos de Pedro Hispano¹³⁸ e Averróis¹³⁹ são prescrições mais gerais, sem orientações individuais, embora, em

¹³⁸ O *Livro sobre a conservação da saúde*, composto pelo físico português Pedro Hispano, é constituído de três opúsculos. No primeiro, *Summa de conservanda sanitate* (*Suma da conservação da saúde*), Pedro Hispano trata da saúde do corpo em geral; no segundo, *De his conferunt et nocent* (*Coisas que fazem bem e mal*), aborda a saúde de cada órgão do corpo humano em particular e, por último, no *Qui uult custodire sanitatem* (*Preservação da saúde*), constam várias recomendações para conservar-se a saúde, dentre elas, exercícios, banhos, sono e uma dieta alimentar.

¹³⁹ O *Livro sobre a conservação da saúde* é o capítulo VI da obra *Kitāb al-kulliyāt fi l-tibb* (*Livro sobre as generalidades da Medicina*), de Averróis. Essa é a sua obra médica mais conhecida no mundo latino medieval, escrita antes de 1162 e estruturada em sete capítulos: Anatomia dos órgãos; Fisiologia; Estudo sobre as doenças; Sinais pelos quais se conhecem as enfermidades; Alimentos, medicamentos simples, venenos e contravenenos; Conservação da saúde; Cura das doenças. O *Kitāb al-kulliyāt fi l-tibb*, conhecido no Ocidente como *Colliget*, foi traduzido para o latim pelo judeu Bonacosa de Pádua, em 1255, e, pelo sobrinho de Arnaldo de Vilanova, Ermengol de Blasi, entre 1280 e 1285.

algumas versões, o do físico português seja dedicado ao imperador Frederico II. Por outro lado, Arnaldo de Vilanova compôs seu regimento para o rei de Aragão da mesma forma que Maimônides¹⁴⁰ o fez para o sultão do Egito, Al-Afdal, filho de Saladino.

2.2 A saúde do rei Jaime II

A corte régia medieval era caracterizada pela itinerância (bem como a cúria papal). O rei circulava não apenas em seu reino de Aragão, mas a outros reinos cristãos e à corte pontifícia. Essa mobilidade era uma característica do poder real e inerente à própria condição da realeza, que, por motivos políticos e administrativos, necessitava da presença do rei em diferentes partes do reino para eventos da vida cortesã: o exercício da guerra, as cerimônias, as caças, a realização de cortes, supervisão do trabalho de oficiais locais e recebimento de impostos. A monarquia itinerante, com os deslocamentos dos reis, rainhas e cortes pelo reino, construiu uma geografia do poder, elemento-chave no exercício do governo régio. Era necessário que o rei visse e fosse visto, pois a chegada da corte em um lugar do reino imprimia uma imagem de majestade aos súditos locais, permitindo que resolvessem seus conflitos e queixas (LÓPEZ, 2009, p. 382-384)

Barcelona era a cidade onde Jaime II e a corte permaneciam por mais tempo¹⁴¹. A estadia mais prolongada também era nas cidades de Valência, Zaragoza, Gerona, Lérida e Tortosa. Para compor o regimento de saúde, Arnaldo de Vilanova considerou que os preceitos dietéticos eram destinados a um rei cuja função exigia muitas viagens.

¹⁴⁰O *Kitāb tadbir al-sihha*, o *Regimento de saúde* para o sultão do Egito, Al-Afdal, filho de Saladino, foi escrito em árabe, em 1198, por Maimônides. A obra é composta por um prólogo e quatro capítulos: Regime de saúde em geral para todos os tipos de pessoas; Regime das enfermidades em geral para quando não se encontra médico ou quando encontra e ele não tem conhecimento nem experiência; Sobre o regimento de saúde do meu senhor e o que o afeta; Conselhos úteis em geral e em particular para pessoas sãs e doentes em qualquer lugar e tempo. A primeira tradução desse escrito foi realizada em 1290, por Ermengol Blasi, e intitulada de *Tractatus rabby mosyis de regimine sanitatis ad soldanum regem*.

¹⁴¹No entanto, na maior parte das vezes, encontrava-se viajando e, não raro, apenas pernoitando em alguns lugares.

Jaime II interessou-se por questões de saúde, logo, empenhou-se em adquirir obras de Medicina. Compreende-se, assim, o interesse pelos escritos médicos arnaldianos, mormente aqueles voltados para sua própria saúde. Há duas cartas em latim nas quais o rei solicita o livro que Arnaldo, em 1305, em uma de suas viagens para atendê-lo, prometeu-lhe compor para cuidar de sua saúde. Na primeira missiva, de 1º de julho de 1308, vê-se que o pedido já havia sido feito em cartas anteriores:

Ao venerável homem e prudente mestre médico Arnaldo de Vilanova, dileto conselheiro e amigo, cumprimentos e estima. [...] De resto, dirigimos recentemente a vós pedindo por cartas que a vós o dileto conselheiro e mestre racional da nossa corte, Petrus Boyl, apresentou, para que nos seja enviada a nova obra escrita por vós, chamada *Espelho da Medicina*¹⁴², para a conservação da nossa saúde [...] estando nós cientes que a mesma obra a ninguém haveremos de mostrar senão com o vosso prévio consentimento, ao mestre Martí de Calça Roja¹⁴³, nosso médico¹⁴⁴ (Carta Régia, 01/07/1308, CAA, p. 876 - 877).

Na passagem da carta acima, além da estima demonstrada por Jaime II ao médico e amigo, percebe-se o anseio em manter esse escrito em sigilo, somente para o seu conhecimento e, no máximo, para o médico real (Martí de Calça Roja), mesmo assim, com a permissão de Arnaldo de Vilanova. Essa preocupação em não divulgar a obra, explica-se também pela necessidade de não revelar os seus problemas de saúde e assim, evitar propagar uma imagem de fragilidade do rei. A saúde do monarca era compreendida como a do próprio reino. Em 15 de agosto de 1308, o monarca escreveu¹⁴⁵ novamente insistindo para que lhe

¹⁴²Jaime II menciona a obra *Speculum Medicine* e solicita-lhe que a envie pelo seu tesoureiro e embaixador real, Pedro Boyl. Porém, esse não é o regimento composto para cuidar de sua saúde e analisado nesta pesquisa. Consiste em uma suma, com texto teórico denso, composta no mesmo período que o *Regimen sanitatis ad regem Aragonum* e uma das maiores obras de Arnaldo, fruto dos seus quarenta anos dedicados à Medicina. Ao ser mencionada na carta, pode tratar-se de confusão no que alude às duas obras. Mas a atenção que o monarca demonstrava pelo saber médico, presente na correspondência oficial da Coroa de Aragão, é reforçada por seu interesse pelo *Espelho da Medicina*.

¹⁴³Martí de Calça Roja foi médico oficial da Coroa de Aragão de 1304 a 1327.

¹⁴⁴*Venerabili et prudenti viro magistro Arnaldo de Vilanova phisico, consiliario et familiari suo dilecto salutem et dileccionem. [...] Ceterum recolimus nuper vobis precando scripsisse per litteras, quas vobis dilectus consiliarius et magister rationalis curie nostre P. Boyl debuit presentare, ut ad nos novellum opus per vos conditum: Speculum Medicine ad nos pro conservacione nostre salutis [...] Scituri nos opus ipsum nemini comunicaturos, nisi previo consensu vestro magistro Martino de Caliga Rubea nostro físico.*

¹⁴⁵*Venerabili, provido et discreto magistro A. de Villanoua dilecto consiliario et familiari suo etc. [...] Et nichilominus rogamus vos cum maxima instancia, sicut iam per alias nostras litteras vos rogavimus, ut mitatis nobis Speculum Medicine, cum ... ipsum habere affectemus. Policemur etenim vobis, quod nulli persone illud ostendemos, nisi tamen, cui volueritis et nobis duxeritis intimandum.*

encaminhasse a obra e mencionou as cartas enviadas anteriormente com o mesmo pedido (Carta Régia, 15/08/1308, CAA, p. 877 – 878).

Provavelmente, entre os anos de 1308 e 1309, o físico catalão enviou uma cópia manuscrita do *Regimen sanitatis ad regem Aragonum* ao rei e conservou o original, que está na lista de livros de sua biblioteca em Valência, comprovada pelo inventário realizado em 1312. Sabe-se que, entre 1308 e 1309, a pedido da rainha, D. Branca (1283 – 1310), Berenguer Sarriera, o cirurgião da corte que atendeu a família real desde 1298 até a sua morte, em 1310, realizou a tradução do latim¹⁴⁶ para o catalão do *Regimen sanitatis ad regem Aragonum*, de Arnaldo de Vilanova, com o objetivo beneficiar a todos que se dedicavam ao saber médico — ou, por ele, tinham interesse —, mas não dominavam o latim. No prólogo, o tradutor teceu elogios ao mestre Arnaldo como conhecedor das várias maneiras de conservar-se a saúde (PTRS, p. 11).

Ao elaborar o regimento para o rei, buscou adequar os conselhos higiênicos à individualidade do seu paciente. Em primeiro lugar, a idade do monarca, no momento da composição da obra, que era de quarenta anos. Depois, sua compleição sanguínea e colérica, portanto, tendendo a ser quente, pois os humores predominantes eram o sangue, com domínio das qualidades úmida e quente e a bile amarela, seca e quente. Outras prescrições dietéticas para o monarca abrangiam o papel social do rei com sua vivência itinerante e, conseqüentemente, a preocupação com o local para estabelecer-se a residência da família real no verão; a prática de exercícios alusiva às atividades régias; a recomendação do consumo de alimentos e bebidas a partir de sua compleição; aconselhamento de diferentes formas de

¹⁴⁶ [...] *E per ço que aquest Regiment, qui tan planament és ordonat, pusca tenir o fer profit a aquels qui no entnen latí, és vengut a plaer a la molt alta senyora Dona Branca, per la gracià de Dèu reyna d'Araguó, que há manat a mi, Berenguer Sarriera, surgian, que trelat aquest libre de latí em romanç; e yo, per satisfer a son manament, són-me entramès de tresladar aquest libre. E prec los legidors d'aquest que, si per ventura em lo romanç ho en la sentència del libre trobaven nuyla cosa qui ls semblàs no raonable, que ans que ho reprenguesen, que ho corregisen ab aquel del latí, per ço cor moltz vocable e [em] tenimentz há em los libres de medicina que a penes se podem metre em romanç [...].*

entretenimento e, por último, a vida emocional. Afora isso, Arnaldo levou em conta também, a enfermidade que o afligia: as hemorróidas.

O casamento de Jaime II com Branca d'Anjou (1283 - 1310), em 1295, abarcou a organização da corte e da casa da rainha: diferente da do rei, mas não divergente, já que era composta por um grupo de damas nobres que acompanhavam a rainha, a qual tinha a sua própria casa com funcionários e chancelaria para atender suas necessidades. No que concerne à vida conjugal, os dois estavam sempre bem próximos, visto que, normalmente, as cortes de um e de outro coincidiam. No constante trânsito de um lugar a outro, D. Branca, acompanhava frequentemente o rei em suas andanças pelas rotas do reino, em suas caçadas e até mesmo nas expedições militares. Algumas dessas viagens reais da rainha associaram a fatos concretos: reuniões com os reis de Castela, de Portugal, nas cortes em Lérida ou em Saragoça. Nesses deslocamentos, pressupunha-se que ela tinha que fixar provisoriamente a corte em um lugar determinado por alguns dias ou pela temporada inteira. Instalar o palácio real significava a celebração de dias cerimoniosos com audiência, recepções com banquetes, com teatro, com torneios e com jograria. Essa instalação requeria uma enorme quantidade de materiais¹⁴⁷ e uma maior mobilização de animais para o transporte de vestimentas, armas, suprimentos de comida e todos os tipos de utensílios e remédios. A movimentação de animais para o transporte abrangia o de várias pessoas da corte: conselheiros, dignitários eclesiásticos, a guarda real, ministros, cavaleiros, secretários, escrivães, notários, os oficiais e fabricantes de todos os tipos, tais como porteiros, garçonetes, cozinheiros, confeitadores, dentre outros (MIGUEL, 1975, p. 17-19).

A vida itinerante de Jaime II a resolver os assuntos de Estado impossibilitava-o de viver próximo aos seus filhos, que residiam dispersos pelo reino. Os infantes tinham

¹⁴⁷ A instalação era feita à base de camas de campanha ou dobráveis, quartos espaçosos, isolados e separados por cortinas e tapetes, criação de uma sala com móveis, lustres e luminárias, talheres de prata, tapeçarias...

residências em Barcelona, Vilafranca del Penedès, Tarragona, Valência, Lérida, Montblanc e Toledo. Já as infantas moravam em Tortosa, Valência, Huesca, no mosteiro de Sijena, Barcelona e Saragoça. Entretanto, o pai sempre os visitava, sobretudo em datas comemorativas, como o Ano Novo, Domingo de Ramos, Páscoa e, maiormente, o Natal, quando se reuniam todos em Valência. Na primavera, encontravam-se na vila tarraconesa de Montblanc (MONTALVO, 2006, p. 74).

2.2.1 O ar e a moradia régia

Em virtude das constantes viagens, Arnaldo de Vilanova afirma que o monarca deveria também se preocupar com as condições higiênicas adequadas no momento de escolher o lugar de estabelecer sua corte no verão. Nessa estação, o clima era mais quente e seco, consequentemente, prejudicial às pessoas, assim como ao próprio rei, de temperamento colérico e sanguíneo.

E assim, se for viver ou passar muito tempo em determinado lugar, tome cuidado para ter ar puro em sua substância e que sejam temperadas suas qualidades, conforme o tempo (as estações do ano): porque, no verão, deve procurar localidades em que o ar seja puro e, no inverno, deve fazer o oposto: evitar a moderada frieza¹⁴⁸(AVRSRA, p. 424).

Semelhantes medidas preventivas são explicadas com base na teoria do uso dos contrários. Essa teoria farmacológica de longa duração histórica alude às qualidades das plantas (quente, fria, seca e úmida) que se repelem entre si. Articula-se com a noção de que as propriedades de plantas ou substâncias têm seus efeitos nos sentidos por meio do gosto e do odor. Assim sendo, Galeno afirma que a adstringência e outras propriedades secundárias — tais como a doçura, a acidez, o azedume etc — eram contrárias às quatro qualidades primárias, quente, seca, fria e úmida, e determinadas pelo gosto (EVERET, 2012, p. 40).

¹⁴⁸*Ea igitur pars ad inhabitandum diucius eligatur ubi fuerit in substantia purus era, et i qualitibus temperatus iuxta diferenciam temporis, nam in estate querendus est purus era et ex circumstanciis habitacionais declinans ad moderatam frigiditatem, et econtrario in hieme.*

Esse era o motivo pela qual, no verão, — uma estação de caráter quente e seco, que propiciava o aumento da bile amarela e detentora das qualidades quente e seca — aconselhava-se, nos regimentos de saúde, uma atenção redobrada ao lugar em que o paciente vivia, que deveria deter qualidades opostas à dessa estação. Por causa disso, o monarca deveria buscar estabelecer a corte e a residência de todos da família real em locais com clima mais ameno.

Na prática, ao analisar dados sobre a vida do monarca, é possível identificar a adoção dos conselhos de seu médico. Reiteradamente, a família real mudava de residência devido às necessidades da corte itinerante e de acordo com as alterações das estações, em momentos de convalescência, procurando clima melhor, de sorte que a decisão competia ao monarca.

Uma dessas mudanças coincidiu com a complicação das hemorróidas, uma vez que, a partir de 1305, passaram a incomodá-lo frequentemente, deixando seu corpo debilitado e dificultando sua vida itinerante. Logo, seguindo os conselhos de Arnaldo de Vilanova, o rei diminuiu as constantes viagens, passou a celebrar cortes quando as circunstâncias solicitavam e a ditar ordens reais nas residências em que se estabelecia por mais tempo (MARTÍNEZ FERRANDO, 1948, p. 26).

Na análise do itinerário régio, nos três primeiros meses de 1305, Jaime II estava em constantes viagens com curtas estadias em várias cidades de seu reino¹⁴⁹. Todavia, a partir de 26 de março desse ano, estabeleceu-se em sua residência em Barcelona, permanecendo sete meses. Somente a partir de 15 de outubro, viajou para a França (Montpellier e Perpignan) e a cidades do reino, como Gerona, Barcelona, Lérida e Saragoça. Seguiu a orientação não somente no momento de crise da enfermidade, pois, nos anos seguintes, mesmo retomando

¹⁴⁹ Teruel (1º de janeiro); Cella (2 de janeiro); Selva del Campo (3 de janeiro); Monte Real (4 e 5 de janeiro); Monreal del Campo (6 a 9 de janeiro); Daroca (10 de janeiro); Saragoça (11 de janeiro); Calatayud (12 a 16 de janeiro); Ejea de los Caballeros (17 de janeiro). No período entre 18 de janeiro e 2 de março, o monarca deslocou-se constantemente entre as cidades de Calatayud, Ricla e o Mosteiro de Santa Maria de Huerta. Em seu retorno a Barcelona, passou por Saragoça (4 a 18 de março) e Lérida (19 e 20 de março).

uma vida itinerante, permaneceu mais tempo em cidades como Barcelona, Valência, Saragoça, Lérida, Montblanc e Daroca, dentre outras. (ESTAL, 2009, p. 289- 307).

Arnaldo de Vilanova aconselhou Jaime II, como um rei prudente, a conduzir bem a sua vida, a compreender, pelo próprio ofício da majestade e pelos ensinamentos das experiências cotidianas, que um ambiente com ar impuro enfraquecia o entendimento, diminuía o conhecimento, obscurecia o juízo, tornava simples as cogitações e perturbava as afeições. Além do mais, o físico catalão acreditava que viver em moradia com ar muito úmido também era prejudicial à saúde e causava algumas enfermidades — nesse sentido, ele apresentava os seus malefícios: dores de cabeça; o coração fica apertado; a respiração, difícil, e sofre-se perda de voz¹⁵⁰ (AVRSRA, p. 424).

Ele considerava o ar puro, sem vapor estranho de fumaça ou substância nociva, importante não apenas ao corpo, mas também à mente, tanto a do rei quanto a de seu conselho, como pode ser observado quando ele relata que “As atividades da mente, seja o aprender, o pensar, são exercitadas mais claramente no ar puro [...]. Não somente a própria mente, mas a de todo o conselho, de onde emana a influência do governo a todo o reino”¹⁵¹. Para Arnaldo de Vilanova, a saúde do monarca mantinha estreita relação com a dos seus súditos e, por conseguinte, a do reino. Por isso, em algumas passagens do *Regimen sanitatis*, reforça e justifica a importância de cuidar-se da conservação da saúde do próprio rei, que, ao se manter saudável, beneficiaria todo o reino (AVRSRA, p. 423).

Desse modo, Arnaldo orientava Jaime II a escolher um bom lugar para viver, priorizando o tipo de habitação, pois a localização, a disposição das janelas e a altura dos tetos poderiam afetar a saúde do corpo humano. Advertia-o, ainda, sobre a necessidade de uma

¹⁵⁰*In talibus enim mansionibus era est nimis grossus et humidus, et iacentes – maxime dormientes in eis – multum gravat in capite et in pectore; facit enim eos obtusos et pigros et sompnolentos, cor constringit, hanelitum indurat, faciendo respiracionem difficilem, et vocem amputat vel obscurat.*

¹⁵¹*Non solum autem corpori est comodus era purus sed eciam menti. Nam omnia mentis opera, sive in apprehendendo sive in iudicando, clarius et perfeccius exercentur in aere puriori [...] non solum in mente propria sed tocius consilii, unde manat gubernacionis influencia toti regno.*

moradia limpa e na qual o ar não estivesse bloqueado, carregado ou nocivo. Em vista disso, recomendava a presença de janelas para favorecer a ventilação do ambiente¹⁵² (AVRSRA, p. 424).

Nesse sentido, o *Regimen sanitatis* interfere na arquitetura das casas¹⁵³. E, caso fosse obrigado a ficar em uma moradia que não apresentasse as condições ideais, dever-se-ia modificar o ar. No inverno, o ar frio pode ser prejudicial à saúde. Por isso, recomenda que ele seja depurado ou amenizado com a queima de videiras secas, lenha de aloé ou zinco. Do mesmo modo, ressalta os cuidados quando, no inverno, o frio for forte e, nesse caso, é necessário ficar-se próximo do fogo para aquecer:

Deverá se cuidar para que não se aproxime muito dele, ou por muito tempo perto do mesmo se assente, principalmente após as refeições e exposto o rosto; de fato corpos raros o fogo empobrecerá com espírito, e impede a digestão deles, obscurece a vista, azeda o sangue e causa vertigem. Mas, ficando com as costas voltadas ao fogo, o benefício dele moderadamente pode ser aproveitado; na verdade se tiver que ficar com os olhos virados para o fogo, cubra o rosto, em particular os olhos¹⁵⁴ (AVRSRA, p. 425).

Já no verão, deve manter as janelas e respiradouros abertos tanto para umidificar o ambiente quanto para o ar circular livremente. Além disso, nessa estação, ele recomenda ao monarca temperar o ar com sândalo, folhas secas ou galhos de murta ou com rosas secas, substâncias que deveriam ser colocadas em almofadas ao redor do leito¹⁵⁵.

¹⁵² *In mansione vero que precipue deputabitur ad iacendum et dormiendum cavebitur ne sit aer conclusus et non habent liberas expirationes, sicut in aliquibus domibus testudinosus, que pauca et parva habent spiracula.*

¹⁵³ No *Regimento de saúde*, de Maimônides, também identificamos essa intervenção acerca da moradia, que deve estar num piso alto do edifício, com pátio amplo, por onde passe o vento do norte e o sol para que limpe e purifique o ar, eliminando a putrefação. Dentro da moradia, o lugar do repouso deve ser o mais afastado.

¹⁵⁴ *Cum autem frigora cogente uti beneficio ignis, cavendum erit ne nimis approximentur aut diu sedeatur ad/ipsam, máxime sumpto cibo et vultu opposito; nam rara corpora depauperat spiritu, et eorum impedit digestivam et hebetat visum et acuit sanguinem causatque vertiginem. Sed dorso ad ignem converso eius beneficium moderate sumatur; si vero fuerit coram oculis et máxime prope, convenit aliquid propter óculos interponi.*

¹⁵⁵ Pedro Hispano também aconselha, seguindo o médico árabe conhecido no Ocidente como João Damasceno (século IX) e as sugestões sobre o uso de algumas substâncias para temperar o ar, como unguentos quentes e aromáticos. Maimônides aconselha que, de acordo com as mudanças que o ar sofre, deve modificá-lo e secá-lo com perfumes e vapores. Porém não lista ou indica alguma substância específica. Averróis também recomenda, quando o ar está corrupto, combatê-lo expulsando os humores prejudiciais que nele se encontram, para evitar-se a peste. Nesse caso, recomendam-se medicamentos frios e secos que possuem qualidades contrárias a do ar corrompido, como o vinagre e as lentilhas. Outra opção para impedir a putrefação é perfumar o ambiente com estoraque e alcatrão.

Outro aspecto ainda ligado à primeira *coisa não natural* remete às alterações sofridas pelo ar puro devido aos repentinos sopros dos ventos¹⁵⁶ que repercutem no corpo. Trata-se da concepção de que as correntes de ar podem alterar o estado de saúde. Por causa disso, nos lugares ou nas estações em que predominavam ventos frios e úmidos, aconselhava usarem-se vestes mais grossas. Contudo, às pessoas que possuíam o temperamento colérico ou sanguíneo como o rei, era conveniente utilizarem vestes de linho ou de seda, pois, ao mesmo tempo em que elas impedem a entrada dos ventos no interior do corpo, não permitem que o sangue inflame-se¹⁵⁷ (AVRSRA, p. 424).

Na corte, houve constantemente a confecção de vestimentas luxuosas. Em momentos de solenidades, como visitas de monarcas de outros reinos, recepção de embaixadores e bodas dos infantes, as roupas eram feitas de seda, com a aplicação de fios de ouro, pérolas e pedrarias para a família real. Utilizavam normalmente tecidos comprados de mercados de Flandres, França, Chipre e lã da Inglaterra. A seda oriental era adquirida principalmente pelo comércio com os muçulmanos (MARTÍNEZ FERRANDO, 1948, p. 63 - 68).

Valência era uma das cidades a qual o monarca recorria para a fabricação das vestimentas da família real. Num dos seus pedidos ao notário régio Bernardo de Avesone, consta a compra de tecidos e peles para a confecção das vestes régias. A preferência era pelos panos coloridos verdes, azuis, amarelos, escarlates (lã ou seda) e peles variadas (especifica-se somente uma pele branca de coelho)¹⁵⁸ (Carta Régia, 17/12/1303, CJA, p. 7).

¹⁵⁶ Os físicos medievais seguiam os conselhos de Hipócrates que, no Livro II de sua obra *Sobre a dieta*, discute centralmente a constituição dos lugares e ventos e a influência da geografia física sobre o homem. Nesse aspecto, expõe as várias qualidades naturais, influências e efeitos dos alimentos e exercícios, lugares e ventos a partir de uma perspectiva dietética. Ele expunha ainda a importância de distingui-los de acordo com a natureza, já que todos os ventos detêm a capacidade natural de umidificar e esfriar os corpos. Mas, dependendo da região e do lugar onde se originam, alguns são diferentes de outros: mais quentes, secos, frios, úmidos. Por conseguinte, dependendo da constituição do paciente, um vento pode ajudar na manutenção da saúde, enquanto outros podem prejudicá-la.

¹⁵⁷ *Sed colericis atque sanguineis congruit vestis ex lino vel serico interclusa bombace, nam talis vestis sanguinem non inflammat, nec estuare facit, et a ventorum ingressu partes protegit circumtectas et cetera.*

¹⁵⁸ *Fideli scriptori nostro Bernardo de Aversone [...] Cum ad opus persone nostre fieri fecerimus vestes nunc in civitate Valencie, quase mi mandaverimus per fidelem nostrum Arnaldum Messeguerii, de Camera mostra, qui pro vestibus ipsis emit et habuit panos et penas subscriptas precio substricto, videlicet, decem et novem cannas et mediam de panno coloris morati de Doaix, que ad rationem de sexaginta sol. Bar. Pro qualibet canna faciunt*

Outros preceitos preventivos que figuram no regimento de Arnaldo e que interferem na vida do monarca aludem aos exercícios: a terceira *coisa não natural*. Há diferentes modalidades dessa atividade: passeios, corrida, levantamento de peso, equitação, luta, jogo de bola, lançamento de pedras, salto, etc. Mas o regimento foi composto para um monarca e, por isso, os exercícios estão de acordo com a sua posição no topo da estrutura social, ou seja, com a dignidade real.

Na verdade, é dito uniforme quando os membros inferiores e superiores são proporcionalmente exercitados, quando se realiza uma caminhada, equitação ou outro exercício. Donde que, na caminhada, o que se exercita deve algumas vezes ser flexionado para unir com as mãos para acalmar ou realizar. A equitação, de fato, ao subir e descer e se mover o cavalo, não só o pé se movimenta, mas move as costas, mãos e braços, sobretudo se terá dado trabalho com a caça. Aquela espécie de movimento, porém, deve ser escolhida no propósito de exercício, pela qual sempre permaneça ileso a experiência e a excelência real. **Por isso que o jogo de bola, ou a luta, de modo algum é conveniente ao rei, pois a pessoa do próprio expõe desprezível, e isto subtrai bastante a utilidade pública**¹⁵⁹ (AVRSRA, p. 427, grifo nosso).

Sugere-lhe a equitação como a atividade física que mantém a salvo a dignidade real, pois se relacionava com a caça. Ao cavalgar, o monarca deveria mover as costas, braços e mãos, realizando um exercício completo. Já outras atividades, como o jogo de bola e a luta, não eram recomendadas, porque não condiziam com a imagem régia. Em face disso, percebe-se o discurso médico sintonizado com as prerrogativas do *status* social régio.

Tanto a rainha, D. Branca, quanto o rei amavam a falcoaria e sempre recorriam à comarca de Orihuela, em terras valencianas, principal lugar de criação de falcões no reino

mille centum septuaginta sol. Bar.; item, quatuor penas varias et duas capironatas precio mille quindecim sol. Dicte monete et unaam penam albam cirogrillorum precio septuaginta novem sol. Eiusdem monete, et pro predicto panno abtando sive baxando et dictis pennis scindendis et dirigendis ac pro costuris et aliis necessariis ad ipsarum vestium perficcioni, quadraginta sex sol. Et ., que predominate quantitates summam faciunt duorum mille trescentorum viginti sol. Et sex den. Bar., idcirco vobis dicimus et mandamus quatenus de pecúnia iuris sigillorum nostrorum detis et solvatis perlibato Arnaldo predictos duos mille trescentos viginti sol. Et sex den. Bar. In precio dictarum vestium, de quo premititur convertendis per eum, et facta solucione presentem recuperetis litteram cum apocha de soluto.

¹⁵⁹Uniforme ver dicitur quando inferiora et superiora proportionaliter exercitantur, sive peditando sive equitando vel aliter exercitium peragatur. Unde qui peditando exercitatur debet aliquando inclinari ad colligendum manibus aliquid placidum vel operandum. Equitans vero, sive ascendendo et descendendo sive movendo equum, non solum pedum columpnas sed dorsum movet et manus et brachia, maxime si venacioni dederit operam. Illa tamen in proposito species motus ad exercitium eligi debet per quam semper illesa permaneant regalis maturitas et honestas. Quapropter ludus pile vel aurealis aut lucte cum choetaneis nullo modo regi congruit, quoniam personam ipsius contempnibilem reddit, et istud publice utilitati nimium derogat.

aragonês, quando necessitavam de filhotes para serem treinados para a caça. Ademais, o rei caçava javalis e cervos em Java, próximo aos Pirineus, nos bosques da Catalunha e nos arredores do mosteiro de Santa Maria de Valldigna, próximo a Valência. Durante suas constantes viagens, quando o território era abundante em animais, D. Jaime II aproveitava para praticar a atividade favorita (MONTALVO, 2006, p. 107 – 108).

O exercício exerce uma ação fisiológica que detém íntima relação com o calor natural, considerado essencial para o funcionamento do corpo, de sorte que seu desaparecimento significava a morte. A sua prática deveria ser moderada e seguindo-se alguns cuidados: a digestão deveria estar terminada e, o corpo, ter eliminado o excedente do que foi digerido. Quando praticadas de forma comedida, as atividades físicas eram classificadas como benéficas. Todavia, se exercidas de forma intensa ou durante muito tempo, eram tidas como prejudiciais à saúde. Quando a fadiga começa, o exercício deve ser interrompido, seguindo-se o princípio antigo da moderação.

2.2.2 A vida emocional do rei

A sexta coisa não natural — as paixões ou acidentes da alma — refere-se à influência da vida emocional na saúde do homem. As emoções estão situadas no ponto de união entre o físico e o espiritual e seu estudo pertence a um duplo domínio: o da moral e o da Medicina. A vida emocional recebe diferentes títulos nos textos médicos, sobretudo nos regimentos de saúde. Na tradição filosófica, os elementos integrantes da vida emocional são denominados paixões da alma, mas, nas fontes médicas, predomina o título *acidentes da alma*. Uma das influências na adoção desse termo deve-se ao trabalho de tradução da obra *Ysagoge*, de *Johannitius*, realizada por Constantino, o Africano¹⁶⁰

¹⁶⁰Constantino, o Africano, mestre da Escola de Medicina de Salerno, nasceu em Cartago, no início do século XI.

(século XI), em que ele fala unicamente de acidentes da alma. Arnaldo de Vilanova emprega igualmente esse termo, enquanto Maimônides utiliza *saúde psíquica*.

Acreditava-se que a saúde conserva-se, perde-se ou diminui pelos comportamentos morais, os quais, pela relação com o corpo, pertencem também ao âmbito médico. Semelhante argumentação dos físicos basea-se na tradição hipocrática, que salientava a importância dos modos de vida ou dos comportamentos sociais para o paciente manter-se saudável.

O conceito *paixão da alma* e sua versão médica *acidente da alma* aplicam-se às inclinações que rompem o equilíbrio da vida psíquica. Nessa perspectiva, seu significado está mais próximo da palavra emoção em nossa linguagem comum. Em vista disso, são movimentos psicossomáticos que afetam diretamente o corpo e, indiretamente, a alma, portanto, relacionados à saúde (SOTRES, 1995, p. 276).

Para os físicos, bem como para os filósofos, os acidentes da alma têm sua origem na mente, o que o autor em exame denomina ‘razão interior cognoscitiva’. Pela apreciação que faz, a paixão desencadeia a estimativa da bondade ou da malícia de um objeto que é apreciado pelos sentidos, fundamentalmente pela visão e pela audição, que são as portas mais importantes das sensações. Uma vez realizada sua valorização, o acidente da alma deixa de pertencer à mente para passar ao corpo, no qual ocorre uma série de modificações. Em virtude disso, mais que acidentes da alma, dever-se-ia falar de paixões do coração, pois esse é o órgão central no qual vão ocorrer todas as transformações que constituem a essência da paixão [...] Ele é responsável por gerá-las, por via da entrada ou não do calor nele. Em seguida, surgem vários sintomas somáticos característicos das paixões: mudança na cor da pele, batimentos cardíacos acelerados, aquecimento, arrefecimentos... (SOTRES, 1996, p. 811; PEÑA e GIRON, 2006, p. 173 - 176).

No capítulo 6 do regimento, intitulado “Sobre os acidentes da alma”, Arnaldo de Vilanova sugere ao monarca que se afaste de toda a causa de tristeza¹⁶¹, como preocupações excessivas que impedem o cérebro de encontrar a paz, logo, deveria ocupar-se com coisas que consolassem e afastassem as emoções negativas. E, nessa perspectiva, enumera os efeitos negativos desse sentimento para a saúde: constriuir o coração, embotar o entendimento, impedir o conhecimento, ofuscar o juízo e destruir a memória (AVRSRA, p.436). Considera igualmente a ira prejudicial à saúde quando expõe que

as coisas nocivas devem cuidadosamente ser evitadas, e especialmente a ira e a tristeza, pois a ira inflama e superaquece todos os órgãos, e através do coração exerce uma influência negativa sobre a razão. Seus objetivos devem ser evitados, salvo na medida em que persuadem a razão para detestar todos os vícios e conseguir maior limpeza da mente¹⁶² (AVRSRA, p. 436).

Os pacientes não podem ser influenciados pela ira, tampouco, pela tristeza: sentimentos nocivos à saúde pelos seus efeitos negativos ao coração. Portanto, o monarca cuja função exigia responsabilidade e que enfrentava regularmente momentos de inquietação e desassossego, como na guerra, devia dedicar-se a assuntos alegres e envolver-se mais em atividades de entretenimento. Nesse aspecto, Arnaldo indica que, “muitas vezes, com felicidade, devem repousar e com honestos confortos, para que a alma refloresça e o espírito seja reparado¹⁶³” (AVRSRA, p. 436).

O campo da vida emocional fica, assim, sob o domínio do médico. Para os físicos, o ideal para que os seus pacientes mantivessem a saúde era estarem sempre felizes, logo, deveriam estar próximos de tudo o que gerasse alegria. As indicações constantes em alguns regimentos de saúde incluíam reunirem-se com os amigos e falarem de assuntos agradáveis.

¹⁶¹Pedro Hispano, no segundo opúsculo de sua obra, na parte em que indica as coisas que fazem mal ao coração, condena a tristeza, preocupações, trabalhos difíceis e todo serviço intolerável e o que quer que faça a alma entristecer-se.

¹⁶²*et ideo que nociva sunt debent studiose vitari, et specialiter ira et tristitia, quoniam ira supercalefacit omnia membra et propter fervorem cordis omnes actus rationis confundit; et ideo cavende sunt eius occasiones, nisi quantum ex precepto rationis adversus illicita concitatur.*

¹⁶³*Qui vero multis curis et sollicitudinibus distrahantur et crebro punguntur, gaudio sepe vacare debent et honestis solaciis, ut animus refloreat et spiritus recreentur.*

Com o mesmo propósito, aconselhavam o uso da leitura em voz alta, do canto, da poesia e da música. É nesse sentido que Arnaldo sugeria que, antes de dormir, o monarca deveria dedicar-se a atividades agradáveis, devendo evitar assuntos amargos. Recomendava, pois, “coisas que são plácidas ao fácil intelecto, como as histórias dos reis e dos santos ou as músicas melodiosas¹⁶⁴”, ou seja, as *gestas*, as *vitae* e as canções. Uma das formas de entretenimento régio era o jogo de xadrez, muito apreciado pelos membros da família real. Jaime II incentivava tal prática presenteando os infantes com esse jogo (AVRSRA, p. 434).

No *Regimen sanitatis*, o ato sexual está ligado a três *coisas não naturais*: retenção e evacuação, acidentes da alma e exercícios. Considerada pelos físicos medievais como um importante aspecto da vida humana ao auxiliar na manutenção da saúde, a atividade sexual mantém uma estreita relação com os acidentes da alma, pois é uma das ações do organismo que envolve intensa carga emocional. As alterações na esfera emotiva repercutem nos comportamentos sexuais do ser humano. É por isso que essa discussão aparece no regimento junto à *quinta coisa não natural*. Mais que um meio de eliminar do organismo o esperma, o coito é considerado por Arnaldo de Vilanova como uma atividade que modifica o organismo por intermédio dos acidentes da alma. Por envolver a agitação corporal e a repercussão muscular, o ato sexual relaciona-se também ao movimento e ao repouso (SOTRES, 1996, p. 762).

Arnaldo ateu-se à questões referentes ao ato sexual porque, dependendo do uso ou do abuso, ele poderia trazer benefícios ou malefícios à saúde do monarca. A discussão inicial toca no momento mais apropriado para a prática sexual, de forma que, para ele, o coito deve ser exercido após o sono e com o corpo equilibrado, desaconselhando a sua prática logo após as refeições e com o estômago vazio,

¹⁶⁴ *Sedendo, audiat non amara neque subtilia sed placida que fuerint facilis intellectus, ut sunt regum et sanctorum ystorie, vel musice melodie.*

Sempre, pois se deve observar para que o próprio desejo procure e nos devidos intervalos, para que a natureza possa produzir sêmen, exceto com a dissolução e tormento do corpo. Pois o coito excessivo deve ser evitado por todos os homens, porque diminui todas as forças do corpo e precipita-o para a extrema velhice¹⁶⁵ (AVRSRA, p. 435).

O intercuro sexual integra as *coisas não naturais* e enquadra-se em alguns regimentos de saúde na quarta *coisa não natural*, as evacuações e as retenções, porque é responsável por eliminar o sêmen do organismo. Era considerado algo necessário à manutenção da saúde. Inclusive, segundo a maioria dos autores medievais, essa atividade era explicada do ponto de vista da necessidade fisiológica masculina e feminina, ou seja, servia para expulsar os resíduos da terceira digestão: o sêmen produzido nos testículos e nos ovários (PEÑA E GIRÓN, 2006, p. 470).

Nas tradições médicas antigas, a relação entre corpo e prazer sexual é uma questão de saúde. Essa atividade deve ser exercida com moderação, pois, do mesmo modo que reter o esperma não é saudável, o excesso do coito é prejudicial, podendo abreviar a vida e debilitar o corpo (ROSSIAUD, 2002, p. 478).

2.2.3 Outros hábitos salutareos

O sono e a vigília são a quarta *coisa não natural*. O primeiro preceito que o monarca deveria seguir refere-se à escolha do melhor momento para dormir. Assim, Arnaldo de Vilanova orienta Jaime II a repousar à noite, primeiramente devido à frieza do ar que, nesse horário, é mais forte e permite o acúmulo do calor inato no interior do corpo, facilitando a digestão. Ademais, apresenta também duas outras razões:

Segundo, é a tranquilidade da mente e do corpo, pois, de noite, cessam as reflexões e as ocupações diurnas. Terceiro, é o sono quieto, pois, sob o silêncio da noite, não é interrompido com ruído ou com barulho, nem com ocupações é impedido, nem com luz ferina os olhos são abreviados¹⁶⁶ (AVRSRA, p. 433- 434).

¹⁶⁵*semper enim spectandum est ut ipsa sponte requirat et ex debitis intervallis, ut natura possit effundere semen absque dissoluzione corporis et tormento. Violentus enim choitus est cunctis hominibus cum terrore vitandus, quoniam omnes vires corporis amputat et in extreman precipitat senectutem.*

¹⁶⁶*Primum est frigiditas aeris, etenim in aere frigido forciore est digestio quam in calido, quoniam per*

Outra preocupação arnaldiana, bem como a de outros físicos medievais, diz respeito às maneiras de dormir. Recomenda-se deixar a cabeceira da cama erguida, gerando um declínio leve em direção aos pés para impedir o vômito dos alimentos, o que hoje se denomina refluxo. Da mesma maneira, deve-se evitar dormir com os pés calçados para não prejudicar a saúde¹⁶⁷ (AVRSRA, p. 434).

Recomenda ao rei que possui compleição tendente a quente e, portanto, que necessita da frieza do estômago, a seguir certas medidas para ter um repouso tranquilo: não dormir sobre o ventre por causa da contorsão e da compressão do estômago e que coloque o abdome sobre leitos moles e evite virar o pescoço. Aliás, deve utilizar um travesseiro molíssimo e quente e apertá-lo com os braços ou com uma larga faixa de linho para que o sono venha.

Outros hábitos salutareos fundamentam-se na higiene corporal, no banho e na lavagem da cabeça, o que se insere na quinta *coisa não natural*: a evacuação e a retenção. É recomendada a prática dessas atividades em momentos diferentes, pois o monarca, tendo

Completo o sono, deve-se buscar diligentemente a purificação do corpo dos fluidos multiplicados no mesmo, não só por retirar ou urinar, mas também por outras partes, como tossir e expectorar, e o nariz assoar, a cabeça pentear e a face e sempre lavar as mãos com água morna¹⁶⁸ (AVRSRA, p. 435).

Já o banho ocupava um espaço no galenismo medieval como um complemento aos exercícios físicos, como auxiliar na limpeza ou na eliminação das coisas supérfluas do corpo. Arnaldo de Vilanova considera que o banho auxiliava a saúde ao retirar os materiais resultantes da prática física, como o suor. Tanto ele quanto Pedro Hispano recomendam

frigidatatem aeris coadunatur calor naturalis in clibano corporis, et per calorem ipsius aeris disgregatur versus exteriora; [...] Secundum est tranquillitas mentis et corporis, quoniam de nocte cessant meditationes et occupationes diurne. Tercium est sompnus quietus, nam sub silencio noctis nec strepitu vel clamoribus interrumpitur, nec occupationibus impeditur, nec luce feriente oculos breuiatur.

¹⁶⁷ Nessa parte, Arnaldo de Vilanova afirma ainda que deve, no sono, ter a cabeça, o peito e outras partes mais altas, porém isso convém aos imoderadamente refeitos, para que a comida regurgitante não sobrecarregue o orifício do estômago e, por conseguinte, a cabeça e os membros da respiração [...]. Os pés também devem estar descalços e cobertos. Pois dormir com pés calçados — sobretudo no verão — abranda as fumaças e faz o corpo agitar-se e ser perturbado, pois que é impedida a digestão, a visão é escurecida e a mente é enfraquecida; na verdade, são para cobrir para que não sejam muito refrigerados.

¹⁶⁸ *Somnoque completo, studendum est diligenter emudare corpus a superfluitatibus multiplicatis in eo, non solum per secessum aut urinando sede ciam per alias partes, uti tussiendo et screando et nares mungindo, caput pectinando et faciem ac manus cum aqua tépida semper lavando.*

utilizar a água morna, evitando-se o uso de água quente. Destarte, focando especificamente no banho do rei, afirma que,

Ao corpo com sangue abundante, se moderadamente é alimentado e é exercitado, não é conveniente suar nem é necessário lavar-se por causa dos vestígios de suor. Pois, se por causa dele algumas vezes a necessidade de lavar-se seguir o exercício provocativo do suor, é cuidar para que o corpo não seja mergulhado na água notavelmente quente, mas que seja morna como aquela que, no verão, se aquece com os calores do sol¹⁶⁹ (AVRSRA, p. 428).

Nesse momento, relata que o intervalo de tempo para lavar-se a cabeça não pode ultrapassar vinte dias e nunca com o estômago cheio, tampouco o fazer antes ou logo depois das refeições. Quanto à lavagem dos pés, ele diz que,

Porém os pés, para a conservação da integridade da visão, da audição e da memória, frequentemente são lavados e estimulados com água moderadamente morna; e com tal lavagem faça, à tarde, ao redor da entrada do leito, naqueles dias nos quais não tenha jantado¹⁷⁰ (AVRSRA, p. 428).

A prática desse costume de Jaime II, afora as indicações médicas, advinha também de seu contato com a cultura árabe em Valência e em terras sicilianas, pois ele instalou os banhos, no palácio real de Valência (1313) e no palácio da Aljaferia de Saragoça, para seu casamento com María de Lusignan de Chipre¹⁷¹, na cidade de Gerona, em meados de dezembro de 1315.

As prescrições médicas que fazem parte do *Regimen*, além de nos informarem a respeito dos preceitos dietéticos para cuidar-se da saúde e da enfermidade do rei, demonstram a interferência do físico no modo de vida de seu paciente. E revelam aspectos do cotidiano do rei e da família real, como as viagens, o consumo de alimentos e de bebidas, os banhos, a

¹⁶⁹*Nam corpori vel sanguine habundanti, si moderate cibetur et exercitetur, nec congruit sudare nec necessarium est ablui propter sudoris vestigia. Quod si propter eius exercitum sudoris provocativum aliquando sequeretur necessitas abluendi, cavendum est ne corpus mergatur in aqua notabiliter cálida, sed sit tépida, velut illa que solis fervoribus estate calescit.*

¹⁷⁰*Locio vero capitis non tardetur ultra viginti dies, nec in ebdomada plusquam semel fiat; et nunquam stomacho repleto, sed ante prandium vel longe post ipsum, et ante cenam si proponatur cenare. Columpne tamen pedum ad conservacionem sinceritatis visus et auditus atque memorie sepe laventur ac fomententur cum aqua moderate caliditatis; et talis locio fiat sero circa introitum lecti diebus illis in quibus non cenare contigerit.*

¹⁷¹ Cinco anos após a morte da rainha D. Branca (1283 – 1310), Jaime II casou-se com maria de Lusignan de Chipre. Posteriormente, com seu falecimento, contraiu novamente matrimônio. Dessa vez com Elisenda de Moncada. Não teve nenhum filhos nesses últimos casamentos.

prática de atividades, como a equitação e a caça, o entretenimento, como, por exemplo, ouvirem histórias dos reis e dos santos e a música que gera a alegria e afasta a tristeza.

CAPÍTULO 3

A ALIMENTAÇÃO E OS CUIDADOS COM A ENFERMIDADE CRÔNICA DO REI

Não temos necessidade o tempo todo de outras ajudas, mas sem alimentação nem os homens saudáveis, nem os doentes, podem viver.

Galeno

Os físicos medievais, seguindo os preceitos da Medicina antiga, conferiam aos alimentos um papel importante na vida tanto do homem saudável quanto do doente. Assim, acreditando que o estado de saúde ou a enfermidade relacionam-se ao equilíbrio ou ao desequilíbrio dos elementos que compõem o corpo humano, o médico deveria atentar para o que o paciente ingeria, visto que o equilíbrio poderia ser mantido ou recuperado dependendo dos cuidados com a alimentação e com a bebida (MAZZINI, 1998, p. 224).

Para Arnaldo de Vilanova, o físico deveria atentar para o que é consumido, pois, dependendo disso, o corpo humano pode transformar-se ou agir e, em outras situações, sofrer ou ser alterado. Assim, em seu escrito *Tractatus de intentione medicorum*, afirma que uma das intenções médicas e, portanto, uma preocupação do físico diz respeito à classificação do que é ingerido pelo corpo. Arnaldo define o que se come e o que se bebe em três tipos:

O médico considera como alimento aquilo que é assimilado pelo corpo sem transformá-lo [*convertibile*¹⁷²]; o remédio transforma o corpo sem alterar a si mesmo [*convertens*¹⁷³]; considera como remédio e alimento aqueles que são, ao mesmo tempo, *convertens e convertibile* [alimento e medicamento e possuem a capacidade de ambos]¹⁷⁴ (AVTIM, p.110).

Alguns produtos são chamados de alimentos porque são transformados e não transformadores. O ovo, por exemplo, ao ser ministrado, é recebido e convertido pelo

¹⁷²*Convertibile* – aquilo que é consumido e for convertido/transformado/assimilado pelo corpo sem transformá-lo.

¹⁷³*Convertens* – aquilo que, ao ser ingerido, converte/transforma o corpo sem alterar a si mesmo.

¹⁷⁴*Docet enim medicus quod id quod per os recipitur sub triplici differentia cadit, ita videlicet ut aliquid tantum cibus/sit, aliquid medicina tantum, aliud vero utrumque. Intendit autem per cibum medicus id quod a corpore convertibile est, non convertens, per medicinam autem id quod convertens et non convertibile, per utrumque autem quod ad hoc habet potentiam et ad illud.*

organismo, nutrindo-o. Logo, é considerado alimento, ou seja, é algo que pode ser alterado, convertido ou transformado pelo corpo humano em nutriente. Desse modo, o alimento é compreendido como algo externo que, ao ser consumido, é alterado pelo corpo que o transforma em nutriente.

Do mesmo modo, há coisas que são recebidas no corpo humano, podendo transformá-lo sem sofrer modificações. O físico catalão cita como exemplo o ópio¹⁷⁵, que, usado na dosagem correta¹⁷⁶, adultera o corpo sem sofrer alterações. Portanto, é transformador e não algo que possa ser transformado. Há também substâncias que tanto nutrem quanto alteram o corpo, já que são, ao mesmo tempo, *convertens e convertibile*. São, pois, ao mesmo tempo, alimento e remédio. Arnaldo cita como exemplo a alface, que esfria o estômago aquecido antes de ser completamente digerida, e, após ser assimilada pelo corpo, converte-se em calor e sangue nutriente (AVTIM, p. 114).

O efeito de um medicamento no organismo depende da dosagem utilizada. Consequentemente, antes de decidir se algo deve ser considerado alimento ou medicamento, era preciso que o médico soubesse o efeito de uma dose de proporção adequada e de uma única dose, em vez de uma administração em grande quantidade e longa. Nesse sentido, acreditavam que os ovos são alimentos, mas, se forem consumidos em grande quantidade, podem danificar o corpo, do mesmo modo, uma pequena quantidade de ópio não terá nenhum efeito fisiológico. Desta feita, se o físico não compreendesse essas coisas, poderia considerar os ovos como medicamento ao invés de alimento e, o ópio, um alimento e não um remédio, agravando o estado de seus pacientes (MCVAUGH, 2000, p. 160).

Em sua obra *Tractatus de esu carnum*, Arnaldo de Vilanova, a partir de uma argumentação médica pautada nas tradições antigas (Hipócrates e Galeno), posiciona-se

¹⁷⁵Da família das papaveráceas, o ópio, um calmante para dor, é um fármaco, pois, dependendo da dosagem utilizada, pode ser tanto medicamento quanto veneno, ou seja, é uma substância que pode atuar no organismo trazendo benefícios ou malefícios.

¹⁷⁶Quando uma substância é ingerida e não sofre alterações, dependendo da dosagem, pode produzir uma alteração muito forte no corpo. Esses produtos são considerados veneno.

contra a ideia de que a carne¹⁷⁷ é uma necessidade vital para o restabelecimento da saúde. Na sua concepção, os médicos só devem recear o perigo da morte para o doente quando nele deixar de existir a virtude vital, pois, quando ela falta, o enfermo morre. A sua falta acontece em dois casos:

por causa da malícia da doença, que a dissipa, ou por causa da falta de alimento, que conservaria e restauraria a falta dessa virtude. Em cada um dos casos, o doente foge do perigo da morte ao se excluir a causa da perda da virtude vital — desse modo, no primeiro caso, por meio de um medicamento que, adequadamente, dissipa a severidade da doença, e, no segundo caso, na verdade, pelo fornecimento do alimento que, rapidamente, conforta e restaura a virtude predita¹⁷⁸ (AVTEC, p. 116 - 117).

Compreende-se que qualquer alteração da *physis*, por exemplo, como algo que prejudicasse a virtude vital, dificultaria o funcionamento do organismo e, dependendo da gravidade, levaria à morte. Para Arnaldo de Vilanova, a virtude é prejudicada devido tanto à ação da doença, necessitando-se, portanto, da prescrição de medicamentos para combatê-la, quanto à carência de alimentos. A partir do diagnóstico que identificava a enfermidade, o médico atuava com prescrição de remédios ou alimentação adequada, podendo-se, dessa maneira, restabelecer-se a saúde.

Os ensinamentos de Hipócrates fornecem o embasamento teórico para justificar-se a importância da alimentação não somente para conservar-se a saúde, mas também para a cura das enfermidades. Assim, o físico catalão, no *Tratado sobre o uso de carnes*, cita o escrito hipocrático *Regimentos das doenças agudas*, segundo o qual, a depender da enfermidade, se o médico oferecer um alimento pesado, agravará a moléstia e gerará mais sofrimento, conseqüentemente, colocará em risco a vida do paciente. Por outro lado, se aos enfermos for

¹⁷⁷Para Arnaldo de Vilanova, o vinho e as gemas de ovos moderadamente moles são os alimentos mais indicados para reparar-se mais rapidamente a virtude vital, portanto, os mais recomendados para enfermos cuja falta dessa virtude é causada pela escassez de alimento.

¹⁷⁸*Inquiunt enim perit medicorum quod mortis periculum non timetur in languido, nisi defectus in eo virtutis vitalis emineat (illa manque deficiente, necesse est ut vita deficiat). Hec autem ut aiunt eleganter, nequit in egris deficere nisi vel propter maliciam morbi resolventis eam, vel propter defectum alimenti conservantis eam et restaurantes deperditionem ipsius. Et in utroque casu languens evadit mortis periculum per abscisionem cause prosternentis virtutem – ita quod in primo per medicationem congrue dissipantem egritudinis acerbiter, in secundo vero per exhibitionem alimenti celeriter confortantes et restaurantes virtutem predictam.*

negada alimentação adequada e, em seu lugar, forem lhes dados medicamentos, definham e morrem mais rápido (AVTEC, p.117-118).

No que concerne à dieta nos enfermos, Hipócrates no *Regimen acutorum*, recomenda que nos momentos em que o paciente está mais debilitado, o físico deve observar a febre, atentando para as subidas e descidas da temperatura, pois a melhor hora para administrar alimentos com segurança é quando a temperatura está baixa. Hipócrates organiza uma lista com diferentes alimentos [alho, queijo, carne, cereais, legumes, etc] apresentando as suas características e definindo os benefícios e também os problemas que o seu consumo pode gerar. Por exemplo, o alho produz gases, calor ao redor do tórax, náuseas e tonturas, no entanto, é um excelente diurético (HRA, capítulo 54).

3.1 As hemorróidas

Essa enfermidade está presente na literatura médica desde a Antiguidade. Os principais escritos que a discutem são: o *Tratado sobre as hemorróidas* e do *Regimen acutorum*, de Hipócrates (século V a. C.) e no *Tratado sobre a cura das hemorróidas*, do físico judeu Rabi Moshê ben Maimon (1135 - 1204), conhecido como Maimônides. Essas são as principais *auctoritates* antigas e medievais que discutem tal enfermidade, as quais, portanto, foram utilizadas por Arnaldo de Vilanova como referências na composição do *Regimen* para Jaime II.

Ao explicar e indicar a causa da doença, o médico grego Hipócrates, em seu breve escrito *Tratado sobre as hemorróidas*¹⁷⁹, relaciona sua origem aos humores. Em sua concepção,

Quando a bÍlis ou a fleuma descem e fixam-se nas veias do ânus, aquecem o sangue dentro das veias e, ao aquecê-lo, atraem para si o sangue das veias que estão em seu entorno, assim, repleta de sangue, a parte interior do ânus aumenta de volume. As

¹⁷⁹ Trata-se de um breve escrito hipocrático em que, primeiramente, explicam-se as causas das hemorróidas, depois, as discussões são focadas nos tratamentos a partir de intervenções cirúrgicas e cauterização com ferro quente.

extremidades das veias sobressaem e, ao mesmo tempo, esmagadas pelas fezes e pressionadas pelo acúmulo de sangue, projetam ao exterior uma ponta de sangue (HTH, capítulo 1).

Hipócrates define as hemorróidas a partir dos problemas relacionados aos humores, o que gera um acúmulo de sangue nas veias, o qual, por sua vez, gera excrescências ao redor do ânus. Ao longo da referida obra, os seus preceitos são de cunho terapêutico, com intervenção cirúrgica. Nesse sentido, para tratar essa enfermidade, recomenda cortar, reduzir e cauterizar: são procedimentos dolorosos que abrangem, primeiramente, a cirurgia e, depois, o uso de medicamentos:

Quando for cauterizar, segurar o doente para que a cabeça e as mãos não se movam; o paciente grita enquanto é queimado, porque vai ao longo do ânus dele. Após a cauterização, triture com água fria lentilhas e ervilhas cozidas e faça um cataplasma e deixe no local ferido durante cinco ou seis dias; no sétimo, corte um pedaço de esponja macia tão fino quanto possível, de largura total de seis dedos, em seguida, colocar sobre uma esponja um tecido fino e macio, tão grande quanto a esponja, e impregná-lo com mel; depois, passando o dedo indicador da mão esquerda sob a metade da esponja, empurra o máximo que possa sobre o ânus (HTH, capítulos 2 e 3).

Hipócrates refere-se a tal enfermidade também em outro escrito. No *Regimen acutorum*, obra que constava na biblioteca pessoal de Arnaldo, orienta-se adotarem medidas que beneficiem o bom funcionamento do estômago. Por isso, recomenda-se abster de substâncias ácidas, exceto o orégano, e beber vinho branco seco e em pouca quantidade (HRA, capítulo 62).

Bem como Hipócrates, Maimônides, em sua obra, *Tratado sobre a cura das hemorróidas*¹⁸⁰, relaciona a origem dessa enfermidade ao aumento ou ao excesso do humor biliar negra [quente e seca] no sangue. O aumento produz sedimentos que se depositam nas veias do ânus, gerando as hemorróidas.

sempre ocorre a partir das biliar negra, porque, quando aumenta no sangue, ela se espessa, torna-se turva e rejeita os membros. Empurre o humor em excesso de

¹⁸⁰ O *Tratado sobre a cura das hemorróidas* é um breve texto, composto por Maimônides no Cairo, local onde escreveu o conjunto de seus escritos. Toda a obra é marcada pela preocupação em prevenir as complicações dessa doença, sobretudo com preceitos destinados a uma alimentação própria ao bom funcionamento do estômago.

membro a membro, até que, por seu peso e área de atuação, precipitam-se os sedimentos ao fundo do corpo, enchendo as veias do ânus que engrossam e produzem essas excrescências que são as hemorróidas (MTCH, p. 117).

A principal diferença dos preceitos de Maimônides em relação aos hipocráticos alude à intervenção cirúrgica, pois aquele considera difícil determinar quais das excrecências podem ser cortadas. A sua proposta é apresentar preceitos que possam devolver a saúde, aliviando os sintomas e evitando os ataques crônicos dessa doença.

No prólogo, Maimônides apresenta o caso de seu paciente cujo quadro oscilava entre momentos saudáveis e momentos aflitivos. Nessa situação, a atuação médica foi sempre tratar, procurando-se arrefecer a dor. O físico judeu frisa a importância de cuidar da doença nos momentos em que, aparentemente, o paciente está saudável, ou seja, recomenda adotar medidas preventivas para evitarem-se complicações (MTCH, p. 109).

Arnaldo de Vilanova recorre aos ensinamentos dessas duas *auctoritates*. Seguindo os preceitos de Hipócrates, apresenta também métodos cirúrgicos. Mas esses procedimentos deveriam ser utilizados somente quando houvesse complicação das hemorróidas. Procedendo como Maimônides, decide pelos preceitos preventivos a fim de combater essa enfermidade, cuidando da alimentação e tratando com medicamentos.

Ao compor o regimento para o monarca, além de observar os princípios necessários, uma das preocupações de Arnaldo de Vilanova, ao prescrever as medidas dietéticas e também preventivas, era com a doença crônica que, desde 1299, afligia Jaime II e que, em alguns momentos, como em 1304 e em 1305, complicava-se. Portanto, o rei sempre dependia dos cuidados de seus médicos e, mormente, das recomendações e do tratamento indicado por Arnaldo de Vilanova, que lhe prescreveu um medicamento, um eletuário¹⁸¹, receitado para amenizar os problemas causados pelas hemorróidas.

¹⁸¹ Medicamento de consistência líquida feito com pós que eram misturados em diversas substâncias, como mel e xaropes.

O rei de Aragão interessava-se por questões relacionadas à sua doença crônica que, mesmo tratada, retornava. As medidas terapêuticas acalmavam, mas não eliminavam a enfermidade. Ao saber, pelo cirurgião da família real, Berenguer Sarriera, que o físico Ermengol Blasi, sobrinho de Arnaldo de Vilanova, possuía um livro sobre a cura das hemorróidas, Jaime II escreveu-lhe, solicitando o envio da obra e dos conselhos que pudessem ajudar no tratamento de sua enfermidade¹⁸² (Carta Régia, 08/12/ 1297, CDHCC, p. 12).

Jaime II pressupunha que Berenguer conhecia bem Ermengol Blasi, outro acadêmico de Montpellier, pois deviam ter se encontrado em Girona, quando Ermengol chegara, em 1296, para exercer a Medicina. A figura de Berenguer, que assim começou a emergir desses fragmentos de documentação, é de um cirurgião, sem dúvida, mas um profissional que estava bem familiarizado com questões do mundo acadêmico (MCVAUGH, 1994, p. 219 - 220).

No início de 1299, durante a expedição à Sicília¹⁸³, o monarca sofreu uma complicação com a doença, sendo necessário chamar três médicos italianos a Nápoles para ajudarem no seu tratamento. No séquito real, havia dois médicos: mestre Ugo, que tinha sido nomeado físico da rainha ao chegar a Nápoles para supervisionar sua nova gravidez, e Bernardo Marini, físico do rei, que fora escolhido, na França, durante a viagem e acompanhara o monarca quando este, no verão de 1299, retornara para Aragão. Com um quadro crítico da enfermidade, o rei decidiu intensificar a sua busca por um médico que pudesse atender permanentemente a família real. Sua principal preocupação era o acompanhamento da rainha durante a gravidez. Assim sendo, em 1301, a pedido do monarca,

¹⁸²*Fideli suo magistro Ermengauda Blasii, phisico, salutem etc. intelleximus per fidelem chirurgicum nostrum Berengarium de Riaria, quod vos habetis quantidam librum qui loquitur de cura infirmitatis emorroydanum, unde cum nos dictum librum valde necessarium habeamus, vos affectuose rogamus quatenus dictum librum ad nos per latorem presencium transmittatis, informantes si placet per vestras litteras dictum Berengarium de Riaria de omnibus hiis qye vobis videantur fore necessaria circa curandam egritudinem antedictam. In hoc enim valde gratum servitium facietis et regraciabimur vobis multum. Datum Valencie, vi.idus decebbris, anno quo supra.*

¹⁸³ Pelo Tratado de Anagni (1295), a Sicília, que estava sob o domínio de Aragão desde 1282, seria doada ao papado. No entanto Frederico III, irmão de D. Jaime, foi nomeado rei pelos habitantes da ilha e recusava entregá-la. Assim, em 1299, o rei de Aragão dirigiu-se à Sicília para resolver o impasse que só ocorreu em 1302 com a Paz de Caltabellota. Estabelecia-se o trono da Sicília como um ramo da monarquia aragonesa.

Blasi atendeu D. Branca durante o parto, quando nasceu a infanta Isabel. Entretanto, em janeiro de 1302, retornou a Montpellier.

Em 1304, com uma nova crise causada pelas hemorróidas, Jaime II comunicou-se com Ermengol Blasi, que tinha voltado a ensinar em Montpellier, convidando-o a ocupar o cargo de físico da corte e oferecendo-lhe um salário de 8.000 soldos. A sua contratação, por um período de dois anos, agradou ao monarca não somente por ser sobrinho de Arnaldo de Vilanova, mas igualmente porque era um físico com grandes realizações intelectuais. Blasi foi um aluno e, depois, mestre em Medicina em Montpellier, onde integrava a equipe de colaboradores judeus para produzir traduções latinas de vários escritos médicos árabes. A partir de 1295, iniciou as traduções de obras breves de Maimônides (1138 – 1202) e isso alavancou sua carreira¹⁸⁴. Ao traduzir a obra *Hemorróidas*, mencionada na carta acima, despertou o interesse do monarca Jaime II. Exerceu também o cargo de médico papal em Avinhão, onde morreu aproximadamente em 1309 (MCVAUGH, 1993, p. 8-13; MCVAUGH, 2011, p. 5-6).

Em 1305, a saúde do monarca agravou-se e Blasi só aceitou realizar o tratamento com a presença e os conselhos de seu tio Arnaldo, que, no momento, encontrava-se na corte do rei Frederico III (1291-1337), na Sicília, mas que prontamente se dirigiu ao reino de Aragão a fim de cuidar de D. Jaime II. Como todos os médicos reais que o precederam, Ermengol entregou o cargo e, em 1306, deixou o reino. Todavia, antes de partir, contribuiu para a organização de duas substituições que continuaram a supervisão médica e ficaram com o rei enquanto ele viveu, até 1327: Martí de Calça Roja e Joan Amell (PANIGUA e BALLESTER, 1996, p. 868).

Observando que a doença de Jaime II era crônica, compreende-se seu pedido, em 15 de agosto de 1308, numa das várias missivas em que solicitou o envio do regimento de saúde,

¹⁸⁴Em 1302, Blasi, em Montpellier, traduziu o regimento de saúde composto por Maimônides para o sultão Saladino (século XII), que sitiou Jerusalém na terceira Cruzada (1189 – 1192).

pois provavelmente Arnaldo de Vilanova propusera acrescentar na obra os cuidados com as hemorróidas. Igualmente, ele solicitou que o físico preparasse o eletuário¹⁸⁵ que usava seguindo o seu conselho e enviasse pelo mensageiro régio. Explicou que o remédio prescrito estava acabando e que a pouca quantidade restante estava envelhecida. E solicitou ainda a fórmula para que seu médico preparasse o medicamento, prometendo manter a composição em sigilo. Em face disso, compreende-se a preocupação dos físicos em manterem suas receitas em segredo¹⁸⁶ (Carta Régia, 15/08/1308, CAA, p. 877 – 878).

3.1.1 Prevenção alimentar e terapêuticas

No regimento em exame, figuram vários preceitos sobre a doença crônica de Jaime II. Afora as prescrições de cunho dietético e preventivo, há um capítulo específico de caráter terapêutico, voltado para o abrandamento dos problemas gerados por ela.

Assim, ao indicar regras direcionadas à vida sexual, o físico catalão aconselha os que padecem das hemorróidas frequentemente, como no caso do monarca de Aragão, a tomarem certos cuidados em relação ao coito, não o praticando após as refeições e, sobretudo, evitando o excesso¹⁸⁷. (AVRSRA, p. 435)

Todavia, o cerne das preocupações, no que concerne a essa enfermidade, é a orientação acerca dos cuidados alimentares tanto como medidas higiênicas quanto como terapêuticas. Dessa maneira, indicou a Jaime II principalmente o consumo de produtos que

¹⁸⁵ Medicamento de consistência líquida, feito com pós que eram misturados em diversas substâncias, como mel e xaropes.

¹⁸⁶ *Venerabili, provido et discreto magistro A. de Villanoua dilecto consiliario et familiari suo etc. [...] Et quia electuarium seu confecio ipsa expenssa est seu consumata viribus, idcirco dileccionem vestram attente precamur, quatenus de electuario seu confeccione ipsa conficiatis (?) nobis in ea quantitate, qua vobis visum fuerit expedire, et eam nobis mittatis per cursorem nostrum presencium latorem. Preterea si discretioni vestre videretur faciendum, placeret nobis, et exiam vobis multum regraciaremur, si nobis in scri ptis mitteretis, ex quibus et quo modo dictum electuarium seu confeccio fit et exprimeretis etiam ... crenta, quam exprimere noluistis, aliis expressis, quando confeccionem ipsam fecistis. Nos enim hec secrete tenemus, quandiu preocederet de vestre beneplacito voluntatis. [...]*

¹⁸⁷ *Hiis autem quorum iuncture sunt debiles aut quos emorroyde sepre vexant, sive fluentes fuerint sive surde, cavendum est diligenter ne famelici choeant, vel inmediate post repleccionem, et máxime si stimulis voluntariis excitarentur ad hoc studiose natura; semper enim spectandum est ut ipsa sponte requirat et ex debitis intervallis, ut natura possit effundere sêmen absque dissolucione corporis et tormento.*

facilitassem a digestão, tais como cevada, carne de aves e frutas como ameixa. Para ele, a prioridade é uma alimentação adequada e usarem-se remédios que prevenissem ou amenizassem os males da doença.

Na análise sobre a alimentação, presente no capítulo 4, comparece o primeiro preceito preventivo: recomenda-se evitar alimentos azedos, salgados, muito doces e todo aquele que constipassem o estômago. Há três medidas importantes que deveriam ser adotadas pelo rei visando à prevenção ou ao tratamento dessa enfermidade. As duas primeiras são de cunho preventivo, pois se aconselha uma alimentação saudável e, mormente, evitando-se os três produtos mencionados acima, bem como os assados, ainda mais se forem secos. Devem evitar-se também todas as coisas que inflamam, como a ira, a prática de exercícios e o coito em excesso. Por outro lado, na segunda medida, apresentam-se também os tipos de alimentos mais recomendados para quem sofre desse mal, que são os que possuem as qualidades frias e úmidas (Ver no quadro 1 abaixo). (AVRSRA, p.432).

Com base nos exame dos preceitos manifestos no *Regimen* em pauta, vê-se que a preocupação de Arnaldo de Vilanova é prevenir as complicações da doença do rei, mesclando os cuidados com a enfermidade — interpretada pelas autoridades como gerada a partir da bile negra [qualidades seca e fria] — com sua compleição, descrita como colérica [quente e seca] e sanguínea [quente e úmida]. Destarte, as qualidades predominantes eram as quentes e secas. Logo, compreende-se por que os alimentos recomendados são geralmente os considerados frios e úmidos.

Quadro 1: Cuidados com a alimentação observando-se a doença do rei

Tipo de alimentos	Capítulo	Recomendações para os que sofrem de hemorróidas
Bebidas	4 e 17	Aos que têm o estômago seco, convém beberem poção feita à base de violetas ou rosas.
Alimentos (cereais)	7	Pratos preparados com cevada ¹⁸⁸ são recomendados aos pacientes com hemorróidas pulsantes.

¹⁸⁸Primeiramente, devem cozinhá-las até à ruptura. Depois, moer-se e cozinhar-se com leite de amêndoas.

Pão	8	Consumo de pão amolecido em caldo de carne ou óleo de oliva ou de amêndoas para que se solte o ventre.
Frutas	10	O tempo seco constipa o ventre e, portanto, devem consumir frutas frias e úmidas no verão e no outono.
Raízes	12	Nabo e rabanete doce, se forem cozidos com gengibre, açafrão e canela, abrandam o ventre.
Carnes	13	Os que sofrem de hemorróidas, principalmente as pulsantes, devem evitar animais velhos [carne dura].
Sabores e condimentos	16	Coisas muito doces, picantes, secas e salgadas são prejudiciais às hemorróidas.

Fonte: *Regimen sanitatis ad regem Aragonum*, p. 437 – 447; p. 451 – 455; p. 460-462.

No quadro acima, nota-se que todas as recomendações são feitas a partir das qualidades predominantes na compleição e na doença do monarca, ou seja, quente e seca. Diante disso, como a hemorroida era definida como uma doença com qualidades quente e seca, o tratamento era feito por intermédio do consumo de alimentos detentores de qualidades opostas, ou seja, frios e úmidos. Assim, os alimentos como as frutas [ameixas, figos, pêssegos, maçãs, etc] e bebidas feitas com rosas e violetas eram recomendados por serem detentores de qualidades frias e úmidas. Indicavam-se também produtos que poderiam esfriar e relaxar o ventre, tais como azeite ou leite de amêndoas, nabo e rabanete doce, caldos e carnes de animais jovens, por serem macias e de fácil digestão, e pratos preparados com cevada. Em relação ao consumo de carne, o físico catalão instrui o rei a evitar certas partes de animais, como o fígado, pois constipa e torna o sangue melancólico e terroso [bile negra], gerando complicação da doença. Do mesmo modo, ele condena comer cérebro, intestino, estômago, rins e baços de qualquer animal. Já os extremos, como as orelhas, focinhos e pés de porco e língua de novilho podem ser ingeridos por coléricos e pelos que sofrem de hemorróidas.

De maneira igual, os medicamentos utilizados deveriam possuir qualidades contrárias às dessa enfermidade. É nesse viés que os ingredientes da flora, recomendados por Arnaldo nas receitas, possuíam qualidades frias e propriedades refrescantes, como rosas, violetas, malva, mirtilo, sálvia, folha de figueira, etc.

Entre todos os alimentos, o mais recomendado por Arnaldo e pelos outros físicos é o uso de água de cevada, alimento frio que, no verão, é indicado para os que têm a compleição

tendente à secura. Esse é o único alimento sobre cuidados com as hemorróidas presente no escrito de Hipócrates que aconselha comer farinha de cevada com água. No que alude a essa recomendação, o físico e filósofo árabe Averróis (1126 – 1198), em sua obra *El libro de las generalidades de la Medicina*, assevera que é um alimento com propriedade refrescante e excelente em casos de enfermidades que apresentam secura extrema, posto que refresca, umedece, equilibra, limpa e proporciona uma boa digestão. O árabe expõe ainda que todas essas propriedades foram comprovadas pela experiência. E, ao contrário de Arnaldo, não recomenda moê-las, porque a melhor maneira de prepará-la é deixando amolecer em água. Recomenda-se preparar “numa proporção de uma parte de cevada por vinte de água, durante quatro horas, e logo cozinhe até que a água fique vermelha. Com esse procedimento, é possível que não inche o estômago” (ALGM, p. 284).

No último capítulo do regimento, Arnaldo evidencia especificamente os principais cuidados com essa enfermidade, revelando que, se o monarca seguir os preceitos por ele indicados, a dor das hemorróidas cessará ou será leve. Ademais, ele considera também relevante indicar os melhores remédios para aqueles que, por natureza, estão propensos a tal sofrimento.

A análise mostra-nos, porém, que, nessa parte da obra, mesmo mencionando os alimentos proibidos ou mais recomendados para aqueles que sofrem dessa enfermidade, eles não são citados detalhadamente, pois, ao longo do regimento, já foram especificados em todos os capítulos referentes à alimentação. Em virtude disso, na última parte da obra, o foco maior é a terapêutica, isto é, a prescrição de medicamentos. Por isso, Arnaldo arrola diversos tratamentos, expondo diferentes tipos de ingredientes na composição dos remédios.

O terceiro preceito alude às medidas terapêuticas adequadas para amenizarem-se os sofrimentos motivados pelas hemorróidas. E, nesse sentido, recomendam-se alguns medicamentos¹⁸⁹ para serem aplicados externamente (AVRSRA, p.466).

Na composição deles, utilizam-se produtos com qualidades frias, como rosas, mirtilos e sálvia. Devem ser usados tanto no inverno quanto no verão, em banhos mornos de assento.

Assim, naturalmente, no verão deverá ser feito um alforje [saquinho de pano] com três partes de rosas, quatro de mirtilos, e com uma única fervura estejam em ebulição na água. Em seguida, seja tudo espremido e, quando amornar, por muito tempo deverá se assentar sobre o mesmo, de manhã e de tarde. No inverno, na verdade, a sálvia fresca deve ser despedaçada e torrada com muito óleo de rosas; e no alforje será posta, e deverá se assentar em cima como mencionado antes¹⁹⁰ (AVRSRA, p.466).

Recorrendo à teoria do uso dos contrários, Arnaldo de Vilanova aconselha no verão — uma estação em que predomina a qualidade quente, a mesma da doença — o uso de produtos com qualidade fria, como beber xarope de marmelo ou de grãos de mirtilo. Já no inverno, indica tomar, em jejum, xarope feito com trinta ou quarentas pequenas raízes de *xufles de Roaux*¹⁹¹. Mesmo sendo esta uma estação de qualidade fria, são determinados tratamentos com produtos detentores dessa mesma qualidade, como aplicar externamente alforje feito com sálvia fresca despedaçada e torrada com muito óleo de rosas.

O físico adverte que, nos casos em que as hemorróidas sangram, tão logo cesse o fluxo de sangue, não se deve deixar acumularem os fluidos e as sujeiras no lugar, pois a imundice pode gerar uma úlcera corrosiva. Dessa forma, quando surgirem os fluxos mencionados, deve-

¹⁸⁹Outro tratamento prescrito nesse capítulo consistia em utilizar “[a folha de figueira] a qual deve primeiro ser enrolada, e que uma parte da folha com a outra seja esfregada até que o leite goteje; em seguida, se friccionem as hemorróidas com a superfície leitosa da folha até que fiquem abertas. E, de modo semelhante, sejam esfregadas com cebola leitosa; ou acrescentando aloé com fel bovino e um pouco de vinagre, morno, e untem com pano ou algodão e aplique [nas hemorróidas]; ou se assente sobre o pano até que elas abram; ou de modo semelhante se coloque em cima um pano untado com óleo de amêndoas amargas ou óleo de pêssegos”

¹⁹⁰*Tercium est ut exterius applicentur aliqua stiptica, sic videlicet ut estate fiat sacculus ex tribus partibus rosarum, et quarta mirtilorum, et único fervore bulliantur in aqua; deindre exprimat, et cum tepuerit diu sedebitur supra ipsum et mane et sero. In hieme vero salvia recens conquassabitur, et friget cum multo óleo rosáceo; et in sacculo ponetur, et sedebitur desuper ut prius.*

¹⁹¹*Xufles* ou chufas é um tubérculo doce muito popular na Catalunha, em especial em Valência, que possui propriedades curativas e antioxidantes. Até hoje é uma bebida comum no verão.

se lavar com vinho, no qual a sálvia e a vinha fresca foram esmagadas e fervidas. Se não tiver esses produtos, use iguais partes de rosa e lírios despedaçados e fervidos no vinho¹⁹² (AVRSRA, p. 466).

Uma das explicações para a causa da dor é a retenção de sangue, pois as veias que são repletas não são abertas para habituarem-se a verter o sangue excedente e geram dor não somente no local, mas afetam também a região dos quadris e outras partes, como o dorso. Nesse caso, suaviza-se a dor de duas maneiras: uma quando se faz uma cura perfeita; outra quando se utilizam alguns remédios.

Para alcançar a cura perfeita, isto é, a erradicação da dor, Arnaldo de Vilanova receita que se faça com que o sangue que flui sensivelmente seja evacuado, ou melhor, as hemorróidas devem ser abertas de três modos: com lanceta para fazer sangria, com sanguessugas ou com medicamentos¹⁹³. Já Pedro Hispano indica, entre outras medidas, a aplicação de sementes de endro queimadas com mel para a cura das hemorróidas. Consoante Averróis, sementes de tremoços amolecidas em água, até que saia o amargor, são excelentes alimentos; seu principal benefício, todavia, é abrir as bocas das hemorróidas. (AVRSRA, p. 466; PHTP, p. 205; ALGM, p. 288).

Mas se demorarem a se abrir, o sangue deve ser retirado por outro lugar. Dessa maneira, o físico catalão prescreve que, em jejum, deve-se abrir a veia mais grossa que aparece sobre o dorso do pé e retirar três onças de sangue ou fazer a sangria da veia hepática que passa pela dobra do braço — nesse caso, o paciente deve fazer uma dieta sutil por três dias.

Outra explicação para a causa da dor é a excrescência, ou seja, quando, na extremidade das hemorróidas, saem certas protuberâncias, como se fossem os bicos das mamas. Arnaldo de

¹⁹²*Est etiam in fluentibus emorroydis/advertendum ne, cessante fluxu sanguinis, forte stillent aquositates albe vel citrine vel virides, et ibidem sordicies agregentur. Nam talis inmundicia conclusa non solum pruritus sed frequenter ulcera generat corrosiva; et ideo cum apparuerint predicti fluores, debet illa regio sepe lavari et etiam diu cum vino in quo salvia recens et plantago equaliter sumpta et conquassata prius bulliantur; vel in defectu plantaginis et salvie, sumantur equales partes rosarum et yreos vel absincii et conquassentur et bulliantur in vino.*

¹⁹³*Item semen aneti ustum et appositum cum melle sanat emorroidas.*

Vilanova classifica essas saliências em quatro tipos: verrugas, uvas, amoras e figos. Dentre elas, Hipócrates, em seu *Tratado sobre as hemorróidas*, menciona duas, com formatos de uvas e amoras: “Reconhecerás sem dificuldade as hemorróidas, pois sobressaem no interior do ânus como uva; ao mesmo tempo forçam para fora do ânus, projetando ao externo uma ponta de sangue. [...] Uma espécie de verruga semelhante ao fruto de amora” (HTH, capítulos 2 e 4)

Quadro 2 – Remédios para os diversos tipos de excrescências das hemorróidas

Tipo de excrescência	Descrição	Remédios
Verrugas	São ásperas e duras como verrugas	Nas verrugas, como remédio, é útil aplicar coisas moles e macias, como gemas de ovos que, no verão, devem ser misturadas com óleo de violetas e, no inverno, com óleo de amêndoas doces ou manteiga fresca. Além disso, faz bem aplicar, utilizando-se um pano de linho ou de algodão, um emplasto feito com malva ou fenacho
Uvas	São macias, redondas e inchadas como uvas	Já quanto às excrescências em forma de uvas, por serem geradas pela retenção de sangue, o mais recomendado é a evacuação moderada de sangue
Amoras	São moles e granuladas como amoras	Para as excrescências no formato de amoras, recomendam-se remédios que as secam, como o pó feito das raízes de junco queimadas incorporado ao óleo de rosa. Essa mistura deve ser colocada em um pano ou em uma esponja sobre a qual se deve assentar.
Figos	São as que destilam umidade sanguinolenta	Não apresenta o tratamento.

Fonte: *Regimen sanitatis ad regem Aragonum*, p. 468.

Todas essas protuberâncias causam incômodo à pessoa — ainda mais ao se sentar ou andar a cavalo — principalmente as com formato de verruga, por causa de sua dureza e aspereza. Por isso, com a crise da enfermidade, em 1304 e 1305, Arnaldo de Vilanova recomendou ao monarca diminuir as viagens pelo reino para não intrinchar mais o estado da doença.

Mesmo descrevendo os remédios mais recomendados para cada um desses tipos de excrescências, o físico catalão salienta que, em todos os casos, é melhor procurar alcançar a cura do que se preocupar com os remédios que fornecem auxílio momentâneo. Essas

protuberâncias devem, pois, ser retiradas. E o modo mais seguro é o que as reduz pouco a pouco, com produtos suaves e corrosivos, como as coisas que tenham a natureza do sal. Faça um unguento com vinagre queimado, sal de pedras, nitrato, mel e banha de porco envelhecida, tudo na mesma proporção e pulverizado¹⁹⁴ (AVRSRA, p. 469).

Pedro Hispano também abrange alguns tratamentos para as verrugas. Ele cita um emplastro feito com pó de agárico¹⁹⁵ com azeite, e também cozinhar cinco em rama¹⁹⁶, em leite de cabra para beber-se durante três dias¹⁹⁷ (PHTP, p. 206). Ele designa também várias receitas¹⁹⁸ de remédios para diminuir-se as dores causadas por essa doença.

Faça se um emplastro de meimendro e de beldroega¹⁹⁹, gema de ovo assado, miolo de pão e óleo de rosas misturados, tira imediatamente a dor. [...] Para tirar a dor imoderada das hemorróidas, misturem-se duas gemas de ovos com óleo de rosas e vinho branco e aplique com uma pena²⁰⁰ (PHTP, p. 205 – 207).

Ao analisar os principais tratamentos, percebe-se uma semelhança desses preceitos indicados por Pedro Hispano com os indicados pelo físico Arnaldo de Vilanova: para acalmar a dor, seguindo a teoria do uso dos contrários, ambos utilizam produtos observando-se suas qualidades, que devem ser frias, como gemas de ovos e óleo de rosas.

As hemorróidas atormentam devido à inflamação e, nesses casos, Arnaldo determina que sejam lavadas frequentemente com água doce e morna, na qual foi fervida semente de abóbora ou de pepino, beldroega, sempre-vivas ou lírios. Depois, deve-se untar com sumo de

¹⁹⁴*Sed conveniens ac securus modus est ut auferantur paulatim cum suavibus corrosivis, qualia sunt ea que sunt de natura salis, nam quasi pruriendo consumunt superfluitatem et cito liquescunt, sicut fex aceti combusta et sagimen vitri et sal gemma et nitrum et mel et vetus axungia porci.*

¹⁹⁵Espécie de cogumelo.

¹⁹⁶Planta com propriedade medicinal.

¹⁹⁷*Item pulvis agarici confectus cum suco ciclamini et oleo tepafactus multum ualet. [...] Item quinquefolia coque in lacte caprino et bibe per triduum.*

¹⁹⁸Recomenda-se fazer um emplastro de pano de linho e pulverizá-lo com raiz de aipo (possui propriedade laxante) para mastigar (alivia problemas digestivos) e, em seguida, aplicá-los nas hemorróidas. Compressa de cerusa, chumbo queimado, gema de ovos assados e óleo de rosas, misturados ao mesmo tempo e, depois, aplicados ajudam a aliviar a dor. Do mesmo modo, beber milefólio (possui propriedades que combatem as inflamações, reduz as feridas abertas.), além de reter o fluxo dessa enfermidade, acalma as dores.

¹⁹⁹Beldroega é uma erva também conhecida como bredo pertencente à família das *portulacaceae*.

²⁰⁰*Item folia iusquiami et portulace, uitekkum oui assi, medulla panis, oleum rosatum mixta emplastrantur; dolorem statim tollit. Viaticum [...] Item ad tollendum dolorem emorroidarum immoderatum, duo uitella uorum cum oleo rosato et uino albo misce et cum penna superpone.*

abóbora ou clara de ovo e óleo de violeta. Pode-se fazer também um unguento de nitrato, cera branca, óleo de violeta e mucilagem igualmente misturados, o qual deve ser aplicado com força. Outra opção mais simples é usar água morna doce e pura, aplicada na região com um pano macio²⁰¹ (AVRSRA, p. 469).

Essa enfermidade incomoda em especial ao evacuar-se, pois, quando as fezes são duras, causam muita dor, porque apertam e comprimem as excrescências. Tanto Arnaldo quanto Maimônides recomendam o uso de polpa de canafístula²⁰² para abrandar o ventre. Outra recomendação é mergulhar as partes inferiores em água moderadamente quente, na qual se cozinhou malva, ou passar um pano macio imerso em óleo de violeta morno²⁰³. Assim, o mais indicado é a prevenção por meio do cuidado com a alimentação, consumindo-se alimentos que amolecem e umedecem no início das refeições (AVRSRA, p. 470).

3.2 Alimentação e dietética do rei

O interesse dos físicos pelos cuidados com a alimentação tem sua raiz na Medicina antiga, que a considerava importante não somente como medida terapêutica, mas, sobretudo, para a manutenção da saúde. Destarte, a harmonia responsável pela saúde podia ser conservada ou recuperada graças a uma atenção particular aos alimentos consumidos. Porém, se estes não tivessem as qualidades necessárias, prejudicariam o bom funcionamento do corpo.

²⁰¹*Tercio modo affligunt per inflamacionem earum et circumstantis regionis, et tune sufficit ut sepe laventur cum acqua dulci et tepida, in qua prius bulliatur semen cucurbite vel cucumeris conquassatum aut portulaca vel semperviva vel flores nenufaris; vel suo tempore liniantur cum succo cucurbite vel sempervive, aut ex albumine ovit et oleo violaceo fortiter agitatis; vel fiat unguentum ex cerussa lota et cera alba et oleo violaceo et muscillagine psillii equaliter acceptis et fortiter incorporatis.*

²⁰²*Cannafistola, caciafistola: Árvore de folhas verdes e flores amarelas, cujos frutos são utilizados como medicamentos*

²⁰³*Quarto eciam modo consueverunt affligere specialiter in egerendo quando stercus emittendum est durum, quia tunc, maxime si fuerint excrescentes, coartantur et comprimuntur ab eo in exitu et gravem cruciatum generant. Et ideo precavendum est ne feces indurentur, ciborum utendo mollitivis et humectantibus, iuxta doctrinam superiorem. Et si cetera non haberentur in promptu, saltem in principio prandii sumetur medulla cassiefistule usque ad quantitatem unius uncie vel circiter, vel semis ad minus*

Arnaldo de Vilanova preocupou-se em estabelecer uma dieta alimentar para o rei Jaime II. Esse é o tema de 12 capítulos do regimento. Ele discute no capítulo 4, preceitos gerais atinentes ao consumo de alimentos e bebidas para, em seguida, descrever os cuidados específicos sobre pão, legumes, frutas, ervas aromáticas, raízes, animais, ovos, leite, peixes, sabores, condimentos e bebidas.

Nesse sentido, é necessário adequar a dieta alimentar ao corpo do monarca de compleição colérica e sanguínea e que sofria da doença crônica das hemorróidas. Arnaldo de Vilanova apresenta três preceitos que relacionam alimentação e saúde: observar o horário das refeições, a quantidade dos alimentos e a qualidade [quente, seca, fria e úmida] do que é consumido.

Ao discutir o primeiro preceito, ele segue as teorias propostas pelo galenismo árabe, em que, independente da época do ano ou do horário da refeição, só pode se alimentar quando a natureza desejar para não prejudicar o estômago.

O segundo preceito diz respeito à quantidade de alimentos e, nesse sentido, Arnaldo de Vilanova reforça o princípio da moderação, ao recomendar o cuidado com a quantidade de alimentos, pois a variedade de iguarias em uma mesa constituía-se no principal motivo que levava as pessoas a comerem em excesso e impedia uma velhice longa e tranquila: os que na verdade se esforçam para encarcerar o grande número de comidas morrerão antes de chegarem à velhice ou, quando a alcançarem, viverão de forma intempestiva e muito imunda²⁰⁴ (AVRSRA, p. 431).

Ele aconselha Jaime II a não consumir vários tipos de pratos numa refeição, uma vez que isso impede a digestão. Primeiro, porque o levaria a beber mais frequentemente. A explicação para os males que isso causaria é dada a partir de uma metáfora culinária, segundo a qual a bebida impede a digestão, do mesmo modo que “derramar água na panela impede a

²⁰⁴*Et ideo qui paucis utuntur ad extremam et mundam perveniunt senectutem; qui vero student ad multitudinem ciborum incarcerationam, vel ante senectutem extinguuntur vel eorum senectus intempestiva erit et valde imunda.*

fervura dela”²⁰⁵. Segundo, a variedade de iguarias em uma mesa propicia o consumo de pratos diferentes e, conseqüentemente, gera um intervalo na digestão entre o primeiro e o último alimento. Essa prática é condenada e descrita como se se “cozinhasse, na mesma panela, carne de ave e vaca juntas” (AVRSRA, p. 430).

É necessário um tempo para que a comida passe pelo processo de digestão, evitando-se o risco de acrescentar alimentos àqueles ainda não digeridos. Na Medicina medieval, recomenda-se um reduzido número de refeições durante o dia, já que as doenças causadas pelo excesso de alimentos eram maiores que aquelas promovidas pela inanição (SOTRES, 1995, p. 272).

Tendo em vista essa preocupação, Arnaldo de Vilanova instrui que se evite a mastigação imperfeita dos alimentos. Justifica-se com base na função dos dentes que são dispostos pela natureza para que a comida seja perfeitamente esmigalhada antes que seja levada ao estômago. Afirma ainda que a capacidade de triturar não foi concedida ao estômago, tampouco a outros membros (AVRSRA, p. 431-432).

A terceira norma (a qualidade dos alimentos ingeridos) não significa observar se eles estão bons ou estragados. No discurso arnaldiano, faz-se menção ao consumo daquilo que for conveniente ao corpo, segundo a exigência da natureza deste e do tempo sazonal para evitar-se o desequilíbrio humoral, ou seja, observando se as qualidades (fria, úmida, quente e seca) dos alimentos.

Afora todos esses cuidados, Arnaldo de Vilanova aconselhava observar-se a conservação e a validade dos alimentos que não poderiam ser ingeridos se estivessem velhos e deteriorados, estabelecendo o tempo máximo para o consumo de cereais. As pessoas coléricas como o rei devem evitar alimentos feitos com farinha reservada a mais de seis meses; o amido, se tiver mais de um ano; o arroz com casca mais de dez meses, e oito se tiver

²⁰⁵ *Accidit eciam quod quando fercula varia multa sunt numero, duobus modis impeditur digestionis perfeccio. Primo quia comedens ad frequencius potandum inducitur, frequens autem potus digestionem impedit, quemadmodum frequenter superfundere aquam in olla impedit eius fervorem.*

reservado sem casca. De mais a mais, devem-se evitar todos esses alimentos se ficarem expostos a odor de fumaça ou se ficarem com sabor azedo ou terroso (AVRSRA, p. 438).

Os alimentos são classificados por Arnaldo em dois grupos: os que nascem na terra e os de origem animal. O primeiro é ordenado em cinco tipos: grãos para panificação, como os cereais (trigo, cevada, aveia); os legumes; as frutas; as folhas das hortaliças e das ervas; e as raízes (cebola e o alho-poró). Já os do segundo grupo são divididos em dois tipos: os que nadam, como os peixes, e os que caminham, como os quadrúpedes e as aves, classificadas em domésticos e selvagens (AVRSRA, p. 437 e 453).

Com base nisso, ele elaborou para o rei uma dieta alimentar adequada à sua compleição colérica e sanguínea.

Quadro 3: Dieta alimentar para o rei

Tipo de alimentos	Capítulo	Recomendações aos corpos coléricos e sanguíneos	Alimentos ou bebidas recomendados	Alimentos ou bebidas não recomendados
Bebidas	4 e 17	No verão, para abrandar o calor dos órgãos, deve-se beber uma poção de água de rosas com <i>açúcar</i>	Vinho, água de rosas com açúcar; água de cevada, vinho com mel, vinho com especiarias	Não consta
Alimentos (cereais)	7	Evite, sobretudo nas regiões quentes, o arroz se tiver mais que dez meses, e oito se tiver reservado sem casca	Cevada, arroz preparado com leite de amêndoas	Evite cereais cozidos
Pão	8	Não há recomendação.	Pouco salgado e moderadamente fermentado.	Evite consumir pão quente ou endurecido
Legumes	9	Não há recomendação.	Ervilha, grão de bico, fava	Evite legumes secos
Frutas	10	Os figos com a polpa vermelha são indicados para aqueles que têm a compleição quente	Ameixas, figos, uvas, pêsegos, maçãs maduras, pepinos, melões, limão, pêras, sorvas ²⁰⁶ , romãs, laranja, nêspers (ameixas-amarelas), avelãs torradas, castanhas assadas e tâmaras.	Frutos verdes, frutas oleaginosas cruas como avelãs, nozes, pinhão.
Hortaliças	11	Alfaces e beldroegas.	Alface; beldroegas; espinafre; bredos; hortelã;	Evite hortaliças cruas.

²⁰⁶ Espécie de fruta com formato de pêra, pertencente à família Rosaceae (*grataegus azarolus*).

			couve; abóbora; aspargos.	
Raízes	12	Devem se evitar alho-poró, cebola, alho e Saramago.	Pode consumir: cebolas brancas, rabão e nabo, partinaca ²⁰⁷ assada ou cozida.	Alho poro, cebolas vermelhas, saramago/rabão (raiz forte).
Carnes	13	Aos corpos quentes, convém carne macia e de animais pequenos.	Carne de animais pequenos e tenros, galinha, patos, perdiz, codornas, rolas, pombos (jovens), carneiro, cabra	Evite carne de animais velhos, vacas e javali, Evite: grues, agrones, tordos, estorinhos, patos velhos e melros
Derivados de animais (ovos e leites)	14	Sangue de nenhum animal convém às pessoas com compleição quente.	Queijo de vaca e leite coalhado	Evite: leite, exceto leite de cabra (de abril até fim de maio), manteiga (exceto no inverno, desde que não seja rançosa e muito salgada)
Peixe	15	Para os corpos sanguíneos, os peixes devem ser assados ou cozidos.	Frescos, assados ou cozidos.	Peixes de lago, com pele dura, como rex, alfonsus e esturjões.
Sabores e condimentos	16	Evite salmouras fortes, sabores picantes e temperados com alho, sabores agudos como a mostarda.	Suco de romã, água de rosa, vinagre, amêndoas, hortelã, canela, vinho, pouco sal e açafrão.	Mostarda, eruca, alho, noz-moscada, excesso de mel e açúcar, galanga, pimenta e gengibre.

Fonte: *Regimen sanitatis ad regem Aragonum*, p. 437 – 447; p. 451 – 455; p. 460-462.

Pela análise do quadro, repara-se que, ao longo do regimento, o físico catalão arrola os diversos tipos de alimentos e bebidas que, por terem qualidades frias e úmidas, são benéficos ao rei, que possuía compleição colérica. Do mesmo modo, condena os que possuem qualidades quentes e secas, já que constipam o ventre e agravariam sua doença crônica.

A dieta alimentar composta para o rei contém produtos que objetivam alcançar uma boa digestão. Logo, os alimentos que, sob sua orientação, não devem ser consumidos são os que causam a constipação responsável pela prisão do ventre e pelas fezes duras, tais como

²⁰⁷ *Pastinacia*, conhecida também como cherívia ou cherovia, é uma raiz usada como hortaliça. É o mesmo que batata baroa ou mandioquinha.

cereais cozidos e carne de animais velhos (ver quadro 3). Dessarte, no *Regimen*, Arnaldo de Vilanova indica aqueles que contribuem para o bom funcionamento do estômago e que relaxam o intestino, principalmente frutas (ameixas, fios, maçãs, melões), pratos com leite de amêndoa e cevada, carnes tenras de aves pequenas, de carneiro e de cabra, pois são de fácil digestão.

Além desses preceitos, Arnaldo de Vilanova menciona três regras que o paciente deve seguir ao comer frutas. A primeira é nunca consumir frutos que não estejam perfeitamente amadurecidos e, de preferência, que amadureçam na árvore²⁰⁸. A segunda regra é não consumir frutos com vermes, podres ou cujo interior não esteja naturalmente corado, nem tenha a polpa natural, pois causam febres. Já a terceira regra estabelece que não se consumam, simultaneamente, frutos diferentes, por exemplo, ameixas para soltar o ventre e, ao mesmo tempo, cerejas. Mesmo que as frutas possuam a mesma propriedade — como figos e uvas, que ajudam a relaxar o intestino — não se deve consumi-las concomitantemente (AVRSRA, p. 443).

No que concerne à dieta alimentar do rei, Arnaldo de Vilanova recomenda o consumo de arroz (6) com leite de amêndoa, frutas como a romã (2) e cita outros produtos que são de origem árabe e foram introduzidos na Península Ibérica pelos muçulmanos: berinjela (2); açúcar (7), água de rosas (9), suco de limão (3) e suco de laranja (2). No *Regimento de saúde*, identificam-se, ainda, alimentos que fazem parte da tradição árabe. Aconselha, por exemplo, o consumo de tâmaras e especifica que é melhor consumir as de ilhas e as africanas.

Ao falar em alimentação na Idade Média, devem-se considerar os novos produtos oriundos do mundo árabe que entraram na Península Ibérica e passaram a integrar a dieta de seus habitantes: romã, amêndoa, marmelo, dátil²⁰⁹, alcachofra, berinjela e arroz. Não se deve esquecer os ingredientes que eram utilizados para conservação dos alimentos e foram

²⁰⁸Exceto as amoras, pois, quando estão muito maduras e enegrecidas, fazem mal ao estômago.

²⁰⁹Fruto de palmeira e alimento básico na região do Magreb, no nordeste africano.

introduzidos pelos muçulmanos, como a canfora, o ruibarbo, o cravo, a noz-moscada e, para temperar e melhorar os sabores dos pratos, cravos, noz-moscada, canela, açafrão, especiarias e ervas aromáticas com a mistura de doce e salgado (PÉREZ, 2009, p. 466).

Na Península Ibérica, a partir do final do século XIII, as fronteiras entre o reino cristão e o muçulmano tornaram-se locais de trocas econômicas e culturais. Com a expansão catalã e a conquista de terras do reino de Granada, ocorreu, por parte dos conquistadores, a apropriação de elementos da cozinha árabe: açúcar, arroz, frutos cítricos, berinjela e espinafre. Assim, a culinária cristã na Idade Média ibérica foi marcada pela influência da cozinha árabe, que introduziu no preparo de pratos: o uso de açúcar, o açafrão como corante, a valorização das especiarias e dos pratos temperados com água de rosas, limão, laranja, romã e amêndoa. A forma de prepará-los também sofreu influência da referida cozinha (RIERA-MELIS, 2009, p. 23; 36).

As peculiaridades da cozinha árabe podem ser identificadas nos ingredientes e em suas combinações, no modo de preparar os alimentos, nos sabores e nas consistências. O primeiro grupo compõe-se dos perfumes, como o almíscar e o âmbar, a água de rosas, o açafrão, a canela, o galanga, o cravo-da-índia, a noz-moscada, o cardamomo. O segundo grupo constitui-se pelas frutas secas, como tâmaras, uvas, amêndoas, nozes, avelãs, pinhões e pistaches. Depois, há os frutos frescos, que se destacam pelo sabor ácido ou doce: maçã e romã. Em seguida, vem o açúcar e o mel. Dentre os condimentos fermentados presentes na culinária árabe, destaca-se o murri²¹⁰, molho concentrado obtido pela fermentação, com propriedade estimulante, composto a base de cereais ou peixes. A produção de condimentos e a conservação dos alimentos por intermédio da salga e da salmoura são práticas antigas. O murri é obtido pela maceração de peixes pequenos no mosto (suco de uva ou de qualquer fruta que contenha açúcar) ou no vinho. Dependendo da receita, o murri era muito escuro ou preto,

²¹⁰O murri é parecido com alguns molhos asiáticos à base de soja, como o shoyo.

amargo ou com sabor salgado, com notas de ervas e especiarias (ROSENBERGER, 1998, p. 308; ZAQUALI, 2010, p.61-62).

A culinária árabe da Idade Média é rica em pratos marcados pela mistura de diversas especiarias utilizadas como temperos. Elas evocavam o cheiro, os sabores e as cores. Eram a essência da cozinha árabe medieval. Em geral, identifica-se uma grande variedade de ingredientes aromáticos naturais necessários na cozinha: açafrão ou cúrcuma, folhas de louro, noz-moscada, cravo, pimenta, gengibre, canela, ervas, limão, folhas, sementes, frutos, raízes, resinas, cascas de frutas e rosas. Os temperos que, independente da região, estão sempre presentes nas cozinhas árabes eram coentro, cominho, açafrão, canela e cravo. A maioria desses produtos, comuns atualmente, está presente em áreas onde a cozinha árabe é tradicional, mas também na Europa, como na Península Ibérica, onde a imigração e cozinhas étnicas têm incentivado a comercialização de comida exótica (ZAQUALI, 2010, p. 60).

Em relação às carnes, Arnaldo de Vilanova instrui-se ao rei que sejam consumidas cozidas e que se evitem os alimentos fritos. As carnes assadas podem ser consumidas, desde que sejam acompanhadas por molho, e deve-se evitar que fiquem secas e endurecidas. Além disso, ele aconselha o consumo de animais jovens (galinha, pavão, faisão, coelho, cabrito, leitões, perdiz, codorna e rolas) por possuírem a carne mais macia e de fácil digestão. Do mesmo modo, devem-se evitar carnes de animais velhos (galinha, agrones, grues, pavões, perdizes, coelhos, lebres, patos, carneiros, vacas e javalis) que, por serem duras, dificultam o funcionamento do estômago (Ver quadro 3).

Arnaldo de Vilanova define hortaliça como qualquer coisa que nasça sobre a terra e é utilizada no preparo de pratos, podem ser ervas, como couve e espinafre, ou frutos das ervas, como abóboras. Tais pratos devem ser temperados com caldo de carnes (principalmente de galinha), com leite de amêndoa ou azeite de oliva.

Nos tempos quentes, para combater o calor no sangue, recomenda que, antes das refeições, consumam-se alface²¹¹ e beldroega — duas folhas que possuem propriedades frias e úmidas — misturadas com vinagre e água. Orienta também, no verão, comer alface, blete [acelga] e abóbora. Enquanto breo e espinafre podem ser consumidos em qualquer época do ano, no inverno, recomenda urtiga, petrossillum²¹² [salsa], talos de couve. Já na primavera, indicam-se aspargos.

Legumes, como grã-de-bico, ervilha e fava, eram alimentos pertencentes ao universo camponês. Mas esses produtos tornam-se nobres graças à maneira de prepará-los ao utilizá-los como ingredientes de pratos de prestígio e temperados com especiarias. Por exemplo, o nabo, ao ser cozido com azeite, cebola e sal e, em seguida, condimentado com especiarias, tornava-se um prato digno da mesa real. A partir do século XIV, nos livros de receitas, constam pratos que utilizam couve, nabo, erva-doce, cogumelo, abóbora, alface, salsa, fava e ervilha como base para preparar sopas, molhos e refogados (MONTANARI, 2008, p. 66).

Essa também é uma preocupação do físico catalão no *Regimen* em análise, que lista as raízes que, se consumidas, prejudicariam a saúde de Jaime II, e, ao mesmo tempo, indica as que auxiliavam no funcionamento do intestino (Ver quadro 3). Por isso, afirma que pessoas com corpos quentes, ou seja, coléricos, devem se abster de alho-poró, cebola, alho e rabão de cavalo, pois detêm qualidades quentes e secas, prejudicando duplamente o monarca, que devia evitar alimentos em que predominasse a secura, a qual estava ligada à complicação das hemorróidas — exceto no inverno, quando, nos pratos, devem ser utilizados principalmente alho-poró e cebola, para que as qualidades desses alimentos equilibrem o corpo que sofre com o frio e a umidade próprios dessa estação do ano.

Em relação ao regimento das bebidas, orienta-se beber somente quando a natureza desejar. No *Regimen*, recomenda-se o vinho, costume europeu antigo, e que não seja azedo,

²¹¹Exceto alface amarga, que deve ser evitada por aqueles de compleição colérica.

²¹²Petrossilum, também denominado petroselino, perejil ou julivert.

ardente, grosso ou doce. No verão, é melhor que seja branco ou rosado e, no inverno, os tintos. E todos devem ser de substância sempre clara e sutil, com sabor simples e amigável e odor suave. Além disso, para as pessoas com corpos sanguíneos e coléricos, é útil beber vinho fraco, naturalmente com pouca água. Na dieta alimentar, é adequado ao rei beber vinho com mel ou especiarias (quadro 3), com o objetivo de confortar o estômago. Nesse sentido, indica-se uma receita com vários produtos: canela, gengibre, rosas vermelhas, *gariofilorum* [cravos], sândalo, *pilorum*²¹³ com mel ou açúcar:

Por conseguinte, se a razão do tempo ou do costume o agradará usar, seja sempre consumido com parcimônia e faça o seguinte pó. Usa uma onça [28,35g] de excelente canela; meia onça [14,17g] de branquíssimo gengibre; [14,17g] de rosas vermelhas; [14,17g] *gariofilorum*; [8,72g] duas dracmas de *sândalo* vermelho; uma dracma [4,36g] da casca de *pilorum*. Faça o pó que é suficiente no propósito para trinta libras de vinho, adicionando quanto mel ou açúcar seja suficiente para encorpar o pó. E, para mais, convém um quarto de mel ou meia libra de açúcar dissolvido com um pouco de vinho; porém, com mel, é mais doce e mais bem conservado²¹⁴(AVRSRA, p. 464).

O vinho²¹⁵ é mencionado vinte e nove vezes no regimento. E é utilizado com três finalidades: primeiramente, como bebida; para limpar feridas e ingrediente no preparo de medicamentos; por último, como tempero no preparo de carnes assadas.

Nos escritos dietéticos, encontram-se conselhos sobre a qualidade do vinho e suas virtudes medicinais. Esse apontamento acerca do consumo de bons vinhos para a saúde é identificado numa carta de 17 de agosto de 1306²¹⁶, quando Jaime II, atendendo aos conselhos

²¹³*Pilorum*, espicanardo, planta da Índia utilizada como produto medicinal ou aromático.

²¹⁴*Propterea si ratione temporis aut consuetudinis eo placuerit uti, parce sumatur et semper fiat ex pulvere sequenti. Recipe cinamomi electi unciam unam; zinziberis albissimi unciam semis; rosarum rubearum, gariofilorum, sandali rubei, ana dragmas duas; pilorum, spice dragmam unam. Fiat pulvis qui sufficit in proposito ad triginta libras vini, addito melle vel zucara quantum sufficiet pulveribus incorporandis. Et ad plus sufficit quartum mellis dispumati, aut media libra zucare dissolute cum modico vino; tamen cum melle diucius et melius conservatur.*

²¹⁵Sobre esse tema, Arnaldo de Vilanova compôs a obra *Tractatus de vinis*.

²¹⁶*Dilecto devoto suo Cristiano Spinola, civi Ianue, etc. Cum nos vinum de Vernacia optimum et in substantia valde purum de consilio phisicorum nostrorum ad nostri sanitatem corporis conservandam necessarium habeamus, vos affectuose deprecamur quatenus de dicto vino tres vel quatuor carretelos nobis continuo transmittatis, significando nostro thesaurario per vestram literam precii quantitatem pro qua vinum emi feceris supradictum, et personam cui ipsan quantitatem tradi volueritis et exsolvi.*

de seus médicos, solicita ao genovês Cristián Spinola a aquisição de três ou quatro cargas de vinho bom e puro de Vernaccia²¹⁷ (Carta Régia, 17/08/1306, CJA, p. 26).

3.2.1 Arte médica e culinária régia

Ao compor o *Regimen*, Arnaldo de Vilanova preocupou-se em registrar o modo de preparar pratos que, além de saudáveis do ponto de vista médico, deveriam ser também saborosos para satisfazerem ao monarca. Por isso, no capítulo 7, ele inicia a discussão sobre nutrientes, afirmando que “alguns dos alimentos são consumidos para nutrição e, na verdade, outros são também pelo sabor e pelo condimento”. Desse modo, nota-se a estreita relação entre a culinária, a dietética e o prazer (AVRSRA, p. 437).

Ao serem bem aceitos pelo organismo, os alimentos estimulam os sucos digestivos, despertando o apetite e o prazer em comer. Os médicos acreditavam que o alimento com gosto agradável auxiliava a digestão. Consequentemente, atentavam em conhecer elementos da culinária para prescreverem pratos saborosos que agradassem ao paciente. Na alimentação rica e variada da elite, o prazer despertado pelo sabor dos alimentos é tão importante quanto a preocupação com a saúde. Prevalecem pratos com elaborações complexas, utilizando produtos raros e caros — como as especiarias —, os quais, ao mesmo tempo em que trabalham com o gosto e o sabor, são belos, logo, admirados e ostentados (SOTRES, 1996, p. 665-666; ROSENBERGER, 1998, p. 308 – 309; MONTANARI, 2008, p. 87).

Arnaldo de Vilanova demonstra conhecimento da arte culinária, pois indicava técnicas, ingredientes e os melhores temperos para a elaboração das receitas. Muitos dos pratos recomendados são caldos, molhos e sopas que ocupavam um importante lugar na culinária medieval. A sua confecção envolvia diferentes tipos de ingredientes e uso de especiarias ou outros produtos para alterá-los de acordo com a necessidade médica. Era

²¹⁷ Vernaccia, localizada no noroeste da Itália, conserva uma antiga tradição na feitura de vinho.

preciso balancear, ou seja, corrigir as qualidades pelo acréscimo de outros ingredientes individualmente ou com molhos, ou seja, temperar.

Na Idade Média, as sopas eram fortemente condimentadas e coloridas. Usavam muito açafrão, ervas e amêndoas. Esses pratos, bem como os molhos e caldos, normalmente eram temperados com cebola e dentes de alho e aromatizados com diversas ervas. Sempre que possível, acrescentava-se um pedaço salgado de carne, em geral de porco, temperado com gordura, manteiga ou óleo e, principalmente, com muitas especiarias (MONTANARI, 2008, p. 77).

Seguindo tal raciocínio, e pensando na ação dos molhos, a combinação adequada seria, portanto, aquela em que as qualidades dos ingredientes contrabalançassem as dos componentes principais. Cozinhar os alimentos utilizando os condimentos tornava-os melhores do ponto de vista do sabor e da saúde. Nesse sentido, temperar era um sinal de benefício ao corpo.

Ao preocupar-se não apenas com os alimentos que o rei poderia consumir, mas também com os temperos e a forma de preparar os pratos, Arnaldo de Vilanova entrava no campo de atuação do cozinheiro, que deveria utilizar os ingredientes indicados e, mormente, prepará-los seguindo as ordens presentes no regimento de saúde.

À face disso, o uso de legumes na mesa real — alimentos considerados simples pela presença, sobretudo, na alimentação camponesa — dependia do trabalho de criação de pratos com produtos para acompanhar as carnes. Por isso, para torná-los mais saborosos, enriqueciam-nos com várias especiarias. Consequentemente, na prática cotidiana de seu ofício era auxiliado por vários ajudantes, o cozinheiro deveria conhecer os gostos do rei e, quando necessário, seguir as recomendações dos médicos.

A atividade do cozinheiro medieval estava vinculada à prestação de serviços à elite urbana, à realeza, à aristocracia e ao alto clero. Normalmente, era considerado um ofício vil,

porque estava associado ao trabalho manual, envolvendo todos os que entravam em contato direto com sangue²¹⁸. No entanto o cozinheiro da corte era uma exceção entre os colegas de profissão, pois exercia uma função de prestígio ao preparar a alimentação para o rei e para sua família, inclusive durante as viagens. Ele era assistido por outros cozinheiros, além de salseros [responsáveis pelos molhos]. Ele iniciava como aprendiz de cozinha, onde, em meio ao fogo e aos odores, adquiria conhecimento prático. Eram profissionais que deveriam ter em conta não somente a feitura das refeições, mas igualmente a limpeza na hora de preparar os alimentos e a lealdade com a família real (LE GOFF, 1980, p. 87; LARRAYÓZ, 2008, p. 359; 363).

No *Regimen*, vê-se a proibição do consumo de coisas picantes, como salmouras temperadas com alho ou com sabor agudo, como o da mostarda. Todavia, a euruca²¹⁹, que normalmente não é recomendada, se fosse preparada com amêndoas trituradas e misturada com vinagre e canela, podia ser consumida, já que pode balancear as propriedades e a qualidade dos ingredientes. Arnaldo de Vilanova lista vários condimentos, porém a maioria é proibida ao consumo por prejudicar a complexão e intrincar a doença do rei:

Sempre se deve lembrar aos pacientes que coisas muito doces, picantes, secas e também salgadas podem ser prejudiciais às hemorróidas; e desta maneira, não convém a eles que comam compostos e salmouras, sobretudo se feitas por toda parte de pimenta ou muito gengibre, ou galanga, noz-moscada, *gariofilis* ou muito açafão²²⁰ (AVRSRA, p. 460).

Os condimentos e a quantidade deles que aparecem no regimento para o rei são: açafão (5), noz-moscada (1), canela (7), coentro (1), gengibre (6), pimenta (2), mel (7), cardamomo (1), galanga (1), *gariofilis* [cravos] (4), sal (6), marfim de trevo (1), petrosílio [salsa] (4), sândalo vermelho (1), *pilorum* [espicanardo] (1). Além disso, indica-se o uso de

²¹⁸ Além de ser uma atividade manual, o trabalho do cozeiro pressupunha lidar com a impureza e sujeira como panelas gordurosas, sangue e vísceras de animais e a limpeza dos alimentos.

²¹⁹ Hortalica pertencente à família das *Brassicaceae*, à que pertencem a couve, a mostarda e os nabos.

²²⁰ *Semper tamen est memorandum quod valde dulcia et acuta et assa et eciam salsa pacientibus emorroydales vexaciones inimicantur; et ideo non expedit eis ut confecciones et salsamenta frequentent, máxime si fiant ex pipere quocumque vel multo zinzibere vel galanga vel nuce xarquia vel muscata vel gariofilis aut eciam multo croco.*

outros ingredientes para temperar os pratos, tais como: leite de amêndoas (13), amêndoas (6), azeite de oliva (4), vinagre (8), agreste (2).

O consumo de alguns desses condimentos, normalmente proibidos, é liberado em determinada época do ano. Dessa maneira, segue-se a teoria do uso dos contrários: no inverno, sopas e caldos, com temperos que normalmente o rei não poderia consumir, como gengibre, mas, por ser numa estação fria e úmida, o calor de condimentos detentores de qualidades quentes geraria um equilíbrio corporal.

Outra orientação de Arnaldo de Vilanova é não temperar os caldos ou molhos com leite de animais: deve-se usar o de amêndoas. Assim, ele recomenda que os caldos de carne, principalmente os de galinha, sejam temperados com esse ingrediente, essencial na culinária medieval, ou azeite de oliva, produto típico da cozinha mediterrânea. Ao ensinar como preparar os legumes quando não vai utilizar carne, ele sugere

Fritar cebolas redondas e brancas em pedaços com muito óleo doce e a eles seja também acrescentado, por fim, o leite de amêndoas; e isso é especialmente necessário se o grão [ervilha, grão-de-bico] for consumido e, sobretudo, que se utilize do grão moído. Na verdade, os legumes que não são preparados com leite de animais devem, no propósito, ser completamente evitados²²¹ (AVRSRA, p. 440).

Em alguns momentos da descrição da forma de preparo de alimentos saudáveis por parte do físico catalão, nota-se a influência dos livros de culinária. Uma obra contemporânea sua é o *Libro de Sent Sovi*²²², de autoria anônima, escrito na primeira metade do século XIV, um dos tratados culinários catalães mais antigos que se conhece. Outro livro que apresenta pratos da culinária catalã é o *Libre del Coch*²²³ (século XV), atribuído ao mestre Robert, que

²²¹*Generaliter autem, quandocumque legumina sine carnibus preparantur, debet cepe rotundum et album conminutum frigi cum multo et dulci oleo et eis adiungi, et ultimo lac amigdalarum; et hoc est maxime necessarium si fabum debeat comedi, et precipue si fiat ex fabe fracto. Legumina vero que cum lacte animalium preparantur omnino vitanda sunt in proposito.*

²²² Esse tratado culinário não tem uma divisão: inicia-se apresentando receitas de molhos. A obra é composta por uma tabela de pratos, prólogo e setenta e duas receitas.

²²³ Esse livro de cozinha contém 228 capítulos que podem ser divididos em quatro partes: na primeira parte, constam 13 capítulos iniciais que discutem a respeito dos diferentes cortes dos animais e 12 sobre diferentes ofícios da corte ligados à cozinha; na segunda, são 142 receitas para o tempo carnal; na terceira, são 51 para o tempo carnal; e a última é formada por 8 receitas que poderiam ser usadas em qualquer época do ano.

foi cozinheiro de D. Fernando I de Aragão, rei de Nápoles (1458 – 1494) (SANTANACH, 2007, p. 18-19; LEIMGRUBER, 2010, p. 20-21).

Os livros de cozinha, do mesmo modo que outros escritos práticos, como os receituários médicos, eram obras que tiveram uma importante circulação a partir do século XIV. Eram obras de autoria de cozinheiros que serviam às cortes ou a algum nobre importante. Trata-se de uma ferramenta de trabalho que auxiliava esses profissionais da cozinha os quais se beneficiavam das receitas e aprendiam novos procedimentos.

No *Libro de Sent Soví* há quatorze pratos de molhos e caldos²²⁴. Nessas receitas, são apresentados os principais tipos de especiarias, cereais, leguminosas, frutas, laticínios e carnes.

Molho branco: se vai fazer um molho branco, prepara um caldo com boas galinhas, bem cozido e temperado. E, com o caldo, farás leite de amêndoas sem casca. Logo, coloque coxas de galinha bem trituradas e misturadas com o leite e coloque tudo para ferver numa panela grande. Acrescente suco de laranja ou de limão — se não tiver, use vinagre branco — e coloque gengibre branco. Acrescente também gengibre que tenha ficado de molho em caldo um bom tempo e coloque canela em rama, bem lavada e limpa. Deixe ferver bastante até que a canela tenha perdido seu sabor (LSS, p. 54).

O molho branco é um prato sempre presente nos livros de cozinha, inclusive, muitas vezes, consta com mais de uma receita dele²²⁵. A comida escolhida deveria levar em conta escolhas e combinações de diferentes ingredientes e sabores. Na receita acima, repara-se o contraste das especiarias, como a canela com o sabor azedo da laranja ou do limão, além do leite de amêndoas, ingrediente responsável pelo nome do prato.

No capítulo 16 do *Regimen* em estudo, comparece a descrição de vários sabores: picantes [com alho], agudo [com mostarda e eruca], doce [com mel e açúcar], ácido [com limão e laranja] ou azedo [romã]. Ele assinala os ingredientes para cada um deles, mas reforça que a maioria não é recomendada para o monarca, que sofre de hemorróidas, somente pratos

²²⁴ No *Libre del Coch*, identificamos trinta e sete receitas de molhos e dezessete de sopa.

²²⁵ No *Libro de Sent Soví*, constam duas receitas de molhos brancos. Já no *Libre del Coch*, encontram-se cinco receitas. O ingrediente principal utilizado e responsável pelo nome do prato é o leite de amêndoas, que foi utilizado em todas essas receitas.

regados com suco de romã, vinagre e suco de limão, desde que comedidamente. São citados sabores fortes e a mistura de especiarias na elaboração de pratos requintados que atraíam tanto pelo gosto quanto pela aparência. Os três sabores mais presentes na culinária catalã medieval eram: o agridoce, devido ao uso de mel e açúcar; o ácido, referente ao vinagre, ao vinho e ao suco de frutas cítricas; e o forte, graças à utilização de especiarias.

Na arte culinária medieval, os molhos eram frequentemente temperados com especiarias e serviam para acompanhar pratos de carnes. O agraço é um molho ácido, baseado na mistura de uvas verdes, vinho, vinagre e, algumas vezes, feito com frutos cítricos, como suco de romã ou de laranja, cidra e limão (LAURIOUX, 1992, p. 33).

As descrições sobre os alimentos incluídos no regimento para o monarca aproximam-se muito da maneira como são apresentadas as receitas nos livros de cozinha. Ao indicar os preceitos atinentes ao consumo de carne, Arnaldo explica que, para os corpos como o do monarca, é preciso muito cuidado e habilidade quando se forem preparar as carnes. E, como nos livros de receitas, deve-se atentar até para o tipo certo de corte dos animais:

Devem, portanto, as galinhas após a morte, serem evisceradas e suspensas de manhã até á tardinha, e de volta, antes de serem cozidas. [...] Mas o alimento branco das carnes de galinhas poderá ser consumido — contanto que não seja feito com carnes *effilatis*, mas com cortes alongados no transverso; e em seguida sejam despedaçados e cozidos apenas com leite de amêndoas; ou se amido ou farinha de arroz for adicionado, que seja muito moderadamente²²⁶ (AVRSRA, p. 454).

Nessas passagens, deparamo-nos com dois aspectos importantes: a necessidade de deixar as aves suspensas após a morte e a valorização do corte das carnes. Quando recomenda deixar as carnes dependuradas²²⁷ antes de limpá-las e preparar o prato, Arnaldo visa eliminar o sangue, pois ele, independente do animal, não é recomendado como alimento, sobretudo aos

²²⁶*Debent enim galline post occisionem eviscerari et suspendi a mane ad sero et e converso priusquam coquantur. [...] Sed alba comestio e pulpis gallinarum poterit frequentari – dummodo non fiat ex pulpis effillatis sede x transverso gracilliter incisis, et postmodum contritis et lixatis cum lacte amigdalorum tantummodo; vel si amidum vel farina rizi iungatur, quod sit valde modicum.*

²²⁷As galinhas devem ficar suspensas de manhã até à tarde; perdizes velhas e coelhos, um dia; grues e faisões, dois dias.

corpos de compleição quente como o do rei. No preparo de carnes, essa etapa inicial aparece nos livros de receitas²²⁸ (AVRSRA, p. 454).

Além da preocupação em descrever o modo de limpar a ave antes de começar a preparar o prato, Arnaldo de Vilanova aconselha os tipos certos dos cortes das carnes. A importância dessa prática figura nos livros de receitas. No *Libro de Sent Soví*, inclusive, existem descrições sobre essa atividade. Das galinhas, dever-se-iam cortar, primeiro, as asas e, depois, as coxas. No prato denominado *morteruelo*, ao fazer-se o molho junto com toucinho de porco, pão, sal, ovos batidos e açafrão, sugere-se, inicialmente, cortar o carneiro em pedaços ou trincar sua carne, aliás, em especial, trincar a parte mais magra. Nos pratos feitos com carne de galinha, normalmente, apresenta-se a forma de cortá-la²²⁹.

Se vai fazer um caldo de galinha para fortalecer, escolha uma boa galinha, a degole e depois a escale imediatamente, limpe e a coloque para cozinhar numa panela. A panela deverá ser tão grande que, quando o caldo tenha reduzido a uma tigela, a galinha possa desmanchar. [...] Se vai fazer almendrada para alguém que esteja debilitado, prepare um caldo com frango: escale os frangos, tire as penas e limpe-os. Coloque-os em panela para escaldar (LSS, p. 67 - 68).

Nos livros de cozinha árabes, a limpeza é imprescindível. As carnes devem ser desembaraçadas das lascas de ossos e lavadas em água fria para retirarem-se os vestígios de sangue, e os recipientes devem ser limpos depois de servir. Outros cuidados são adotados para evitar-se a modificação do gosto do alimento, ou seja, não se recomenda trincar a carne com uma faca que foi utilizada para cortar cebola ou alho-poró (ROSENBERGER, 1998, p. 310).

Nas receitas médicas, ao contrário dos livros de cozinha, com muita frequência, cita-se detalhadamente a quantidade exata de ingredientes que devem ser utilizados na feitura de um medicamento, de sorte que, com base nesses dados, os boticários poderiam confeccionar os remédios. Essa preocupação não é encontrada nos livros de cozinha nos quais se listavam

²²⁸Essa medida aparece no livro de receitas *Libre del Coch* e era também uma prática comum na culinária árabe.

²²⁹Essa preocupação com o corte é intensa no *Libre del Coch*, pois oitoeze primeiros capítulos dele explicam a melhor maneira para o corte da carne de diferentes tipos de animais (porco, boi, coelho, carneiro, peru, capão, perdiz, cabrito e pombo silvestre).

somente os ingredientes e não a quantidade. Em alguns momentos, Arnaldo de Vilanova, ao descrever como preparar determinado prato, cita a medida exata dos ingredientes a serem utilizados. Assim, no capítulo 16, sobre sabores e condimentos, expõe que:

Mas, como todo erro pode ser evitado, que o pó seja usado em sequência. Use: duas onças [56,7g] de gengibre branquíssimo; uma onça [28,3g] de coentro fervido no vinagre seco; cardamomo, *bem* branco, meia onça [14,1g]; duas dracmas [2,5g] de rasas de marfim de trevo de cheiro; uma dracma [1,7g] de açafrão; seis dracmas [10,6g] de excelente canela. Faça o pó e, do mesmo modo, com as amêndoas moídas, faça uma salmoura na qual se poderá adicionar um pouco de vinagre. Do mesmo também sejam temperadas pastilhas em moderada quantidade²³⁰ (AVRSRA, p. 460-461).

Essa é uma das poucas receitas na qual o físico catalão detalha a quantidade exata de ingredientes que deveriam ser utilizados na preparação de um tempero, rico em especiarias e que poderia ser utilizado em salmouras, desde que se acrescentasse vinagre e, também, para dar um gosto especial nas pastilhas, uma espécie de biscoito. Nesse momento, nota-se a prática médica em indicar não só os ingredientes, mas também a quantidade correta necessária para o boticário confeccionar os medicamentos. No preparo dessas pastilhas, além do pó — resultado da mistura de gengibre, coentro, cardamomo, canela, açafrão —, cita-se leite de amêndoas e a mistura com o sabor azedo gerado quando se acrescenta ou suco de romã, limão ou laranja (AVRSRA, p. 461).

O interesse dos físicos pelas receitas culinárias denota uma preocupação de caráter social, em que as proibições e recomendações referentes aos alimentos eram feitas também com o objetivo de fixarem-se os pacientes no patamar social correspondente a eles. Portanto, os alimentos prescritos para o rei Jaime II faziam parte da mesa da elite, em que as especiarias, pelo seu alto preço, não eram acessíveis a todos os grupos sociais (SOTRES, 1992, p. 205 – 206).

²³⁰ *Sed ut error omnis possit vitari, portabitur sequens pulvis. Recipe: zinziberis albissimi uncias duas; coriandri bulliti in aceto et exiccati unciam unam; cardamoni, bem albi, ana unciam semis; rasure eboris lote dragmas duas; gariofilis, croci, ana dragmam unam; cinamomi electi dragmas sex. Fiat pulvis, et de ipso cum amigdalīs pistatis fiat salsamentum cui modicum aceti vel agreste poterit addi. De ipso eciam in moderata quantitate condiantur pastilla.*

Nos regimentos de saúde, a recomendação com os cuidados alimentares pressupunham também o meio social do paciente e a obediência às normas religiosas, as quais, como a prática do jejum, era obrigado a seguir em determinados dias do ano. Arnaldo de Vilanova, no capítulo 4, ao mesmo tempo em que condena o consumo de alimentos sem a solicitação da natureza, desaprova quando o paciente sente fome e fica muito tempo sem se alimentar — exceto nos momentos em que, como cristão, deve seguir “as disposições da Santa Igreja, honesta ocupação ou religiosa devoção, que, algum dia, sugerem a própria fome tolerar”²³¹ (AVRSRA, p. 429).

Como seguidor dos preceitos da Igreja Católica, Arnaldo de Vilanova aconselha receitas para o tempo da Quaresma. Destarte, lembra que Jaime II e a sua corte, mesmo usufruindo da fartura comum nas mesas da elite, deveriam seguir as prescrições religiosas. Por isso, sugere uma variedade de pratos compostos por peixes ou receitas de caldos que poderiam ser consumidos na época de abstinência da carne.

A religião cristã impunha normas morais e modelos de alimentação em que prevalecia a sobriedade no comer e no beber, condenando a grande ostentação na alimentação da aristocracia: os fiéis deveriam, pois, seguir normas estabelecidas pela Igreja. Entre elas, destaca-se a prevenção dos pecados, evitando-se a gula e do mesmo modo, a necessidade de seguir o calendário litúrgico, que estabelecia os dias de jejum e de abstinência. Nos dias gordos, poder-se-ia comer de tudo. Já nos dias magros, que contabilizavam cerca de 150 dias do ano, deveriam ter moderação nas quantidades de alimentos e, também, seguir a proibição de ingerir certos alimentos, como a carne (PÉREZ, 2009, p. 466).

A relevância de adaptar-se a alimentação às prescrições religiosas também aparecia nos livros de cozinha. Havia diversas receitas para o período quaresmal, com pratos não somente de peixes, mas caldos e sopas com legumes. Dos setenta e dois pratos presentes no

²³¹ *Sumendus est ergo cibus appetente natura, nec diu eciam post esuriem deberet sumpcio tardari, nisi quia sancte constituciones ecclesie vel honesta occupacio aut religiosa devocio quandoque suggerunt ipsam esuriem tolerare.*

Libro de Sent Soví, trinta e quatro poderiam ser empregados nos tempos em que, pelas prescrições religiosas, os cristãos deveriam praticar o jejum. Há cinco receitas de peixe, outras identificadas na própria descrição “para os dias de jejum”, “se vai fazer queijadinha de quaresma”, “é refeição para o tempo quaresmal”. As outras vinte seis podem ser usadas tanto nos períodos de jejum quanto nos dias normais, pois, além de não conterem carne entre os ingredientes, também não consta, nelas, o uso de banha ou toucinho de porco.

Essa preocupação aparece também em outro livro de cozinha, o *Liber del Coch*, que é composto por cento e quarenta e duas receitas para o “tempo carnal” e cinquenta e nove para o “tempo quaresmal”. Nos dias magros, prevaleciam pratos feitos à base de peixes (cinquenta e uma receitas). Mas poderiam ser consumidos igualmente molhos [Molho branco com peixe, abóbora, cereais e bastantes especiarias, fava...], purês/cremes e sopas, desde que temperados com azeite.

No capítulo sobre os peixes, além de indicar as melhores espécies e como reconhecer os que estão mais saudáveis, Arnaldo de Vilanova ensina a melhor maneira de prepará-los. Eram pratos que poderiam ser utilizados tanto nos tempos gordos quanto na Quaresma. Para o monarca, que tinha o corpo colérico e sanguíneo, sugere que sejam consumidos cozidos e assados no forno ou na brasa: sempre se acrescentando vinho. Mesmo assim, ao relatar como fazer os pratos de peixe, mostra também como fazê-los fritos, mesmo que isso não seja recomendado ao rei.

Também se deve observar para que, ao assar, os peixes não sejam untados no óleo, mas no vinho, no qual o sal fora dissolvido. Se, na verdade, os peixes forem fritos, que com muito óleo sejam untados enquanto são fritos, e convém não consumir a pele, pois universalmente a pele dos peixes deve ser evitada e também as gorduras dos mesmos [...]. Mas dos peixes semissalgados e, sobretudo completamente cozidos, pode-se consumir abundantemente. De fato, os peixes carnudos e grandes que tiverem sido condimentados com sal por duas ou três vezes, se tiverem sido cozidos, também mais saborosamente e mais saudavelmente são consumidos²³² (AVRSRA, p. 459).

²³² *Est eciam observandum ne in assando pisces óleo liniantur, sed vino in quo sal fuerit dissolutum. Si vero frigrantur, aut multo liniantur óleo dum assantur, expedit snon sumere cutem, cum universaliter cútis piscium est vianda et ipsorum axungia. [...] Sede x piscibus semisals4is, et máxime pinguibus elixatis, largius postest sumi.*

Quanto ao consumo de peixes, se forem muito salgados, é permitido, sobretudo nos dias de abstinência, somente o caldo puro, no início da refeição, a fim de purificar-se a garganta. Afora os preceitos referentes ao consumo desse alimento, Arnaldo de Vilanova indica outras receitas para os períodos de abstinência. “Na quaresma, porém, quando há muito uso de peixes e cereais, é útil, para a conservação da saúde, no princípio da refeição, algumas vezes consumir purê de grão-de-bico ou de ervilhas²³³” (AVRSRA, p. 440)

Para os dias de jejum, o físico catalão aconselha também molhos de peixe. Em geral, molhos com legumes ou cereais eram muito utilizados durante a Quaresma. No *Libro de Sent Soví*, das quatorze receitas de molho, em nove figura o uso leite de amêndoas. Além disso, o rabanete e o nabo, se forem cozidos com carne, fazem bem aos coléricos, desde que não sejam temperados com mel, pimenta e carvi²³⁴. Outra opção para temperar esse prato levava gengibre, açafrão e canela, o que, além de relaxar o ventre, purifica as vias urinais (AVRSRA, p. 451).

Na arte culinária, temperar é a atividade que está ligada inicialmente à seleção dos ingredientes listados nas receitas. No caso de pacientes, que, como o rei, sofrem das hemorróidas, Arnaldo de Vilanova recomenda o uso de cebolas brancas que deveriam ser cozidas com carnes ou azeite e leite de amêndoas. Esse prato, denominado *cepulatum*, deveria ser consumido antes das refeições, pois seu principal efeito era abrandar o intestino. Outras raízes que fazem bem ao funcionamento do intestino são a pastinaca²³⁵, que deve ser ingerida assada ou cozida com carne e cherovia²³⁶, tanto no inverno quanto no verão.

Tanto no regimento de Arnaldo de Vilanova, quanto nos livros de receitas, como o *Sent Soví* e o *Libre del Coch*, pela própria história da Península Ibérica no medievo, marcada

Nam pisces pingues et grossi qui biduo vel tríduo fuerint sale conditi, si elixentur, et sapidius et salubrius comeduntur.

²³³ *Sedin quadragesima, quando diuturnus est usus opilancium alimentorum, ut piscium et polentarum, utile est ad conservacionem sanitatis in principio refeccionis interdum sumere puretam cicerum aut pisorum.*

²³⁴ Carvi, carum carvi o Alcacea, planta aromática também conhecida como cominho-armênio,. Suas sementes são utilizadas como codimento.

²³⁵ Batata baroa ou mandioquinha.

²³⁶ O mesmo que pastinaca.

pela presença de muçulmanos, encontram-se pratos feitos com ingredientes da culinária árabe. Receitas feitas com berinjela²³⁷, serviam para acompanhar cereais e comidas gordurosas. Era uma hortaliça da cozinha medieval que poderia ser colocada no ensopado, no molho branco ou em recheios. No *Libro de Sent Soví*, comparece uma receita de “Berenjenas” e, no *Libre del Coch*, há três: “De Alberginies en casolla”, “Alberginias espesses” e a última demonstra a influência árabe até mesmo no título, “Alberginies a la morisca²³⁸”, e no modo de preparar²³⁹ (LC, p. 75).

Arnaldo de Vilanova só menciona a berinjela no momento em que explica o que são hortaliças. Mas não indica nenhuma receita. Provavelmente, porque é um alimento cujo consumo Maimônides não recomenda para quem sofre de hemorróidas.

Nesse viés, nos livros de receitas catalães, vê-se, nos molhos, o uso de açafrão, para deixá-los amarelos, e leite de amêndoas, para ficarem brancos. Na feitura dos pratos árabes, havia também essa preocupação com a aparência e, conseqüentemente, com o colorido dos pratos. Usavam-se coentro e espinafre, para a coloração verde; açafrão, para o amarelo; as sementes da romã criavam o efeito vermelho; os ovos com a gema e a clara, que lembram a flor Narciso. Os cozinheiros desejavam criar pratos com aparência agradável, utilizando o vermelho (sândalo ou sangue de dragão) e o amarelo (açafrão), cores muito apreciadas no mundo árabe (LAURIOUX, 1992, p. 34; ZAQUALI, 2010, p. 61).

²³⁷ A berinjela é um ingrediente comum na culinária árabe. Nos livros de receitas, sempre há pratos feitos com esse alimento. O livro “*Fudala Relieves de las mesas, acerca de las delicias de la comida y los diferentes platôs*”, escrito por Ibn Razin Al Tugibi (Múrcia, século XIII), contém 428 receitas da culinária árabe. Entre elas, 22 são sobre diferentes maneiras de preparar berinjelas.

²³⁸ Berinjelas à mourisca: descascam-se e cortam-se, em quatro pedaços, as berinjelas, pondo-as a cozer. Depois de cozidas, espremê-las bem entre duas tábuas, fazê-las em pedaços e levá-las ao fogo para serem bem fritas em panela com bom toucinho ou azeite suave, porque os mouros não comem toucinho. Depois de fritas, cozinhá-las numa panela com o caldo mais grosso de carne, queijo fino ralado e coentro seco picado, mexendo bem, como se faz com a abóbora. Ao fim do cozimento, adicionar gemas de ovos batidas em agraço, também como se fossem abóbora.

²³⁹ No modo de preparo, recomendava-se lavá-las em água corrente, retirando os talos e sempre descascá-las. Depois de descascadas e picadas, as berinjelas escurecem rapidamente, por isso recomendavam ferver com água e sal antes de colocarem-se os outros ingredientes. Para cozinhá-las, dependendo do prato a ser elaborado, acrescentavam-se gemas de ovos batidas em agraços, ou seja, suco ácido que era extraído da uva verde, mexendo essa mistura com colher de pau. Os seguintes temperos poderiam ser usados: orégano, sálvia, alho, salsa, cebola, pimenta, sal, queijo, noz-moscada, canela, cravos picados e azeite de oliva.

As receitas revelam uma preferência por iguarias muito cozidas, com uma consistência espessa e sabores fortes. Geralmente, em alguns pratos, encontram-se vários ingredientes em volta da carne. Os temperos denunciam o acúmulo de sabores. Juntando ingredientes que tornavam o prato mais consistente, como ovos e frutos secos esmagados para criar liga, combinavam-se elementos tenros, gordos, doces e perfumados. Ao comer, não se usavam utensílios, e, sim, os dedos (ROSENBERGER, 1998, p. 308).

Percebe-se que Arnaldo de Vilanova, além do saber médico, conhecia os pratos que agradavam a realeza e os ingredientes que tornavam o alimento mais saboroso. Ele relata várias possibilidades de receitas com a utilização das diferentes qualidades de carne (galinha, patos, perdiz, codornas, rolas, pombos, carneiro, cabra), normalmente de animais jovens, temperadas com ervas aromáticas e especiarias. No regimento de saúde, dispõe uma variedade de temperos, condimentos e ervas aromáticas: gengibre, coentro, cardamomo, açafrão, canela, galanga, pimenta, noz-moscada, alho, cebola, pastinaca, cherovia, suco de romã, de limão ou de laranja. Ademais, a maneira de preparar os alimentos, combinando-se ingredientes, poderia modificar as qualidades naturais do produto graças ao uso de temperos e de condimentos, o que criava um prato adequado às necessidades do rei. Por conseguinte, o médico interferia no âmbito do trabalho do cozinheiro real, pois sabia quais tipos de pratos (assado, cozido, frito) e de ingredientes Jaime II poderia comer.

CAPÍTULO 4

A SAÚDE DO REI E O SEU EXÉRCITO EM TEMPOS DE GUERRA

O exército para ser preservado da epidemia, deve escavar poços em todo lugar fora das suas linhas, como trincheiras, onde os corpos e resíduos de animais devem ser jogados, e quando eles estiverem meio cheio, cubra-os com terra.

Arnaldo de Vilanova

Boa parte dos conflitos militares da Idade Média ocorreu pelo controle de um espaço determinado e dos homens que o habitavam. No mundo cheio de fortificações, desde pequenas torres defensivas até grandes cidades muradas, qualquer tropa invasora que pretendesse estender seu domínio deveria anexar esses pontos fortes. A guerra medieval era sazonal e resolvia-se a partir de campanhas de assalto ou de bloqueio de núcleos fortificados.

A guerra estruturava a sociedade e a economia na Península Ibérica na Idade Média, o que, todavia, não era uma situação permanente. Os períodos de tréguas em que se estabeleciam ou restabeleciam-se relações comerciais e políticas eram entrecortados por fases de luta declarada — operações militares contínuas ou periódicas — ou de inquietação, consoante os casos. Uma das peculiaridades das campanhas militares era o caráter cíclico das viagens, dependentes das estações do ano e, normalmente, iniciadas durante a primavera e finalizadas antes do inverno por questões de segurança e comodidade. Normalmente, com a estação fria, a neve impedia o avanço das tropas, bloqueava os portos, a chuva alagava os caminhos, e os rios, ao transbordarem, destruíam pontes. Iniciar uma campanha militar significava não apenas dias de marcha a pé ou a cavalo, mas também estar exposto aos rigores do clima. Na primavera, começavam os preparativos da guerra, concentrando-se o maior número de guerreiros em um lugar determinado e numa data estabelecida, de sorte que o verão figurava como o momento central da luta (GARCIA FITZ, 2006, p. 99-100; MONTALVO, 2006, p. 95-96; GARCIA FITZ, 2009, p. 136-137).

No processo de reconquista contra os muçulmanos do reino de Granada, os monarcas de Aragão contavam com o apoio da nobreza que participava das batalhas e era beneficiada pela expansão territorial da Coroa aragonesa. O proveito econômico não devia ser desprezado, na medida em que aqueles que serviam ao rei dividiam os despojos obtidos depois de retirado um quinto que revertia para a Coroa, à razão de duas partes para aquele que possuísse cavalo e uma parte para aquele que servisse a pé. As terras conquistadas eram repartidas entre cristãos.

4.1 Jaime II e o cerco à cidade muçulmana de Almeria

É no contexto da guerra de reconquista contra os mouros que a Coroa de Aragão, nos séculos XIII e XIV, expandiu seu território não somente para regiões da costa mediterrânea, como as ilhas Baleares, a Sardenha e a Sicília, mas também para o mundo muçulmano, com a conquista de Valência, em 1240, Múrcia, em 1304, e o projeto de cruzada contra o reino nazari²⁴⁰ de Granada, em 1309.

O poder dos príncipes hispânicos vinha, sobretudo, de uma missão divina: a da reconquista da península dos infiéis para entregá-la à cristandade. Em Aragão, em Castela ou em Portugal e, indiretamente, em Navarra, os reis eram justificados por essa missão, e a extensão do território compreendendo as terras retomadas aos muçulmanos constituía apenas a prova da sua submissão a Deus e aos seus mandamentos. A reconquista permitiu aos reis peninsulares serem cruzados permanentes, defensores perpétuos da pátria e exercerem, pois, o mais alto grau da função guerreira própria do grupo nobiliário medieval. A unificação dos territórios submetidos aos príncipes desempenhou papel essencial no reconhecimento desse poder central: a obediência por todos, independentemente da língua, dos costumes, dos

²⁴⁰ Em 1237, o sultão Muhammad I al Nasrí conquistou Granada e iniciou a dinastia nazari que governou o reino Nazari de Granada até 1492.

sistemas políticos, da representação, da organização social ou econômica e do regime fiscal de cada um (RUCQUOI, 1992, p. 68).

Jaime I, o Conquistador (1213-1276), herdou os dois principados (Aragão e Catalunha), cuja união era precária e assentava-se na oposição à pressão fiscal e administrativa exercida pela Coroa. Ele enfrentou numerosas revoltas dos nobres, em Aragão, e, depois, no final do seu reinado, na Catalunha. Com o apoio dos comerciantes catalães, conquistou, entre 1229 e 1235, as ilhas Baleares, que foram repovoadas e compuseram um Estado autônomo: o reino de Maiorca. A conquista do reino de Valência deveu-se muito à iniciativa da nobreza aragonesa, tendo começado em 1233, de maneira que a capital do reino foi tomada somente em 1238 (JLF, capítulos 254 - 268).

Seus sucessores continuaram apoiando as ambições comerciais catalãs e empreenderam uma política de expansão mediterrânica. Pedro III, o Grande (1276 – 1285), reclamou a Sicília, que o papa tinha concedido a Carlos II (1285-1309) de Nápoles, e conquistou-a, em 1282, em nome de sua esposa Constância, filha de Manfredo e neta do imperador Frederico II Hohenstaufen (1215-1250). A conquista da Sardenha (1297) e a ocupação do reino de Múrcia (1304), durante seu reinado, deram a hegemonia do Mediterrâneo ao comércio catalão.

A vitória dos cristãos liderados pelos reis D. Afonso VIII de Castela (1158 – 1214), D. Pedro II de Aragão (1196 – 1213) e D. Sancho VII de Navarra (1194 – 1234) contra o exército almóada do califa Abu Yusuf al-Nasir, em Navas de Tolosa, em 1212, foi seguida de uma série de conquistas territoriais que reduziram a Al-Andalus a um só reino, o de Granada (ver mapa 5)²⁴¹. Com o desaparecimento do poder dos almóadas (1157 – 1212), a norma passou, de novo, a ser a fragmentação territorial. Em 1227 e 1238, quando o rei de Múrcia, ibn Hud, conseguiu dominar uma parte da Andaluzia, deteve-se não só perante os castelhanos,

²⁴¹Ver mapa 5 na página 151.

como também ante Muhamad Ibn Nasr ibn Al-Ahmar²⁴², sultão desde 1232 em Arjona e que, depois da morte de ibn Hud, estendeu o seu poder a Málaga, Jaén, Granada e Almeria. Destarte, a formação do exército nazari do reino muçulmano de Granada ocorreu no momento de decomposição da Espanha Almóada e, paralelamente, às etapas de formação política desse reino. Seu sucessor, Muhammad ibn Nasr II (1273 – 1302), após duras negociações, concluiu com Castela, em 1274, a paz que o obrigou a pagar-lhe anualmente o tributo de 300.000 maravedis e a reconhecer o poder dos seus inimigos, os ibn Asqilula, sobre Málaga. Muhammad procurou aliados no Marrocos e estabeleceu, no mesmo ano de 1274, uma aliança com a dinastia merínida de Fez, que durou até meados do século XIV. Em 1279, fizeram acordo com genoveses, que desejavam a livre passagem pelo Estreito de Gibraltar. Nenhuma dessas alianças, todavia, foi permanente. Em 1291, Sancho IV (1284 – 1295) de Castela e Jaime II retomaram as hostilidades, apoderando-se de Tarifa, em 1292. Entretanto, com a morte do rei castelhano, o rei de Aragão aliou-se a Muhammad II e os dois fizeram uma campanha contra Castela, interrompida pela morte do emir (RUCQUOI, 1995, p. 185-217; TORRES DELGADO, 1998, p. 201 – 214).

No momento da campanha militar contra a cidade muçulmana de Almeria, o governante do reino de Granada era Muhammad III (1302 – 1309). As relações entre os dois reinos durante o governo de Jaime II foram marcadas pelas alternâncias entre acordos de paz e conflitos. Em 1304, os ataques e saques dos nazari à Vila Joiosa e a Cocentaina, bem como a invasão a Alcoy e ao Jardim de Alicante tiveram como resultado o cativeiro de muitos cristãos e a fuga de muitos mudéjares do sul de Valência para Granada. A Península Ibérica continuava na órbita da economia islâmica, que continuou seus contatos mercantis com o Oriente. Durante séculos, o ponto extremo da vida comercial do mundo árabe baseou-se no

²⁴² Muhammad ibn Nasr (1232 – 1273), que se havia proclamado emir dos crentes em 1240 e é considerado o fundador do reino de Granada, assinou, em 1246, uma trégua com o rei de Castela, Fernando III (1230 – 1252), a quem prometia ajuda e conselho, assim como o pagamento de um tributo anual, as parias. O tratado foi ratificado em 1254 por Afonso X, o Sábio.

porto mais oriental de Andaluzia, em Pechina. A cidade de Almeria — que sucedeu Pechina nesse papel e foi descrita por Al-Idrisi como empório mercantil — era a porta por onde haviam entrado. A lógica da geografia econômica mostra que seu principal ancoradouro continuou sendo a chave do comércio de Al-Andalus com a África e o Oriente (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1960, p. 218).

Entre os anos de 1306 e 1307, ocorreram grandes mudanças políticas para a Coroa de Aragão no que alude à zona do Estreito de Gibraltar. Em maio de 1306, os nazari ocuparam a cidade de Ceuta, no Marrocos, e as relações com a Coroa de Aragão tornaram-se mais hostis. O exército de Granada foi um dos principais elementos de consolidação das fronteiras e de manutenção do reino nazari junto com a rede defensiva do território. Os cercos eram decisivos para o assalto com a rendição pela falta de alimentos. As atividades bélicas — como os assaltos-surpresa a fortalezas e a lugares próximos do adversário — objetivavam o saque, a represália, o desgaste do inimigo, cativos para resgate e a conquista de algumas bases de ataque.

Consequentemente, o reino de Granada, que controlava as cidades de Ceuta (norte da África), Algeciras, Gibraltar, Málaga e Almeria, na península Ibérica, representava grande ameaça aos interesses do monarca de Aragão e aos de seus súditos. Após incorporar parte do reino de Múrcia à Coroa aragonesa (1304 – 1305), Jaime II teve que se defender dos assaltos provocados pelos muçulmanos de Granada, que atacavam os seus domínios, saqueavam os bens dos comerciantes catalães que viajavam pelo estreito e incitavam a revolta da população sarracena do reino de Valência. O sistema defensivo do reino de Granada, com sua forte arquitetura militar, foi o elemento mais importante à manutenção do reino que se mantinha defendido por seu meio físico natural e por suas bases militares e de vigilância que compunham uma rede protetora bem trabalhada. A organização bélica das terras e dos homens das fronteiras reservava-se tanto à defesa quanto ao ataque. Em cada zona fronteiriça,

havia uma cidade que servia de base para a partida dos assaltos. Almeria era a cidade-base nazari no limite fronteiro com o reino de Aragão (MCVAUGH e CIFUENTES I COMAMALA, 1998, p. 143; LADERO QUESADA, 2002, p. 50 - 73).

Destarte, podemos compreender os interesses de Jaime II pelo reino de Granada e, em particular, por Almeria. Primeiramente, por razões políticas, em virtude da fragilidade da fronteira meridional suscetível aos ataques dos nazari de Granada. Ademais, havia também os interesses econômicos devido à projeção mercantil de catalães e valencianos nos portos granadinos, o que era uma oportunidade para ampliarem-se os limites do reino, estendendo a fronteira até essa cidade, lugar essencial ao comércio catalão-aragonês no Mediterrâneo ocidental e uma base estratégica para o controle do estreito e para a entrada até o norte da África. Foi nesse contexto que Jaime II formou a aliança com Castela e Marrocos contra o reino de Granada, visando à expansão da Coroa de Aragão pela costa mediterrânea da península. A cidade de Almeria representava a abertura de uma fronteira direta com o reino muçulmano, o que significava incentivo ao comércio com os nazari, recebimento do tributo e expansão territorial (SANCHEZ-ALBORNOZ, 1960, p. 387; MCVAUGH e CIFUENTES I COMAMALA, 1998, p. 143 – 144; MONTALVO, 2006, p. 226).

Em 1305, Raimundo Lullio que estava em Montpellier, mas vivia transitando pela corte aragonesa, concluiu sua obra *O livro derradeiro*²⁴³, em que discute como os cristãos poderiam reconquistar a Terra Santa e a qual foi apresentada ao sumo pontífice Clemente V (1305 – 1314). Na prática, sua proposta aproxima-se da expedição de Jaime II contra Almeria. Logo, pressupõe-se que, no ambiente de vivência da corte, as ideias de Lullio influenciaram o monarca no projeto de cruzada contra o reino de Granada.

²⁴³ Nessa obra, Lullio apresenta, como um dos caminhos mais favoráveis para a reconquista da Terra Santa, as guerras travadas na Espanha, em Andaluzia, onde há Almeria, Málaga e Granada. Ele explica ainda que a rota é pelo mar e pelos reinos de Aragão e Castela. O monarca deveria conquistar uma vila após a outra e fortificar a fronteira. Dessa maneira, após a conquista de Andaluzia, o rei guerreiro poderia passar ao norte da África, primeiro ao reino de Ceuta e, novamente, conquistando uma fortaleza após outra, até a fronteira, e assim avançaria até Túnis. Fortificando e defendendo as fortalezas conquistadas, o rei chegaria a Jerusalém.

Uma das preocupações do monarca era conseguir o amparo da Santa Sé para essa guerra como cruzada. Dessa maneira, objetivando conseguir apoio financeiro e espiritual, enviou embaixadores à cúria pontifícia, em Avinhão, dentre eles, Arnaldo de Vilanova, como se nota em carta de 4 de setembro de 1308:

Por meio do senhor irmão Ramón Lugin, enviei, no dia anterior, esta nova carta com meus auspícios, o qual, para vossa majestade, dirigiu o seu caminho (viajou), o qual também me pediu anteriormente que eu fosse à cúria do sumo pontífice na companhia de certos bons homens de nossa terra, os quais, assim como a mim, ele pedira, para requerer e para suplicar ao próprio sumo pontífice que fizesse as gentes tomarem, com honra e com a boa fé cristã, a santa cruz que está sobre a terra dos sarracenos da Espanha, na terra do rei de Granada. Por causa do mau estado em que nossa terra permanece, não teve forças para atendê-los nesta questão. Por isso, vendo o senhor prefeito Ramón que não podemos sair da cidade, vai, no presente tempo, a Marselha ao encontro do mestre Arnaldo de Vilanova para ir à cúria do sumo pontífice a fim de tratar e ordenar que, se puder, a cruz já mencionada seja tomada pelas gentes, e que também a vossa serenidade venha a ser o capitão, o senhor e o chefe desta questão²⁴⁴ (Carta Régia, 04/09/1308, CAA, p. 878 - 879).

Novamente, em outra carta datada de 11 de junho de 1309, um mês antes do início do conflito, Jaime II solicitou o apoio da cúria pontifícia para a sua expedição contra Granada. Tal campanha, ao ser considerada uma cruzada contra os infiéis, recebeu apoio do papa Clemente V. Portanto, aqueles que participassem do cerco a Almeria receberiam igualmente a indulgência da pena e da culpa concedida pelo sumo pontífice. Além disso, no período em que estavam servindo ao monarca, no cerco, não lhes eram cobrados os juros de suas dívidas, tampouco poderiam ser movidas causas contra eles²⁴⁵ (Carta Régia, 11/06/1309, CAA, p. 880 - 882).

²⁴⁴ *Per dominum fratrem Ramondum Lugin ipsa [nova] meis apicibus pridie destinavi, qui ad maiestatem vestram [dirigit] iter suum, qui etiam me pridie requisivit, uti ire deberem ad curiam summi pontificis cum certis bonis hominibus terre nostre, quos requixerat velud me, ad requirendum et deprecandum ipsum summum pontificem, quod honore et bono fidei christiano faceret gentes assumere crucem sanctam super terra Sarracenorum Yspanie in terra regis Granate. Propter malum statum, in quo permanet terra nostra, in his attendere non valens. Unde prefatus dominus Ramondus videns, quod de civitate non possumus separare, ad presens vadit Marxiliam ad magistrum Arnaldum de Villanova ob eundem ad curiam summi pontificis causa tractandi et ordinandi, si poterit ut predicta crux a gentibus assumatur, et etiam, quod vestra serenitas fore debeat huius rei capitaneus, dominus atque caput.*

²⁴⁵ O já citado rei Frederico para as suas premissas, e o elevou até os céus, quanto a nós, que dormitávamos sob as preocupações diárias, queremos ser semelhantes a ele neste serviço, o qual, nesse mesmo tempo, avivou a exaltação à fé católica e o enfraquecimento da seita de Maomé; por isso, agora, num impulso, estendemos as nossas forças, as quais se apresentam juntamente com o magnífico príncipe e rei de Castela, para o enfraquecimento e erradicação da fétida nação dos sarracenos nas partes citeriores da Espanha, vós concordais,

Os preparativos para o cerco de Almeria iniciaram-se em dezembro de 1308, quando o rei Jaime II reuniu-se com o monarca de Castela, Fernando IV (1295-1312), em Santa Maria de Huerta, para planejarem essa cruzada. Pelo tratado de Alcalá de Henares, assinado no dia 18 deste ano, correspondeu ao rei de Aragão a sexta parte do reino de Granada e o reino de Almeria. Com essa coligação, enquanto Jaime II direcionava seu exército contra Almeria, o rei de Castela atacava, ao sul, Algeciras e Gibraltar (ver mapa 5) (MCVAUGH, 1992, p. 202).

A expedição contra Almeria apresentava várias dificuldades, mormente porque a recente conquista de Múrcia fazia desse território um lugar instável. Em função disso, o rei optou por fazer a viagem pelo mar por ser mais seguro e mais rápido, acompanhado dos nobres aragoneses, catalães e valencianos. A frota comandada por Bernad de Sarriá partiu de Valência no dia 18 de julho e era formada por 200 navios de guerra, transportando mil cavalos e quatro mil guerreiros, a metade deles besteiros e, os outros, escudeiros. Ao mesmo tempo, outra parte dos homens rumou, por terra, de Valência a Almeria. Ambas as forças reuniram-se no final de julho, no Cabo Aljub, perto de Santa Pola (ver mapa 5) e, posteriormente, cada uma seguiu o seu próprio caminho para Almeria. As tropas terrestres chegaram lá em meados de agosto. No dia 10 desse mês, a armada chegou ao cabo Al Fund, na costa de Almeria (ver mapa 5). Esse era o lugar ideal para as tropas montarem acampamento devido à água de suas nascentes, à proximidade do vale do Pechina, rico em produtos e madeira, à saída da estrada de Granada para olhar na direção dos reforços possíveis e, no trecho quase plano, adequado para manobras (JZAAR, Livro V, capítulo 80; MCVAUGH e CIFUENTES I COMAMALA, 1998, p. 20-21).

sem dúvida, com os seus e com os nossos desejos neste negócio. [...] suplicamos por uma graça especial, para que tanto nós, entregues às vossas obras e esperançosos de sermos ajudados firmemente, temporariamente e espiritualmente no que diz respeito a isto, quanto nossa casa e nossos negócios sejam do agrado dos já citados santos. Se eles, de maneira plácida, fossem ao vosso encontro nos nossos reinos e territórios, como vós requereríeis com confiança, com certeza estamos prontos para vos servir livremente aos vossos desejos.

Mapa 5: Expedição aragonesa contra Almeria



Consta que o rei levou, para o sítio de Almeria, D. Branca que sempre o acompanhava nas viagens, inclusive nos conflitos militares²⁴⁶. Na primavera de 1296, a rainha já havia

²⁴⁶ Em Castela, a rainha Maria de Molina (1260 - 1321) também acompanhava seu esposo, o monarca D. Sancho IV (1284-1295), em campanhas militares. Quando estava grávida dos infantes, ficava em uma cidade próxima do local do conflito.

acompanhado seu esposo na expedição militar para Múrcia²⁴⁷ e, em seguida, a Roma. Em nenhuma das expedições descritas nos *Anales del Reyno de Aragón*, aparece o nome das pessoas que integravam a corte da rainha, como, por exemplo, suas damas de companhia que a acompanhavam. Ela preocupava-se com as suas damas e demais servidores e, mesmo após a sua morte, em 1310, Jaime II beneficiou com presentes e favores esses funcionários por causa da fidelidade deles para com D. Branca. O único nome identificado é o da camareira Elisenda de Sans (MARTÍNEZ FERRANDO, 1948, p. 12).

A rainha foi descrita pelo cronista Ramón Mutaner como “fonte de graça e de todas as bondades” e era chamada pelos aragoneses como Dona Branca de Santa Paz, pois seu casamento (1295) com Jaime II possibilitou o fim dos conflitos pela disputa de Sicília²⁴⁸ (RMC, capítulo 220).

Desta feita, em 1297, a rainha foi, com o monarca, à Sicília para resolver os novos problemas surgidos envolvendo a Casa de Aragão. Pelo Tratado de Anagni (1295), a Sicília pertenceria ao papado. Os sicilianos, porém, não concordaram com tal acordo e escolheram Frederico de Aragão, irmão de Jaime II, como novo rei. Assim sendo, na viagem para resolver as desavenças com o seu irmão, havia a preocupação com o conforto da rainha durante o deslocamento. Atendendo ao pedido de Jaime II, Ramon de Vilanova providenciou todos os utensílios e outras coisas necessárias à sua câmara para levar na expedição. Também escreveu para Gonzalo Garcia, conselheiro real e porteiro da rainha, para conseguir os cavalos que seriam utilizados por ela durante a viagem (MARTÍNEZ FERRANDO, 1948, p. 12; MIQUEL, 1975, p. 21-22).

²⁴⁷Conflito relacionado à política expansionista de Aragão que visava anexar o reino de Múrcia. Entre 1296 e 1305, Jaime II disputou com os muçulmanos o domínio dessa região, ocorrendo, nesse período, momentos de tréguas e intervenções militares. Os preparativos para a campanha iniciaram-se em fevereiro de 1296 e, no mês de abril, as tropas aragonesas estavam posicionadas.

²⁴⁸O casamento de Jaime II com D. Branca de Anjou era um acordo que integrava o Tratado de Anagni (1295), que finalizava as disputas pela Sicília e simbolizava o fim dos conflitos entre os reinos de Aragão e da França. Por isso, a rainha passou a ser considerada responsável pela paz no reino aragonês.

D. Branca foi uma colaboradora de seu esposo em diversos negócios políticos e proporcionou tranquilidade ao monarca ao assumir a tarefa de organizar as estratégias matrimoniais que lhes interessavam, cuidando dos casamentos de pessoas da família real, da corte, dos nobres, de seus servidores ou do rei. As viagens dos monarcas mobilizavam seus séquitos que, além das escoltas militares, eram compostos também por altos dignatários da corte, pela chancelaria (escrivães e notários), cavaleiros, damas, pajens, criados, eclesiásticos, camareiros, cozinheiros, mordomos e tropeiros que conduziam os animais que transportavam material de escritório, armas, vestuário, medicamentos, utensílios de cozinha e alimentos. Os funcionários de D. Branca também a acompanhavam nessas viagens. Num cenário em que as rainhas tinham uma atuação limitada no espaço público, ela não somente viajava com o monarca nas expedições militares, mas também o apoiava e acompanhava os incidentes das campanhas. Em Almeria²⁴⁹, auxiliando Jaime II, ela escreveu reconhecendo que Arnaldo de Cereto, o menescal do rei, emprestara-lhe dinheiro durante o cerco e, portanto, autorizou o administrador régio a pagar-lhe com base nos rendimentos da Vila de Cataiud durante as festividades de Natal²⁵⁰ (Carta Régia, 23/11/1309, CDC, p. 89 – 90).

No final de agosto, Jaime II escreveu ao físico Arnaldo de Vilanova apresentando, inicialmente, uma lista²⁵¹ de ataques e crimes realizados pelos muçulmanos do reino de Granada contra os cristãos, justificando, desse modo, sua empreitada contra os nazari. Em seguida, pediu sua intervenção junto ao papa Clemente V e aos cardeais a fim delogar mais apoio financeiro ao seu projeto de cruzada.

²⁴⁹Além disso, um ano após o cerco e poucos meses antes de falecer, a rainha continuou organizando os pagamentos aos profissionais de saúde que atuaram na campanha militar.

²⁵⁰Carta de 23 de novembro de 1309. Cerco de Almeria. *Nos Blancha et cetera. Auctoritate presentium, confitemur et regognoscimus debere vobis, Arnaldo de cereto, menescalco domini Regis, septingentos sol. Barchn. Quos nobis bono amore mutuastis nune in obsidione civitatis Almarie, [...] mandantes itaque per presentes Petro Garcesii Deusa, aiulo nostro Calataiubii, quod dictos .CCC.LX. sex sol. Et octo dnr. Vobis vel cui volueritis solvat in instante festo Nativitatis Domini de redditibus nostris dicte ville Calataiubii non expectato a nobis super hoc alio mandato et presentes a vobis recuperet cum apocha de soluto.*

²⁵¹Assassinatos, escravidão, deflorações de virgens e de outras mulheres cristãs, com zombarias de outras mulheres e de outras maneiras inumeráveis.

Certamente, seria útil que vós, e também que qualquer outro, suficientemente soubera e sabeis quantos danos, prejuízos, perdas e dores a Igreja de Deus e os fiéis devotos da mesma, que amam a fé cristã, suportaram até agora com os pérfidos sarracenos em áreas da Espanha, os quais habitam o território do Rei de Granada [...] Portanto, vos pedimos e rogamos, da parte de Deus e da nossa parte para utilidade da geral Cristandade, que dizeis todas essas coisas ao senhor Sumo Pontífice e aos senhores Cardeais, [...] para que essas coisas sejam resolvidas, e especialmente que os ditos barcos no mencionado Estreito do mar continuamente possam ser mantidos para total aquisição e arranjo da empreitada, e que consiga a providência apostólica e providencie sobre as despesas, para que pela falta de pagamentos ou missões não seja abandonada tão útil e tão honrada empreitada para toda a Cristandade. [...] se na verdade vós não estiverdes na Cúria Romana neste momento, a nós pareceria muito conveniente que, a favor de tão necessário acontecimento, que pessoalmente se dirigis para a mesma Cúria, ainda que isto acarrete maior trabalho para vós, sobre a premissa de ser dado todo auxílio e diligência efetiva; nós, de fato, acreditamos que podeis em qualquer tempo a favor de tão útil empreitada para Deus e para toda a Cristandade, mais utilmente dedicar-se²⁵² (Carta Régia, 25/08/1309, CDA, p. 83-84).

Em 4 de setembro de 1309, durante o cerco, Jaime II escreveu novamente para o médico Arnaldo de Vilanova. Primeiramente, retoma a notícia da vitória transmitida em uma carta enviada anteriormente, atribuindo o êxito aragonês à bênção de Deus na luta contra os infiéis. A menção dessa conquista servia como reforço ao seu projeto de cruzada, demonstrando a possibilidade de vencer os muçulmanos.

Saudação ao venerável e prudentemestre varão Arnaldo de Villanova, querido conselheiro e nosso amigo. Já há pouco, por meio de outra epístola nossa, escrevemos a vós, notificando-vos sobre a nossa vitória, que, pelo poder de Deus, obtivemos sobre os pérfidos sarracenos, para também requerer e rogar a vós que, da parte de Deus e da nossa, para proveito de toda cristandade [...] declaramos a vós, presentes, pois pelas primícias e pelos outros negócios a serem tratados enviamos, no momento presente, à presença do senhor Papa, o supracitado irmão Pedro, varão religioso, da ordem dos pregadores de São Marsílio e Fortúnio, soldado de São Martinho, informados sobre a intenção de nossa plenária. E, como ele decidisse ordinariamente que vós, por esta razão, chegásseis pessoalmente à presença do senhor papa, enquanto naquele lugar os nossos núncios supracitados estiverem, o mesmo, outra vez, da parte de Deus e da nossa parte, para proveito de toda a cristandade, pedimos e rogamos a vossa providência, que, se já não estais na cúria

²⁵² *Sane, licet vos ita liquido, sicut et quilibet alius, satis noveritis et noscatis quanta dampna, jacturas, incomoda et dolores Dei Ecclesia et cultores eius, christiane fidei amatores, sustinuerunt usque hactenus a perfidis sarracenis in partibus Ispanie, in dominio Regis Granate habitantibus [...] Ideo, vos requirimus et rogamus ex parte Dei et nostra, in universe christianitatis utilitatem, quatenus vos qui in hiis summis insudatis vigillis, hec velitis omnia domino Summo Pontifici et dominis Cardinalibus [...] quod ad hec expedienda, et specialiter ut dicta vasa marina in dicto Stricto mari continue teneri possint usque ad tocium negotii adquisicionem et expeditionem, provisionem apostolicam adhibeat et de sumptibus provideat, taliter ne defectu expensarum atu missionum tam utile et tam honorabili toti christianitati negocium deseratu. [...] si compleri poterunt que sunt dicta, si vero vos ad presens in Romana Curia non essetis, visum Nobis est multum expediens ut, tam pro necessario casu ad Curiam ipsam, licet vobis nimius labor incumbat, personaliter accedatis, circa premissa omnem prorsus daturus operam et diligenciam effectivam; Nos, enim credimus quod possitis quovis tempore pro tam utili negotio Deo et toti christianitati utilius deservire.*

papal, sejais vistos logo nela, embora o excessivo trabalho tome conta de vós, aproximai-vos pessoalmente²⁵³ (Carta Régia, 04/09/1309, CAA, p. 884).

Afora isso, reforçou a importância da vitória contra os nazari para o comércio no Mediterrâneo, beneficiando, dessa maneira, não somente o reino de Aragão, mas toda a cristandade. Por isso, solicitou ao seu médico sua presença, na cúria pontifícia, juntamente com outros embaixadores aragoneses²⁵⁴, a fim de obter mais apoio financeiro à semelhante empreitada.

No início do sítio, as vantagens couberam aos aragoneses, que derrotaram as tropas granadinas. No entanto, em outubro, a situação já não era mais favorável devido aos ataques do rei de Granada, o qual reuniu 15.000 homens para enfrentar as forças aragonesas, o que gerou a perda de 2.000 guerreiros de Aragão (VALLVÉ, 1990, p. 184-185).

Já os castelhanos iniciaram a cruzada por via do bloqueio de Gibraltar, que caiu em setembro de 1309, depois eles voltaram sua atenção para Algeciras. Mas os habitantes de Ceuta, sitiada por Marrocos, por terra e mar, concluíram que os nazari não seriam capazes de suportar os ataques contra eles e, no dia 20 ou 21 de julho, renderam a cidade ao sultão do Marrocos. Diante disso, em vez de cumprir seu tratado com Jaime II, o sultão mudou de lado e chegou a um acordo separado com Granada. Em meados de setembro de 1309, os nazari renderam Algeciras e Ronda aos marroquinos, que, por sua vez, imediatamente, começaram a enviar tropas à península para defenderem-se contra os castelhanos. Desanimado com o rumo dos acontecimentos, em janeiro de 1310, Fernando IV retirou-se da guerra e negociou a sua própria paz com Granada. A coalizão tripla organizada contra Granada possibilitou que os

²⁵³ *Venerabili et provido viro magistro Arnaldo de Vilanova, dilecto consiliario et familiari nostro salutem etc. Iam nuper per aliam litteram nostram vobis scripsimus notificando vobis victoriam, quam in virtute Dei obtinuimus notificando vobis victoriam, quam in virtute Dei obtinuimus de perfides Sarracenis et requiringdo ac rogando vos ex parte Dei et nostra in universe christianitatis utilitatem [...] vobis presentibus intimamus, quod pro premissis et aliis negociis tangentibus supradictum mittimus de presenti ad dicti domini pape presentiam religiosum virum fratrem Petrum Marsilii de ordine Predicatorum et Fortinuum Martini militem de intentione nostra plenarie informatos. Cumque plurimum expediat, quod vos hac racione ad domini pape presenciam personaliter accedatis, dum inibi fuerint nostri nuncii supradicti, item iterato ex parte Dei et nostra et ob totius Christianitatis utilitatem providenciam vestram requirimus et rogamus, quantinus, nisi iam existatis in curia papali, ad eandem visis presentibus, licet vobis nimius labor incumbat, presonaliter accedatis.*

²⁵⁴ Irmão Pedro da Ordem dos Pregadores de São Marsílio e Fortúnio.

castelhanos conquistassem Gibraltar e, aos marroquinos, concedeu Ceuta, Algeciras e Ronda. Mas, até o mês de janeiro, o monarca de Aragão não conquistara Almeria (MARTÍNEZ SAN PEDRO, 1996, p. 578-560; MCVAUGH e CIFUENTES I COMAMALA, 1998, p. 19-20).

O cronista catalão Ramón Muntaner (1265 – 1336)²⁵⁵, ao descrever a empreitada contra Almeria, não mencionou os problemas enfrentados durante a retirada dos aragoneses. Pelo contrário, a ênfase recaiu nas vantagens para Jaime II, pois o inverno aproximava-se e, com a falta de apoio dos castelhanos, o resgate de muitos prisioneiros cristãos oferecido pelo rei de Granada tornou-se mais importante que a conquista da cidade de Almeria. Muntaner finalizou justificando o interesse de Jaime II em ampliar a fé católica. A campanha contra Granada aparece em várias crônicas castelhanas e aragonesas, todavia são mencionados brevemente tanto o cerco quanto o fracasso da empreitada. Na *Crônica* de Muntaner, só ressalta que o rei de Castela atacou Algecira, enquanto Jaime II sitiava Almeria, e que não tiveram êxito por não ser a vontade de Deus (RMC, capítulo 247).

A campanha militar durou quatro meses e, em 19 de dezembro, o rei de Granada propôs, em troca do rei Jaime II, levantar o sítio a Almeria, libertar os prisioneiros aragoneses e permitir o comércio entre os dois reinos. No início de janeiro de 1310, parte das tropas aragonesas já tinha retornado a Aragão. Após consultar seu conselho, o monarca decidiu, em 26 de janeiro de 1310, levantar o cerco e retornar a Valência, desistindo da empreitada (MCVAUGH, 1992, p. 202).

Em 1311, houve outra tentativa em conseguir auxílio do sumo pontífice Clemente V numa nova cruzada contra o reino de Granada. Não conseguindo o apoio papal, Jaime II encomendou a tradução do *Livro dos feitos*²⁵⁶, de seu avô, Jaime I, o Conquistador (1208 – 1276). Escrita originalmente em catalão, a obra ficava restrita ao reino, portanto, ao traduzi-la

²⁵⁵Escreveu *Crônica*, obra importante para conhecer-se o reinado de Jaime II, que sintetiza o período entre 1208 e 1328.

²⁵⁶Essa obra é um livro de memórias do monarca Jaime I de Aragão. No relato dos 63 anos de seu reinado, ele descreve as batalhas travadas no processo de expansão catalão-aragonesa, no Mediterrâneo, durante a guerra de reconquista. Entre os feitos descritos, destacam-se a conquista de Valência e de Maiorca.

para o latim, ter-se-ia um alcance maior. A divulgação dos feitos e conquistas de seu avô poderia contribuir para a defesa de seu projeto de cruzada.

A compreensão do *Regimen de Almeria* alude às circunstâncias e aos motivos de sua composição, ou seja, ao papel diplomático de Arnaldo de Vilanova na corte pontifícia de Avinhão, no pontificado de Clemente V (1305 – 1314), representando os interesses do rei aragonês a fim de obter apoio espiritual e financeiro ao projeto de conquista do reino muçulmano de Granada. Desde 1308, ele atuava como embaixador de Jaime II na corte pontifícia, solicitando apoio à cruzada contra Granada.

Durante o cerco, Arnaldo de Vilanova continuou sua representação dos interesses aragoneses na corte pontifícia de Avinhão. No entanto, em seu discurso, apresentou críticas à hierarquia civil e à eclesiástica da Igreja e às ordens mendicantes não apenas em seu nome, mas também no do rei de Aragão. Suas ideias ofenderam alguns cardeais que escreveram a Jaime II relatando o teor do discurso de Arnaldo, como na carta escrita em Avinhão, em 26 de outubro de 1309.

Quando recentemente, na presença do senhor sumo pontífice e de todo o colégio dos senhores cardeais, algumas coisas foram propostas por certo físico, o mestre Arnaldo, há uma que não deixa esconder a vossa posição elevada, [...] preocupamo-nos em expor e revelar as predições a um homem religioso, fiel servidor, amigo vosso e nosso irmão, Romeu, ministro da província de Aragão, a fim de que, por meio dele, possais ser informados plenamente sobre estas coisas e possais deliberar, de acordo com a razão, sobre o que se deve fazer²⁵⁷ (Carta Régia, 26/10/1309, CAA, p. 885).

No momento em que Jaime II vivenciou a derrota no cerco, graças à intervenção do rei de Granada, essa situação envolvendo o físico catalão o preocupou, pois temia perder o apoio da cúria pontifícia para sua cruzada. Participar de uma guerra já pressupunha momentos de tensão e preocupações. Ademais, havia o estado emocional do monarca, o qual enfrentava

²⁵⁷ *Cum nuper in conspectu domini summi pontificis et totius collegii dominorum cardinalium per quendam magistrum Arnaldum physicum aliqua fuerunt proposita, que vestram celsitudinem expedit non latere, ... predicta exponere et reserare curavimus religioso viro fideli servitori et amico vestre et nostro fratri Romeo ministro provincie Aragonie, ut per ipsum possetis de illis informari ad plenum et deliberare per consequens, quid agendum.*

uma derrota no campo militar e, ao mesmo tempo, a decepção e o temor gerado pela notícia a respeito do discurso de Arnaldo em Avinhão.

Em virtude disso, ele exigiu a presença de seu médico, em Almeria, no início de 1310, para explicar-se. Tal desavença marcou o início do rompimento das relações com o monarca de Aragão. Em 17 de janeiro de 1310, em carta enviada ao rei Frederico III, da Sicília, Jaime II informa-o da chegada do físico catalão em Almeria:

Para Vossa tranquilidade, informamos que chegou à nossa presença, no cerco à cidade de Almeria — que mantemos cercada para a confusão da gente bárbara —, nosso conhecido e amigo, o venerável Arnaldo de Vilanova, louvável pela sabedoria e pela conversação de vida, assim como o forte e discreto soldado Sancho de Aljuar, que colocou em nossas mãos duas cartas de vossa parte. [...] Pareceu de régia discrição remeter as presentes com o citado soldado e reter conosco, pelo necessário espaço de alguns dias, o mencionado mestre Arnaldo, a quem, no mais breve espaço de tempo, enviaremos infalivelmente a vossa presença com toda a mais correta informação sobre os preditos assuntos²⁵⁸ (Carta Régia, 17/01/1310, CAA, p. 886).

Quando lá chegou, encontrou o cerco quebrado e, o rei, desanimado. Ele permaneceu uma semana expondo uma versão editada de sua apresentação em Avinhão e negando as acusações que lhe foram feitas por alguns membros da corte papal. Contudo, não satisfeito, após o retorno de Arnaldo de Vilanova à Sicília, Jaime II escreveu ao papa Clemente V solicitando a confirmação do relato de seu médico. O acesso ao discurso apresentado pelo físico catalão gerou o rompimento entre o rei de Aragão e o seu médico e conselheiro. Em 24 de outubro de 1310, o monarca escreveu ao seu irmão Frederico III, que acolheu o físico catalão em sua corte, em Messina:

Enviamos nossos especiais escritos sobre estes assuntos para que, através da deliberação do conselho do Sumo Pontífice e demais senhores cardeais nossos amigos, chegue-lhes mais clara e plenamente ao conhecimento tão nefanda mentira sobre o dito mestre. [...] acreditamos que o dito mestre [esteja] contra nós, já que se excedeu tão gravemente em mentira manifesta contra vós, não prolongueis por mais tempo sua familiaridade. E, pois se vós sobre estes assuntos quiser desculpar-vos

²⁵⁸ *Serenitati vestre presentis leccione deferimus, ad nosram presenciam in obsidione civitatis Almerie, quam in confusionem gentis barbarice tenemus obsessam, virum venerabilem communem familiarem Arnaldum de Villanova sapiencia et vite laudabilis conversacione pollentem ac discretum Sancium de Aljuar militem, qui litteras duas ex parte vestra in manibus nostris obulit, pervenisse. [...] Visum est regie discrecionis examini remisso presentibus milite memorato quorum spacio necessario retinere, quem ad presenciam vestram omnisciorum negociorum predictorum significacione infra brevis temporis spacium infallibiliter transitemus.*

com o Senhor Papa, como nos parece, deveis fazê-lo completamente e sem demora, e prender também o supracitado mestre, por nós combateria completamente ao outro e por vossa honra, como estabeleci, até que nada ficasse a sua frente²⁵⁹ (Carta Régia, 24/09/1310, CAA, p. 891).

Na carta, o monarca de Aragão descreve Arnaldo de Vilanova como mentiroso e insiste que seu irmão Frederico III justifique-se com o papa Clemente V, rompa relações com o físico catalão e determine a sua prisão. Frederico III, porém, não atendeu ao pedido do seu irmão Jaime II, por isso, Arnaldo permaneceu em sua corte na Sicília, atuando como seu embaixador até a sua morte em 1311.

4.2 A atuação de profissionais de saúde em tempos de guerra

O planejamento de uma campanha militar envolve uma estratégia de guerra. Na expedição contra Almeria, além do recrutamento de homens, necessitava-se também de cavalos e de organizarem-se as provisões de alimentos, armas, medicamentos para a viagem e para o cerco. Semelhante organização requeria financiamento por parte dos aragoneses. Os habitantes de Valência auxiliaram o monarca na empreitada e forneceram para tal cem mil soldos de Barcelona²⁶⁰ (Carta Régia, 14/07/1309, CDC, p.79).

Existia a preocupação, por parte da administração militar responsável pela organização dessa expedição, em conseguir animais equestres tanto para o combate quanto para servirem de montaria a alguns dos integrantes da corte. Numa época de expansão militar por conquistas e colonizações de terras, os cavalos eram uma ferramenta essencial para a guerra e para o prestígio do cavaleiro. Nota-se, pois, a necessidade de adquiri-los, primeiro,

²⁵⁹*Habito cum deliberacione consilio domino summo pontifici et quibusdam domini cardinalibus amicis nostris super hiis direximus specialia scripta nostra, ut eis de dicti magistri tam nephando mendacio clarius et olenius innotescat. [...] Unum tamen scribere obmitere non vidimus, quod iam in nos sumpsimus, quod contra vos, tam graviter manifesto mendacio sic excessit, familiaritatem eius ulterior [non] prolongetis. Et enim si vos de hiis domino summo pontifici vos volneritis excusare, quod nobis visum est, per vos tataliter debere fieri absque mora, et prefatum magistrum interim retineretis familiarem, nobis immo alii nimium repugnaret et honori vestro ac statui nullatenus expidiret.*

²⁶⁰*Jacobus et cetera. Fideli suo porterio Arnaldo Cortit, salutem et gratiam. Dicimus et mandamus vobis quatenus illam peccunie quantitatem quam fidelis sirurgicus noster Guillelmus Corrigiarii, civis valencie, solvere debet in illis centum mille sol. Barchn.*

para a cavalaria e, depois, como animais de carga. Nas frequentes ordens emitidas pela chancelaria régia, constata-se que aqueles que deixassem de servir as fronteiras deveriam fornecer seus cavalos para que outros os utilizassem em seu lugar. Esses animais com destino militar eram taxados por oficiais destinados especificamente a essa função que se encarregavam de compensar economicamente aqueles que haviam perdido sua montaria, servindo militarmente ao rei com uma quantidade previamente estabelecida, proveniente dos subsídios das cortes do reino. Os melhores eram de sela, utilizados principalmente pela nobreza, na batalha, o que figurava como símbolo da sua situação econômica e social (GÓMEZ, 2006, p. 302 - 303).

No caso do cerco em exame, há registro da compra dos cavalos, do número e do estado dos animais trazidos em campanha. A maioria foi levada por seus proprietários; os outros foram fornecidos pelo rei aos membros da sua comitiva, o qual se responsabilizou pelo pagamento para qualquer súdito que fornecesse cavalos para a guerra.

Após a campanha, repara-se a preocupação em pagar pelos animais que foram fornecidos e morreram durante o cerco. Nas cartas, além do valor, descrevia-se o animal e, normalmente, destacavam-se a cor dos pelos e alguns detalhes como manchas.

Devemos dois mil e quinhentos soldos de Barcelona a nosso fiel cirurgião Bartolomeu de Fonte²⁶¹, pela compra de um cavalo de pelo marrom que dele compramos e demos ao mestre intendente de nosso conselho, Pedro Boyl, como reposição de outro cavalo seu que foi exaurido a nosso serviço durante a viagem que trouxe nosso cavalariaço a Almeria.[...] Pedro Geronese, da família do nobre Bernardo de Cruilles, em vosso retorno da última viagem a Almeria na qual fostes conosco, um cavalo de pelo castanho-avermelhado, com as canelas das patas dianteiras e da pata traseira direitas brancas, o qual conduzistes em nosso serviço durante a viagem, foi vencido pela fraqueza ao longo do caminho, logo após dois dias foi conduzido ao estábulo de pedra talhada, e aí mesmo morreu de morte natural. Suplicando que, a respeito de tal cavalo, nos dignamos a comprá-lo em nome da bondade do rei²⁶² (Cartas Régias, 17/06/1310; 26/10/1310, CDC, p. 101 e 105).

²⁶¹Natural de Valência.

²⁶²*Cum per Curiam mostram debeantur fideli cirúrgico nostro Bartholomeo de Fonte duo millie quingenti sol. Barchnn. Pro precio cuisdam equi de pilo bruno quem abe o nunc emimus et dedimus magistro rationali Curie nostre, Pedro Boyl, in emenda alterius equi sui qui fuit affollatus in servicio nostro in viagio Almarie quem tradidit cavallaricio nostro. [...] Quia vos, Petrus Feronessii, de família nobilis Bernadi de Crudillis, asseruistis coram Nobis quod in reditu vestro a pretérito viagio Almarie in quo fuistis Nbiscum in família dicti nobilis, quidam equus de pilo rucio sive bruno cum talonibus pedum anteriorum ac pede dextero exteriori albis quem in*

Outra preocupação por parte dos responsáveis pelo gerenciamento da expedição foi a organização de um estoque suficiente de alimentos para abastecimento, principalmente grãos. Assim, em uma convocação datada de 21 de maio de 1309, além de ressaltar a importância dos recursos alimentares para a guerra, Jaime II solicitava a vários habitantes da cidade de Lérida, em forma de empréstimo, o fornecimento de grãos para o cerco, o que deveria ser entregue ao tesoureiro real, Pere Marc. Além disso, pedia, ao invés de dinheiro, o fornecimento, no mesmo valor, em grãos²⁶³. Em junho de 1309, Pere Foces, comprador do rei, adquiriu sal, açúcar, melões, vinho branco e tinto, carne salgada e azeite para abastecer a galera de D. Jaime II²⁶⁴ (Cartas Régias, 21/05/1309; 06/1309, CDC, p. 77-78).

A organização da campanha militar exigia o recrutamento de guerreiros, dos cortesões que acompanhavam o rei, como os escrivães, notários, camareiros, copeiros, cozinheiros, e também os profissionais²⁶⁵ da saúde para cuidarem do monarca e dos feridos em batalhas. No momento de organizar a expedição contra Granada, na primavera de 1309, uma das principais providências foi a convocação das tropas para participarem do cerco a Almeria. A delegação que acompanhou Jaime II era composta por nobres catalães, aragoneses e valencianos — cuja atuação era destinada ao combate — e também por homens recrutados diretamente pelo monarca com seus próprios recursos e que estavam à sua disposição (SAÍZ SERRANO, 2003, p. 99-100).

nostro, servicio in ipso viagio duxistis, fuit itinerando infirmitate superatus sic quod infra duos dies postquam reductus fuit ad locum de Petrascisa morte naturali decessit ibidem, suplicando ut de dicto équo vobis emendam de benegnitare regia facere dignaremur.

²⁶³ *Jacobus et cetera... Cum ratione felix expeditionis presentis viagii quod, actore Domino, ordinavimus facere cum armata mostra contra Regem Granate et terram ac gentes suas copia victualium multum sit Nobis necessaria de quibus poterit per vos Nobis in parte aliqua ut intelleximus mutuo subveniri, ideo vos affectuose requirimus et rogamus quatenus subveniat Nobis mutuo de illa maiori bladi qua poteritis quantitate quam nomine [...] Arduvino, apothecario, civil Llerde, qui concesserat mutuare duos mille sol. Barchn., quod mutuet maiorem bladi quam poterit quantitatem quam tradat predictis qui assignabunt ei et credat eis.*

²⁶⁴ *Done a.n Pee Foçes, comprador del senyor Rey, per rahó de salses, çucre, amelons, vi blanch e vermell, carn salada e oli que ara compra a ops de la galea del Senyor Rey.*

²⁶⁵ Além dos guerreiros e médicos, a campanha militar necessitava de outros profissionais, como os cortesãos que faziam parte da corte do rei, e também de artesãos que atuavam em diferentes áreas, como construção, tecelagem, madeira e, sobretudo, metalurgia para fabricar armamentos.

Muitos nobres e profissionais convocados foram dispensados antes do início da viagem. A principal justificativa era por estarem doentes. Foi o caso de Ferrer de Lizana, que foi liberado pelo rei ao saber de sua enfermidade, mesmo já tendo organizado cavalos e armas para Lizana servir em Almeria²⁶⁶ (Carta Régia, 06/06/1309, CDC, p. 78).

Destarte, Jaime II estava ciente da necessidade de ter, em suas campanhas, assistência médica²⁶⁷ adequada com a convocação de físicos, boticários, cirurgiões, barbeiros e menescais. A documentação do arquivo da Coroa de Aragão comprova a presença desses profissionais de saúde em suas expedições para Múrcia (1296 - 1300), Sicília (1298 - 1299) e Montfalcó (1302), bem como para Almeria (1309-1310).

Esses profissionais viam a guerra como um laboratório de aprendizagem. Ainda que estivessem cercados por barbeiros e boticários, os membros da família real aragonesa dependiam da grande influência de físicos e cirurgiões no regime de vida, no tratamento de suas enfermidades e nas campanhas militares (FERRAGUD, 2007, p. 109).

Nota-se, ainda uma preocupação, por parte dos organizadores da expedição, com quesitos atinentes ao ofício médico. Os pagamentos visavam aos preparativos para a viagem, permitindo aos profissionais de saúde obterem o que fosse necessário para levarem a cabo as suas funções. Nesse sentido, em convocação direcionada ao cirurgião régio Berenguer Sarriera, o tesoureiro régio, Pere Marc forneceu-lhe dinheiro para que ele comprasse os instrumentos e medicamentos necessários à realização de seu ofício durante o cerco a Almeria, todavia não listou os produtos²⁶⁸. Porém, em outra carta, destinada ao cirurgião

²⁶⁶*Dilecto suo, Ferricio de Lizana, salutem et dilectionem. Licet mandavissemus parari vos cum equis et armis em aliis apparatus vestris ad eundum in servicio nostro in presenti armata quam facimus contra Regem Granate et gentes suas, tamen, quia intelleximus vos adeo fore aliqua infirmitate gravatum quod comode non possetis ire in armatam predictam, ideo volumus et placet Nobis quod remaneatis a dicto viatico vosque ex causa premissa excusatum habemus.*

²⁶⁷ A presença de médicos no exército tornou-se mais constante. Desde o início do século XIV, a compreensão de uma campanha militar pressupunha a análise da presença de físicos e boticários e, principalmente, de profissionais com mais experiência nas necessidades da vida militar: os cirurgiões, os barbeiros e os menescais.

²⁶⁸*Dicimus et mandamus vobis quatenus de pecúnia Curie nostre que est vel erit penes vos detis et solvatis fidei cirurgio nostro Berengario de Riaria vel cui voluerit loco sui mille sol. Barchm. Pro precio aliquarum rerum*

Bartolomeu Safont, além de haver a informação de que seria fornecido um cavalo para ele participar da campanha militar, Marc pagou-lhe 400 soldos para adquirir unguentos, emplastos, tecidos e todo o material necessário à realização de seu ofício²⁶⁹ (Cartas Régias, 08/05/1309; 15/07/1309, CDA, p. 76-77; 80).

Entre os séculos XIII e XIV, a Europa medieval vivenciou o aumento da preocupação com os feridos nos campos de batalha e com a criação de um sistema organizado de atendimento. Nesse processo, recuperou tradições antigas que eram correntes na civilização greco-romana e que se conservaram entre os bizantinos e os árabes. Foi uma recuperação, mas com influências do contexto social do medievo enriquecido com o contato, especialmente o árabe. Antes desse período, os reis tinham seus próprios médicos que geralmente os acompanhavam nas batalhas. Já os soldados, quando preciso, tinham que pagar pelos serviços dos cirurgiões que, às vezes, podiam contar com a ajuda de monges e mulheres. No entanto, no final do século XIII, os guerreiros poderiam esperar, durante e após a batalha, um serviço médico mais organizado e contratado pelos monarcas para atender a todos que os serviam na guerra (CIFUENTES I COMAMALA, 2009, p. 19).

Os monarcas desvelavam-se para a criação de um esquema ordenado de assistência médica aos feridos em batalha. Durante o reinado de Jaime II, entretanto, ainda não havia um sistema de seleção realizada por seus físicos e cirurgiões para a escolha dos profissionais²⁷⁰ que o acompanhariam. Em ordens de pagamento feitas pelo tesoureiro do rei D. Jaime II, encontram-se quantias adiantadas para físicos, cirurgiões, barbeiros, boticários e menescais. A sua análise fornece-nos os nomes desses profissionais que integraram tal campanha militar.

suo officio necessariorum quas emit ad opus viagii quod, Domino concedente, nunc facturi summus ad partes Granate contra fidei inimicos, quibus sibi solutis, recuperetis ab eo presentem literam cum apocha de soluto.

²⁶⁹*Solvatis etiam ei quadringentos sol. dicte monete pro conficiendis et emendis unguentis, emplastris, stuppa sauciis et quibusdam aliis necessariis ad opus officii sui.*

²⁷⁰No reinado de Pedro IV (1336 - 1387), o recrutamento desses profissionais era realizado por intermédio de uma seleção feita por uma comissão chefiada pelo físico do rei.

Quadro 4 – Profissionais da saúde no cerco a Almeria

Profissão	Profissionais	Cidade de origem
Cirurgiões	1.Berenguer Sarriera 2.Bartolomeu Safont 3.Bernat de Pertegas 4.Domingo de Perpinya 5.Ferrer Moragues 6.Arnaldo Metge 7.Domingo de Cosco 8.Andreu Bric	1.Girona 2.Valência 3.Sant Celoni 4.Perpinyà 5.Valência 6.Morella 7.Alcolea de Cinca 8.Alcolea de Cinca
Barbeiros	1.Bernat de Desprat 2.Ferrer d’Espina 3.Juan Garcés 4.Peron Martinez 5.Bartolomeu de Naam	1.Manresa 2.Manresa 3.Osca 4.Osca 5.Manresa
Físicos	1.Joan Amell 2.Martin de Calça roja 3.Azarías Abenjacob (judeu)	1. Valência 2. Valência 3.Saragoça
Boticários	1.Ramon Bonifai 2.Guillem Jordà	1.Tortosa 2.Barcelona
Menescais	1.Arnau Cirera 2.Diego Pérez	1.Ceret 2.?

Fonte: Cartas (documentos de Almeria), p. 75 – 128.

Pela análise do quadro, identifica-se a proporção no número de profissionais convocados: oito cirurgiões e cinco barbeiros e somente três físicos, dois boticários e dois menescais. Todos atuavam em Aragão. Além dos físicos Joan Amell e Martin de Calça Roja²⁷¹ que atendiam a família real e, normalmente, acompanhavam o rei nas batalhas, nota-se também a presença do físico judeu Azarías Abenjacob²⁷². O grande número de convocações de cirurgiões e barbeiros devia-se ao fato de serem profissionais cujo ofício — ligado aos cuidados com fraturas, feridas, abscessos e enfermidades de caráter externo — tornava-os indispensáveis ao tratamento dos feridos no campo de batalha.

Assim, desde o século XIII, os monarcas foram para a guerra na companhia de um número de indivíduos comprometidos com a saúde humana e com a dos animais (físicos, cirurgiões, barbeiros, boticários e menescais). Nas batalhas, fazia-se presente um sistema bem

²⁷¹Físicos da família real aragonesa de 1305 a 1327.

²⁷²Físico judeu de Saragoça.

disposto de cuidados médicos não mais apenas como privilégio da elite, mas também estendido a preservar a saúde de todo o exército.

Os boticários como Ramon Bonifai e Guillem Jordà²⁷³ eram profissionais que lidavam com duas categorias de medicamentos: simples ou plantas medicinais (às vezes, alguns produtos de origem animal ou mineral também eram incluídos) e compostos (feitos a partir de uma mistura de ingredientes, cada um desempenhando sua função no corpo: aquecer, abrir, amadurecer). No caso dos remédios simples, o boticário deveria ser capaz de identificar uma planta por seus nomes técnicos. Quanto aos medicamentos compostos, ele deveria conhecer quais ingredientes poderiam produzir os efeitos desejados, sozinhos ou em combinação, e tinha que misturá-los em proporções e de maneira corretas. Logo, seu trabalho pressupunha o conhecimento especializado em Medicina e, também, na preparação de remédios (MCVAUGH, 1993, p. 116 - 117).

Normalmente, seu trabalho envolvia a confecção de unguentos, xaropes, cataplasmas, emplastos, eletuários, clisteres, colírios, opiatas²⁷⁴, dentifrícos²⁷⁵, ceratos²⁷⁶, sahumérios²⁷⁷, remédios em pó, em pílulas ou líquidos fervidos. Para o preparo desses medicamentos, precisavam ter conhecimento a respeito das teorias médicas, pois, assim, eram capazes de ler e interpretar as receitas prescritas pelos físicos. O exercício dos ofícios médicos complementava-se, mas cada profissional, como o físico, o cirurgião e o boticário, tinha as áreas de atuação bem definidas, sem invadir o campo do outro (GARCIA-BALLESTER, 2001, p. 571; 579).

Nesse sentido, a participação de físicos, boticários e cirurgiões, nos campos de batalhas, é explicada pela necessidade de atuação e colaboração, em conjunto, desses profissionais. O cirurgião, ao cuidar das feridas, necessitava dos medicamentos que eram

²⁷³ Não constam dados sobre os boticários.

²⁷⁴ Espécie de eletuário cuja composição resulta da mistura de pós com ópio, xarope ou mel.

²⁷⁵ Produto utilizado para limpar os dentes.

²⁷⁶ Remédio feito a partir da mistura de cera e azeite.

²⁷⁷ Ervas aromáticas utilizadas para queimar e, assim, perfumar ou purificar o ar.

confeccionados pelos boticários que, por sua vez, só poderiam prepará-los com base nas recomendações dos físicos.

A partir do século XIII, sucedeu a disseminação de tratados cirúrgicos, escritos em latim nas escolas italianas e que, nesse contexto, foram traduzidos e adaptados numa linguagem mais acessível. A obra que fornecia os ensinamentos indispensáveis à prática cirúrgica na Coroa de Aragão e, conseqüentemente, era seguida pelos cirurgiões durante as campanhas militares era a *Chirurgia*²⁷⁸, de Teodorico Borgognoni (1205 - 1298). No inventário de bens de Arnaldo de Vilanova, existe uma cópia desse escrito em sua biblioteca. Entre as obras cirúrgicas que circulavam em Catalão, incluem-se duas versões desse escrito, feitas na primeira década do século XIV. Trata-se de uma das obras mais representativas da cirurgia que, graças a essas versões, passou a ter um papel de liderança na formação de cirurgiões catalães, praticantes da cirurgia na Coroa de Aragão, tanto na vida civil quanto na guerra (CIFUENTES I COMAMALA, 2011, p. 850-851).

A partir do século XIV, esses cuidados médicos, em tempos de guerra, foram mais retratados na documentação. A partir dos registros arquivados de casos cirúrgicos na Coroa de Aragão, o trabalho de um cirurgião abrangia o tratamento de ferimentos da cabeça, tronco ou membros, mas os registros identificam também outras queixas específicas, tais como cálculo na vesícula e hérnia. Em casos extremos, chamar um cirurgião, automaticamente, evocava temores de dor e perigo devido à lanceta ou ao cautério. Os médicos, conseqüentemente, insistiam para que seus métodos não fossem necessariamente agressivos. Jaime II contratou o cirurgião Guillem de Valls para cuidar do rosto do infante Ramon Berenguer somente depois que aquele assegurou ao rei que ele poderia trazer a cura sem cortar ou queimar (MCVAUGH, 1992, p. 158 - 159).

²⁷⁸ Os dois primeiros livros discutem a causa e o tratamento de feridas e úlceras, fraturas e deslocamentos. O Livro III cobre não somente o tratamento cirúrgico de tumores, abscessos e hemorróidas, mas também a cura de problemas dermatológicos (como queimaduras, sarna, escrófula, lúpus, sardas) e doenças como lepra. No Livro IV (final), Teodorico descreve o tratamento puramente médico (com drogas ou, ocasionalmente, sangria) de dor de cabeça, oftalmologia, gota, paralisia e epilepsia.

Tradicionalmente, os barbeiros trabalhavam unicamente com a vertente higiênica, lavando, cortando e penteando os cabelos e fazendo as barbas. No entanto, com o tempo, incorporaram a seu ofício o exercício de pequenas operações de cirurgia, como a sutura de feridas e, sobretudo, a flebotomia ou sangria terapêutica. Esse profissional exercia uma ocupação que contribuía para manter a saúde — enquanto fazia a limpeza, dedicava-se também à extração de dentes (FERRAGUD, 2007, p. 111).

Eram trabalhos urbanos e esses profissionais adquiriam o conhecimento de seu ofício pela prática. Normalmente, atuavam cuidando de atividades ligadas à higiene, mas, na participação de uma campanha militar, tinham a possibilidade de exercer outro aspecto de sua profissão: a parte de caráter médico, como a sangria, e, alguns procedimentos cirúrgicos menores, como os cuidados com as feridas. Na campanha de Almeria, alguns barbeiros estavam servindo como substitutos de outros profissionais²⁷⁹. (Carta Régia, 16/08/1309, CDC, p. 80 - 81)

Ao viajarem para Almeria, alguns desses profissionais cediam seu local de trabalho para outro barbeiro atuar até a sua volta. A maior preocupação deles era com a proteção de seus instrumentos de trabalho. Nesse sentido, Bartolomeu de Naam comprometeu-se em gerir e em administrar a oficina do barbeiro Ferrer d’Espina durante sua ausência e declarou, ainda, que todos os instrumentos de ofício presentes no local pertenciam a d’Espina. Desse modo, cita as navalhas, bacias e aventais²⁸⁰ (Carta Régia, 21/07/1309, CDC, p. 81).

²⁷⁹*Bernardus de Prato, barbitonsor Minorise, per firmam et legalem stipulacionem prometo vobis, Guillelmo Artusii, quod ego ibo nunc [pro vobis] in presenti armata quam dominus Rex facit et facere proponit in regnum Granate contra fidei catholice inimicos et quod ibi erro in servicium domini Regis et vestri contra ipsos inimicos fidei per unum annum proxime venturum et completum, [incessanter] obdevocionem vestram et remissionem pene et culpe per Summum Pontificem concessam euntibus et transmitentibus in dicatam armatam [...]*

²⁸⁰*Bartholomeus de Naam, barbitonsor, confiteor vobis Ferrario de Spina, barbitonsori Minorise, quod ego sum et erro in [affirmatio] operatório vestro barbitonsorie et quod omnia rasoria, bacini in mandilia et omnia operimenta habenti operatori vestri sunt vestra et nichil juris habeo in [discessio], quod operatorium cum suis operimentis michi contradastis regendum et gubernandum ad medietatem lucri dum vos fueritis in presenti viatico quod dominus Rex nunc facit in regno Granate contra fidei catholice inimicos in quo viatico vos nunc Deo volente proponitis proficisci.*

No século XIV, os barbeiros reconheceram as crescentes oportunidades como práticos de Medicina na sociedade e, por isso, incorporaram cada vez mais o cuidado médico como parte de sua profissão²⁸¹. Na década de 1340, esses profissionais tinham se voltado muito mais plenamente a uma parte da vida médica do que o fez uma geração anterior. A entrada fácil para essas profissões talvez explicasse sua precoce união em fraternidades livres, por intermédio das quais poderiam representar-se no governo municipal, como em Barcelona. Em Valência, os barbeiros foram os mais numerosos práticos em saúde e, em 1283, estavam organizados em uma das quinze confrarias cívicas — a irmandade dos barbeiros foi suprimida no início do reinado de Jaime II, assim como outras, mas foi lhe dado um novo alvará em 1311 (MCVAUGH, 1993, p. 125).

A guerra era uma escola prática para os cirurgiões, fornecendo-lhes possibilidade para o exercício da profissão e experiência, sobretudo para os jovens que ainda não tinham uma posição e uma clientela estável. Em alguns manuais cirúrgicos, visualizavam a figura do "homem ferido", útil para a aprendizagem. Desta feita, para esses profissionais, a guerra, ao mesmo tempo em que representava uma situação delicada devido à quantidade de feridos para cuidarem, era também o local eficaz para eles exporem o valor dos seus conhecimentos e aprimorarem suas habilidades (CIFUENTES I COMAMALA, 2009, p. 20; 2011, p. 856).

A Medicina castrense remonta à Antiguidade romana, quando, nos exércitos, havia médicos que, nos acampamentos, cuidavam dos feridos. Curar os enfermos era uma necessidade para reporem-se os homens no campo de batalha. Após o assentamento do acampamento, era montado um centro médico de campanha, com seus profissionais, sobretudo cirurgiões e barbeiros, seus ajudantes e o corpo de maqueiros que, durante as batalhas, recolhiam os feridos, principalmente os que não podiam andar sozinhos. Nos combates, as lesões mais comuns, devido à proteção de parte do corpo com escudo, eram na

²⁸¹Esse processo começou na primeira metade do século XIV, quando barbeiros começaram a assumir o papel de cirurgiões, mudando ou acrescentando a definição de seu ofício de barbeiro para cirurgião ou cirurgião-barbeiro.

cabeça, face, garganta, no ombro direito e nas pernas. Além disso, durante os cercos, na tentativa de escalar os muros de uma fortaleza ou da cidade, eram frequentes as queimaduras ou feridas motivadas pelo lançamento de pedras. A cabeça, os braços e as pernas eram as partes do corpo mais vulneráveis a golpes de diferentes armas: espada, machado, arcos, bestas, lanças e pedras (BARBOSA, 2012, p. 10-12).

Normalmente, além das lesões causadas no combate com espada, eram comuns os ferimentos devido aos ataques com flechas²⁸² ou, em casos de cercos, com pedras. No *Livro dos feitos*, figuram vários relatos²⁸³ de feridos nas batalhas comandadas pelo monarca Jaime I, o Conquistador (1213 - 1276). Em geral, uma vez realizados os primeiros socorros, aqueles que estavam machucados eram conduzidos a um abrigo no acampamento, onde poderiam se recuperar longe da batalha²⁸⁴. (JLF, capítulos 64, 173, 435)

Os cirurgiões e barbeiros, que estavam próximos da maioria dos lutadores, cuidavam das fraturas e luxações e, mormente, dos ferimentos provocados por dardos de besta, os quais, devido à sua capacidade de penetração e à extração difícil, causavam feridas mais sérias. Em casos como esses, os cirurgiões deviam utilizar a criatividade e a experiência a fim de retirarem as flechas sem causar mais danos e, muitas vezes, as dificuldades faziam com que eles deixassem a flecha no local. O perigo de sangramento, gangrena e, ainda, os casos de ferimento na cabeça²⁸⁵ costumavam gerar um prognóstico mais grave. (JLF, capítulo 266)

²⁸²Jaime I, no capítulo 435, relata: “*Enquanto nós começávamos a acampar, os sarracenos saíram. Imediatamente, os do nosso acampamento disseram: Senhor, estão atirando fortemente flechas e pedras contra nós, e homens e animais estão feridos [...]*”

²⁸³No *Livro dos feitos*, capítulo 64, lê-se: “— Dom Guilherme de Mediona, por que saístes da batalha? Ele respondeu: — Porque estou ferido. Pensamos que estava ferido de golpe mortal no corpo. E perguntamos: — E como estais ferido? — De uma pedrada que me deram acima da boca — ele respondeu. Então, pegamo-lo pelas rédias e lhe dissemos: — Retornais à batalha, pois, com tal golpe, um bom cavaleiro deve se irritar e não sair da batalha”.

²⁸⁴Em relação aos cuidados de feridos, Jaime I descreve no *Livro dos feitos*, capítulo 173, o procedimento realizado num cavaleiro golpeado por flecha: “Disse-nos um escudeiro: — Senhor, Dom Bernardo Guilherme está ferido por uma flecha na perna. Nós respondemos: — Trazéis estopa da hoste e retirais a flecha. Nós mesmos fizemos isso, a retiramos e colocamos estopa com água e atamos a ferida com um pedaço de camisa de um escudeiro. Depois de atarmos a ferida, rogamos-lhe que retornasse para a hoste, pois nós o aconselharíamos e o protegeríamos até que estivesse melhor”.

²⁸⁵No *Livro dos feitos*, capítulo 266, encontra-se outro relato sobre ferimentos em batalha: Nesse momento, um besteiro atirou em nosso chapéu de sol, acertando em nossa cabeça com a seta, perto de nossa testa. Porém, como

A primeira preocupação era limpar a ferida com água ou vinho. Em seguida, dependendo do tamanho, o ferimento era costurado. E, antes de envolver-se um tecido, costumava-se colocar um emplastro que visava principalmente auxiliar na cicatrização. Nessa etapa, era essencial o trabalho dos boticários que eram os responsáveis pela confecção desses medicamentos.

Pela correspondência de Almeria, identificam-se vários ingredientes encomendados por Jaime II, antes e durante o conflito. Por conseguinte, além dos que já tinham sido levados, no final de agosto de 1309, identifica-se o pedido de mais medicamentos com o preço que o tesoureiro do rei, Pere Marc, comprara de Pedro Jutge, boticário de Barcelona, para serem conduzidos a Almeria: 23 libras (10, 4 kg) de drágeas em pó (138 soldos); 20 libras (9, 07 kg) de *batafalua confita*²⁸⁶ (100 soldos); 37 libras (16, 7 kg) de *pinyonat*²⁸⁷ (167 soldos); 20 libras (9, 07 kg) de *codonyat*²⁸⁸ (100 soldos); 9 libras de *açúcar rosado* (54 soldos); 27 marzipãs²⁸⁹ (8 soldos)²⁹⁰. Durante o cerco, em setembro de 1309, ele solicitou novamente ao seu tesoureiro, Pere Marc, em Barcelona, que comprasse e enviasse imediatamente a Almeria mais medicamentos²⁹¹ (Cartas Régias, 08/1309; 13/09/1309, CDC, p. 83 e 85).

Em janeiro, ainda durante o cerco, foi autorizado o pagamento, no valor de trezentos e cinquenta e seis soldos, ao sobrinho do boticário de Barcelona, Pedro Judicis, pela compra de

Deus não quis que a transpassasse, mas metade da ponta da seta ficou em nossa testa. Nós, com a ira que tivemos, pegamos de tal maneira a seta que a quebramos, de forma que escorreu sangue por nossa cara, e, com o lenço de seda que portávamos, limpamos o sangue e permanecemos sorrindo para que a hoste não desanimasse. Em seguida, entramos na tenda onde repousávamos e o nosso rosto e os nossos olhos incharam, de forma que o olho, na parte em que estávamos feridos, ficou obstruído por quatro ou cinco dias.

²⁸⁶Anis cristalizado.

²⁸⁷Pinhão.

²⁸⁸Doce de marmelo.

²⁸⁹Massa de amêndoas.

²⁹⁰*Item done per los conflits dejús scripts, los quals tramís al senyor rey a Almeria [per] letra que.l dit senyor rey me tramés, e portá.Isli martín Acnar, correu de la Cort, ço és, per . XXIII. lbr. De drágea em pols, . C.XXX.VIII. sol.; item per .XX. lbr. De batafalua confita, .C. sol.; item per .XXX.VII. lbr. De pinyonat, .C.LX.VII. sol.; item per .XX. lbr. De codonyat desnoe, .C. sol.; item per .IX. lbr. de rosada novela, .LIII. sol.; item per .XX.VII. marçapans, . VIII. Sol.; E axí costen les dits confits ab les altres coses, los quals compram d'em Pere Jutge, apothecari de Barcelona.*

²⁹¹*Fideli thesaurario suo Petro Marci et cetera. Mandamus et decimus vobis quatenus visis presentibus ematis seu emi faciatis ac fieri confecta infrascripta in quantitativis infrascriptis, videlicet viginti lbr. De dregea in pulvere; item viginti lbr. De batahalua confita; item .XX. lbr de pinyonada in decem bustiês; item .XX. lbr. De codonyat in pociis seu tauleris; que omnia Nobis quam citius poteritis transmitatis.*

alguns medicamentos: quatro caixas de *gengibre* (124 soldos e 100 denários), sete libras e nove onças (3, 43 kg) de *gengibre* (72 soldos), nove libras (4, 82 kg) de *festuchs confits*²⁹² (61 soldos), quatro libras e meia (2, 04 kg) de *pinyons*²⁹³ *confits* (18 soldos), quinze libras e nove onças (7, 05 kg) de *açúcar rosado* (78 soldos e 9 denários)²⁹⁴ (Carta Régia, 30/09/1309, CDC, p. 104).

Durante o cerco em estudo, alguns guerreiros foram dispensados por estarem doentes. Em outubro de 1309, o nobre Tomás Pesor foi desobrigado de permanecer em Almeria por causa de uma grave enfermidade nas pernas e nas tíbias e, assim, pôde voltar a Valência²⁹⁵. Há também o caso de Joan de Hanau, um dos funcionários da corte da rainha, que, por estar enfermo, foi dispensado, e autorizado ao mensageiro realizar-lhe o pagamento enquanto se recuperava em Valência²⁹⁶. O cavaleiro Gascón Eximén de Ayerbe adoeceu durante a campanha e os médicos recomendaram que ele retornasse ao reino para cuidar da saúde.²⁹⁷ São resgistrados vários casos de cavaleiros ou cortesãos feridos durante o cerco, inclusive, havia a atenção régia em conseguir lugares para esses enfermos serem cuidados²⁹⁸ e até mesmo a autorização para o pagamento de soldos e o fornecimento de recursos para voltarem e recuperarem a saúde em seus lares²⁹⁹. Em nenhuma das cartas, entretanto, menciona-se a

²⁹²Pistaches.

²⁹³Pinhão.

²⁹⁴*Fuit mandatum Romeo Geraldii, thesaurario, quod solvat Huguetto, nepoti Petri Judicis, apothecarii barchinone, trescentos quinquaginta sex sol. Et septem dnr. Pro rebus sequentibus, videlicet: pro quatuor capces de de gigebrat, [.C.XXIV. sol.. et .X. dnr.; item pro .VII. lbr. Et .IX. unciis de gingebrat, .LXX.II. sol.]; item pro .IX. lbr. De festuchs confits, .LX.I. sol.; item pro quatuor lbr. Et media de pinyons confitss, .LXX.VIII. sol. ;item pro quidecim lbr. Et .Ix. unciis de sucre rosat, .LXX.VIII. sol. .IX. dnr. Que omnia Johannes de Sentlis, de Cameraa mostra, pro nobis emita b ipso Huguetto, et facta solucione et cetera.*

²⁹⁵*Cum Thomasius Pesori, lator presentium, de familia Johannis de Rochafort, dilecti militis nostri, propter infirmitatem quam patitur gravem in crure et tibia redire habeat apud Valenciam.*

²⁹⁶*Fuit mandatum dicto enrricho de Quintavalle quod provideat Johanni de Hanau, de Domo domine Regine, qui infirmus est, in expensis quas facit quamdiu remanere habuerit Valencie, dando ei pro qualibet die duodecim denaios regalium Valencie.*

²⁹⁷*Cum dilectus miles noster Guasco Eximen de Ayerbe infirmatus in exercitu nostro apud obsidionem civitatis Almarie de consilio medicorum ad partes nostri dominii ut citius restituatur pristinae sanitati accedat.*

²⁹⁸*Cum jacobus de Castro, Curie nostre cursor, in exercitu nostro infirmitatem incurreat ita graven quod si ibidem remaneret sibi fortassis propterea mortis periculum imineret et, ideo, ad locum Turolii accedat ut curetur ab infirmitate inibi supradicta.*

²⁹⁹*Cum Vannus Gatarelli de Pisis, familiaris et devotus noster, fuerit in exercitu nostro gravi infirmitate detentus qua adhuc vehementer concucitur, et propterea ad propria de voluntate mostra accedat ad presens, et Nos cum propter servicia que prestitit Nobis et in futurum prestare poterit in negociis que scitis [...]*

doença ou o tipo de ferimento. Só se especifica tratar-se de uma enfermidade grave (Cartas Régias, 12/10/1309; 14/10/1309; 10/11/1309; 01/12/1309, CDC, p. 87, 88, 90).

O monarca concentrava-se em conseguir local para os feridos repousarem até poderem retornar a Aragão. Para tal, solicitou a mosteiros e conventos que servissem como abrigo e que os golpeados fossem tratados nos hospitais até a recuperação. Em alguns casos, os religiosos recusaram-se a receber os enfermos, o que justifica o pedido insistente de Jaime II:

Entendemos, por parte dos jurados e dos homens da cidade de Valência, pois como aconteceu desviar para vós alguns feridos e enfermos, retirados do cerco da cidade de Almeria e estejam sem alimento e se encontrem em grande miséria, recusastes admitir os mesmos na casa de São Vicente e socorrê-los em suas necessidades [...] rogamos a vossa discrição atentamente e com confiança, como convém. Ordenamos a vós que recebais os feridos ou os enfermos na casa de São Vicente e que possais cuidar deles no hospital desta mesma casa³⁰⁰ (Carta Régia, 23/12/1309, CDC, p. 91).

Há várias enfermidades que afligiam os guerreiros nos campos de batalha. Por exemplo, a peste que causava a morte de muitos homens e cavalos e levava o exército a suspender o ataque. Além disso, a corrupção do ar e também o calor do mês de julho levavam muitos a padecerem pela fadiga³⁰¹ (JZAAR, Livro V, capítulos 22 e 56).

Havia também a preocupação com as doenças e ferimentos dos cavalos durante as campanhas militares. Nesse sentido, pela análise das convocações para a expedição contra Granada, o monarca Jaime II atentava-se em integrar, na equipe médica, profissionais responsáveis pela saúde desses animais: os menescais.

³⁰⁰*Intelleximus pro parte juratorum et proborum hominum civitatis valencie quod cum contingit aliquos vulneratos vel infirmos ab obsidione civitatis almarie recedentes ad dictam domum Sancti Vicencii declinare vos, dictus prior, quamquam predicti sint multa afflicti inedia et in máxima miséria constituti, eosdem in dicta domo Sancti Vicencii denegatis admitere et esidem in suis necessariis subvenire; [...] rogamos ad hoc specialiter et fiducialiter ut convenit, vos monendo quatenus predictos vulneratos seu infirmos in domo predicta Sancti Vicencii velitis recipere et eisdem in hospital.*

³⁰¹*En este médio sucedió que sobrevino gran pestilência em el ejército del conde de Valoys, y murió mucha gente y perdieron los más caballos; y por la corrupción del aire y por gran calor que hacia por el mês de julio, padecían grande fadiga [...] Tuvieron don Alonso y el infante don Pedro su real sobre Mayorca algunoss días. Y em este médio recreció em el ejército tanta mortandade y pestilência y fuese encendiendo de tal manera em el estío que se hubo de levantar el real. Y adoleció el infante don Pedro y lleváronle a Tordehumos, a donde en muy breves días murió a 30 del mês de agosto. Y después murieron don Jimeno de Urrea y don Ramón de Anglesola, que fue gran privado del infante, y algunos ricos hombres y muchos caballeros y gente muy principal aragoneses, catalanes y navarros.*

O menescal, denominação adotada na Coroa de Aragão, ou albéitar, em âmbito castelhano³⁰², foi o profissional responsável pela compra e pelo cuidado com os cavalos. Se o compararmos com qualquer outro ofício atinente à cura de animais, notaremos que o maior número de profissionais era responsável pela saúde de equinos. Tal dado devia-se à importância desses animais na sociedade medieval, pois apresentavam um alto valor no mercado em razão do seu papel na guerra. Semelhantes profissionais desempenharam grande variedade de atividades ligadas ao seu ofício: seleção de animais, compra e venda, doma, colocação de freios, ferra, forja de metais e cuidados com a saúde. Acerca das ferramentas utilizadas no inventário do cordobês Alfonso Rodrigues (1477), constam bigorna, instrumento para cortar os cascos e cravos de ferrar, martelos para golpear as ferraduras, pinças, ferraduras e pregos para ferrar, dentre outros. Para a cura dos animais, figuram igualmente instrumentos do ofício de albéitar e uma lanceteira de três lancetas (FERRAGUD, 2011, p. 34 - 35).

Na campanha de Almeria, foram convocados dois menescais — Diego Perez, contratado para servir as tropas de Artal de Luna, e Arnaldo Cirera, menescal régio. A guerra possibilitava também a participação de aprendizes³⁰³, que acompanhavam seu mestre a pé ou a cavalo. Arnaldo Cirera, por exemplo, era auxiliado por três ajudantes, serventes do seu ofício de menescal³⁰⁴ (Carta Régia, 16/07/1310, CDC, p. 102).

Muitos cavalos feriam-se nas batalhas, sobretudo nas patas dianteiras. Outros morriam por exaustão, principalmente na viagem de volta após o cerco. Assim, pelos animais que foram emprestados para a guerra e morreram durante a expedição, o monarca dispunha-se a pagar um determinado valor aos donos. O preço era dado a partir da avaliação dos menescais

³⁰² Em Castela e na Coroa de Aragão, utilizou-se a dupla denominação de ferrador-albéitar ou ferrador-menescal para designar esses profissionais. A origem da albeteria relaciona-se com o papel do ferrador que acabava por especializar-se na cura de equinos.

³⁰³ O ofício da albeteria era aprendido com o mestre menescal que se comprometia em ensinar, entre um e quatro anos, a um jovem. Era de sua responsabilidade proporcionar-lhe alimentação e vestimenta e, ao finalizar o período, em algumas ocasiões, um salário. Mas o principal benefício adquirido era dispô-lo dos conhecimentos para começar a exercer um novo ofício.

³⁰⁴ [...] *pro quitacione sua viagii preteriti Almarie in quo fuit Nobiscum parati cum tribos hominibus deservientibus in officio suo menescalquie.*

Nós, Jaime [...] reconhecemos dever-vos, García López de Ancano, quatrocentos soldos correntes pela compra daquele vosso cavalo de pelo baio escuro, estrelado na testa e escurecido nas patas que, para conhecimento de nosso menescal, foi morto no regresso da viagem a Almeria³⁰⁵ [...] reconhecemos dever a vós quinhentos soldos de Barcelona pela compra de um cavalo vosso de pelo baio salpicado e malhado nas patas traseiras que compraste em En Riu de Foix, da família do nobre Guilherme de Montecatano [...] e na presente viagem na qual estamos contra o rei de Granada foi morto a nosso serviço ferido nas patas dianteiras, conforme conhecimento do menescal de nossa cúria³⁰⁶ (Carta Régia, 03/11/1310; 06/11/1310, CDC, p. 106-108).

Nos campos de batalha, as principais causas para as baixas eram as feridas e as fraturas provocadas pelas armas pessoais ou por armas coletivas (balista³⁰⁷, catapulta³⁰⁸, trabuco³⁰⁹, etc). Os armamentos utilizados no cerco de Almeria são descritos nos *Anales del reyno de Aragón*:

No campo do rei de Aragão, havia diversas máquinas e trabucos, bateria e muitas torres de madeira que haviam construído; e começaram a fazer algumas minas; e colocaram a cidade em grande necessidade ainda que havido chegado gente em sua defesa³¹⁰ (JZAR, Livro V, capítulo 81).

As condições de cerco mais longo aumentavam significativamente os problemas de saúde dos guerreiros. As doenças mais registradas eram as febres e as gastrointestinais, resultantes mormente da contaminação das fontes de água potável (MITCHELL, 2004, p. 1).

³⁰⁵ *Nos jacobus, Dei gratia, Rex Aragonum et cetera. Recognoscimus debere vobis, Garcie Luppi de Ancano, quadringentos sol. jacc. pro emenda cuiusdam equi vestri de pilo bagio obscuro stellati in fronte et cocti de quatuor pedibus qui, ad cognitionem nostri menescalli, de visu fuit affollatus in regressu viagii Almarie [...]*

³⁰⁶ *Recognoscimus debere vobis, Bernardo de Rabinat, de família nobilis Othonis de Montecathano, quingentes sol. barchn. Pro emenda cuiusdam equi vestri de pilo bagio stellati et balçani de pedibus posterioribus quem emistis d'em riu de Foix, de família nobilis Guillelmi de Montechatano, ut ipse asseruit coram Nobis, cuius tunc existens dictus equus ad dictos denarios extitit extimatus; quiqui in presenti viagio in quo sumus contra RegemGranate in nostro servicio extitit afollatus de altero pedum anteriorum juxta cognitionem manescalli Curie nostre [...]*

³⁰⁷ Balista, balesta ou besta é uma arma que possui um arco de flechas acoplado no lado oposto da coronha, acionada por gatilho que projeta dardos similares a flechas, porém mais curtos.

³⁰⁸ Catapulta: máquina de guerra destinada a lançar sobre o inimigo pedra ou outros projéteis de grandes tamanhos.

³⁰⁹ Trabuco: máquina de guerra utilizada nos cercos para derrubar as muralhas e torres e, também, para lançar projéteis incendiários.

³¹⁰ *Prevençiones de guerra en el campo del rey. En el campo del rey de Aragón había diversas máquinas y trabucos de batería y muchas torres de madera que se habían labrado; y comenzaron a hacer algunas minas; y púsose la ciudad en grande necesidad y estrecho aunque había sobrada gente en su defensa.*

Por conseguinte, mesmo com a atuação de profissionais de saúde, existia o risco de contraírem-se algumas enfermidades. Consequentemente, era necessário adotarem-se medidas preventivas a fim de evitarem-se, sobretudo, doenças como febres, diarreias e peste.

4.3 Cuidados com a saúde de D. Jaime II e com a de seus guerreiros

Na discussão sobre o local para armar o acampamento e sobre a identificação de água boa para o consumo, vê-se a influência do escritor romano Flávio Vegécio Renato. A sua obra, *Epistoma rei militaris*, escrita no século IV, foi estudada, resumida, copiada e citada durante toda a Idade Média. Desse modo, ela converteu-se em *auctoritas* dos textos militares medievais. A partir do século XIII, a tradução para diversas línguas vernáculas incrementou sua difusão³¹¹.

No que diz respeito aos lugares para armar o acampamento, Vegécio orienta escolher um local seguro, com muita madeira, pastagem e água salubre. Recomenda também a fortificação do acampamento com fossos e cravando-se estacas para a proteção dos ataques dos inimigos. A passagem de Vegécio que serviu de fonte para Arnaldo é o Livro III, capítulo II, intitulado *Como preservar a saúde do exército*.

[...] Deve-se evitar que, durante o verão, os soldados fiquem em regiões insalubres, próximos a pântanos, nem em campos ou colinas áridas sem sombra de árvores ou tendas. [...] O exército não deve usar água contaminada ou estagnada [pântano], porque a água de má qualidade é um veneno e origina a peste naqueles que a bebem [...] Os soldados doentes recuperam-se com uma dieta apropriada e devem ser tratados com os conhecimentos dos médicos, pois pouco se pode fazer com soldados que sofrem devido às exigências da guerra e pelas enfermidades (VERM, p. 248-249).

O único conselho de estratégia militar brevemente abordado na obra de Arnaldo de Vilanova é aquele para o envio de “infantaria, calçada com sapatos de solado pesado” à frente dos homens em movimento. Esses guerreiros deveriam ir por um ou dois quilômetros para

³¹¹Cerca de 250 manuscritos medievais da obra em latim encontram-se conservados em toda a Europa e, 80, em francês, inglês, italiano, castelhano e alemão.

procurarem estrepes, pois essa arma, feita com pregos, poderia dificultar a marcha ao ferir a infantaria e os cavalos³¹². Os demais aspectos reportam a outros temas atinentes à medicina militar, entre os quais: onde armar o acampamento, como purificar a água, a necessidade do sepultamento dos mortos e os tratamentos e remédios contra peste e febres (AVRCS, p. 132).

Do mesmo modo que o outro regimento em exame, o *Regimen de Almeria* inicia-se com a discussão sobre o ar e o meio ambiente, na qual Arnaldo considera que, em meio à campanha militar, a preocupação inicial alude também à primeira *coisa não-natural*. Logo, aconselha o rei na escolha dos melhores lugares para armar acampamento, evitando regiões pantanosas³¹³. O cuidado em evitar os pântanos deve-se ao fato de ser este um local com cheiro fétido e putrefação (animais em decomposição), o que tornava o ar impuro e, portanto, impróprio para ficar (AVRCS, p. 131).

No que tange à primeira *coisa não natural*, esse é um dos preceitos centrais, visto que, nas adjacências desses lugares, o processo de putrefação poderia modificar o ar, tornando-o impuro, e ocasionando enfermidades pestilentas ou epidêmicas. Os físicos medievais listavam uma série de elementos considerados responsáveis pela modificação do ar: a influência dos corpos celestes; a ação dos elementos (o fogo seca e aquece; a água esfria e umedece); os ventos; as coisas sobre a terra, tais como os minerais, as plantas, excrementos de animais, corpos em decomposição, obras dos homens (as construções) (PANIAGUA, 1994, p. 237; PEÑA e GIRÓN, 2006, p. 121).

O ar e o meio ambiente eram considerados os elementos mais importantes para a conservação da saúde. Alguns fatores, contudo, poderiam alterar a sua qualidade, tornando-os prejudiciais. Tais modificações, geradas pela fumaça ou por substâncias nocivas,

³¹²Quando exercitus transferri debuerit de loco ad locum, semper ad distantiam unius miliaris aut duorum precedant pedites grossis soleis calciati, qui tam in via quam circa contemplabuntur na fuerint iactati vel seminati tribuli ferrei, et colligent.

³¹³Exercitus non debet castra metari ad longam stationem in locis paludosis.

influenciavam o coração e, conseqüentemente, todo o corpo, podendo gerar, inclusive, doenças pestilentas (SOTRÉS, 1995, p. 267).

Ademais, se o acampamento permanecesse durante um longo período perto de pântanos, um número significativo dos homens corria o risco de ser ferroadado por mosquitos, podendo contrair malária. Durante as campanhas militares medievais, por mais difícil que fosse, recomendava-se seguir uma dieta adequada ou viver de modo a minimizar o risco de contrair qualquer variedade de doenças existentes (MITCHELL, 2004, p. 2).

Após definir o melhor local, a tenda do monarca deveria situar-se do lado oposto de onde o vento Zéfiro (ou do Oeste) soprava das montanhas, impedindo a exposição a ele³¹⁴. Esse conselho explicar-se-ia pelo fato de que os ventos alteram o ar puro, repercutindo no corpo e podendo, igualmente, alterar o estado de saúde. (AVRCS, p. 131).

Arnaldo de Vilanova, seguindo provavelmente os preceitos de Hipócrates, Galeno, Vegécio e dos autores árabes, como Avicena³¹⁵, Razis e Averróis, considera que uma das principais preocupações das tropas seja localizar-se água boa para o consumo. Ele explica como verificar se a água de córregos, cisternas e poços pode ser utilizada e orienta como reconhecer se está ou não contaminada.

A água é definida por Avicena como um dos elementos que têm a propriedade especial de entrar na composição de alimentos e bebidas. Acerca da saúde, além de prolongar a vida, ela ocupa um papel fundamental para a nutrição, já que contribui para tornar o alimento fluído e tênue, permitindo que ele flua facilmente dentro dos vasos sanguíneos e fora dos canais excretores (AVCM, p. 222).

³¹⁴ *Et ubicumque castra metantur, semper dominus rex collocabitur ex parte illa unde flabunt venti montium aut terreni seu Zephyrus, id est garbinus.*

³¹⁵ Outra *auctoritas* utilizada por Arnaldo foi o filósofo e médico árabe Avicena, que, no Livro I do *Canon*, discute os vários tipos de água potável e procedimentos de como purificá-la quando necessário. Além disso, cita os tipos de água cujo consumo não é recomendável, como as “águas estagnadas de todas as fontes”, pois as considera prejudiciais ao estômago.

Destarte, a bebida tinha como função diminuir a sede e facilitar a digestão de alimentos sólidos. Em meio a tal discussão, uma das principais questões listadas pelos físicos medievais é definir-se o melhor momento para beber. Para Arnaldo, o mais relevante preceito é beber somente quando a natureza do corpo solicita, ou seja, quando a verdadeira sede perturba.

Na Medicina medieval, havia a classificação da sede em verdadeira e falsa. Para o físico catalão, seguindo os preceitos de Maimônides, a sede é verdadeira quando a abertura do estômago é tomada por grande agitação. Por outro lado, é falsa quando não houver a sensação de queima na boca do estômago, mas somente a garganta ou a boca seca, por causa da poeira e do calor — nesse caso, não se recomenda beber, já que o correto é limpar a zona afetada, por via de gargarejo, com vinho aguado ou água, ou da mastigação de frutas (AVRSRA, p. 431 - 432).

Na Medicina árabe, a água é a bebida mais aceita devido à interdição do vinho e havia empenho em definir-se qual era a melhor para o consumo e, conseqüentemente, para a saúde. Averróis, no *Libro de las generalidades da Medicina*, assevera que, para Hipócrates e a Medicina na Antiguidade, as melhores águas são as das fontes do Oriente, por serem doces e pela leveza, ao contrário das que possuem a aspereza das montanhas e a suavidade das lamacentas. Já para Razis, as melhores são as águas doces dos grandes rios. Consoante Averróis, quanto mais próxima da nascente, mais qualidade possui a água, por isso, ele considera que o “Grande Rio³¹⁶ é melhor para nós, em Córdoba, que para a gente de Sevilha” (AVLGM, p. 287).

³¹⁶ Trata-se do Rio Guadalquivir, nome de origem árabe que significa Grande Rio, o maior da Andaluzia. Sua nascente é em Pozo Alcón, a 211 km de Córdoba e mais de 400 km de Sevilha. As águas dos grandes rios nunca deixam de estar turvas e, por isso, esses terrenos nos quais deságuam as águas dos rios são muito lamacentos e arenosos. Isso já não acontece com as águas das fontes.

Já Avicena, retomando Hipócrates, recomenda a água³¹⁷ que vem de regiões altas por ser doce, possuir boas qualidades e ser a mais saudável. Esse tipo de água se torna fria ou quente: “Isso porque ela é fria no inverno e, quente, no verão. É insípida e inodora e rapidamente expelida como urina, pois qualquer substância contida nela, que requeira digestão, é facilmente digerida e dispersa” (AVCM, p. 223).

Nos regimentos de saúde, o zelo com a água ganha mais destaque e caráter estratégico quando se discute sua importância durante campanhas militares. Sobre esse assunto, uma das primeiras recomendações de Arnaldo de Vilanova alude aos cuidados em relação às águas de rios e de córregos, recomendando observar, nas nascentes, se há pedra solta ou uma estaca fixa. Caso exista, deve ser removida antes de beber e, além disso, devem-se retirar plantas mortas que estejam boiando para que se evitem acidentes ou o consumo de água impura. Do mesmo modo, se houver alguma viga colocada atravessada e não for possível removê-la, a água para o consumo deve ser retirada pelo menos um quilômetro acima ou abaixo do local. (AVRCS, p. 132)

Outra explicação para essa medida era o medo do envenenamento de poços, de pequenos cursos de água ou o abastecimento de algumas cidades ou fortalezas durante o cerco. Um dos aspectos mais interessantes, entretanto, é o cuidado com as águas de cisternas e poços, consideradas piores que as da fonte, porque contêm terras e, como são estagnadas, estão expostas ao ar e ao sol e, por isso, são nocivas, podendo originar doenças (BARBOSA, 2012, p. 15; PEÑA e GIRÓN, 2006, p. 326).

Arnaldo reforça a importância de averiguar-se³¹⁸ se a água desses locais é potável:

³¹⁷ Avicena apresenta, em sua obra, as características da água pura: (1) aparência: límpida, clara, translúcida, transparente; (2) sabor: insípido ou "doce", bebida agradável e refrescante; (3) odor: nenhum; (4) toque: suave ou brando; fresco; (5) outras propriedades: os legumes são cozidos rapidamente nela; o lugar onde é obtido não é nem muito quente nem muito frio.

³¹⁸ O método utilizado por Arnaldo assemelha-se muito ao descrito por Avicena ao explicar a melhor forma de calcular o peso da água. Deve-se mergulhar uma roupa de linho com o mesmo peso nas duas águas a serem testadas. Colocá-lo para secar. Em seguida, pesar o tecido. A água pertencente à roupa que está mais leve é a mais satisfatória.

Faça o mesmo exame em cisternas e poços, como nas nascentes, e sempre seja cuidadoso para ver se há uma massa pastosa ou oleosa no fundo, e [se houver] retirá-la. Se for numa cisterna, não utilize a água, mas, se for num poço, [você deve] esvaziá-lo/drená-lo primeiro. Se você não pode fazer tal exame, então umedeça completamente um pano fino e de linho branco na água e dobre-o livremente [sem apertar]; após dobrá-lo, deve amarrá-lo com uma corda, suspendê-lo ao sol ou no ar, e, quando secar, desdobrá-lo. Se aparecerem manchas nele, independentemente da cor, com certeza a água deve estar contaminada, mas, se não estiver manchada, a água é saudável³¹⁹ (AVRCS, p. 132 - 133).

Durante a campanha militar, atentava-se bastante para enfermidades que, muitas vezes, eram consequências da insalubridade do acampamento e da falta de cuidado na conservação e no consumo de alimentos e bebidas. Se a alimentação em dias normais fosse deficiente em vitaminas básicas, nas condições de viagem, durante a batalha ou nos cercos, os perigos eram maiores. Afora isso, quem viajava por fins bélicos, como quaisquer outros viajantes, estava exposto à propagação de epidemias (GARCIA FITZ, 2009, p. 185).

Preocupado com as doenças contagiosas que, não raro, atingiam os combatentes durante o cerco, Arnaldo de Vilanova indicava medidas sobre os cuidados com os mortos e com os resíduos de animais que poderiam modificar o ar. Desta feita, para evitarem-se epidemias, dever-se-iam fazer trincheiras em volta do acampamento para enterrar os corpos e os resíduos de animais. Essas medidas, de cunho preventivo, tinham a finalidade de evitar-se que o ar no acampamento ficasse poluído, o que poderia gerar esse tipo de doenças³²⁰ (AVRCS, p.133).

Semelhante desvelo com as pestilências estava presente, sobretudo, durante o cerco nos quais os defensores da fortaleza, privados de água, podiam enfrentar situações que envolviam a presença de corpos em decomposição ou o envio de mortos por peste pelos sitiados. Em cercos prolongados e durante o verão, o exército que atacava, muitas vezes, era

³¹⁹*In cisternis autem et puteis fiat scrutinium dictum in fontibus, et semper attendatur si massa picea vel unctuosa iacebit in fundo, et extrahatur; et si fuerit cisterna recusetur aqua, si vero puteus exhauriatur primo. Si vero dictum scrutinium fieri nequeat, tunc pannus subtilissimus lineus et candidissimus mafeat in aqua perfecte, statimque complicabitur absque compressione; sicque complicatum et cum corda ligatum, pendebit ad solem vel ad aerem, et cum videbitur exsiccatum, explicabitur – in quo si macule cuiuscumque coloris appareant, certum est aquam esse pestiferam. Si vero nusquam appareat maculatum, salubris erit.*

³²⁰*Et ut exercitus ab epidemia preservetur, ubique fiant extra limites eius quae per modum fossati fovee in quibus cadavera et superfluitates animalium proiciantur; et cum semiplena fuerit, terra cooperiatur.*

atingido por enfermidades contagiosas em virtude do acúmulo de detritos humanos e de animais e da proliferação de moscas e ratos, o que contribuía para a proliferação das doenças. Além do mais, a disenteria causada pelo consumo de alimentos estragados ou água contaminada era também uma das enfermidades enfrentadas durante as campanhas militares (BARBOSA, 2012, p. 15).

Arnaldo de Vilanova prescreve, ainda, vários medicamentos indicando a composição e o modo de prepará-los. Durante a campanha de Almeria, na lista de remédios encomendados por Jaime II, consta a compra de 10 quilos de um tipo de pó que seria utilizado como medicamento.

No *Regimen*, o remédio mais indicado para proteger-se contra doenças em momentos de guerra é um pó que deveria ser tomado em jejum a cada quatro dias. A sua composição inclui uma parte de flor de camolina, duas partes de *grane*³²¹, três partes de *usnee*³²² e suco de *ceterac*³²³ (igual à medida de todos). Esse pó deveria ser tomado com uma colher de açúcar e vinho. Para aqueles que não continham esses produtos, figura a receita da seguinte tisana:

A tisana citada é feita da seguinte forma: colocar uma taça cheia de cevada em um recipiente limpo de vidro ou em uma chaleira de lata com água suficiente para cobri-lo e deixar ferver em fogo lento. Em seguida, deve-se coar, fervê-lo novamente e coar. Finalmente, na terceira vez, colocá-lo em dez taças com abundante água, com dois punhados de talos de grama, lavadas, e deixar ferver tudo sobre um fogo lento até que aproximadamente metade da água evapore-se. Em seguida, deve-se tirá-lo do fogo e colocá-lo para usar no futuro, tanto coado quanto sem coar³²⁴ (AVRCS, p. 134 - 135).

³²¹Um tipo de pó vermelho de origem mineral. Era utilizado na medicina como antiinflamatório e no tratamento de febres.

³²²Termo utilizado para designar uma espécie de musgo que tinha propriedade curativa. A palavra úsnea vem do árabe e do persa *ushnah*.

³²³Espécie de samambaia Rusty-back.

³²⁴*Ptisana vero predicta sic fiet: una scutella ordei ponatur in aqua tante quantitatis quod ordeum cooperiatur in munda olla vitrea vel in lebeti stagnato, et sic bulietur único fervore ad lentum ignem. Postea colabitur, et simili modo iterum bulietur et colabitur; deinde tertia vice ponetur in quatuor scutellis aque cum duobus manipullis graminis effoliati et loti, et tunc totum bulietur ad lentum ignem et clarum usque ad consumptionem fere medietatis aque; postea deponetur ab igne et usui reservabitur, sive colatum sive non colatum.*

Essa tisana é prescrita também para ser tomada, em jejum, junto com uma colher de pó de *panecuculi*³²⁵. Ela era recomendada a qualquer pessoa que sofresse de febre, independente da idade, sexo ou complexão, e deveria ser bebida fria, no verão, e, quente, no inverno.

Quanto aos feridos em batalha, Arnaldo de Vilanova indicava o pó de *poligonie*³²⁶, que continha diferentes indicações: bebida, limpar feridas e contra envenenamento. Primeiramente, era recomendado aos enfermos tomar diariamente, em jejum, com vinho ou água. Outra prescrição era seu uso nos ferimentos que, após limpos, deveriam ser aspergidos externamente com esse pó³²⁷. (AVRCS, p. 135)

Uma das preocupações nos campos de batalha era o envenenamento das fontes e a atuação dos arqueiros e besteiros, os quais utilizavam projéteis envenenados com extrato de beladona³²⁸ ou de acônito³²⁹. Por isso, Arnaldo de Vilanova recomendava, em casos de envenenamento por uma flecha ou outra coisa, tomar em jejum uma colher desse pó com vinho aromático ou a seguinte tisana: fazer pó com uma parte de sementes de cidra e três partes de *scolopendrie*³³⁰. A esses pacientes, também podia ser dado couve com azeite como alimento³³¹ (AVRCS, p. 135 - 136).

No que concerne às receitas de medicamentos e bebidas, prevalecem indicações de variações do ingrediente conforme a camada social. Assim sendo, ao prescrever aos feridos o uso de um pó, orienta tomar uma colher desse pó com vinho, em jejum, ou, se forem pobres, com água. Do mesmo modo, recomenda aos que têm recurso tomarem uma colher cheia da

³²⁵ Do latim *paniscuculi*, é uma árvore cujas folhas, secas ou frescas, têm propriedades medicinais. Por suas ações diuréticas e refrescantes, era utilizada para aliviar as febres.

³²⁶ *Poligonie*, também conhecida como ranúnculo (do latim *Ranunculus vernus*), é uma planta com flores amarelas e com propriedades que aliviam as dores.

³²⁷ *Omnes vulnerati utentur pulvere poligonie minoris dietim sic, sumindo in ieiunio coclear unum cum vino vel si pauper fuerit cum predicta aqua; et iterum vulnere mundificato superaspergatur exterius.*

³²⁸ *Atropa Belladonna* ou beladona é uma planta com elevado potencial de intoxicação, mas utilizada na produção de medicamentos indicado como relaxante muscular e na redução de dores.

³²⁹ Acônito, do latim *Aconitum napellus*, é uma planta pertencente à família *Ranunculaceae*. Os sintomas de envenenamento são tremores, falta de ar, salivação excessiva e aceleração dos batimentos cardíacos.

³³⁰ Espécie de samambaia.

³³¹ *Si vero sagitta vel aliter quis toxicatus fuerit, sumat ieiunus coclear unum de pulvere subscripto [poligonie] cum vino aromático vel ptisana supradicta: recipe seminis citri partes unam, scolopendrie partes tres, fiat pulvis; talibus etiam caules cum oleo cocti propinentur in cibo.*

tisana citada anteriormente, com açúcar comum ou açúcar rosa, seguido por um pouco de bom vinho. Por outro lado, os menos favorecidos não precisam acrescentar nenhum ingrediente. Pressupõe-se, conseqüentemente, que o açúcar e o vinho tinham, dentre outros, o objetivo de dar um sabor agradável ao medicamento (AVRCS, p. 134).

Existem dois preceitos que chamam a atenção por serem os únicos direcionados exclusivamente à saúde do monarca. O primeiro diz respeito a uma bebida que Jaime II deveria tomar:

todas as noites, o rei deve tomar valioso grão de bico ou sementes de tremoços colocadas embebidas em vinho em brasa, na barraca onde ele se encontra. Ele vai manter a coroa que você conhece sobre a sua cabeça e, por dia, vai usar o colar de pedras em volta do pescoço pendurado ao peito³³² (AVRCS, p. 131).

Esse preparo feito com vinho e sementes de grão de bico ou sementes de tremoços deveria ser consumido quente. Por isso, recomenda-se que seja colocado em brasa. Há também a instrução acerca do uso de um colar de pedras em volta do pescoço, como um amuleto com poder de proteção dos minerais. Arnaldo já havia confeccionado outro colar para o papa Bonifácio VIII. Na concepção do físico catalão, se o monarca seguisse esses conselhos, não morreria e, portanto, manteria a coroa (AVRCS, p.131).

A análise dos conselhos práticos de Arnaldo de Vilanova volta-se para os preceitos essenciais que, por conseguinte, deveriam ser adotados não somente pelo rei, mas também por seus guerreiros. Além da manutenção da saúde e da prevenção das enfermidades, Vilanova fornece a terapêutica para as febres, ferimentos e envenenamentos nas campanhas militares.

³³²*et quolibet sero accipiens de pomis ambre, sicut cicer aut lupinus, et madefactum in vino ponatur super prunas in tentorio ubi iacebit. Aureole vero quod scitis tenebit ad caput; sertum vero de lapidibus gestabit de die ad collum pendens usque ad pectus.*

CONCLUSÃO

As relações entre o saber médico universitário e o poder monárquico foram estudadas por meio da atuação do físico catalão Arnaldo de Vilanova nos cuidados com a saúde do rei Jaime II e, também, no campo da diplomacia, como embaixador da Coroa aragonesa. A compreensão de sua trajetória intelectual vincula-se à contextualização do ambiente universitário entre os séculos XIII e XIV. Foi o conhecimento acadêmico adquirido nos anos de estudo na Faculdade de Medicina, na universidade de Montpellier, um dos centros científicos mais importantes do mundo latino europeu graças aos séculos de tradição médica, que forneceu a Arnaldo de Vilanova as competências necessárias para atuar em esferas que extrapolavam sua formação. A experiência obtida nos anos dedicados ao ensino e à prática médica concedeu-lhe prestígio, projeção social e respeito como intelectual.

Graças ao saber médico, ele ocupou cargos importantes, mormente cuidando da saúde de autoridades importantes na corte pontifícia e no reino de Aragão. Ao longo dos anos, acumulou bens e privilégios logrados no exercício da Medicina na Coroa aragonesa. Foi presenteado por Jaime II com cavalos, copos de prata e peles. Do mesmo modo, recebeu, de um dos sumos pontífices, camisas romanas de seda. Além de salvo-conduto para deslocar-se entre Montpellier e as cidades em que o monarca estava, como pagamento pelos serviços prestados, recebeu moedas e adquiriu um patrimônio formado por propriedades, rendas, honrarias, privilégios e direitos de impostos na cidade de Valência.

Seu testamento e inventário são importantes fontes da vida material, de modo que contêm ricas informações sobre aspectos de sua atuação como homem de saber e os bens adquiridos no exercício da Medicina. No decorrer dos anos, adquiriu propriedades não somente em Valência, mas também em Montpellier. Além do registro de roupas (tecidos, calças, capas de couro, cintos, bolsas e botas), constam objetos como mapas, instrumentos de trabalho, medicamentos, moedas e pedras preciosas. Informa-nos ainda acerca da

existência, em sua biblioteca pessoal, de uma das maiores de sua época, de vários livros ligados primeiramente ao seu ofício, mas também a seus interesses por questões religiosas.

Arnaldo de Vilanova, como mestre dessa universidade, a partir de 1289, contribuiu para a difusão das obras das autoridades antigas e árabes, graças ao trabalho de tradução, comentários e ao utilizá-las como embasamento em escritos médicos de sua própria autoria, concorrendo, assim, para a ciência de sua época. Ele realizou uma síntese de todas as contribuições das matrizes antigas e árabes para a medicina medieval. Vários de seus escritos foram frutos dessa atividade, colaborando, assim, para seu prestígio e o dessa instituição. Nessa época, Montpellier tornou-se um bom centro do mercado de manuscritos médicos, tanto latinos como árabes, e lugar para a disponibilidade de um *corpus* galênico.

Foi no início de sua carreira acadêmica, nesse centro de saber, que compôs a maioria de suas obras ligadas a sua atividade docente e que apresentam temas que eram discutidos com os seus alunos. Seus outros escritos médicos que também integram nosso *corpus* documental relacionam-se com outro momento de sua vida em que, paralelamente à sua atuação como mestre nessa instituição e físico na cúria pontifícia e na corte aragonesa, exerceu o papel de embaixador de Jaime II.

A análise dos livros da biblioteca particular de Arnaldo de Vilanova disponibiliza-nos informações acerca do seu gosto, da sua formação intelectual, dos privilégios e do ambiente cultural que servia de apoio para suas atividades. Prevaecem obras médicas ligadas ao seu ofício, predominantemente as de *auctoritates* antigas e de físicos contemporâneos, como Pedro Hispano, Teodorico Borgognoni e Bernardo de Gordonio. Da mesma maneira, identifica-se outro de seus interesses: os escritos teológicos. Entre esses, a regra de São Francisco e obras de São Boaventura e Joaquim de Fiori, que o influenciaram quanto à caridade e à sua crença escatológica. Constan, outrossim, os frutos de seu trabalho com textos tanto na área médica quanto na teológica-

As múltiplas atividades, comuns aos intelectuais de sua época, são compreendidas pelo exame de seu itinerário e, principalmente, dos mapas que representam sua circulação pelos centros de saber e de poder. Entre os anos de 1297 e 1311, prevalecem as viagens ligadas ao seu papel como físico, tanto nos cuidados com a saúde de Jaime II e de sua família quanto na atenção com a dos sumos pontífices Bonifácio VIII, Bento XI e Clemente V. Paralelamente a esse trabalho e à atuação como mestre de Medicina, em Montpellier, ele envolveu-se em questões religiosas. Seu *corpus*, presente em sua biblioteca, corrobora essa afirmação, pois, de 1288 até 1311, seus escritos versam sobre temáticas médicas e teológicas. Continuamente, a partir de 1299, muitos de seus deslocamentos por questões médicas ou diplomáticas cruzavam-se com seus interesses religiosos.

A lista de obras de sua biblioteca pessoal e as referências nos escritos em análise proveram as matrizes antigas e árabes da dietética arnaldiana. Como intelectual com formação em Medicina, Arnaldo de Vilanova lia, comentava e utilizava como embasamento em suas obras as teorias e doutrinas de *auctoritates*, como Hipócrates, Galeno, Avicena, Razis e Maimônides.

No ambiente intelectual, entre os séculos XIII e XIV, a eficiência do conhecimento médico universitário despertou o interesse dos governantes, consequentemente, interferiu na política régia de saúde do reino de Aragão. Jaime II, envolvido nesse movimento, assumiu o principal papel na criação da Universidade de Lérida, próxima a uma das principais cidades do reino, Barcelona, e optou pela Medicina acadêmica ao contratar físicos formados nessas instituições para atuarem como mestres nessa instituição e atender a si e à família real. Ele era um monarca que, no ambiente das cortes, vivia cercado por intelectuais de vários campos do saber, mas, sobretudo, por profissionais da saúde. O seu histórico, com sua doença crônica e os problemas de saúde de seus filhos explicam seu interesse por questões relacionadas à Medicina. Havia uma circulação de intelectuais pela corte aragonesa e o

mesmo ocorria em relação às obras, pois o monarca investia na compra e na tradução de escritos médicos. O acervo do rei englobava desde *autoritates* árabes, como Avicena, e hebraicas, como Maimônides, até contemporâneos, como as de seu físico Arnaldo de Vilanova.

A difusão das teorias e doutrinas galênicas, por meio dos árabes, concedeu à Medicina universitária medieval a resposta intelectual para o entendimento dos processos vitais do corpo humano e a distinção da fronteira entre a saúde e a enfermidade. Consequentemente, proporcionou aos físicos os meios para conservar-se a saúde e prevenirem-se as enfermidades, o que consistia em alcançar todos os meios para não se alterar o equilíbrio humoral no corpo humano.

Assim, enquanto homem de seu tempo, Arnaldo de Vilanova foi educado no galenismo árabe medieval, do mesmo modo que outros físicos, como o judeu Maimônides, o árabe Averróis e o cristão Pedro Hispano, pertencentes ao ambiente intelectual do século XII ao XIV. Mas é perceptível igualmente sua preocupação em adequar as teorias galênicas ao modo de vida de seu paciente. Mesmo em alguns momentos, discutindo preceitos gerais que aparecem nesses outros escritos dietéticos, o foco principal é o monarca Jaime II. O *Regimen* é estruturado com base nas seis *coisas não naturais*, contudo, os preceitos foram adaptados de acordo com sua enfermidade, seu modo de vida e, principalmente, sua compleição (sanguínea e colérica). A inserção de suas obras no pensamento médico de sua época demonstra, pois, que ele segue as mesmas *auctoritates*, mas também inova ao fazer da compleição a preocupação central na prescrição de medidas dietéticas e ao embasar seus preceitos em dados de sua experiência, a *practica medica*.

As prescrições médicas fornecidas por Arnaldo de Vilanova demonstram uma interferência do saber médico preventivo na vida de seu paciente e na de todos os que estavam a ele ligados. Assim, as orientações destinadas à manutenção da saúde presentes no *Regimen*

indicam-nos aspectos do cotidiano do monarca: suas viagens pelo reino e por outros locais da cristandade, suas atividades de lazer, como a caça e a equitação, o entretenimento na corte e sua vida sexual.

A alimentação é necessária tanto para a manutenção da saúde quanto nos momentos em que o paciente sofre de uma doença crônica ou está em fase de convalescência. Ao compor a dieta alimentar, Arnaldo de Vilanova considerou que Jaime II sofria de hemorróidas e, portanto, o que era consumido por ele necessitava de uma atenção especial a fim de evitar-se o adensamento da enfermidade. Logo, antes de medidas terapêuticas, prevalecem as de cunho preventivo, ou seja, o rei deveria consumir alimentos que facilitassem a digestão e evitassem a constipação do intestino. Esse era o melhor caminho para tratar-se o monarca. Aliás, havia a necessidade de observar sua compleição, que era sanguínea e colérica, tendente a quente. Assim sendo, tudo o que fosse ingerido deveria possuir qualidades contrárias às predominantes em seu paciente: normalmente, os produtos frios e úmidos.

Além desses elementos específicos do rei, Arnaldo de Vilanova apresentou orientações gerais e comuns em outros escritos dietéticos: alimentar somente quando tiver fome, comer moderadamente, evitando o excesso de comida e de bebida e observando sempre as relações entre as qualidades do ano, dos alimentos e do paciente. Outra inovação refere-se à conservação e à validade dos produtos, estipulando o prazo para o consumo de vários cereais e orientando a não ingestão daqueles que estivessem velhos e deteriorados.

Por se tratar de uma dieta para a realeza, indicava também os melhores ingredientes e o modo de preparar as receitas a fim de fornecer ao rei pratos cujos sabores despertassem o prazer de comer e o apetite. Na mesa real, havia pratos feitos com carnes macias de aves e carneiros jovens, pois facilitavam a digestão. Os molhos e sopas eram temperados com leite

de amêndoas, cebolas, azeite, suco de romã, vinagre, sal e açafrão. Quanto à bebida, a principal recomendação era consumir vinho com mel ou especiarias.

Ao comparar os capítulos sobre a alimentação e a bebida do *Regimen* com os livros de receitas catalãs do mesmo período, o *Libro de Sent Sovi* e o *Libre de Coch*, percebe-se que a atuação do físico interferia não somente no cotidiano do rei, mas também no ofício daqueles que a ele estavam ligados. É o caso do cozinheiro real, que deveria preparar os pratos para o monarca seguindo as orientações de Arnaldo de Vilanova tanto na elaboração das receitas quanto no tipo de alimentos e ingredientes que poderia usar. Nesse sentido, o físico, além do domínio do saber médico, conhecia a arte culinária, já que deveria indicar os melhores alimentos para a saúde do rei, os que o agradavam e até a melhor maneira de elaborá-los.

Antes de iniciar sua cruzada contra o reino muçulmano de Granada, Jaime II recorreu ao papel diplomático de seu médico Arnaldo de Vilanova, que atuou como embaixador na cúria pontifícia, em Avinhão, e obteve apoio financeiro e espiritual do papado para essa campanha aragonesa. Organizar uma guerra pressupunha uma logística militar que abrangia o abastecimento com alimentos, remédios, cavalos e o recrutamento dos guerreiros. No que diz respeito ao cotidiano dos campos de batalhas, marcado pela grande quantidade de feridos, o rei atentava-se para os cuidados médicos nesses locais, convocando profissionais de saúde, em sua maioria aqueles relacionados ao ofício cirúrgico. Dos vinte que participaram do cerco a Almeria, treze eram cirurgiões e barbeiros.

O *Regimen castra sequentium* insere-se no contexto dessa expedição militar de Jaime II. Mesmo com a atuação de profissionais de saúde, havia o risco de epidemias ou de envenenamento. Por isso, o físico catalão preocupou-se em criar um conjunto de normas com o propósito de preservar a saúde do rei e a de seus guerreiros nos campos de batalhas. O seu esquema previa cuidados com o local para armar acampamento, sempre evitando

regiões pantanosas por causa do ar impuro que é prejudicial à saúde. E era necessário enterrar os corpos e resíduos de animais para evitarem-se epidemias e a putrefação do ar.

Ao se deslocar de suas terras para fazer o cerco a Almeria, Jaime II cuidou para que a armação do acampamento sucedesse num local que fornecesse água própria ao consumo. Essa também é uma das principais medidas da Medicina militar preventiva arnaldiana. Por essa razão, indicava diferentes formas para averiguar-se se a água tanto dos rios quanto dos poços e cisternas podia ser consumida.

A atuação dos cirurgiões e dos barbeiros, nas batalhas, centra-se nos cuidados com os ferimentos. Arnaldo de Vilanova persistia na indicação de alguns medicamentos que deveriam ser utilizados em casos de febres e envenenamento. Os remédios prescritos são sempre em forma de pó, porque pressupõe-se que isso facilitava a elaboração por parte dos boticários ao ministrá-los, misturando-os em vinho ou em água, dependendo da camada social do enfermo.

Os dois regimentos, compostos para o rei Jaime II, a despeito de pertencerem ao mesmo gênero da literatura médica, portam características distintas. Enquanto o *Regimen sanitatis* (1308) é composto pensando-se especificamente na compleição do rei, o Regimento de Almeria (1310) é direcionado a um público maior: o monarca e seus guerreiros. Entretanto, mesmo em época de conflitos bélicos, Jaime II não poderia abandonar os preceitos indicados na primeira obra. Para tanto, independente das viagens e se estava participando de batalhas, deveria seguir as orientações feitas exclusivamente a ele. O outro *Regimen* pode ser entendido como prescrições complementares ao primeiro e direcionado a um ambiente específico: a guerra. Trata-se de elementos da Medicina militar. Aliás, o monarca deveria seguir as orientações presentes nas duas obras e, se necessário, adaptá-las consoante às necessidades.

Este estudo permitiu ainda identificar a adoção, por parte do rei, dos preceitos médicos arnaldianos. Jaime II reconhecia sua autoridade como intelectual e, portanto, seguia as

orientações de seu físico, diminuindo as viagens, estabelecendo a corte em locais com clima agradável e consumindo alimentos que não prejudicavam sua saúde. Ele, obedientemente, fez o que lhe foi ordenado, por vezes se recusando a agir na ausência do físico catalão, porque estava convencido de sua competência e do seu conhecimento tanto na manutenção quanto na recuperação da saúde. Essa relação entre médico e paciente era pautada na confiança necessária para seguir os preceitos preventivos e terapêuticos indicados.

Tal credibilidade de Arnaldo de Vilanova relaciona-se aos anos dedicados aos cuidados com a saúde da família real aragonesa. Nesse período, seu saber médico adquirido no estudo e no ensino em Montpellier — que lhe forneceram conteúdo intelectual baseado nos ensinamentos das *auctoritates* antigas e árabes — foi enriquecido pela competência conquistada graças à experiência no exercício da Medicina. O reconhecimento, por parte do rei, da competência e da autoridade do físico catalão extrapolou a esfera médica, pois o Jaime II concedeu ao seu médico outros papéis, seja na composição de obras para educar os infantes na fé católica, seja como embaixador e conselheiro.

Dessa forma, os regimentos de saúde, escritos nos últimos anos de vida do físico Arnaldo de Vilanova, refletem o conhecimento teórico propiciado pelo ensino universitário e pela experiência (*practica medica*) dos quarenta anos dedicados ao exercício da Medicina, demonstrando que a saúde — definida a partir da ideia de equilíbrio humoral, alcançado por via da harmonia entre as *coisas naturais* e as *coisas não naturais* — dependia não apenas do melhor conhecimento do corpo humano, mas também do ambiente no qual as pessoas viviam e dos alimentos consumidos. Além do mais, esta pesquisa demonstrou a confiança do rei aragonês nos médicos formados na Escola de Medicina de Montpellier. À vista disso, o monarca procurou-os sempre para atender a si e à sua família — seja nos partos da rainha D. Branca, seja em sua enfermidade crônica, seja para a manutenção de sua saúde e a de seus guerreiros.

FONTES

1. Impressas arnaldianas

CARTAS. In: FINKE, Heinrich. *Acta Aragonensia*. Vol. II. Berlim, 1908, p. 871 – 898.

- Pedro Manresa para Jaime II (Início do século XIV);
- Jaime II para Arnaldo de Vilanova (?, 11 de fevereiro de 1305);
- Jaime II para Arnaldo de Vilanova (Barcelona, 07 de abril de 1305);
- João Burgundi para Jaime II (Tolouse, 14 de setembro de 1305);
- Jaime II para Arnaldo de Vilanova (Teruel, 18 de novembro de 1307);
- Conrado Lancea para Jaime II (Catânia, 14 de março de 1308);
- Cristiano Spínula para Jaime II (Gênova, 04 de setembro de 1308);
- Jaime II para Jacob Collona (Barcelona, 11 de junho de 1309);
- Cardeal e Diácono Pedro para Jaime II (Avinhão, 25 de agosto de 1309);
- Jaime II para Arnaldo de Vilanova (Almeria, 4 de setembro de 1309);
- Cardeal João para Jaime II (Avinhão, 26 de outubro de 1309);
- Cardeal Berengar para Jaime II (Avinhão, 31 de dezembro de 1309);
- Jaime II para Frederico III (Almeria, 15 de janeiro de 1310);
- R. Conesa para Jaime II (Valência, 27 de julho de 1310);
- Jaime II para o papa Clemente V (Barcelona, 01 de outubro de 1310);
- Jaime II para Frederico III (Barcelona, 04 de outubro de 1310);
- Jaime II para Frederico III (Barcelona, 22 de outubro de 1310);
- Cardeal João para Jaime II (Avinhão, 25 de outubro de 1310);
- Frederico III para Jaime II (Messina, 10 de janeiro de 1311)

CARTAS. In: RUBIO y LLUCH, Antoni. *Documents per l'Historia de la Cultura Catalana Mig-eval*. Vol. I. Barcelona, 1908, p. 1 -57.

- Pedro III concedendo direito ao castelo de Ollers para Arnaldo de Vilanova (Barcelona, 05 de maio de 1285);
- Jaime II para Bertrando Burgueti (Saragoça, 02 de março de 1296);
- Jaime II para Ermengol Blasi (Valência, 08 de dezembro de 1297);
- Jaime II e a fundação da Universidade de Lérida (Zaragoza, 01 de setembro de 1300);
- Jaime II para Guillelmo Esquerer (Zaragoça, 25 de setembro de 1301);
- Jaime II concedendo direito do imposto de sal de Buriana para Arnaldo de Vilanova (Lérida, 08 de abril de 1302);
- Arnaldo de Vilanova para o papa Bonifácio VIII (Nice, 29 de agosto de 1302);
- Arnaldo de Vilanova para o colégio de cardeais (Nice, 29 de agosto de 1302);
- Jaime II (Barcelona, 10 de setembro de 1302);

- Jaime II para Pedro de Villarasa (Tortosa, 08 de janeiro de 1303);
- Jaime II para Pedro Boyl (Montalbá, 30 de julho de 1303);
- Arnaldo de Vilanova ao Colégio de Cardeais (Perúgia, 18 de julho de 1304);
- Jaime II para Arnaldo de Vilanova (Saragoça, 23 de agosto de 1304);
- Jaime II para o abade Matheo (Saragoça, 23 de agosto de 1304);
- Arnaldo de Vilanova para Jaime II (Marselha, 18 de fevereiro de 1308);
- Jaime II para Arnaldo de Vilanova (Valência, 01 de julho de 1308);
- Jaime II para Arnaldo (Valência, 15 de agosto de 1308);
- Rainha Branca renova a concessão a Arnaldo do imposto de sal de Buriana (Epila, 14 de dezembro de 1308);
- Jaime II para o escrivão Bernardo de Aversone (Barcelona, 12 de junho de 1309);
- Jaime II para o papa Clemente V (Barcelona, 01 de outubro de 1310);
- Papa Clemente V a Bernardo de Oliveira (Viena, 15 de março de 1312).

CARTAS (Documentos Almeria). In: MCVAUGH, M. R. *Arnaldi de Villanova Opera Medica Omnia*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1998, p. 75 – 128.

- Jaime II para menescal Diego Pérez (1309);
- Jaime II para cirurgião Bartolomeu Safont (1309);
- Jaime II para cirurgião Bernat de Pertegàs (1309);
- Jaime II para boteller Bernart de Sentcliment (1309);
- Jaime II ordena pagamento para o cirurgião Berenguer Sarriera (Barcelona, 08 de maio de 1309);
- Jaime II para apotecário e comerciante de Lérida Ardoví (Barcelona, 21 de maio de 1309);
- Jaime II para Pere Foçes (Barcelona, junho de 1309);
- Pere Marc, tesoureiro do rei Jaime II, paga o barbeiro Pero Martínez (junho de 1309);
- Jaime II para Pero Martínez (Barcelona, junho de 1309);
- Jaime II dispensa Ferrer de Lizana (enfermo) de integrar a campanha a America (Barcelona, 06 de junho de 1309);
- Jaime II ordena pagamento para o cirurgião Bernardo de Pertegàs (Barcelona, 09 de junho de 1309);
- O tesoureiro do rei, Pere Marc, paga o apotecário Guillem Jordà (Barcelona, julho de 1309);
- Jaime II ordena a Arnau Cortir pagar ao cirurgião Guillem Corretger (Valência, 14 de julho de 1309);
- Jaime II ordena pagamento para o cirurgião Bartolomeu Safont (Valência, 15 de julho de 1309);
- Bernardo Desprat aceita convocação de Jaime II (Manresa, 16 de julho de 1309);
- Bartolomeu de Naam assume trabalho na barbearia de Ferrer de Spina de Manresa (Manresa, 21 de julho de 1309);
- Matheos de Valdo para Ferrer de Spina (Manresa, 29 de julho de 1309);
- Jaime II para o boticário Pedro Jutge (Barcelona, agosto de 1309);
- Jaime II para Arnaldo de Vilanova (Almeria, 25 de agosto de 1309);
- Jaime II para Enrico de Quintavalle (Almeria, 12 de outubro de 1309);
- Jaime II para João Bencordi (Almeria, 14 de outubro de 1309);

- Jaime II para o seu tesoureiro Per Marc (Almeria, 10 novembro de 1309);
- Jaime II para o infante Jaime (Almeria, 22 de novembro de 1309);
- D. Branca para o menescal Arnau Cirera (Almeria, 23 de novembro de 1309);
- Jaime II ortoga licença a Gascón Eximen de Ayerbe (Almeria, 01 de dezembro de 1309);
- Jaime II para o barbeiro Bernat Desprat (Almeria, 26 de dezembro de 1309);
- Jaime II para Ramon Ricard (Alacante, 10 de fevereiro de 1310);
- Jaime II autoriza pagamento para o cirurgião Berenguer Sarriera (Alacante, 10 de fevereiro de 1310);
- Jaime II para o físico João Amell (Valência, 03 de abril de 1310).

CARTAS. In: FERRANDO, J. Ernesto Martínez. *Jaime II de Aragón: su vida familiar*. Vol. II (documentos). Barcelona: Cosejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1948, p. 1 – 47.

- Jaime II para o físico Juan Amell (Daroca, 24 de maio de 1306);
- Jaime II para o genovês Cristiano Spinola (Barcelona, 17 de agosto de 1306);
- Jaime II para Guillermo Gallifa (Valência, 09 de dezembro de 1306);
- Jaime II para Guillelmo (Huesca, 16 de junho de 1307);
- Jaime II para Dona Saurina de Beziers (Huesca, 16 de junho de 1307);
- Jaime II para abade do Mosteiro de São Cugat do Vallés (Daroca, 07 de novembro de 1307).

CARTAS. In: Martí de Barcelona. Regesta de Documents Arnaldians coneguts. *Estudis Franciscans*, 47 (1935), p. 261 – 300.

- Ordem real para fornecer os impostos da gabela de sal de Burriana para Arnaldo de Vilanova (Barcelona, 21 de maio de 1298);
- Jaime II manda pagar Arnaldo de Vilanova (Barcelona, 28 de janeiro de 1300);
- Jaime II para Arnaldo de Vilanova (Valência, 20 de dezembro de 1301);

CARTAS. In: MCVAUGH, M. R. Guillem de Béziers and his *informatio scholaribus suis*. *History of Universities*. Oxford: Universtity Press, 2003, p. 01 – 33.

- Jaime II para Guilherme de Béziers (Valência, 02 de janeiro de 1302);
- Jaime II para Guilherme de Béziers (Tortosa, 23 de outubro de 1303);
- Jaime II para Guilherme de Béziers (Catalunha, 11 de março de 1304);
- Jaime II para mestre Jaime de Lérida (Catalunha, 18 de março de 1304);
- Guilherme de Béziers para Jaime II (Béziers, 10 de novembro de 1305);
- Jaime II para Guilherme de Béziers (Tarragona, 23 de outubro de 1306);

ARNALDO DE VILANOVA. *Tractatus de Esu Carnium*. In: BAZELL, Dianne M. (Org.). *Arnaldi de Villanova Opera Medica Omnia*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1999, p. 109 – 135.

_____. *Tractatus de Intentione Medicorum*. In: MCVAUGH, Michael R. (Org.). *Arnaldi de Villanova Opera Medica Omnia*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1999, p. 97 – 126.

_____. *Regimen Castra Sequentium*. In: MCVAUGH, Michael R. (Org.). *Arnaldi de Villanova Opera Medica Omnia*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1998, p. 131 – 136.

_____. *Medicationis Parabole*. In: PANIAGUA, Juan A. e SOTRES, Pedro Gil. (Orgs.). *Arnaldi de Villanova Opera Medica Omnia*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1990, p. 29 – 70.

_____. *Regimen Sanitatis ad Regem Aragonum*. In: GARCIA-BALLESTER, Luís e McVAUGH, Michael R. (Orgs.). *Arnaldi de Villanova Opera Medica Omnia*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1996, p. 423 – 470.

INVENTARIO DE LOS LIBROS, ROPAS Y DEMÁS EFECTOS DE ARNALDO DE VILANOVA. In: CHABAS, Roque. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos* (1903), 9, p. 189-205.

TESTAMENTO DE ARNALDO DE VILANOVA. In: CHABAS, Roque. *Boletim Real Academia de Historia* (1896), 28, p. 87 – 90.

- **Impressas (outras fontes)**

AVERRÓIS. *El libro de las generalidades de la medicina*. Madrid: Trotta, 2003.

AVICENA. *The Canon of Medicine of Avicenna*. Vol. I. New York: AMS Press, 1994.

BERENGUER SARRIERA. Prólogo a su traducción del latín al catalán de *Regimen Sanitatis ad regem Aragonum* de Arnau de Vilanova. In: CARRERAS I ARTAU, Joaquim (Org.). *Arnau de Vilanova. Obres Catalanes*. Vol. II – Escrits Mèdics. Barcelona: Editorial Barcino, 1947, p. 99 – 103.

CLEMENTE V. Bula *Ad pascendum oves*. In: *Cartulaire de l'Université de Montpellier*. Montpellier: Imprimé par la maison Ricar frères, 1890, p. 219 – 220.

GALENO. *The Sanitate Tuenda*. Illinóis: Charles C Thomas Publisher, 1951.

HIPÓCRATES. Sobre la dieta; Sobre la dieta em las enfermedades agudas. In: GARCIA GUAL, Carlos (Trad.). *Tratados Hipocráticos*. Madrid: Editorial Gredos, 1986, p. 19 – 116; p. 180 – 212.

HIPÓCRATES. Tratado sobre as hemorróidas. In: LARA, M. D., TORRES, H. e CABELLOS, B. (Trad.). *Tratados Hipocráticos*. VII. Tratados querúgicos. Madrid: Editorial Gredos, 1993, p. 277 – 282;

HIPÓCRATES. *The Aphorisms of Hippocrates*. New York: Colins & Co., 1817.

LIBRO DE SENT SOVÍ. Barcelona: Editorial Barcino, 2007.

MAIMÔNIDES. *El régimen de salud*. Córdoba: Ediciones el Almendro, 2006, p. 41 – 105.

_____. *Tratado sobre la curación de las hemorroides*. Córdoba: Ediciones el Almendro, 2006, p. 109 – 135.

MESTRE ROBERT. *Libre del Coch*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2010.

NICOLAU IV. Bula *Quia sapientia*. In: *Cartulaire de l'Université de Montpellier*. Montpellier: Imprimé par la maison Ricar frères, 1890, p. 210 – 211.

PEDRO HISPANO. *Thesaurus Pauperum e Líber de Conservanda Sanitate*. In: PEREIRA, M. R. Rocha (Org.). *Obras médicas de Pedro Hispano*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1973, p. 1 – 407 e 427-500.

MUTANDER, Ramón. *Crônica*. Texto original e tradução de Antonio de Borafull. Barcelona: Imprenta de Jaime Jepús, 1860.

VEGÉCIO. *Epistoma rei militaris*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2006, p. 123-124.

ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón*. Edición de Ángel Canellas López. Zaragoza: Diputación provincial de Zaragoza, 1978 – 1980. Disponível em: <<http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/24/48/ebook2473.pdf>> Acesso: 19/03/2013.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Pedro Gomes. Curar em tempo de guerra: medicina castrense na Idade Média. *História da saúde e das doenças*. Lisboa: Colibri, Universidade de Lisboa, 2012, p. 9-18.

BECEIRO PITA, Isabel. *Libros, lectores y bibliotecas en la España medieval*. Murcia: Nausícaä Edición, 2007.

BLANCO, Manuel Riera. *Las Constituciones de Cataluña em La Enseñanza de La Medicina*. In: Gimbernat, 1999, p. 81 – 96.

BORGES, P. Salvador de les. *Arnau de Vilanova Moralista*. Barcelona: Institut D'Estudis Catalans, 1956.

CIFUENTES I COMAMALA, Lluís. La cirurgia i la guerra en temps de Jaume I. In: *Jaume I*. Barcelona: Institut D'Estudis Catalans, 2011, p. 843 – 862.

_____. Els malalts i els ferits en les guerres medievals. *Lligans*. 7 (2009), p. 19-20.

_____. Université et vernacularisation au bas moyen âge: Montpellier et les traductions catalanes médiévales de traités de médecine. In: BLÉVEC, Daniel le (Org.). *L'université de médecine de Montpellier et son rayonnement (XIII e-XVe siècles)*. Brepols, 2004, p. 273 – 290.

CONDE E DELGADO DE MOLINA, Rafael. *De Barcelona a Anagni para hablar con o papa*. Las cuentas de la Embajada del Rey de Aragón a la corte de Bonifácio VIII (1295). Zaragoza: Institución Fernando El Católico, 2011.

DE LA ROSA CUBO, Cristina. O marco acadêmico: la escuela de medicina de Montpellier. In: *Summa Medicinae*: estudio y edición crítica. Alicante: Biblioteca Virtual de Cervantes, 2000, p. 48 - 56.

ESTAL, Juan Manuel Del. *Itinerario de Jaime II de Aragón (1291 – 1327)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2009.

EVERET, Nicholas. *The Alphabet of Galen*. Toronto. University of Toronto, 2012.

FALBEL, Nachman. *Arnaldo de Vilanova, sua doutrina reformista e sua concepção escatológica*. 1977. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

FERRAGUD, Carmel. La atención médica de los animales durante la Baja Edad Media en los reinos Hispánicos. *Medievalismo*, 21 (2011), p. 29 – 54. Disponível em: http://www.sciencia.cat/biblioteca/documents/Ferragud_Animales-Medievalismo.pdf. Acesso em: 23/02/2013.

_____. Los oficios relacionados con la Medicina durante la Baja Edad Media en La Corona de Aragón y su proyección Social. *Anuario de estudios Medievales*, vol 37, N. 1 (2007), p. 107-137. Disponível em:

<<http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/article/viewArticle/35>>. Acesso em: 07/08/2012.

GARCIA-BALLESTER, Luís. Un reto para el Galenismo: mejorar la salud. *Artifex Factivus Sanitatis*: saberes y ejercicio profesional de la medicina en la Europa pluricultural de la Edad Media. Granada, 2004, p. 533 – 553.

_____. On the origin of the “Six non-natural Things” in Galen. In: ARRIZABALAGA, J. (Ed.). *Galen and Galenism: Theory and medical practice from Antiquity to the European Renaissance*. Aldershot, U.K.: Ashgate, 2002, p. 105 – 115.

_____. *La búsqueda de la salud: sanadores y enfermos en la España medieval*. Barcelona: Ediciones Península, 2001.

_____. Medical Ethics in Transition in the Latin Medicine of the Thirteenth and Fourteenth Centuries: New perspectives on the Physician- Patient Relationship and the Doctor’s Fee. In: A. Wear, J. Geyer-Kordesch, R. French (Orgs.). *Doctors and Ethics: The Earlier Historical Setting of Professional Ethics*. Amsterdam-Atlanta, Ga., 1993, pp. 38-71.

_____. Arnau de Vilanova (c. 1240-1311) y la reforma de los estudios médicos en Montpellier (1309): el Hipócrates latino y la introducción del nuevo Galeno. *Dynamis*. Granada, 1982, p. 97-158.

_____ e SÁNCHEZ SALOR, E. Estudi Introductor. In: GARCIA-BALLESTER, L. e SÁNCHEZ SALOR, E. (Orgs.). *Arnaldi de Villanova Opera Medica Omnia. Commentum supra tractatum galieni de malicia complexionis diverse*. Barcelona: Fundació Noguera, 1985, p. 19 – 60.

_____. *Galeno*. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1972.

GARCIA FITZ, Francisco. El Viaje de la guerra. In: DUARTE, José Ignacio de la Iglesia (Org.). *Viajar en la Edad Media*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2009, p. 135 – 191.

_____. La batalla en la Edad Media. Algunas reflexiones. *Revista de Historia militar*, 100, Madrid, 2006, p. 93 – 114.

GAVÍN, Juan Permán. Sobre la Elección Del Rector em la Universidad Medieval: El Caso Del Estudio General de Lleida. In: *Revista Catalana de Derecho Público*. Núm.20, 1995, p. 199 – 217. Disponível em: <http://revistes.eapc.gencat.cat/index.php/rcdp/issue/view/121> Acesso: 15 de outubro de 2013.

GIRALT, Sebastià. El autor del Contra Calculum y de otros tres tratados médicos: Arnau de Vilanova o Galvano da Levanto? *Sudhoffs Archiv*, vol 8, 2003, p. 32 – 68.

GÓMEZ, Mario Lafuente. El uso militar del caballo y algunas de sus implicaciones económicas en Aragon durante el reinado de Pedro IV. *Aragón en la Edad Media* (2006). Universidad de Zaragoza, p. 301 – 307. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2245403.pdf>>. Acesso em: 02/03/2013.

GOODY, Jack. Montpellier e a medicina na Europa. In: *Renascimentos: um ou muitos?* São Paulo: UNESP, 2011, p. 53 – 73.

GUARDO, Alberto Alonso. *Los pronósticos médicos en la medicina medieval: El "Tractatus de Crisi et de Diebus Creticis" de Bernardo de Gordonio*. Lingüística y Filología, no. 54. Valladolid, Spain: Universidad de Valladolid, 2003.

JACQUART, Danielle. La scolastique médicale. In: GRMEK, Mirko D. (Org.). *Histoire de la pensée medical en Occident*. Paris: Seuil, 1995, Vol. I, p. 175 – 210.

LADERO QUESADA, Miguel-Angel. La frontera de Granada. 1265-1481. *Revista de Historia militar*, 100, Madrid, 2002, p. 49 – 121.

LAIN ENTRALGO, Pedro. La amistad entre el médico y el enfermo en la medicina hipocrática. *Real Academia Nacional de Medicina*, Madrid, 1961, p. 03 – 30.

LARRAYÓZ, Fernando Serrano. La consideración y el ejercicio del cocinero cortesano em Navarra durante la Baja Edad Media. *En la España Medieval*. vol.31 (2008), p. 357 – 412.

LAURIOUX, Bruno. *A Idade Média à mesa*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1992.

LE GOFF, Jacques. Estruturas espaciais e temporais. In: *A civilização do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2005, p. 123 – 190.

_____. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

_____. Profissões lícitas e profissões ilícitas no Ocidente medieval. In: *Para um Novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente*. Lisboa: Estampa, 1980, p. 85 - 99.

LEIMGRUBER, Veronica. Introdução. In: *Libre del Coch*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2010, p.19-23.

LÓPEZ, Ana Rodríguez. Viajar y gobernar: la monarquía itinerante. In: DE LA IGLESIA DUARTE, José Ignacio (Org.). *Viajar en la Edad Media*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2009, p. 381 – 422.

MATILLA, Enrique Rodríguez-Picavea. *La Corona de Aragón em la Edad Media*. Madrid: AKAL, 2006.

MARTÍNEZ FERRANDO, J. Ernesto. *Jaime II de Aragão: su vida familiar*. Vol. I (Texto). Barcelona: Cosejo Superior de Investigaciones Científicas, 1948, p. 1 – 47.

MARTÍNEZ SAN PEDRO, María D. "Jaime II y la cruzada de Almería." *Anales de la Universidad de Alicante. Historia medieval*. N°. 11. 1996. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6883/1/HM_11_37.pdf>. Acesso em: 18/12/2011.

MAZZINI, Innocenzo. A alimentação e a medicina no mundo antigo. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, M. (Orgs.). *História da Alimentação: dos primórdios à Idade Média*. Lisboa: Terramar, 1998, p. 223 – 233.

MCVAUGH, Michael R. The Medieval Appropriation of Maimonides. *IMF – CSIC Working Paper*. Barcelona, 2011, p. 1 - 15. Disponível em: <http://digital.csic.es/bitstream/10261/45054/4/McVaugh%2c%20Michael%20R.%20%20The%20Medieval%20Appropriation%20of%20Maimonides.pdf>. Acesso em: 23/11/2012.

MCVAUGH, Michael R. Estudi Introductori. In: MCVAUGH, M. R. (Org.). *Arnaldi de Villanova Opera Medica Omnia. Tractatus de Intentione Medicorum*. Barcelona: Fundació Noguera, 2000, p. 11 – 85.

_____ e CIFUENTES I COMAMALA, Ll. Introduction. In: *Regimen Almarie (Regimen Castra Sequentium)*. Barcelona: Fundació Noguera, 1998, p. 141 – 200.

_____. Royal surgeons and the value of medical learning: the Crown of Aragon, 1300-1350. In: GARCIA-BALLESTER, L; FRENCH, R; ARRIZABALAGA, J. y CUNNINGHAM, A (Orgs.). *Practical Medicine from Salerno to the Black Death*. Cambridge: University Press, 1994, p. 211 – 236.

_____. *Medicine before the plague: practitioners and their patients in the Crown of Aragon (1285-1345)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. Arnaldo of Villanova's Regimen Almarie (*Regimen Castra Sequentium*) and medieval military medicine. *Viator: Medieval and Renaissance Studies*, 23 (1992), p. 201 – 213.

_____. The births of the children of Jaime II. *Medievalia*, 6 (1986), p. 7-16. Disponível em: http://ddd.uab.cat/pub/medievalia/medievalia_a1986n6/medievalia_a1986n6p5.pdf Acesso em: 12/02/2012.

MIQUEL, Francesc A. *La reina Blanca D'Anjou*. Barcelona: Rafael Dalmau Editor, 1975.

MITCHELL, Piers D. Exchange medical knowledge with crusades. In: *Medicine in the crusades: warfare, wounds and the medieval surgeon*. Cambridge: University Press, 2004, p. 205 – 219.

MONTALVO, José Hinojosa. *Jaime II e el esplendor de la Corona de Aragón*. San Sebastián: Nerea, 2006.

MONTANARI, Massino. *Comida como cultura*. São Paulo: Senac, 2008.

PANIAGUA, Juan A. e GARCÍA-BALLESTER, Luis. El *Regimen Sanitatis ad Regem Aragonum*. In: GARCIA-BALLESTER, Luís e McVAUGH, Michael R. (Orgs.). *Arnaldi de Villanova Opera Medica Omnia*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1996, p. 863 – 885.

PANIAGUA, Juan A. El Maestro Arnau de Vilanova, Médico. In: *Studia Arnaldiana: trabajos en torno a la obra médica de Arnau de Vilanova, c. 1240 – 1311*. Barcelona: Fundación Uriach, 1994, p. 49 – 143.

_____. Abstinencia de carnes y medicina (El *Tractatus de esu carniū* de Arnau de Vilanova). In: *Studia Arnaldiana*: trabajos en torno a la obra médica de Arnau de Vilanova, c. 1240 – 1311. Barcelona: Fundación Uriach, 1994, p. 387 – 410.

_____. *El maravilloso regimiento y order de vivir* (Una version castellana del *Regimen Sanitatis ad Regem Aragonum*). Zaragoza: Cátedra de Historia de la Medicina, 1980.

PEÑA, Carmen e GIRÓN, Fernando. *La prevención de La enfermedad en La España Bajo Medieval*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2006.

PÉREZ, M. S. Tomás. El uso terapêutico de la alimentación en la Baja Edad Media. In: *Alimentar la ciudad em la Edad Media*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2009, p. 459- 490.

RIERA-MELIS, Antoni. O Mediterrâneo, crisol de tradições alimentares: a herança islâmica na culinária catalã medieval. In: MONTANARI, Massimo (Org.). *O mundo na cozinha: história, identidade, trocas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 19 – 66.

ROSENBERGER, Bernard. A cozinha árabe e o seu contributo para a cozinha europeia. In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo (Orgs.). *História da alimentação: dos primórdios à idade Média*. Lisboa: Terramar, 1998, p. 308

ROSSIAUD, Jacques. Sexualidade. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, J. C. (Orgs.). *Dicionário Temático do ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 477 - 493.

RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995.

_____. De los reyes que non son taumaturgos: los fundamentos de La realeza em España. México: *Relaciones*, 51, 1992, v. XIII, p. 55 – 100.

SAÍZ SERRANO, Jorge Saís. Guerra y nobreza en la Corona de Aragón. La caballería em los ejércitos del rey (Siglos XIV – XV). 2003. Tese (Doutorado), Universitat de Valencia, Valência.

SANCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. Dominación Almorávide y Almohade e El sitio de Almeria por Jaime II de Aragon. In: *La España Musulmana*: según los autores islamitas y cristianos medievales. Madrid: Espalsa-Calpe, 1960, p. 201 – 226; 386 – 401.

SANTANACH, Joan. Introdução. In: SANTAMARIA, Santi (Org.). *Libro de Sent Sovi*. Barcelona: Barcino, 2007, p. 16-37.

SANTI, Francesco. *Arnau de Vilanova: l'obra espiritual*. Valência: Història i Societat/Diputació Provincial de València, 1987.

SANTOS, Dulce O. A. e FAGUNDES, Maria D. C. Saúde e dietética na medicina preventiva medieval: o regimento de saúde de Pedro Hispano. (século XIII). In: *História, Ciências, Saúde (Manguinhos)*, 17, (20), abril – junho 2010. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, p. 333-341.

SOTRES, Pedro Gil. Los regimina sanitatis. In: GARCIA-BALLESTER, Luís e McVAUGH, Michael R. (Orgs.). *Arnaldi de Villanova Opera Medica Omnia: Regimen Sanitatis ad Regem Aragonum*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1996, p. 471 – 568.

_____. La higiene de las circunstancias particulares. In: GARCIA-BALLESTER, Luís e McVAUGH, Michael R. (Orgs.). *Arnaldi de Villanova Opera Medica Omnia: Regimen Sanitatis ad Regem Aragonum*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1996, p. 829 – 861.

_____. Les regimes de santé. In: GRMEK, Mirko D. (Org.). *Histoire de la pensée medical en Occident: Antiquité et Moyen Age*. Paris: Seuil, 1995, p. 257 – 281.

_____. El arte de la cocina y los medicos: las recetas culinárias em los regímenes de salud. In: FERRE, Lola (Org.). *La ciência en la España medieval: musulmanes, judíos y cristianos*. Granada: 1992, p. 193 – 207.

TORRES DELGADO, Cristobal. El ejercito y las fortificaciones del reino Nazari de Granada. *Gladius* (1988), p. 197 – 217. Disponível em:
<<http://gladius.revistas.csic.es/index.php/gladius/article/download/114/115>>.
Acesso em: 02/03/2013.

VALLVÉ, Carmen María Marungán. El sitio de Almeria de 1309: el desarrollo de la campaña militar. *Coloquio Almeria entre culturas (siglos XIII – XVI)*. Almeria: Instituto de Estudios Almerienses de la Disputación de Almeria, 1990, p. 171 – 186.

VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. São Paulo: EDUSC, 1999.

ZAQUALI, Lilia. *La grand cuisine árabe du moyen âge: livre d’histoire et de recettes*. Milan: Officina Libraria, 2010.

ZIEGLER, Joseph. *Medicine and religion, c. 1300: The case of Arnau de Vilanova*. New York, Oxford: The Clarendon Press, 1998.

WOLLPERT, Rudolf Fischer. *Os papas e o papado: de Pedro a Bento XVI*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

ANEXOS

1 – ITINERÁRIO DE ARNALDO DE VILANOVA (1291 - 1311)

Data	Cidades	Resumo
1291	Montpellier	Arnaldo como Mestre na Escola de Medicina de Montpellier.
1293 – abril	Barcelona	Primeira viagem de Arnaldo ao reino de Aragão a pedido de Jaime II.
1297	Barcelona	Acompanhou o parto da rainha D. Branca atendendo ao pedido do rei Jaime II que se encontrava em Roma (nascimento da infanta Maria).
1297	Valência	Recebeu 1000 soldos do rei como honorário e regressou a Montpellier.
1299	Paris	Embaixador de Jaime II para negociar com o rei Felipe IV, o Belo problemas fronteiriços.
1299	Nápoles	Acompanhou o parto da rainha D. Branca que se encontrava na corte de seu pai, Carlos II de Nápoles (nascimento do infante Alfonso).
1300	Barcelona	Arnaldo regressou de Paris e encontrou-se com o rei Jaime II, que o retribuiu pelos serviços.
1300	Valência	Acompanhou o parto da rainha D. Branca (Nascimento da Infanta Constança).
1301	Roma	Arnaldo chegou à Corte Pontifícia e atendeu ao papa Bonifácio VIII, que sofria de cólicas renais.
1301	Scúrcola	Passou o verão na vila papal de Scúrcola onde escreveu livro de medicina para o papa Bonifácio VIII: “ <i>Contra calculum</i> ”.
1302 – 1304	Girona, Lleida e Marselha	Arnaldo participou de uma série de reuniões em Girona, Lleida e Marselha e recebeu críticas principalmente dos dominicanos contra seu misticismo apocalíptico.
1303	Lleida	Arnaldo leu um resumo de suas ideias no sínodo em Lleida (presidido pelo Arcebispo de Tarragona), incluindo ataque ao clero regular.
1302	Barcelona	Acompanhou a gravidez da rainha D. Branca (nascimento da infanta Branca). Pelo tratamento de D. Branca, recebeu 1000 soldos, presentes, o poder de arrendar a administração da gabela de sal de Burriana e legar seus bens a casas religiosas.
1302	Nice	Arnaldo enviou para o Papa Bonifácio VIII o tratado sobre a revelação sobrenatural e encaminhou a mesma obra para o colégio dominicano.
1303	Nápoles	Prestou atendimento médico ao sogro de Jaime II, Carlos II de Nápoles.
Fev./mar 1304	Marselha	Apresentou em Marselha o opúsculo <i>Gladius adversus Thomatistas</i> .
1304	Perugia	Na corte pontifícia atendeu ao papa Bento XI até a sua morte em 7 de julho. Apresentou suas ideias religiosas. Preso em Perugia só foi liberado graças à intervenção de Jaime II.
1304	Messina	Início de outubro: Arnaldo vive na corte de Frederico III.
1305	Montpellier	Primavera – Arnaldo se encontra em Montpellier finalizando sua coleção de escritos religiosos.
1305	Barcelona	A pedido do rei Jaime II, dirigiu-se a Barcelona, já que o físico Ermengol Blasi não ousou medicar o monarca sem o conselho

		do tio.
11/07/1305	Barcelona	Expôs em catalão suas ideias religiosas para a assembleia civil presidida pelo rei Jaime II.
24/08/1305	Roma	Apresentou ao papa Clemente V, a coleção de escritos religiosos.
1305 - 1308	Montpellier	Período de composição do <i>Regimen Sanitatis ad Regem Aragonum</i> para o rei Jaime II.
1307	Roma	Cuidou da saúde do papa Clemente V e lhe dedicou o livro de Medicina “ <i>De confortatione visu</i> ”.
1308	Montpellier	Jaime II lhe escreve constantemente para que lhe envie o livro que Arnaldo escreveu expressamente para a conservação da saúde do monarca e a fórmula de um electuário contra as hemorróidas. Carta de D. Branca – renovando a concessão a Arnaldo do direito de imposto de sal de Buriana.
1309	Messina	No início de 1309, Arnaldo chegou a corte de Frederico III na Sicília.
1309	Barcelona	Reunião com Jaime II.
1309	Avinhão	Participou do Concílio em Avinhão – defendeu o projeto de cruzada do rei Jaime II contra Granada. Apresentou suas ideias religiosas.
1309	Messina	Retornou à corte de Frederico III na Sicília.
1310	Almería	Defendeu-se diante do rei das acusações vindas de seus adversários em Avinhão e entregou-lhe sua obra: <i>Regimen Castra sequentium (Regimento de Almería)</i> .
1310	Barcelona	Arnaldo passou por Barcelona antes de voltar para a Sicília.
1310	Valência	Permaneceu alguns meses em Valença.
1310	Messina	Retornou à corte de Frederico III. Escreveu <i>De conservanda iuventute et retardanda senectute</i> dedicada ao rei de Nápolis Robert II.
1311	Nápoles	Arnaldo viajou de navio de Sicília para Nápoles.
1311	Gênova	Na viagem pelo mar em direção a Avinhão para prestar seus serviços ao papa Clemente V, Arnaldo faleceu diante de Gênova, no dia 6 de setembro.